**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

DRAMATURGIAS DA AUTONOMIA

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do Título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Nadya Araújo Guimarães

2005

1. O sol dentro do dia

O frio dentro do sol

Ruas sem ninguém

Carros parados

Todavia não há neve

Há vento, vento

Arde porém

No ar gelado

Um arbusto vermelho

Falo com o ar ao falar contigo

2. Estou em um quarto abandonado da linguagem

Tu estás em outro quarto idêntico

Os dois estamos

Em uma rua que seu olhar despovoou

O mundo

imperceptivelmente se desfaz

Memória

desmoronada sob nossos passos

Estou parado na metade desta linha

não escrita

3. As portas se abrem e fecham sozinhas

O ar

entra e sai por nossa casa

O ar

fala sozinho ao falar contigo

O ar

sem nome pela calçada interminável

Não se sabe quem está do outro lado

O ar

dá voltas e voltas por meu crânio vazio

O ar

faz ar tudo o que toca

O ar

com dedos de ar dissipa o que digo

Sou ar que não olhas

Não posso abrir seus olhos

Não posso fechar a porta

O ar se fez sólido.

4. Esta hora tem a forma de uma pausa

A pausa tem sua forma

Tu tens a forma de uma fonte

Não de água mas de tempo

No alto do jorro da fonte

saltam meus pedaços

Ele fui ele sou ele não sou todavia

Minha vida não pesa

O passado se faz delgado

O futuro é um pouco de água em seus olhos

5. Agora tens a forma de uma ponte

Sob teus arcos navega nosso quarto

De tua margem nos vemos passar

Ondeias no vento mais luz que corpo

Na outra orla o sol cresce

ao contrário

Suas raízes se enterram no céu

Poderíamos nos esconder em sua folhagem

Com seus ramos fazemos uma fogueira

O dia é habitável

6. O frio imobilizou o mundo

O espaço é de vidro

O vidro é de ar

Os ruídos mais leves erigem

súbitas esculturas

O eco as multiplica e as dispersa

Talvez neve

Treme a árvore acesa

Já está rodeada de noite

Ao falar com ela falo contigo.

Octavio Paz

“Trowbridge Street”. *Vuelta*.

Sumário

Resumo/Abstract	5
Agradecimentos	6
Apresentação	8
Parte I. Os sentidos de autonomia em diversas configurações - Tema, objeto e método	
Abertura: Os sentidos da autonomia	11
Capítulo 1. A concepção de um método - Abordagem teórico-prática	17
Pesquisa etnográfica e ciências sociais. A transição das formas sociais e os sentidos da história	
Representação simbólica, identidade e alteridade	
Etnografia como história do agora	
Observação e participação na pesquisa etnográfica de longa duração	
Memória	
O vídeo etnográfico	
Capítulo 2. A construção do conceito – Um olhar sobre diversas configurações	37
A passagem para o século XX	
São Paulo, anos 70: trabalhadores no cinema	
Capítulo 3. A construção do objeto - Intérpretes e instituições	71
Parte II. Dramaturgias da autonomia	
Introdução: Estudos de caso de grupos de trabalhadores	92
Capítulo 4. A Ford de S. Bernardo de Campo: da consciência de classe à parceria	99
A história da formação da Comissão de Fábrica e a disputa pela norma: apresentação do conflito.	
Um evento dramático	
A nova ordem: “parceria”	

Capítulo 5.	A expropriação do sentido de Cooperativa: da Autogestão à Coopergado	148
	A empresa falimentar, a Comissão de Fábrica e os trabalhadores	
	Da co-gestão à quase-cooperativa	
	O sonho da autonomia X coopergado: dispersão	
Capítulo 6.	As faces da autogestão: da luta pelo maquinário à Cooperativa Algemetal	183
	Os “ fiéis depositários da massa falida” ocupam a fábrica	
	Da ocupação à produção metalúrgica	
Capítulo 7.	Do movimento por moradia à cooperativa de trabalho	207
	Indivíduos e grupos – do trabalho na cooperativa à segunda ocupação	
	Os sentidos da experiência	
Parte III.	Um caleidoscópio de experiências	233
Capítulo 8.	Um caleidoscópio de experiências - Inconclusões	
	O vídeo etnográfico como meio de produção de conhecimento	
Bibliografia		249
Documentos consultados		269
Filmografia citada		275
Vídeos citados		276
Anexo		277
Vídeo <i>Dramaturgias da autonomia</i>		

Resumo

Dramaturgias da autonomia é um estudo de grupos de trabalhadores na região metropolitana de São Paulo que vivem a experiência da disputa sobre o poder de determinar a norma nos locais de trabalho. Parte-se de uma definição de autonomia que requer enraizá-la no processo de formação da classe trabalhadora, e de uma identidade de classe que se constrói em contraposição à experiência do trabalho heterônomo. Na busca da compreensão dos sentidos de autonomia para os próprios sujeitos trabalhadores, utilizou-se uma metodologia baseada na rememoração da trajetória e na sua representação para o vídeo, o que foi realizado em cada um dos quatro grupos estudados. Os sujeitos tematizaram a questão a partir de suas formas próprias, que são, de uma só vez, categorias e instituições: “comissão de fábrica”, “cooperativa”, “autogestão”, “movimento”. Analisou-se, assim, processos de institucionalização de representações que são simbólicas e políticas.

Palavras-chave

Autonomia – classe trabalhadora – representação – experiência – autogestão - vídeo

Abstract

Dramaturgies of autonomy is a study among workers groups in the São Paulo metropolitan region who live the power dispute experience to define the rules on the workplaces. It starts from the autonomy definition that requires to be rooted in the working class formation process and from a class identity statement that is build up in contrast to the experience of a heteronomous work. In the searching of the autonomy meanings for the workers themselves it was used a methodology based in the trajectory reminding in the four studied groups and in their performance to the video. The studied subjects describe the issue from their own concepts that are, at the same time, their categories and institutions: “shop stewards”, “cooperatives”, “self management”, “movement”. The analysis concerns the institutionalization processes, from symbolical and political representations.

Key words

Autonomy – working class – representation – experience – self management - video

Agradecimentos

Agradeço a Nadya Araújo Guimarães, minha orientadora, pelo rigor, pela crítica e por sua experiência no campo dos estudos do trabalho. A Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins e Sylvia Caiuby Novaes, pela trajetória compartilhada e pelos comentários que fizeram na ocasião do exame de qualificação. A Míriam Lifchitz Moreira Leite, pela sensibilidade e pela abertura ao diálogo. Aos colegas do Grupo de Antropologia Visual - GRAVI: Andréa Marques Miguel Barbosa, Edgar Teodoro da Silva, Francirose Ferreira, Francisco Paes, Maíra Bühler, Paula Morgado, Rita de Cássia Castro, Rose Satiko; aos colegas da Pós-Graduação em Sociologia, em particular aos que acompanharam os Seminários de Orientação, Sirlei Márcia de Oliveira, Ana Cláudia Moreira Cardoso, Gisela Tartuce, Guilherme Xavier Sobrinho, Rosileide Rosendo, pela troca intelectual. A todos os amigos dos diferentes grupos que fizeram parte dessa trajetória de pesquisa, pelo diálogo que estimula a reflexão. Sem todos eles esse caminho não poderia ter sido trilhado.

O presente trabalho foi fruto da pesquisa para o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, do qual recebi bolsa do CNPq. E se insere também no Projeto Temático *Alteridade, Expressões culturais do mundo sensível e construções da realidade – velhas questões, novas inquietações* desenvolvido pelo Grupo de Antropologia Visual, do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia, financiado pela FAPESP.

Dedico esse trabalho aos
meus filhos Luan e Léo Ferraz,
pequenos grandes companheiros.

Apresentação

Estudar o tema da autonomia - tema caro à história do movimento operário, tomado por clássicos, experimentado em ações e movimentos coletivos ao longo da história; buscando uma abordagem que isola diferentes momentos no tempo, compreendendo o sentido que assumiu essa idéia em cada uma dessas configurações - implica em colocar a questão do sujeito. Para quem faz sentido falar em autonomia da classe trabalhadora? Tomá-la no específico, em algumas configurações de tempo e espaço, implica remontar um movimento de formação de classe. Autonomia de quem, em que contexto, face a quais outras experiências? O fato é que a pergunta pela autonomia é o pressuposto do diálogo entre os sujeitos da pesquisa.

Buscar compreender o sentido de autonomia hoje para a classe trabalhadora brasileira implica em compreendê-la na sua diversidade. Distintas experiências analisadas hoje se iluminam reciprocamente em termos das possíveis experiências da classe. Participação, precarização e desemprego; direitos, subsistência e reprodução de classe são as figuras que se nos apresentam nessa história do agora que faço a partir do recurso a uma sociologia etnográfica.

A abordagem adotada capta a particularidade de cada caso, de cada momento histórico e, na seqüência das formas percebemos o movimento – deslocamentos de sentido, ressurgimento de temas – da classe social que se recompõe, que se conforma a cada experiência como sujeito que se identifica enquanto trabalhador. Na afirmação da identidade há um exercício de autonomia.

As mediações simbólicas estão na história do vivido e do que é percebido, na forma como o sujeito se nomeia e concebe a si mesmo, por isso as diferentes narrativas que tecem a escrita são a matéria prima sobre a qual trabalha o sociólogo. Através das múltiplas perspectivas expostas, busco perceber o movimento de formação de uma classe cada vez mais diversa, multifacetada e dispersa.

O método utilizado e o recurso às imagens – a fotografia, o vídeo – permitem trazer a lógica do sujeito estudado em sua força. A partir de suas categorias busco compreender a forma como ele vive e percebe a possibilidade de criar a norma em seu cotidiano de trabalho. Documentando a intersubjetividade fruto da pesquisa em Ciências Humanas, reconstruo perspectivas sobre os trabalhadores.

Parte I.

Os sentidos de autonomia em diversas configurações – Tema, objeto e método

Abertura: Os sentidos de autonomia

Há alguns anos vem tomando corpo o fenômeno de apropriação da gestão do trabalho pelos próprios trabalhadores. Compreender o significado de tais experiências para os sujeitos que as vivenciam requer um trabalho sobre as diversas representações produzidas sobre o assunto. Há menções a casos, que aparecem com destaque na grande imprensa, em que “Operários salvam e tocam fábricas falidas”¹, numa referência à experiência da antiga Conforja, indústria metalúrgica situada no ABC paulista, que assumindo a forma institucional de Cooperativa, passa a ser chamada de Uniforja. Crescente também é o número de estudos de caso sobre tais experiências autogestionárias produzidos no campo das ciências humanas². Vemos, portanto, ser este um fenômeno que tem encontrado possibilidades de se realizar. Cabe perguntar pelo seu sentido.

Para abordar esse fenômeno, de modo a compreendê-lo em seu sentido, careço de um conceito que me permita interpelar diferentes experiências. Busco compreender qual o sentido da autonomia encarnada em tais experimentos. Pergunto pelas possibilidades dos grupos de trabalhadores poderem escolher as normas que regem a sua vida. *Auto nomos*: possibilidade de conceber a norma que se vai seguir. A construção de autonomia como conceito é o que me permite visualizar diferentes formas e compreender os sentidos das experiências vividas pelos trabalhadores. O que acompanho é um processo de formação de classe. Classe que se define a partir do momento que se afirma como sujeito em relação com seus outros sociais. Autonomia é, portanto, possibilidade de auto-afirmação, na disputa

¹ FSP, 29/7/2001:B7.

² Holzman, 1992; Faria, 1997; Claro, 1998; Tiriba, 2001; Oda, 2001; Parra, 2002; Cunha, 2002; Rosenfeld, 2003; Esteves, 2004; Barros, 2004.

pela norma no trabalho e na vida. Ela está imbricada com a constituição da identidade social de trabalhador.

Olhando para as diferentes configurações histórico-sociais sobre as quais me debruçarei, localizo diversos sentidos para a noção de autonomia. Estamos no campo das representações e dos jogos através dos quais se disputam sentidos constituintes de sujeitos. As evidências que tomamos para estudo são valores e práticas, discursos e instituições.

Acompanho momentos de disputa sobre a possibilidade de determinação da norma, em que categorias, formas de nomear, têm seu sentido transformado no processo de luta entre classes. A luta de classes configura-se também como luta entre representações. Trata-se de categorias que vão mudando de sentido ao longo do processo de relação dos trabalhadores com os seus outros, apropriações, destituições, institucionalização...

Olhar para a forma como os intelectuais – cientistas sociais ou cineastas – interpretaram os movimentos da classe trabalhadora implica em assumir um olhar sobre os discursos produzidos acerca de um outro que, ao mesmo tempo em que o faz objeto, lhe dá forma, lhe confere visibilidade, e por isso mesmo, colabora no seu processo de constituição como um sujeito social. Bourdieu (1989) é um autor que estuda a forma como as narrativas constituem sujeitos. Ele fala de um “efeito de teoria”, que atua na constituição de seus objetos, quando as representações simbólicas são incorporadas num processo vivo de reinvenção de sujeitos políticos.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade. “O poder simbólico se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz a crença”. (1989:14). Cabe perceber as relações de poder entre os múltiplos sujeitos em relação.

A representação de classe, incorporada pelos trabalhadores, é dinâmica, contrastiva, contextual. A partir dessa concepção podemos tomar a noção de identidade para compreender a afirmação de um projeto de autonomia dos sujeitos.

No debate sobre o problema da formação de classe, Przeworski defende que o problema da identidade não se resolve entendendo as posições objetivas dos indivíduos, seus lugares socialmente estruturados, como supõem as leituras estruturalistas. As classes em luta são efeito das lutas sobre as classes. “A fim de compreender a emergência de quaisquer atores coletivos num momento concreto, é necessário vê-los como efeitos de lutas pela formação das classes” (Przeworski, 1977:13).

Guimarães (1999) argumenta que, no Brasil, formou-se um campo dos estudos de classe, entendendo classe como um produto de classificações identitárias. Contextualizando as produções do campo das ciências sociais, observa que, “nos anos 70, tratava-se de explicar o caráter autonomista das reivindicações operárias emergentes. Nos 80, buscava-se compreender, seja a força das bases, isto é, dos trabalhadores do chão de fábrica, nos destinos sindicais, seja as reivindicações de direitos subjetivos e coletivos pelo conjunto das organizações populares”(Guimarães, 1999:30).

Observando contextos em que o tema da autonomia marcou o processo de produção de representações sobre a classe trabalhadora considero, com Ricoeur (2000: 294), que a representação historiográfica pode assumir a função de reger o pertencimento de sujeitos a lugares e posições sociais, uma função simbólica e reguladora, medindo valores socialmente compartilhados, e uma função de reconhecimento, que se expressa através das visões de mundo. Segundo o autor, a pretensão de fidelidade da memória é precedida pela ambição da verdade da história. Representar fielmente o passado implica em tomar a

memória como um fenômeno, ou compreender o poder da memória de presentificar uma coisa ausente.

Para dar conta de analisar representações é preciso “atualizar os recursos de reflexividade dos agentes sociais em suas tentativas de se compreenderem a si mesmos e a seu mundo” (2000:296). Busco não separar as representações das práticas pelas quais os agentes sociais instauram lugares sociais e os dotam de identidades múltiplas.

Aqui há uma mimese entre a análise das representações e a produção de representações. Esse fenômeno acontece devido à polissemia da noção de representação. Temos uma representação que é objeto e uma representação que é operação. E para complexificar ainda mais há a dimensão política da noção de representação que inclui as idéias de delegação, de substituição, de figuração visível do que é distante. Em seu duplo sentido a representação evoca “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais os representantes (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe”, defende Ricoeur, citando Chartier (2000 :296).

“É na reflexão efetiva do historiador sobre o momento da representação, inclusive na operação historiográfica que acede à expressão explícita a compreensão que os agentes sociais fazem de si mesmos e do ‘mundo como representação’”(2000:301). Partindo dessa concepção é que me proponho a lidar simultaneamente com a literatura acadêmica e com o cinema documental na análise dos sentidos do projeto de autonomia da classe trabalhadora que incorpora tais representações, ressignificando-as na vida de suas relações sociais intra e extra-classe.

A forma como o cinema representou a classe trabalhadora é significativa e, ao afirmar a ação de sujeitos em luta, revela também a perspectiva de seus autores. Assim

também ocorre na literatura produzida no campo das ciências humanas. Grande parte dos estudos data da década de 70 e se refere a uma classe em seu movimento de afirmação como sujeito político. Seus autores são eles próprios interlocutores importantes, sujeitos produtores de representações.

No desenvolvimento do meu argumento dividirei esta parte da presente tese em três momentos. Apresento, inicialmente, o método utilizado na produção das evidências para o estudo, o que permite dirigir uma nova luz sobre esse tema já tão trabalhado no campo das ciências do homem. Uma socio-etnografia, como chamo, me permite acompanhar tais processos de disputa por significados, reconstruindo com a potência da vida social, falas e performances dos sujeitos que estudo.

Assim, como no materialismo histórico de Walter Benjamin, isolo diferentes momentos no continuum da história para estudá-los em suas configurações de sentido particulares. Buscando, em outras configurações de tempo, localizar sentidos para as experiências da classe na construção de sua autonomia, percorro o campo da literatura e do cinema documentário que produziram, em outros contextos, representações sobre o tema. No capítulo 2, acompanharemos contextos distintos em que autonomia assume variadas formas. Num primeiro momento, na passagem para o século XX, os temas da produção de vida e trabalho vão se conformando ao passo em que se constitui uma classe trabalhadora. No segundo instante, o termo autonomia aparece para designar a relação dos sindicatos frente ao seu outro, o Estado, no contexto do final da década de 70. Assim, teço o trabalho compreensivo de acompanhar transições de sentido na disputa pelo poder de determinar a norma que rege o cotidiano, no campo das relações de classe.

Procuro ainda, num terceiro movimento, localizar as distintas interpretações nativas que nos são contemporâneas, e que informam e estão na origem das diferentes instituições

que lidam com o tema, num levantamento de suas perspectivas em diálogo com um campo teórico que é apropriado pelos sujeitos. Terreno complexo, em que os sentidos, ao tempo em que tomam forma, deixam de ser, num jogo permanente de forças entre sujeitos em formação.

Na Parte II da tese, procedo a quatro estudos de caso entre grupos de trabalhadores, procurando acompanhar os processos vividos na disputa pela capacidade de determinar a norma no seu trabalho e na sua vida. Trajetórias na busca de possibilidades de autodeterminação, a saber: trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo, da indústria plástica falimentar Perticamps/Heleny de Barueri, da Cooperativa Algometal de Itaquera, São Paulo e os membros do movimento por moradia em Osasco. Grupos que, em seu percurso, vão constituindo formas próprias de organização que se institucionalizam. O vídeo que acompanha esta tese, que tem o mesmo título do texto, foi fruto da interação em campo, momento em que pude convidar os trabalhadores a produzir performances individuais e coletivas para a câmera. Refletindo sobre suas relações, rememorando, os trabalhadores são os produtores das representações que busco compreender com a pesquisa.

Capítulo 1. A concepção de um método. Abordagem teórico-prática

Ei, caminhante, o caminho se faz ao caminhar.

A autonomia da classe trabalhadora é um desígnio que se constitui em instantes, é eterno vir a ser e permanente morte. Isolando-os, busco compreender os sentidos que se configuram. Distintos momentos históricos podem ser flagrados na busca pelos sentidos da experiência autônoma de classe no movimento de sua permanente constituição. Projeto de sujeitos que se constituem ao se afirmarem. A definição é uma questão de identidade; autonomia supõe identidade, consciência de si nas relações com o mundo. Perceber tal movimento na seqüência dos espaços-tempo, recortados para fins de análise, implica em perceber as dinâmicas da formação do sujeito.

As experiências das organizações estudadas, por serem casos de processos instituintes de novas relações sociais, impõem uma abordagem dinâmica, que analisa a duração – a história de vida, a trajetória profissional, a institucionalização de organizações e destituição de outras - dos fenômenos no espaço social compartilhado pelos sujeitos que constituem suas representações de si no processo de sua constituição enquanto grupo.

Discutindo o método concebido neste trabalho, introduzo o percurso da tese. Pretendo tecer uma sociologia histórica - que se debruça sobre diversos momentos no tempo para neles recortar a ação de construção dos sujeitos. Aproximo-me das abordagens que privilegiam a observação da interação na situação de pesquisa.

A pesquisa empírica é o passo inicial da investigação. O levantamento das fontes, o contato com os grupos, a construção das chaves de leitura dos casos. Esse percurso leva a

perceber os deslocamentos de sentido da autonomia de ação e concepção da classe no processo de metamorfoses da classe trabalhadora que é um sujeito plural.

Pesquisa etnográfica e ciências sociais. A transição das formas sociais e os sentidos da história.

A complexidade de tomar um sujeito como objeto de análise social, com o qual compartilhamos uma contemporaneidade, obriga a criação de um certo distanciamento. A construção dessa alteridade – tanto com o objeto empírico, quanto com as abordagens a seu respeito - é um exercício intelectual, posto que vivemos num mesmo tempo-espço.

O tema da presente investigação conquista na pesquisadora uma certa identificação. As questões tomadas como problemas são, muitas vezes, constituídas no diálogo com o objeto; surgem, portanto, no interior das próprias experiências *autogestionárias* e nem sempre são formulações desinteressadas, oriundas de uma razão pura científica e objetiva.

Recentes estudos no campo das ciências sociais têm apontado a relevância de se produzir “*at home*” (Peirano, 1999, Marcus, 1986) e suas implicações heurísticas na produção de um conhecimento sobre o mundo em que vivemos. Trata-se da problematização das relações entre teoria e construção de dados. Nessa abordagem “a ciência social passa a se definir como eterna construção e superação de si mesma” (Peirano, 1999: 253). Importante explicitar os processos que mediam a construção dos dados, refletindo sobre a relação sujeito/objeto de conhecimento.

Pretendemos um olhar sobre a realidade que é composta de infinitos sujeitos, todos em disputa. Os fenômenos e a chave escolhida para a sua problematização pedem uma interpretação colada à descrição dos fatos, como é o procedimento da etnografia. Cabe, no nosso caso, uma hermenêutica dos sentidos da noção de autonomia nas possibilidades de

sua realização. Um olhar sobre os vários significados dessa noção em suas cristalizações, em momentos da prática da classe trabalhadora em sua história no Brasil, tomados isoladamente como mônadas, para fins de análise. Este é o procedimento de Walter Benjamin (1940), que teoriza uma escrita com imagens que trazem os sentidos da história, numa hermenêutica de “agoras”, momentos isolados do *continuum* da história, tomados como instantes densos que iluminam o presente.

Pretendo proceder, por isso mesmo, a uma reflexão que visa compreender os sentidos mobilizados pelos sujeitos trabalhadores em sua ação e a forma como eles foram lidos por seus intérpretes. Para tanto, objetivaremos alguns momentos do processo de formação da classe trabalhadora brasileira, bem como as formas como eles foram representados no campo das ciências humanas. Estranhando o presente, por meio do recurso à história, notamos recorrências, linhas de continuidade de formas pretéritas, a persistência de temas.

A ciência realista constrói “realidades” em suas interpretações do mundo, que muitas vezes se instituem como tal, forjando a versão aceita como a verdadeira. Os sujeitos que vivem os processos sociais, em sua prática de luta, vão dando forma ou não à história tal como ela é contada. Os silêncios, as derrotas, as tentativas, as possibilidades de institucionalização, são objetos válidos de reflexão.

Buscaremos, através do olhar sobre os distintos momentos e sobre os diferentes casos, compreender a questão da autonomia: quando ela se coloca, como e para que sujeitos. Vale dizer, enfrentar o desafio de responder à questão: O que significa autonomia? Compreender a noção de autonomia de um modo que possamos captar na história da conformação da classe trabalhadora; e nos momentos em que essa noção fez sentido, o que ela significou.

Melhor dizendo, analisamos nas ciências sociais uma “forma particular de luta entre classificações que vem a ser a luta pela definição da identidade”. Mas, só o lograremos se “superarmos a oposição – entre a representação e a realidade - com que a ciência deve operar de início para que possa romper com as pré-noções da sociologia espontânea e sob a condição de incluir no real a representação do real, ou melhor, a luta entre representações, quer no sentido de imagens mentais, quer naquele outro sentido de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (até mesmo no sentido de delegações incumbidas de organizar as manifestações próprias para modificar as representações mentais)” (Bourdieu, 1996:108).

Ou seja, tomaremos diferentes representações, de diversas procedências, acerca de nosso objeto de representação, visando compreender como foram sendo construídas as referências simbólicas para as recentes experiências que tomamos como objeto.

Deste modo, na presente tese, temos a análise de diferentes narrativas – o discurso acadêmico, o cinematográfico, as vozes dos próprios trabalhadores sobre suas construções autônomas, imagens das experiências autogestionárias – todas elas buscando fixar um sentido para o projeto de autonomia da classe trabalhadora brasileira.

Representação simbólica, identidade e alteridade

As pistas que nos auxiliam na elaboração de uma tal abordagem estão disponíveis na história das ciências sociais. Assim, por exemplo, já em *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim (1912) fixara a tarefa de instituir uma ciência capaz de compreender a origem social das categorias, fundando uma teoria das representações. A sociologia tem um modo cognitivo próprio, que parte da caracterização de uma forma, fixando um momento do *continuum* da história e procedendo a um esforço compreensivo para uma análise

imane. Remetendo-se às contribuições da história e da etnologia, o fundador da sociologia afirma que a etnografia determinou as mais fecundas revoluções no campo das ciências do homem, o que acontece quando os dados empíricos confrontam a teoria.

Em *A mente do todo*, Pinheiro Filho (1996) reconstrói a polêmica entre o apriorismo kantiano e o empirismo, num estudo sobre a noção de representação em Durkheim. As categorias são socialmente determinadas, são representações coletivas, são a um só tempo “expressão da natureza empírica e *a priori* do objeto que representam, a própria sociedade” (1996 :55). As categorias são fundadas na experiência coletiva, essa é a afirmação que funda a base epistemológica da sociologia.

Ainda seguindo as pistas abertas em *As formas elementares da vida religiosa*, diríamos que as categorias são produtos de uma formação histórica específica. As “formas” seriam elaborações coletivas, cristalizações da vida social em um determinado tempo/espaço. “Para compreender as categorias não basta interrogarmos a nós mesmos, é para fora de nós que devemos olhar, é a história que devemos observar, é toda uma ciência a instituir, ciência complexa que só pode avançar lentamente”. (Durkheim[1912], 2000 :XXVII).

Em “Algumas formas primitivas de classificação. Uma contribuição para o estudo das representações coletivas”, Marcel Mauss e Durkheim apontam a mútua relação de constituição entre as categorias e o grupo social, assinalando que “são as relações sociais que servem de base às relações lógicas”(1978 :201) que a ciência estuda. As categorias ganham sentido no tempo e no espaço da vida do grupo, são históricas.

Mas, podemos ir, com eles, ainda um pouco mais longe, destacando que o significado das coisas se faz segundo critérios que são também afetivos e sentimentais. A emoção está envolvida no processo de atribuição de sentido às coisas sociais.

“Toda espécie de sentimentos afetivos concorre para a representação que se concebe da coisa. As coisas são sagradas ou profanas, puras ou impuras, amigas ou inimigas, isto é, seus caracteres fundamentais não fazem mais que exprimir a maneira pela qual elas afetam a sensibilidade social. Diferenças e semelhanças mais afetivas que intelectuais determinam a maneira pela qual elas se agrupam. É por isso – porque afetam os sentimentos dos grupos – que as coisas mudam de natureza segundo as sociedades.

O valor afetivo, emocional das noções desempenha papel preponderante no modo pelo qual as idéias se aproximam ou se separam. É este valor que serve de caráter dominante na classificação”(Durkheim e Mauss, 1978 :201).

A possibilidade da dialogia e da compreensão passa, assim, por critérios afetivos. Sentimentos, desejos e sonhos norteiam as ações sociais. Indivíduos e grupos se conformam mutuamente como sujeitos de valores. Juízos são emitidos nas relações sociais. Tais são os constrangimentos que nos impõe a condição humana. Estudar grupos humanos nos revela a nossa própria condição, única possibilidade de cognição. Nas ciências sociais, a análise é sempre autoconsciente, isto é, as perspectivas dos sujeitos em interação na pesquisa etnográfica estão todas mediadas pelo seu próprio encontro momentâneo.

Estudando a obra de Marcel Mauss, Dumont (1992) defende um método capaz de fazer com que os conceitos não se esterilizem longe da história, mas que se atualizem e refaçam a cada instante. “Só em estreito contato com os dados, a sociologia pode progredir”(1992 :183). A proposição de fazer a experiência das categorias é um caminho para a compreensão. O diálogo etnográfico, que se dá no tempo da pesquisa de campo, é um momento vivo de construção do conhecimento no exercício da compreensão.

Trata-se de buscar transcender as categorias através das quais nos aproximamos do fato. “As categorias científicas nascem da contradição entre as nossas categorias e as categorias dos outros”(1992 :197). “A experiência reage sobre os próprios conceitos, se apodera do próprio observador. Os fatos trazem consigo sua própria elaboração conceitual adequada”(1992 :199).

Mauss, a partir da leitura das etnografias, refaz uma análise do sentido das construções sociais. O simbólico elucida a vida. Segundo Dumont (1992 :197), “um espírito experimental reconhece o caráter temporário dos utensílios conceituais”. Segundo essa sociologia etnográfica, há um conflito entre a teoria e os dados. “Numa etapa experimental da sociologia, o inventário das categorias do outro ‘participa’ da construção conceitual” (Dumont, 1992 :198).

Busco, por isso mesmo, proceder a uma compreensão a partir do interior das situações estudadas. Praticando tal método, surge uma necessidade de reconstruir a questão após a análise, voltando a olhar para a teoria a partir da prática da pesquisa. O concreto é a história. As múltiplas perspectivas que lançamos sobre o fato social denunciam a relação entre o sujeito e o objeto do estudo. Faz-se necessário deixar o “senso comum sociológico” (Bourdieu, 1996), para o que tem imenso valor heurístico a reflexão sobre o processo de produção do conhecimento.

Um levantamento das categorias explicativas do sujeito que vive a história nos oferece, ademais, a lógica das múltiplas perspectivas que estão sempre em relação nas situações estudadas. A possibilidade de identificação sujeito/objeto aproxima experimentação e conceptualização. Esse movimento parte de um momento em que deve haver identificação entre sujeito e objeto na produção do conhecimento. Ou ainda: “Que a

experimentação mistura aqui sujeito e objeto, eis o que se torna evidente no trabalho de numerosos antropólogos, e a objetividade científica exige que esse fato seja reconhecido”. Trata-se de “reconhecer as condições novas que governam uma nova etapa do desenvolvimento da ciência da sociedade” (Dumont, 1992:198). Esta ciência sabe que a compreensão está no tempo, que ela é sempre fruto do momento histórico que a produziu.

É a partir de tais reflexões que tomo o fenômeno dos movimentos de trabalhadores em que a questão da autonomia se coloca como possibilidade. Tomar como objeto as categorias nativas, pelas quais se nomeia o fenômeno da autonomia implica em analisá-las, desconstruí-las, mas também em dialogar através delas, ser sujeito de sua constituição. Identificar-me com o outro no momento mesmo em que construo minha alteridade.

“Se o trabalho de campo é uma construção intersubjetiva, a relação de empatia entre observador e observado precisa ficar evidente na interpretação” (Montero, 1991 :120). Creio que estamos num meio caminho entre a fenomenologia da situação de pesquisa e a hermenêutica da relação sujeito-objeto na produção das ciências sociais. No mesmo artigo, Paula Montero defende: “abrir mão de uma interpretação em prol de uma compreensão resultante das diversas falas do objeto” (1991:121). A busca da compreensão da lógica do outro requer um olhar sobre a interação. Somos dois sujeitos em relação e é no encontro etnográfico que a memória, em seus fragmentos, vem à tona da consciência e se articula um discurso sobre si mesmo para o outro.

Ora, a presença da questão da autonomia marca a reflexão acadêmica e política em torno da classe trabalhadora desde a gênese de um pensamento crítico sobre o social. Assim sendo, a necessidade de construir uma definição para *autonomia*, estabelecer uma posição para o diálogo, passa por ter em mente as questões que norteiam as perguntas que são feitas. Até onde o sujeito constitui o objeto estudado? Até onde o objeto influi na definição

dos temas da pesquisa? A distinção entre sujeito e objeto na produção do conhecimento, a distância social que os separa, deve ser observada. Mas a compreensão das categorias com que fala o grupo estudado passa pela possibilidade da experiência da identificação.

A pesquisa etnográfica, como momento da prática intersubjetiva, é o *locus* do reconhecimento das categorias do outro, da construção conceitual e de sua problematização. É no momento da escrita que a reflexividade precisa ser exercida pelo pesquisador, formando uma sensibilidade capaz de debruçar-se sobre sua própria prática na compreensão do sujeito com o qual se relaciona na pesquisa. “O antropólogo além de ‘esboçar o outro’, ‘esboça-se’ também como personagem de seu empreendimento etnográfico, pois a forma pela qual a sua sensibilidade foi afetada pelo processo de imersão no conjunto de significados que investiga possui, ela mesma, múltiplos sentidos, dos quais o antropólogo escolhe alguns e os privilegia na escrita” (Silva, 2000:64).

A interioridade da experiência temporal vivida pelo etnógrafo na pesquisa de campo permite compartilhar as categorias com os sujeitos estudados. “Pesquisador e sujeitos pesquisados vivenciam, no tempo de duração do trabalho de campo, uma espécie de jogo de interações e de negociação, onde informações são trocadas assim como afetividades, angústias, tensões, frustrações, etc.” (Eckert e Rocha, 2000:12). Inspiradas pelas leituras de Paul Ricoeur, as antropólogas refletem sobre a construção da narrativa etnográfica. O trabalho de construção textual implica em “detalhar o esquema espaço-temporal da constituição da pessoa do antropólogo na ‘operacionalização’ do entendimento dos ‘conjuntos de significados’ que lhe foram transmitidos”. É um ato de configuração e reconfiguração do tempo que encena a ação interpretativa. Nele, convergências e divergências entre dados e expectativas/intenções do espectador, confrontam o antropólogo à sua identidade pessoal. Numa ação reflexiva do sujeito cognoscente face à

descontinuidade de um tempo vivido rememorado e a seu compromisso com a ‘manutenção de si’, com a sua autonomia.

Na etnografia o ser do antropólogo se dá a conhecer, fazendo convergir o tempo da ação e o tempo da narração. Segundo esta concepção hermenêutica o sociólogo é “um autor em busca de seus personagens para melhor compreender o seu lugar no mundo” (Eckert e Rocha, 2000 :12). A construção da alteridade é também um exercício de autonomia.

Ricoeur (1988) propõe uma teoria da interpretação que coloca o lugar do sujeito cognoscente entre o pertencimento e o distanciamento, entre a compreensão e a explicação. “O próprio trabalho da interpretação revela um desígnio profundo, o de vencer uma distância, um afastamento cultural, de tornar o leitor igual a um texto tornado estranho e, assim, de incorporar o seu sentido à compreensão presente que um homem pode ter de si mesmo” (Ricoeur, 1988: 6).

Essa concepção implica na produção de uma narrativa colada aos fatos, os estudos de caso e ao relato da experiência etnográfica. Marcus (1994) estudando os gêneros produzidos pelas ciências sociais contemporâneas caracteriza “textos confusos”, em que “uma busca de compreensão da totalidade revela fragmentos, olhares sobre ela, múltiplas perspectivas”, referindo-se aos trabalhos de Taussig. Assim também, componho, a partir da aproximação de distintos grupos, uma reflexão sobre as experiências de autonomia dos trabalhadores na metrópole de São Paulo.

Etnografia como história do agora

Geertz, que constrói sua teoria etnográfica a partir de um diálogo com a hermenêutica, busca compreender as versões da história. Em *Negara. O Estado-Teatro no século XIX* (1991) descreve a ritualização da vida política e tece sua interpretação a partir

da etnografia e da pesquisa documental. Isolando um tempo-espaco específico da vida balinesa que ele estuda contemporaneamente, procede a uma antropologia histórica. Caberia lembrar as reflexões de Geertz (1989) quando fundamenta a possibilidade da abordagem hermenêutica nos estudos antropológicos, afirmando que o sentido é público porque a cultura o é; e que o pesquisador tem, através da pesquisa etnográfica, acesso às versões da história, elas mesmas portadoras do significado a ser compreendido. Esta abordagem isola do fluxo do tempo, instantes em que o sentido se realiza. Como a fotografia, recortamos um breve espaço de tempo para interpretá-lo. “A idéia é reafirmar que há história no ‘presente etnográfico’” (Schwarcz, 2005:14).

Distintas são as formas de lidar com a história, sobretudo no trato com o nosso tema. Passamos por abordagens teleológicas, ou essencialistas que esperam ações concebidas em teorias gerais sobre sujeitos específicos.

Benjamin conceptualiza constelações de sentido que se conformam em instantes, momentos em que a experiência dos homens revela-se em obras, “produtos de cultura que são simultaneamente produtos de barbárie”. O agora é esse tempo passageiro em que as coisas fazem sentido para os homens, ao historiador-intérprete cabe captar os significados que vêm do passado, não por acaso, mas por que a história tem potencialidades a realizar. “O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (Benjamin, 1994:224 [1940 original]). O autor nomeia: “o materialismo histórico é o método” que ele atualiza em sua obra, incorporando uma hermenêutica do instante histórico.

Tomando a própria antropologia francesa como objeto, esta que funda a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Merleau Ponty, em “De Mauss a Claude Levi Strauss”, caracteriza esta disciplina como uma modalidade de história estrutural em que a

sincronia avança sobre a diacronia. “Como chamar a não ser de história, esse meio em que uma forma onerada de contingência abre repentinamente um ciclo de futuro, e o rege com a autoridade do instituído?” (M. Ponty, 1991:133). Tal abordagem nos permite tomar as ciências sociais como fenômeno a ser analisado.

As formas que duram mais ou menos no tempo e se transformam são constructos sociais, assim como o seu sentido que é vivido pelos homens de determinado tempo-espaço. O intérprete, mais ou menos distante no tempo ou no espaço (social) busca a sua compreensão; para tanto precisa recortá-lo, objetivá-lo, compreensão pode aqui ser entendida como entendimento e como contenção.

Trabalhando o tema da duração Schwarcz (2000) estuda a obra de Braudel que conceptualizou uma *durée* que pode ser tomada como sincronia e como diacronia. Braudel fala de uma longa duração, um tempo quase fora do tempo, dos processos de formação da natureza da qual não estamos apartados, uma história de longa duração que é social, que ele representa através da metáfora das ondas do fundo; e uma curta duração, uma história dos eventos “uma agitação de superfície, as ondas que as marés elevam em seu poderoso movimento” (Braudel, 1992:14), aquela que encontra passado no presente.

Antes do previsto tenho que recorrer ao cinema, e uma metáfora leva a outra. Em *O homem atlântico*, filme de Marguerite Duras, o tempo configura uma sensibilidade, um olhar, o tempo de olhar o mar. Na pesquisa em ciências sociais lidamos com distintas temporalidades e o observador acaba por incorporar, experimentar a perspectiva do outro, num arriscado empreendimento. O fato é que a *durée* é vivida pelo sujeito, o sujeito que estudamos, o sujeito que estuda o outro.

Mesmo na análise sincrônica, a presença da *durée* se faz representar. Trata-se da presença do passado no instante em que se dá o encontro produtor de conhecimento. No

caso desta tese, a referência ao trabalho assalariado e seu marco de direitos, o estruturado que muda e permanece. No jogo do vir a ser há instantes em que a autonomia toma forma.

Observação e participação na pesquisa etnográfica de longa duração

Outra forma de recortar o tempo é olhar para processos – o problema da mudança na organização produtiva, de uma reestruturação produtiva e a criação de instituições. Burawoy apresenta a proposta de revisitar o grupo estudado, tempos depois de uma primeira enquête. Discute, assim fazendo, a metodologia da observação participante como forma interessante de pensar a mudança, a transfiguração das formas sociais. Para tanto, dissocia observação e participação discutindo a pesquisa etnográfica que desenvolve. Conceptualiza um método do caso estendido, no qual o etnógrafo deve identificar as teorias sociais existentes e depois da pesquisa de campo, reconstruí-las. Define metodologia como um elo entre técnica e teoria, e afirma que a metodologia está concernida nas relações recíprocas entre os dados e a teoria. Afirma ser o seu método do caso estendido uma resposta metodológica às críticas à observação participante, no sentido de que ela seria incapaz de generalização e de que seria inerentemente micro e ahistórica e, conseqüentemente, não sociológica. “Focando as macrodeterminações da vida cotidiana, o método do caso estendido é a forma apropriada de usar a observação participante para (re)construir teorias sobre o capitalismo avançado” (Burawoy, 1991:271).

Dissociando observação e participação, propõe uma sociologia que compartilha com os trabalhadores estudados os temas de pesquisa – enquanto participa da situação de pesquisa, ao mesmo tempo em que observa a interação produtora de conhecimento. Essa elaboração me parece interessante. A definição das questões é compartilhada com os sujeitos estudados, a definição do recorte interpretativo varia conforme a história do grupo

e a experiência dos sujeitos em questão. A metodologia utilizada depende das possibilidades de diálogo construídas na observação de campo. Burawoy em sua obra propõe uma sociologia etnográfica e uma etnografia entendida como revisita (2003), que toma em consideração a historicidade, a duração – tomar como objeto os processos por que passam os grupos estudados – elaboração importante para superar a afirmação realista de estruturas. No nosso caso tal metodologia será empregada e se constituirá não só a partir do recurso à memória do grupo, mas também a partir da pesquisa etnográfica de longa duração.

“A etnografia reflexiva requer a infusão em ambos história e teoria, mas a compreensão histórica avançará incomensuravelmente pela conceptualização e pela prática da etnografia como revisita”(Burawoy, 2003:675). Uma revisita compreensiva envolve acompanhar as biografias individuais, as trajetórias institucionais e a reconstituição do lugar, localizando-o nas transfigurações globais. Ressalta a reflexividade como dado fundamental da pesquisa etnográfica em ciências sociais: “Um reconhecimento autoconsciente de como o que se incorpora, o seu lugar, *habitus*, afetam a relação com o povo estudado e, portanto, como estas relações influenciam o que é observado e os dados que são coletados” (Burawoy, 2003:669). De distintas maneiras, em cada um dos casos estudados, pratiquei esse olhar que busca compreender a dinâmica dos processos.

Memória

Na pesquisa, a questão da memória, da lembrança do passado que se atualiza, vida reapropriada numa narrativa nova que dá sentido ao presente, é central na busca de compreensão dos sentidos que assume a noção de autonomia.

A fenomenologia de Schutz afirma que “a lembrança de uma experiência do mundo exterior é relativamente nítida, uma seqüência de acontecimentos externos, um movimento talvez, pode ser lembrado numa reprodução, isto é, escolhendo-se arbitrariamente determinados pontos da duração” (Schutz, 1979:64). “É no tempo interior, ou na *durée*, que nossas experiências atuais são ligadas ao passado por meio de lembranças e retenções e ao futuro por meio de protensões e antecipações” (Schutz, 1979:69). “É o conhecimento à mão que serve de código de interpretação da experiência atual em curso. Essa referência a atos já vivenciados pressupõe memória, e todas as suas funções, tais como lembrança, retenção, reconhecimento” (Schutz, 1979:75).

A etnografia é já um momento de interpretação; os sentidos que lemos orientam a pesquisa. O narrador-trabalhador dá forma à performance da fala. Conversamos, lembrando de fatos, reconstituindo os sentidos da história.

Surgem aqui implicações teóricas para a elaboração da metodologia da pesquisa. A questão da memória deve ser tratada com atenção. No recurso às lembranças, os trabalhadores dão sentido à experiência atual. O passado quase que justifica o presente. A descrição das situações, o rememorar feito por um indivíduo se completa pela fala do outro. No modo narrativo dos trabalhadores tratamos de uma memória que é compartilhada pelo grupo.

Alguns autores tratam desta presença do passado na percepção do presente. Merleau Ponty (1945) apresenta o passado como fonte de entendimento do presente. “A intenção nova retoma uma herança do passado, é um único gesto incorporar o passado no presente e soldar esse presente a um futuro, abrir todo um ciclo de tempo onde o pensamento ‘adquirido’ estará presente enquanto dimensão, sem que tenhamos que o invocar ou

reproduzir. É o que chamamos o atemporal no pensamento, por ter assim retomado o passado e engajado o futuro”(1945:450).

“A existência assume sempre seu passado, seja aceitando-o, seja recusando-o. Nós culpamos nossa existência do passado ele mesmo e nós não o permitiremos resolver mais que os traços presentes de passado. Mas como esses traços seriam reconhecidos como traços do passado se não tivermos sobre esse passado uma abertura direta? É preciso admitir a aquisição como um fenômeno irreduzível. O que vivemos é perpétuo para nós, o velho toca a sua infância”(M.Ponty, 1945:451). “Há toda uma ‘história sedimentada’ que não concerne só a Gênese de meu pensamento, mas o determina o sentido”(1945:453).

Outro autor que trata da questão é Bachelard (1994). Retomando as teses de Bergson, de *Matéria e memória*, afirma que o autor, “mantendo apoio sobre o passado como se fosse um fundo sólido”(1994:15), afirma uma continuidade no tempo. Crítico a esta posição aponta a existência de lacunas, de espaços vazios, intervalos na forma como o tempo é vivido, pensado e representado. Diferente de um fluxo contínuo, o tempo tem ritmos. “As ligações dos instantes verdadeiramente ativos são sempre efetuadas sobre um plano que difere do plano em que se executa a ação, podemos concluir que a duração é, estritamente falando, uma metáfora” (1994:104). Em sua filosofia, propõe uma análise dos ritmos em que a duração é experimentada.

É no instante da pesquisa etnográfica que a memória se atualiza na produção de performances e de discursos visuais na relação entre o indivíduo, o grupo e o outro-pesquisador. No ato de lembrar e reconfigurar o passado à luz da situação presente, a pesquisa faz-se produtora de saberes que circulam para o grupo e para fora dele. O encontro etnográfico faz-se num momento de aprendizagem rico para todos os sujeitos envolvidos.

O vídeo etnográfico

Teço o método utilizado na busca da compreensão dos sentidos da autonomia atribuídos pelos sujeitos trabalhadores. Na produção de seus discursos, a referência às trajetórias de vida, o recurso à memória, são constituintes do sentido de seu projeto de autonomia. É apenas com este recurso que compreendemos as representações acerca de sua auto-imagem.

Não creio ser indiferente a escolha deste ou daquele método de pesquisa nas ciências humanas e esta escolha depende do que se tem como objeto. Isto é, cada tema de pesquisa exige a elaboração de uma metodologia particular. É por este motivo que, no estudo de experiências coletivas de trabalhadores na sua autoconstrução enquanto sujeitos coletivos, desenvolvo a pesquisa videográfica. Acompanho o cotidiano de grupos de trabalhadores que, na sua apropriação do espaço urbano, ocupam fábricas e terrenos na produção de sua subsistência. Tais experiências revelam-se processos instituintes de novas relações sociais.

Proponho uma reflexão acerca das potencialidades do vídeo na produção de uma performance em que o grupo faz vir à luz a sua identidade. Na produção do registro como documento, o vídeo documenta o olhar do sujeito que filma. Permite analisar as imagens produzidas pelo grupo, através da produção de *performers* individuais, a pessoa que filma e a que é filmada, considerando as suas posições no interior do grupo.

Acompanho processos instituintes de novas relações sociais. Para tanto, recorro à memória dos trabalhadores, dialogando sobre as formas de sociabilidade anteriores, suas transformações e permanências. Discutimos um processo de aprendizagem que é dinâmico, em que se reconfigura o sujeito trabalhador em sua identidade e em suas imagens da

alteridade. Na institucionalização de tais experiências, no reconhecimento de si mesmo e do outro recriam-se valores, relações, histórias.

Na pesquisa etnográfica, a mediação do vídeo e a da fotografia, formas de representação que permitem a recriação de uma imagem de si mesmo e dos outros, é fundamental na produção de uma performance que atualiza uma memória, que é simultaneamente individual e coletiva, assim como no trabalho de Ecléa Bosi (1987). O vídeo vai sendo realizado ao longo da pesquisa a partir da produção de registros do cotidiano das experiências autogestionárias. Partindo de imagens produzidas tanto pela pesquisadora quanto pelos sujeitos estudados, visto a construção compartilhada da representação da tecitura dessas novas relações sociais no trabalho e na vida dos sujeitos trabalhadores.

Sigo as pistas apreendidas a partir do olhar para trabalhos seminais como os de Jean Rouch, em seus filmes *Moi un noir* e *Jaguar*, por exemplo, em que a montagem e a sonorização, toda a narração, são compartilhadas com os homens filmados que contam suas histórias, dizem o que vêem nas imagens. “La camera pouvait être, non pas l’obstacle à l’expression d’hommes qui avaient quelque chose à faire ou à dire, mais, au contraire, un incomparable stimulant. Le jeu est commencé” (Rouch, 1960 :27).

O vídeo é simultaneamente linguagem através da qual apresento ao grupo como o vejo e meio de pesquisa, que estimula a produção de performances pelos sujeitos que estudo. A proposição de Rouch de *partager*, compartilhar com o grupo a produção de representações a seu respeito, implica numa abordagem particular da relação sujeito/objeto na produção do saber. Compartilhamos o momento em que se atualiza a memória na produção de uma narrativa, compartilhamos a necessidade de rememorar, de produzir reflexões.

A pesquisa etnográfica é o palco da observação da produção de representações de si pelo grupo estudado. A partir da prática da pesquisa em campo, ação e interação sociais na produção de valores vão conformando um *ethos* particular, que se afirma no contraste com as experiências de outros sujeitos. O recurso ao vídeo permite a re-criação da história do grupo e da produção do discurso que circula com maior facilidade para além das fronteiras do grupo. Sabendo disso, os trabalhadores produzem-se enquanto identidade social que se auto-afirma e pede o reconhecimento de seus outros sociais.

Em tais experiências instituintes, o espaço-tempo da produção/circulação de conhecimento é de fundamental importância. É quando as antigas hierarquias são substituídas, quando os valores são ressignificados, quando a produção de representações pelo grupo e por seus membros é potencializada. Nesse instante, a presença do vídeo em campo acrescenta, às possibilidades de auto-representação, a produção de performances do grupo para si e para suas alteridades.

Bourdieu (1997) afirma a necessidade de explorar a relação de comunicação, de se ater aos problemas teóricos e práticos, o que decorre do caso particular da interação entre o pesquisador e aquele a quem ele interroga. Entendo, assim, que a pesquisa precisa também refletir acerca das condições objetivas da produção de conhecimento, numa espécie de auto-reflexividade.

Na elaboração da metodologia da pesquisa o vídeo foi fundamental para a criação da relação com o sujeito filmado, criando um modo particular – um convite à representação de si para mim e para o grupo. O vídeo foi um modo de estabelecer uma relação de comunicação com o sujeito filmado, em que o discurso verbal, o olhar, as sensações, as percepções possibilitam uma relação que é corporal e mediada pela câmera. No momento das filmagens o sujeito é parte do cineasta, o cineasta é parte do sujeito que filma. Desse

ponto de vista colocamos a questão da participação de um outro ponto de vista. Assim como para David MacDougall, “o filme é um modo de mostrar para o outro como eu o vejo e o espaço entre o sujeito que filma e o sujeito filmado é um espaço em que a consciência é criada” (2001: 26).

Trinh Minh-Ha (1995), antropóloga que produz filmes etnográficos, afirma a existência de “um intervalo entre o sentido das coisas e a sua verdade, uma distância sem a qual o sentido seria fixado e a verdade congelada”(1995:30). Discutindo o filme documentário defende a dificuldade de falar sobre algo, afastando-se de uma estética naturalista da objetividade; afasta-se do intuito da ciência realista, que substitui signos verbais e visuais do real pelo real ele mesmo. O cinema muda o real, é a perspectiva de um autor. E apresenta a noção de reflexividade como a solução que tem sido praticada no campo do filme etnográfico. A reflexão deve ser análise das formas estabelecidas do social; ela define os seus limites. Representamos sujeitos em processo, sentidos em processo. “O coração da representação é o intervalo reflexivo”(Minh-Ha, 1995:48). Cada um percebe segundo uma história, a sua.

Capítulo 2. A construção do conceito. Um olhar sobre diversas configurações

A passagem para o século XX

O fenômeno que estudo poderá ser melhor compreendido se olharmos para outras experiências que deixaram marcas persistentes. O tema da autonomia tem suas raízes e deve ser compreendido em sua experiência particular, observando o processo de formação da classe. Para acompanhar esse processo me dedicarei, neste item, a situar a sua especificidade, apresentando algumas configurações de sentido importantes, raízes da experiência que nos é contemporânea, e que será tratada em seguida.

Ao nos defrontarmos com outras experiências que incorporaram sentidos específicos para as iniciativas dos trabalhadores, a noção de autonomia ilumina nosso percurso. Cabe esclarecer ainda que autonomia é a forma pela qual eu traduzo, por minha intenção analítica, o que está em jogo nas situações estudadas. Frente à norma no trabalho, os sujeitos em relação disputam a capacidade de determiná-la, criando formas próprias de denominá-la. Em cada experiência constrói-se uma forma particular de nomear, ao mesmo tempo em que se vivencia, o fenômeno.

Assim, as categorias nativas que se referem à capacidade de determinação da norma se materializam em representações e práticas, em categorias e instituições. Os sujeitos que estudo vivem, portanto, disputas simbólicas e políticas que passaram por fases de constituição e consolidação.

Ciente de tal complexidade, meu primeiro passo com o intuito de compreender o(s) sentido(s) que assumem as experiências de autonomia, em nossa experiência atual, particular e localizada, procedo ao recurso de distanciar-me no tempo, estranhando o

presente e mirando outras configurações no processo de formação da classe trabalhadora em que a disputa pela norma pareceu estar no centro das ações coletivas dos trabalhadores.

A compreensão da noção de autonomia e de seu oposto, a experiência da heteronomia na formação da classe trabalhadora, pode ser iluminada pelo olhar sobre alguns instantes significativos da história social do trabalho no Brasil. Essa é uma estratégia fértil para captar os deslocamentos de sentido dessa noção de modo a melhor poder dar conta de decifrar o complexo quadro contemporâneo das chamadas experiências “autogestionárias”. Por isso, rastrearei momentos em que o projeto de autonomia da classe trabalhadora pareceu configurar sentidos com maior clareza para a sua experiência, deixando marcas que foram captadas por seus intérpretes, acadêmicos (cientistas sociais e historiadores) ou documentaristas. Importa-nos seguir essas pistas não tanto para dar conta de uma arqueologia da categoria, mas porque tais experiências deixaram marcas no processo de formação de classe.

Nas narrativas sociológicas acerca do tema da formação da classe trabalhadora brasileira, temos um momento original, que poderia localizar-se em fins do século XIX. Nele tem lugar um processo de urbanização, com incentivos à imigração para a composição de uma classe trabalhadora e formação da indústria nascente. Nesse cenário, de uma São Paulo ainda em formação, começam a configurar-se movimentos de classe buscando um lugar enquanto sujeito político. Tentarei analisar algumas dessas formas, na busca de pistas para compreender a multiplicidade de sentidos da noção de autonomia, bem como a maneira pela qual essa afirmação anima instantes definidores de uma identidade de classe.

Antes de prosseguir, cabe definir a própria noção de formação de classe. Trata-se de um processo vivo de constituição dos sujeitos em sua consciência de si, em sua identidade afirmada nas relações que estabelecem frente a seus outros sociais. Podemos apreender tal

processo na criação de organizações, na institucionalização de formas sociais novas, que vão adquirindo diferentes sentidos ao longo de sua história. Trata-se de um processo dinâmico de constituição de uma identidade coletiva e de um sentido de pertencimento, assumido pelos sujeitos individuais (Przeworski, 1977).

Buscando rastrear os fundamentos que ancoram a presença de um projeto por autonomia, tomo como objeto a literatura que trata da questão da formação da classe trabalhadora brasileira em duas vertentes. Por um lado, temos o tema da imigração (Fausto, 1991) e das polêmicas em torno de um ideário autonomista no seio da classe trabalhadora (Hardman, 1982). Por outro lado, aparece o tema da experiência da forma limite do trabalho escravo, suas heranças e permanências nas relações de trabalho e na formação social brasileira. Podemos situar em Martins (1979 e 1981) e em Franco (1997), o esforço de integrar a problemática das relações pós-escravagistas com as questões abertas pela presença do trabalho livre em sua forma assalariada. Por que retornar a essa literatura e às evidências que ela traz? Por que dificilmente poderíamos nos acercar ao tema da autonomia sem situarmos o modo como, entre nós, se constroem historicamente a experiência da sujeição, a assimetria na gestão das relações sociais no trabalho, a heteronomia, enfim. Entre nós, a formação identitária da classe trabalhadora está balizada por essas duas experiências fundantes: a do enfrentamento das heranças da escravidão e a da formação de um ideário autonomista que se transplanta com os trabalhadores imigrantes.

Diversos são os autores que trazem em sua narrativa a lembrança das marcas da escravidão, cicatrizes presentes nas relações de trabalho no Brasil. “A escravidão imprimiu sua marca na formação do operário brasileiro. As condições de trabalho enfrentadas pelos primeiros trabalhadores livres eram semelhantes àsquelas vigentes na produção escravista” (Colbari, 1995:33). Ou, “quando se cria um mercado de trabalho livre é necessário também

criar um modelo de trabalhador, e o referencial da escravidão se impõe para a construção de qualquer tipo de discurso que envolva uma ética do trabalho” (Gomes, 1988:25). Há um consenso na literatura acerca da constituição da identidade do ser trabalhador em contraposição à experiência limite do trabalho heterônomo em sua forma de trabalho escravo, no entanto, há também a persistência de resíduos das formas escravocratas nas relações de trabalho no Brasil. Pensar a questão da autonomia da classe trabalhadora no Brasil implica, assim, na compreensão das suas experiências pretéritas, oriundas da experiência do trabalho escravo. Vejamos as pistas que nos são deixadas pela literatura historiográfica e sociológica.

Localizamos estudos sobre rebeliões de escravos e formação de comunidades, ao longo do século XIX. Reis (1996) reconstrói as lutas dos negros nos movimentos por liberdade, frente ao regime de trabalho escravo e afirma que só se compreende o que se passa em tais episódios considerando experiência de classe, identidade étnica e religião. O autor aponta a formação de quilombos como forma de organização de uma sociabilidade particular. Neste estudo, Reis analisa uma documentação referente à repressão aos quilombos do Oitizeiro, no sul da Bahia, em cerca de 1806. Os escravos fugidos trabalhavam para os senhores de escravos da região na produção de mandioca, os coiteiros eram escravos. “O Oitizeiro era um quilombo com escravidão, com a liberdade do acesso às terras e ao trabalho de fugitivos. Neste caso, **autonomia só pode ser pensada em relação aos senhores**”, salienta Reis descortinando, ainda que para um passado bastante longínquo, os termos em que analiticamente acredito que se deva colocar a questão (Reis 1996:352) (grifos nossos). A liberdade comprada não extinguiu a servidão, que era praticada entre os próprios quilombolas. Apropriar tais reflexões de nosso ponto de vista implica em tentar

compreender os valores de tais grupos. Reis(2003) em reflexão etnohistórica busca na África muçulmana e na disputa entre diversos povos, a origem de tais costumes.

Localizar “linhas de integração e solidariedade coletivas”, que tecem as múltiplas formas componentes de uma identidade entre escravos e libertos, nos indica que sua experiência levava à organização de “juntas de alforria e de ajuda mútua”, de “um cofre comum para o fim de socorrerem os desvalidos” (Reis, 2003:366). Assim, já entre os trabalhadores negros surgem as primeiras evidências sobre organizações autônomas para a assistência mútua.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), em seu estudo *Homens livres na ordem escravocrata* aponta a persistência das relações violentas, de um idioma da violência, herdado das relações senhor-escravo, entre as classes populares. A autora estuda o fim do XIX na região produtora de café (entre o Rio de Janeiro e São Paulo) e encontra a permanência de formas escravocratas nas relações entre as classes, mesmo após abolida a escravidão. Persiste um idioma da servidão, expresso na dificuldade de reconhecer o outro e na desigualdade de acesso aos recursos públicos, que nos são familiares. Uma presença ausente, resíduos.

Roberto Schwarz (2003) aponta a presença de um ideário contraditório no discurso liberal que não encontra chão histórico para se realizar, dadas as marcas do trabalho escravo³. “Burguês e escravocrata ao mesmo tempo, (...) assentado na agricultura escravista, cuja influência se estendia à vida urbana, o país fazia que os homens livres e pobres – nem proprietários, nem proletários – vivessem um tipo particular de privação ou

³ Transcrita por Schwarz, no mesmo artigo, uma observação de Marx sobre a guerra civil norte-americana nos dá a dimensão do problema que é a persistência de uma representação que indiferencia trabalhador e escravo. “Já nos anos entre 1856 e 1860, o que os porta-vozes políticos, os juristas, moralistas e teólogos do partido da escravidão buscavam provar não era tanto que a escravidão negra se justifica, mas sim que a cor no caso é indiferente, e que é a classe trabalhadora, em toda a parte, que é feita para a escravidão.” (Marx, 1861 *apud* Schwarz, 2003).

de semi-exclusão”. A forte presença do mando patriarcal caracteriza o modo de ser do patronato nacional.

No século XX, muda o estatuto formal do trabalhador na relação de trabalho, mas permanece o senhor que contrata, permanece nele um imaginário sobre o uso do trabalho que implica em continuidades no que concerne às formas de impor a sujeição agora em outros tipos de contextos heterônomos de trabalho.

Em contexto de economia cafeeira, urbanização, industrialização e trabalho assalariado, voltamos às formas elaboradas pelos trabalhadores para seguir outras pistas de sua constituição enquanto coletivo. Martins (1992), em artigo intitulado “O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora brasileira” afirma que as primeiras organizações autônomas de trabalhadores eram, associações que se formaram com fins práticos e específicos, constituídas para responder a problemas como a doença e a morte. O autor reflete sobre as contradições da formação de uma identidade operária, e propõe uma leitura a partir da lente dos próprios trabalhadores. Para isso, toma a história das relações sociais dos trabalhadores com suas condições de vida, a partir de um estudo de suas associações. O período estudado é aquele que compreende as últimas décadas do XIX e as primeiras do século XX e a região, nomeada pelo autor de suburbana, é o ABC paulista. “A história do subúrbio mostra que ele (o operário) foi nascendo das adversidades do trabalhador livre, das ameaças e riscos à sua autonomia, das limitações que foi encontrando para se reproduzir cotidianamente e ao longo das gerações como livre e trabalhador; da pobreza, enfim, que foi alcançando-o aos poucos” (Martins, 1992: 180). Os dados que Martins traz são recolhidos do seu estudo das organizações religiosas, espaços comuns de sociabilidade, lugares em que o problema da morte era considerado um assunto da esfera do social

(1992:185). Segundo o autor, a religião definia o sentido social da vida. A sociabilidade de então passava pela mediação da religião.

Compreender as formas e os significados re-inventados pelos trabalhadores para criar sentido para sua existência exige que a pesquisa vá seguindo outras pistas deixadas pelos sujeitos, através das mediações que temos (os documentos, a literatura); implicando em compreender as formas elaboradas pelos sujeitos na construção de sua existência. O lugar da reprodução da vida e de sua impossibilidade, o religioso como espaço social, posto que coletivo, enfim, as esferas da vida valorizadas pelos sujeitos são de fundamental importância para compreendermos primeiro quais são as regras, o *nomos*, praticadas pelo sujeito quando se auto-identifica. Exercício complexo e desconfortável aos que buscam encontrar uma identidade única. Compreender a afirmação de uma identidade e as diversas formas que ela assume em suas múltiplas configurações, é o meu desafio nessa pesquisa.

Compreender o sentido do mutualismo na constituição de uma classe trabalhadora nascente, frente às relações de trabalho marcadas pelo mando herdado da escravidão, implica em notar as possibilidades de autonomia dos trabalhadores presentes nos agrupamentos que se identificam como tal. A assistência mútua era o fim de tais organizações. Luca (1990) apresenta dados sobre a presença de “cooperativas”, “associações beneficentes e mutualistas” que datam ainda da década de 1860, quando foi sancionada a lei de registro de tais associações, (só desse modo os dados permanecem para se tornar história oficial)⁴.

⁴ A legislação de 1860 é a primeira a tratar das organizações mutualísticas, definindo-as por sua personalidade jurídica própria, estando isentas de impostos e dependendo de autorização governamental para poder funcionar. As primeiras associações registradas no Brasil são a Sociedade Beneficente dos Chapeleiros Dois de Julho em São Paulo, fundada em 1881, a Associação Tipographica Paulistana de Socorros Mutuos, de 1876, a Sociedade Humanitária dos empregados no Comércio, de Santos, fundada em 1879. Figuram ao lado das sociedades beneficentes portuguesa, espanhola, suíça, italiana, reflexos da marcante influência da imigração européia. O trabalho escravo a essa época ainda era fato. Foi somente em 1893 que as sociedades

Vê-se assim que, as primeiras associações de trabalhadores têm, já em sua origem, um caráter previdenciário: ajuda financeira em caso de velhice, invalidez ou enfermidade que os impossibilitasse à atividade produtiva, providenciar o funeral do sócio, assistência às viúvas, assistência jurídica, gabinetes de leitura, círculos de formação.

O que está em jogo em todos estes casos é a gestão coletivamente partilhada dos meios de subsistência, a organização de coletivos de produção para a reprodução da vida. Documentos que atestam a existência e o sentido de tais instituições exemplificam sua área de atuação: um Hospital Central Cooperativo Ferroviário, um Banco dos Operários de São Paulo, diversos festivais beneficentes com apresentação de peças de teatro, palestras, publicações (Carone, 1979).

Desde então identificamos iniciativas autônomas de trabalhadores com o objetivo de suprir as demandas da classe em formação. Diversas foram as formas de constituição dessas organizações: sociedades organizadas por empresas, nos órgãos públicos, por categorias profissionais, por etnia, por bairros...(Luca, 1990). Do ponto de vista da legislação, desde 1907, qualquer categoria profissional poderia organizar-se em sindicatos. Neste momento, a organização dos trabalhadores em associações, cooperativas ou sindicatos supria funções assistenciais, de representação, de formação de uma consciência enquanto classe social, havendo disputas entre essas distintas concepções. As associações mutualistas, muitas vezes congregavam os trabalhadores ligados a uma empresa (como a Associação Geral de Auxílios Mutuos da Estrada de Ferro Central do Brasil) ou a uma região (como a Irmandade de São Caetano).

de auxílio puderam registrar seus estatutos e promover a sua publicação no Diário Oficial do Estado. Na última década do século XIX, depois do fim do trabalho escravo, tais organizações proliferaram.

Com a legalização dos sindicatos, permaneceram as outras organizações mutualistas que não tinham o universo do trabalho com o critério para a associação, mas a etnia ou o bairro. Garantindo espaços de convivência íntima, onde se fala a língua materna, elas afirmavam-se como importantes *loci* da afirmação de identidade. Além das associações de imigrantes estrangeiros, há dados da presença de sete associações de negros fundadas entre 1902 e 1917 e uma associação de migrantes do norte do país. As associações mutualistas formadas a partir de bairros assumem as tarefas de zelar pelas condições de calçamento, eletricidade, lazer e instrução numa São Paulo crescente e sem estrutura urbana. A presença imigrante teve importância na criação de tais entidades (Luca, 1990:130), deixando marcas na experiência dos habitantes das regiões: Água Branca, Barra Funda, Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Lapa, Moóca, Vila Esperança. Muitas delas também afirmavam a identidade *operária*, e o lugar dessa afirmação de uma posição social é central.

Há, na literatura, uma polêmica sobre o sentido da organização mutualista. De uma outra perspectiva, temos outras leituras: “Antes que os imigrantes europeus tivessem constituído as primeiras associações não existiam senão associações de ajuda mútua, organizadas por algumas categorias de trabalhadores urbanos, que não gozavam de nenhuma proteção, no quadro da sociedade patriarcal-escravagista” (Pinheiro, 1977:95). Essa interpretação que caracteriza tais organizações pela negativa, adjetiva suas práticas como “conservadoras, assistencialistas”. O fato é que as organizações de trabalhadores, fundadas com o fim da reprodução da vida, eram um território de disputa. Entre autonomia e controle, as instituições criadas pelos trabalhadores vão mudando de sentido.

Martins (1992) apresenta as disputas no interior das associações de mútuo socorro entre patrões e seus empregados e o abandono da ética do cuidado com o outro. A literatura aponta um processo de integração simbólica ao capitalismo nascente em São Paulo. Em

outro estudo, Martins (1979) estuda o fenômeno da imigração e o processo de sua integração como mão de obra na economia cafeeira. O autor afirma: “o mito do enriquecimento pelo trabalho, na verdade é a ideologia do capitalismo, (porque é ideologia do capitalismo que as pessoas, vendendo sua força de trabalho, podem se tornam ricas como as compradoras de força de trabalho). Esta é essencialmente a idéia. Esta é a idéia que legitima o sistema na medida em que é desafiada constantemente pela desigualdade substancial que há entre os participantes, entre os compradores e vendedores de força de trabalho. De modo que há uma situação histórica tensa” (1979:49).

Discute a importância dos núcleos coloniais, que recebiam grande massa de imigrantes. Martins estuda o caso de São Caetano do Sul, que foi projeto de núcleo abandonado pelo governo. Demonstra que tais experiências funcionavam como efeito-demonstração para o imigrante que trazia consigo o imaginário do pequeno proprietário de terras proletarizado já na Europa, particularmente na Itália, da região do Vêneto, de onde vêm muitos imigrantes para São Paulo. O imigrante traz consigo o ideal da pequena propriedade.

Para o patronato, aquele novo trabalhador assalariado, permanecia subalterno, a relação via contrato de trabalho é igualmente assimétrica e heterônoma; “para o imigrante, a motivação para o trabalho estava definida pelo desejo de ascensão social e, assim sendo, o domínio de certas habilidades artesanais era encarado como o ponto de partida para a instalação de uma pequena oficina ou fábrica própria” (Colbari, 1995:35).

A caracterização de um operariado agrícola, composto por imigrantes que traziam consigo o “sonho” da posse da terra, também aparece em outros autores (Petrone, 1977). Esta foi a forma com que se justificou a constituição de um proletariado livre no Brasil. “A idéia é que à medida que a pessoa trabalha intensivamente, ela pode se tornar proprietária

de suas próprias condições de vida. Isto é, se as aspirações do imigrante, naquela época eram tornar-se produtor independente, nada melhor do que oferecer a ele a oportunidade de se tornar proprietário de terras” (Martins, 1979:50). É o apelo a uma perspectiva liberal que justifica a proletarianização do imigrante, levando-o a ser empregado antes de ser proprietário. Era a forma de levá-lo compulsoriamente à condição de proletário.

Para além das formas oficiais de incentivos à imigração visando à formação de uma classe trabalhadora no Brasil, temos laços de sociabilidade entre os imigrantes que apóiam, eles próprios a chegada de novos grupos. A partir da pesquisa de Leite (1984) podemos afirmar a existência de correspondência e troca de publicações entre grupos de imigrantes anarquistas e outros grupos individualistas no mundo. Imigrantes que trabalham conjuntamente até que possam comprar um pedaço de terra constituem uma sociabilidade própria, práticas culturais e educativas específicas, a partir do convívio entre famílias de distintas procedências. Essa é uma experiência de busca por autonomia a partir de ideais anarquistas individualistas, que se contrapõem ao fascismo e às guerras.

Durante as primeiras décadas do século XX, a posição anarco-sindicalista construiu outras formas autônomas de organização, tendo na greve a ação que rompe o cotidiano do trabalho heterônomo. Uma imprensa operária publica o debate – *A Plebe, Spártacus, O combate*, eram alguns títulos. Criando formas que dessem conta de um cotidiano voltado para a emancipação do homem, essa foi a concepção que marcou o “período de resistência”, caracterizado por Pinheiro (1977). A “ação direta” dos trabalhadores era o meio por excelência para alcançar a autonomia. Essa corrente opunha-se, enquanto disputava politicamente pelos trabalhadores, ao mutualismo e ao cooperativismo.

A crítica do sindicalismo de resistência ao cooperativismo o caracteriza como falácia. Arguem que a produção dos trabalhadores não tem como concorrer com a dos

grandes industriais. O cooperativismo, adotado cada vez mais como política oficial é referido pelo movimento operário de então como uma ilusão. Uma resolução do segundo Congresso da Confederação Operária Brasileira traz essa posição⁵. A instituição “cooperativa” e a luta pela resistência à norma de sujeição capitalista parecem se dissociar, cabendo a primeira a uns e a segunda a outros.

Um registro de 1915, publicado no jornal da COB⁶, aponta que há uma crescente organização operária em São Paulo, com a realização de comícios preparatórios ao primeiro de maio em que os discursos eram pronunciados em diversos idiomas (português, italiano e alemão), a fundação de sindicatos, a efervescente vida cultural nos bairros do Brás, da Lapa, com suas escolas modernas e centros de formação operária.

Os movimentos de operários reivindicavam um limite legal para a jornada de trabalho, para a exploração do trabalho de crianças e mulheres, direito de greve, salários. A repressão culmina em extradições de militantes e num corpo de leis que regulam a presença de imigrantes no trabalho industrial. O movimento conquista o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores numa legislação trabalhista.

Imigrantes ou nacionais, o fato é que o sentido da noção de autonomia para a classe trabalhadora configura-se a partir de múltiplas experiências. A organização autônoma de uma classe trabalhadora brasileira nascente, no início do século XX, cria suas formas à própria medida que passa a existir. Associações de mútuo socorro, círculos de cultura e educação, coletivos de produção no campo, oficinas, vão dando face à classe que vai se constituindo na integração à nova vida através do trabalho. Imigrantes, italianos ou japoneses, negros, migrantes rurais, encontram o mesmo desafio de integrar-se ao processo

⁵ “A atitude dos sindicatos em face do cooperativismo”. *A voz do trabalhador, organ da COB*. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1913.

⁶ “Da paulicéia proletária”. *A voz do trabalhador*, nº 71. Rio de Janeiro, 1915.

de formação de uma classe laboriosa. A esperança de ter a propriedade dos meios de produção não apenas atua na reprodução da economia que os proletariza, mas também orienta a ação dos que elaboram, a partir do seu cotidiano, as instituições que os localizam socialmente.

As associações voltadas para a produção das condições de bem estar para os membros do grupo têm suas funções deslocadas quando um sistema de proteção se institucionaliza a partir do Estado, como direito do cidadão trabalhador, na forma de uma legislação trabalhista. Se até este momento as organizações mutualistas, ou mesmo os sindicatos de resistência exerciam a função de buscar suprir as necessidades dos coletivos de trabalhadores associados, quando o Estado entra em cena, é ele que passa a gerir tais necessidades, elegendo interlocutores legítimos e recolocando o lugar de sindicatos e cooperativas, investindo-os de novos significados.

Foi assim que a legislação de 1931 trouxe mudanças profundas para a vida das organizações dos trabalhadores. Os sindicatos passam de órgãos de direito privado para entidades de direito público. Sua existência legal passa a depender da aprovação pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a quem cabe exercer também o controle. O princípio da unicidade sindical data deste momento, tanto quanto a exigência de que seus membros fossem compostos de dois terços de brasileiros natos. Na Carta de 1934, se restabelece a pluralidade sindical e abranda o controle do ministério, legislação que não teve vigência longa, com o Estado Novo de 1937. A lei de 1939 impõe aos sindicatos a prestação de serviços assistenciais, bem como a criação de cooperativas, fundindo os papéis e impondo a representação das categorias profissionais frente ao Estado como papel primordial das entidades sindicais. Nesse contexto de apropriação pelo Estado, as formas que foram inicialmente criações independentes de trabalhadores, passam por uma mudança

de sentido. As cooperativas passam a receber incentivos oficiais, sendo inclusive pensadas como estratégia de desenvolvimento econômico.

O sucesso do projeto político estatal do trabalhismo pode ser explicado pelo ato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças de classe durante a Primeira República, os elementos chaves de sua auto-imagem e de tê-los investido de novo significado em novo contexto discursivo”(Gomes, 1988:23). No pós 30, particularmente entre 1942 e 1945 há a proposta de uma identidade articulada pelo poder, o Estado consegue obter laços sólidos porque simbólicos, não só econômicos (Gomes, 1988:26). A criação de uma carteira de trabalho, o reconhecimento de uma cidadania operária com gozo de direitos do trabalho e a oficialização das associações profissionais.

A política populista de Getúlio Vargas, incorporando demandas e um discurso popular, institucionaliza canais de participação e formas de atuação, fixando estruturas e legislações. O cooperativismo é incorporado como política estatal no período entre 1930 e 1945. Neste momento, os anseios por inserção de setores da classe trabalhadora são capitaneados pela política estatal de modo a oficializar uma legislação cooperativista e fixar papéis de assistência aos Sindicatos; é o que se depreende da leitura de documentos históricos.

Evidenciando o embate entre as posições do anarco-sindicalismo e o cooperativismo, Gomes registra: “O registro da presença de Sarandy Raposo é interessante, porque foi a partir de 1917 que suas idéias começaram a ter algum tipo de divulgação entre os trabalhadores, sendo que só após a repressão desencadeada contra os anarquistas em início dos anos 20 elas conseguiram um maior grau de publicidade. De qualquer forma ele estava ligado aos órgãos governamentais; durante os anos 10 pronunciou conferências e escreveu vários textos que procuravam defender sua versão brasileira de cooperativismo.

Em 1911 vários destes trabalhos foram publicados sob o título *Teoria e prática da cooperação*. Foi a Sarandy e a seu cooperativismo que os anarquistas denunciaram a partir de 1912 argumentando que as cooperativas formadas pelos próprios trabalhadores deviam ser desestimuladas em nome da organização sindicalista, aquelas que recebiam apoio e proteção oficial deviam ser radicalmente combatidas”(1988 :124). Seus textos foram reeditados em 1935, graças ao apelo ao cooperativismo ser incorporado como política oficial.

Luiz Amaral , diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado de São Paulo, em 1935, publica em Porto Alegre texto em que apresenta o modelo cooperativista a partir da realidade das necessidades da produção agrícola. Crédito, produção e consumo, nesta ordem, são as áreas prioritárias de ação dos possíveis cooperados. Amaral (1935) é um dos ideólogos do cooperativismo de então e traz como referências simbólicas exemplares a experiência alemã do fim do XIX, tendo como mentor um apóstolo prussiano Schulze Delitzsch, defensor de iniciar a ação cooperativa pelo crédito, e a experiência belga, também a partir da ação de um presbítero Mallaerts que impulsiona o cooperativismo agrícola. O autor tece ainda críticas à legislação brasileira que indiferencia grandes empresas e sociedades cooperativas na tributação e no acesso a crédito. Tendo vindo do Rio Grande do Sul, traz as concepções cooperativistas presentes, dadas a presença imigrante na formação da região, para as políticas do Estado; passando a publicar pela Secretaria dos Negócios, da Agricultura, Indústria e Comércio a partir de 1935.

Fabio Luz Filho é outro autor que divulga os ideais cooperativistas, nesse contexto. A partir da realidade da agricultura, esclarece as facilidades de se comprar em comum, as melhorias técnicas, o acesso ao consumo. Defende que os Sindicatos são em potencial

sociedades cooperativistas de produção, poderosos instrumentos de mutualidade, aponta a intersecção nos papéis de sindicato e cooperativa. E avança em relação às virtudes da associação: “Syndicato traz a idéa particular de syndicar, enquanto que cooperação é um termo que encerra integralmente a acção simultanea de syndicancia mutua, autonoma, distribuição, retribuição, produção, credito, consumo, defesa e vigilancia propria, dispensando intermediarios para todos os efeitos” (Luz, 1930:62).

Como política estatal, o cooperativismo passa a incorporar o discurso da mentalidade do empreendedor, onde autonomia significa ter o próprio negócio, não ter patrão, ter acesso a crédito. Remeto-me a esse tema não somente para entendermos o jogo de forças em que a classe trabalhadora se constitui e se afirma autônoma e a forma como seus outros sociais, o Estado, os patrões, se colocam nessa disputa, mas também para visualizarmos os processos de disputa por significados que vão sendo apropriados e transformados ao longo do tempo, esses termos persistem no presente. Este é um processo de institucionalização de demandas operárias por um Estado que reage politicamente ao processo de construção de autonomia entre os trabalhadores.

São Paulo, anos 70: trabalhadores no cinema

Tendo deixado diversos legados que permanecem ainda hoje, o momento do início do século XX passou a ser bastante tematizado nas representações produzidas no campo das ciências sociais e de um certo cinema documentário, no fim dos anos 70. Nesse outro contexto, a intelectualidade se mobilizava na elaboração de um projeto de autonomia trabalhadora que buscava suas referências na experiência do anarco-sindicalismo, havendo todo um movimento intelectual que se debruçava, então, sobre esse objeto.

Uma reapropriação da norma – a partir da afirmação da autonomia dos trabalhadores frente ao estado e suas instituições – aliado a uma crítica às formas da exploração do trabalho fabril marcam, àquele momento, o movimento dos trabalhadores. Construindo um processo de democratização que põe fim à ditadura militar, os trabalhadores questionam simultaneamente as estruturas do estado e a norma nos espaços produtivos. A questão agora se coloca a partir de suas organizações de representação e aparece na cena pública nomeada como “liberdade e autonomia sindicais”. Destaco dois elementos que me parecem centrais a esse momento e depois os desenvolverei um pouco mais. Por um lado, o fato de que a consigna da “autonomia” aparecesse não apenas nominada, mas localizada no centro da luta. Mas, por outro lado, destaco também que é na luta política que ela se expressa, enquanto autonomia “sindical”, vale dizer, direito de auto-organização, em contraposição à hetero-organização do trabalho, a partir dos movimentos grevistas.

A partir dos locais de trabalho e do centro da indústria, nesse momento, o ABC paulista, as organizações nos locais de trabalho em formação passam a ser instrumentos de disputa da norma no cotidiano fabril. É a partir dos espaços heterônomos de trabalho assalariado, as grandes multinacionais montadoras de automóveis, que se coloca a questão da norma a ser negociada, contratada entre as partes.

Um olhar sobre o cotidiano do trabalho e sobre as relações de hierarquia e poder, passa a ser produzido. Desse modo, já haviam procedido importantes estudiosos no campo do trabalho industrial fora do Brasil (Burawoy, 1979, Linhart, 1978 e Beynon, 1995). Assim também, temos uma geração de pesquisadores brasileiros que é levada a escrever sobre os impactantes eventos no ABC em 78. A sociologia se perguntava como é que uma classe, que fora antes representada como talhada pelo paternalismo, aparecia na cena

pública reivindicando seus direitos (French, 1982, Sader, 1988), recusando-se à exploração do trabalho (Maroni, 1981), denunciando o “milagre econômico” (Humphrey, 1982), lutando por dignidade (Abramo, 1986), por condições de vida e trabalho (Rodrigues, 1990). Tais autores rompem com uma tradição que representava, em seus textos, uma classe trabalhadora incapaz de ação política e de autonomia, acostumada ao mando e dependente (Rodrigues, 1974, Almeida, 1975, Lopes, 1960). Os trabalhadores antes “sujeitos ao imaginário acadêmico” (Sader, Paoli e Telles, 1983), nesse momento, apontam a possibilidade da existência de organizações dentro mesmo dos locais de trabalho, disputando a gestão do trabalho com a hierarquia fabril, a partir da proposta da criação de Comissões de Fábrica. Assim como evidencia a literatura sociológica, as análises sobre os movimentos grevistas do ABC, trouxeram uma nova abordagem nas narrativas produzidas a respeito da classe trabalhadora: o olhar sobre o cotidiano, as relações, cultura, valores, identidade própria, marcam os textos que surgem a partir daí. O reconhecimento da classe trabalhadora como sujeito político se impõe.

Essa visibilidade dos movimentos de trabalhadores também se faz fortemente presente na narrativa cinematográfica. O campo do cinema foi terreno fértil de produção de filmes-documentário, retratando o crescimento dos movimentos de trabalhadores, em que se destacaram as greves. Seus intelectuais (diretores, fotógrafos...) não raro comungavam com os acadêmicos origem social e espaços de sociabilidade. Como pretendo salientar em seguida, a narrativa cinematográfica é, ao mesmo tempo, recurso interpretativo de primeira hora, tanto quanto a narrativa acadêmica, desse experimento pujante de exercício de autonomia, face ao estado e face ao patronato, autonomia para auto-determinar-se organizacional e politicamente.

O cinema parece atualizar a ação de um modo ainda mais potente que a escrita. Se esta pode transcrever falas ou narrar acontecimentos, a força da imagem capta a densidade do ato no momento vivido pelo sujeito filmado. Barthes (1971) ressalta essa possibilidade da imagem em relação à escritura. A reconstrução do cotidiano a partir da construção da imagem reforça a presença do sujeito que atua para a câmera. Mas o cinema documentário vai mais longe na medida em que, com frequência, sua produção regressa aos sujeitos, como um discurso a um só tempo “dos trabalhadores”, dado o intuito fortemente militante que pautava a empatia entre cineastas e operários em confronto com as normas da política e da produção. Assim fazendo, o cinema amplia as possibilidades de representação das ciências humanas.

Como recuperar as pistas contidas na narrativa cinematográfica? Busco, na descrição filmica, os sentidos mobilizados pelos autores-cineastas, na compreensão dos movimentos grevistas. Isso porque este é um sentido construído na interação com os sujeitos trabalhadores filmados. A “verdade” filmica é produto dessa interação o que, como veremos, confere especificidade e especial importância heurística a esse tipo de narrativa.

Um conjunto de filmes aqui tomado como fonte dá conta de um recorte temporal particular e frisa alguns instantes decisivos, marcantes na história da formação da classe trabalhadora e da sociedade brasileira. Distintas são as representações do sujeito em questão: os trabalhadores que deixaram marcas na história política dos anos 70 e 80 em suas lutas por democratização, operários, migrantes rurais, favelados, desempregados, pouco qualificados; todas elas são formas de representar a classe trabalhadora brasileira e apresentam possibilidades de compreensão da identidade dos sujeitos e do sentido de sua autonomia. Esses filmes falam do cotidiano, do movimento, das relações com os patrões,

com a cidade, com a política. A voz dos trabalhadores denuncia a diferença, o empobrecimento, o desigual acesso ao poder.

Um núcleo comum agrupa filmes que retratam um momento específico, a ascensão do movimento operário no fim da década de 70: *Greve!*, de João Batista de Andrade, *Linha de montagem* e *A luta do povo*, de Renato Tapajós, *Braços cruzados, máquinas paradas*, de Roberto Gervitz, *O ABC da Greve*, de Leon Hirszman, documentais. Dele também, *Eles não usam black tie*, adaptação da peça teatral de Gianfrancesco Guarnieri para o cinema, e *O homem que virou suco*, de João Batista de Andrade, ficções.

A maior parte dos filmes foi produzida no fim dos anos 70, momento de efervescência político cultural em que a sociedade brasileira volta a se manifestar depois do silenciamento sofrido com o golpe militar em 1964. De diferentes maneiras os filmes dialogam entre si. Os autores fazem parte de um mesmo contexto e retratam diferentes perspectivas e relações com os sujeitos filmados. Através dos filmes apreendemos também as diferenças de concepções entre os próprios movimentos filmados. Interessa para o nosso objetivo compreender o sentidos que a noção de autonomia assume, perceber as distintas concepções e práticas dos movimentos, os que se configuram como Oposições Sindicais (retratada em *Braços cruzados, máquinas paradas*) e a posição do Sindicato de São Bernardo e Diadema (em *Linha de montagem*). Tal distinção é importante por que marca diversos projetos de reação à heteronomia, que darão origem, mais tarde, às diferentes instituições de representação das experiências autogestionárias.

Nos anos 70, há - no cinema e mesmo na literatura acadêmica - um movimento no sentido de voltar-se para o início do século XX numa busca de referências simbólicas que remonta ao anarco-sindicalismo, experiência inspiradora para o constructo do novo sindicalismo. Devido a esse interesse, a documentação sobre diferentes grupos anarquistas

foi reunida, no início dos anos 80, com a criação do Acervo Edgar Leuenroth⁷ (militante anarquista dos anos 20), na Unicamp.

A pesquisa para a produção do filme *Os Libertários*⁸, de Lauro Escorel Filho, por exemplo, reconstrói as demandas da classe em formação: o debate entre comunistas e anarquistas, os enfrentamentos com o Estado e os patrões, sociabilidade e cultura anarquistas. Na narrativa fílmica, a indústria vai-se formando ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora brasileira. A partir de fotografias, música, imagens em película, jornais de época, o cinema reconstrói o surgimento do que nomeia como o “primeiro movimento social urbano no Brasil”, que, através de seus embates foi sujeito de uma mudança de expectativas em relação à vida cotidiana dos trabalhadores. Atribui à presença anarquista as conquistas do movimento operário dos anos 20 e 30. O filme trata de um período em que os movimentos de trabalhadores se colocam como tal, tendo formas próprias de manifestação e organização e aparecem reivindicando o seu direito à autonomia significando liberdade de associação para a reprodução de uma sociabilidade particular, o *modo de ser operário*.

Este é o momento de criação das instituições de representação dos trabalhadores, fundadas a partir de um novo sindicalismo, uma central sindical⁹ e um partido¹⁰. Tal movimento chega a reunir grupos autonomistas, alguns deles haviam sido exilados no início da década de 70. Presentes no trabalho de organização de um Grupo de Apoio às Oposições Sindicais - GAOS e também na Escola Nova Piratininga, organizada pelo

⁷ Parte do Acervo Edgar Leuenroth foi reunido a partir da pesquisa coordenada por Paulo Sérgio Pinheiro, financiada pelo Ministério da Indústria e Comércio e sediada na Unicamp. Trata-se de um extenso resgate da memória iconográfica da classe operária brasileira, um levantamento de documentos da história da industrialização e do movimento operário do início do século em São Paulo. A pesquisa foi realizada em acervos públicos e particulares, inclusive nas próprias indústrias e em jornais da época.

⁸ *Os Libertários*. 1976, 26', 35mm. Lauro Escorel Fo.

⁹ A Central Única dos Trabalhadores foi fundada em 1983.

¹⁰ O Partido dos Trabalhadores foi fundado em São Bernardo do Campo, em 1980.

Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP. Traziam experiências internacionais¹¹ como referências simbólicas para a utopia da autonomia (Nascimento, 2001). Representações simbólicas se condensam, assim, em instituições, em representação política.

Em 1978, os movimentos de trabalhadores por reajuste salarial e melhores condições de vida e trabalho tomam as ruas e pressionam pelo fim do silêncio imposto pela ditadura militar. Novos personagens entram em cena quando “novas configurações dos trabalhadores” constituem movimentos sociais, com novos padrões de ação coletiva. A partir da recusa ao trabalho nas fábricas, as greves pararam categorias inteiras e os movimentos se ampliaram com a participação dos bairros populares, movimentos de igreja, de estudantes, de donas de casa... O cinema documentário representa tais movimentos de um modo detalhado e da perspectiva de diversos olhares. No contexto da segunda metade da década de 70, um setor da intelectualidade voltou-se para os acontecimentos que emergiram a partir do ABC paulista. Os filmes permitem compreender **o sentido das greves** e a dimensão que o movimento grevista assume. A **recusa da norma de subordinação nos espaços heterônomos de trabalho** passa a aparecer na cena pública, assumindo um sentido político.

Em São Paulo, Roberto Gervitz e Sergio Segall produzem *Braços cruzados, máquinas paradas*¹². O filme abre com uma crítica à estrutura sindical, este é o seu tema. Um cine-jornal do governo Getúlio Vargas em que aparece a inauguração de um restaurante operário, é montado sobre uma voz: “O filme quer lembrá-lo como o homem que implantou a estrutura sindical”. Na seqüência, fala o presidente do Sindicato dos

¹¹ A experiência dos Conselhos de Fábrica da Itália - que embasou a reflexão de Gramsci, a da Tchecoslováquia, a da Polônia, a da Revolução Espanhola, a da Revolução dos Cravos e tantas outras.

¹² *Braços cruzados, máquinas paradas*. 1979, 78', 16mm. Roberto Gervitz.

Metalúrgicos de São Paulo, em 1963-1964, afirmando que “os diferentes governos e regimes passam, mas que a estrutura sindical permanece”. Este é o prólogo do filme, sintetiza a idéia de que a estrutura sindical do Estado Novo se faz presente ainda na década de 70. Os acontecimentos que se seguem são mais específicos...

Madrugada, ônibus e trens lotados por trabalhadores que vão às fábricas. Na porta da fábrica, uma panfletagem. O cineasta entrevista uma operária que diz que vai votar na Chapa 3. O presidente da chapa critica a estrutura sindical “copiada de Mussolini”, reivindica o direito de greve e apresenta os candidatos à diretoria do Sindicato. Na rua, a campanha da chapa 3. Na porta de fábrica o debate registrado pelo documentarista é sobre a greve: “Parar”. “O salário está baixo”. “Falta o Sindicato na fábrica”, dizem os trabalhadores. Opiniões sobre a greve do ABC. No interior da fábrica, trabalho.

O presidente do Sindicato, Joaquinção, fala: Nossos planos são dar continuidade às obras do Palácio do Trabalhador, na Liberdade e a Colônia de Férias. Em contraposição, Gervitz traz o barraco na favela onde mora o trabalhador. E um samba *Se segura Joaquim*, num “ataque direto e bem humorado sobre imagens de favelados, que só se sustenta se o espectador tem informações extra filme de que Joaquim dos Santos Andrade é considerado um ‘pelego’” (Futemma, 1986). O filme é explícito em sua opção a favor da chapa de oposição e crítico em relação à posição burocrática da direção sindical.

De outra posição, fala a Chapa 2: O problema não é a estrutura sindical, são os pelegos. Evidenciadas as posições das três chapas que concorrem às eleições do sindicato em 78, voltamos ao interior da fábrica. A greve é representada numa cena que foi dramatizada para a câmera, numa citação do filme *A classe operária vai ao paraíso* de Elio Petri, clara influência do neo-realismo italiano. À hora marcada, as máquinas param.

Apesar da presença do supervisor, os homens cruzam os braços. A cena representa o título do filme.

Os autores identificam-se com a posição da Chapa 3 que critica a estrutura sindical, evidencia o peleguismo de Joaquim e mostra a fraude nas eleições do sindicato. O filme se posiciona ao registrar as imagens. Documenta a força do movimento grevista e a disposição crítica de trabalhadoras. Na porta da fábrica, o autor colhe mais depoimentos sobre o arrocho salarial, a intensidade do trabalho, o risco da demissão. O Sindicato se diz mediador entre os trabalhadores e a empresa e os trabalhadores o criticam. A câmera registra os bastidores da organização nos locais de trabalho, colhe depoimentos da Comissão de Fábrica em formação, acompanhando Helio Bombardi no interior da fábrica.

Em negociação no Ministério do Trabalho, falam o representante da empresa: “Oferecemos boas condições de trabalho”, o delegado regional do trabalho: “A empresa produz, o salário depende do preço e do lucro” e o representante dos trabalhadores: “Os trabalhadores recusam a proposta”. Durante as eleições sindicais, a câmera testemunha a fraude eleitoral. Mesmo assim, o Ministério do Trabalho empossa a chapa 1. O operário Santo Dias afirma que o Sindicato está sob intervenção estatal. Na Praça da Sé, o movimento da carestia tem seu ato reprimido pela polícia. A voz do narrador fala em greve geral e afirma que em 1978, a estrutura sindical começa a cair, retomando a tese do início do filme.

Nesse contexto, a defesa de “liberdade e autonomia sindical” sensibiliza grandes setores da classe trabalhadora, que conquista aliados importantes entre intelectuais e demais setores organizados populares. Olga Futemma (1986) resenhando o filme, analisa a adesão dos autores à oposição e a sua tese de que a estrutura sindical é a “camisa de força” que atrapalha os movimentos grevistas. O filme de Gervitz retrata a atuação do grupo que se

organiza como Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo (MOMSP).

A outra “matriz discursiva” que compõe este contexto é o sindicalismo oriundo do ABC paulista, particularmente de São Bernardo do Campo. Documentando os movimentos de trabalhadores nos bairros populares temos *A luta do povo*¹³, filme de Renato Tapajós, que abre com o choro da mulher de Santo Dias, que foi morto pela polícia num piquete. “A luta continua, a luta continua, companheiros”, grita a esposa do trabalhador assassinado em sua marcha fúnebre. O enterro de Santo Dias inicia o filme com toda a dramaticidade da história testemunhada pela lente do cineasta.

Tendo finalizado seu filme em 1980, Renato afirma: “os trabalhadores pegam o microfone e conclamam seus iguais a participarem dos movimentos”, ele também faz isso através do filme. Um trabalhador fala do cotidiano do movimento, de sua vida; sua mulher nos conta o movimento contra a carestia. O dia a dia das greves do ABC, o 1º de maio de 1980 é história. As esperanças “por um outro governo”, a crítica prática ao regime autoritário, a luta por democracia é travada nas ruas.

Renato Tapajós, cineasta e sociólogo, tem uma grande produção acerca dos movimentos sociais que emergem neste momento. Seu cinema é de intervenção, ele “registra os acontecimentos criados pelos movimentos populares que reivindicavam democracia. Propõe-se a retratar e devolver as imagens aos retratados” (Renato Tapajós, em São Paulo, em 1997).

Depois de cinco anos preso, no início dos anos 70, aparece no final da década escrevendo sobre os movimentos de resistência ao regime político ditatorial. *Em Câmara*

¹³ *A luta do povo*. 1980, 30', 16mm. Renato Tapajós

lenta, romance publicado em 1977, Tapajós procura reportar os acontecimentos políticos ocorridos entre 1968 e 1973, para os que atuavam numa militância política clandestina. A violência da repressão policial no fim da ditadura militar é denunciada reincidentemente em seus filmes; o cineasta fala de sua experiência vivida. Dirigente da Ala Vermelha do PC do B, nos anos 60, o autor acreditava no trabalho de educar as massas, “assim como a Igreja que busca catequizar o povo”. Nos anos 70 e 80, seu trabalho é uma auto-crítica dessa primeira atuação, num contexto de ascensão dos movimentos de trabalhadores, o autor busca retratar os fatos “de dentro do movimento operário e para dentro dele”.

*Linha de montagem*¹⁴ retrata os movimentos de trabalhadores em São Bernardo do Campo, as greves que crescem e se difundem a partir de 1978 e a intervenção militar no Sindicato dos Metalúrgicos. O filme acompanha os bastidores do movimento, as falas de Lula nas assembléias e o debate sobre o acordo feito com os patrões. As reuniões, atos, shows, o cotidiano do movimento, a distribuição de cestas básicas aos grevistas e a formação do fundo de greve, forma de sustentação do movimento grevista. O filme apresenta as diversas posições da situação: o penoso trabalho nas fundições e linhas de montagem, nas ruas; as passeatas e a repressão policial; as falas dos representantes dos patrões e do governo militar; as reuniões de diretoria e comissões de fábrica; as mulheres migrantes na favela. Tapajós tem acesso a reuniões internas à mobilização, à assembléia de retomada do sindicato, a depoimentos quase íntimos dos organizadores do movimento.

A perspectiva de Renato Tapajós é a do intelectual orgânico que se propõe a fazer intervenção no processo que testemunha. Este filme chegou a ser exibido durante os movimentos, com fins de mobilização; foi apropriado pelos dirigentes sindicais. O que o levou a participar da formação da TVT, projeto de canal de televisão dos trabalhadores, que

¹⁴ *Linha de montagem*. 1980, 16mm, Renato Tapajós.

tem sua concessão negada no início da década de 80, o grupo que se reúne em torno da TVT segue produzindo vídeos institucionais ligados à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, como, por exemplo, o *Os trabalhadores e as novas tecnologias*¹⁵.

“No *Linha de montagem* nós retratamos a trajetória que vai quase até a véspera da formação do PT. A trajetória que sai das 60 pessoas dirigindo um movimento de 180 para, dois anos depois, pelo menos oito mil pessoas envolvidas na organização de base que sustenta uma outra greve que se sustentou durante muito tempo, mais agressiva do que a de 79. E esse processo não se interrompeu, ele continuou, depois de *Linha de montagem*. (...) Em 1979/80 as nossas câmaras estavam retratando uma verdade, milhares de operários levantando o braço como se fossem um só homem”

(Tapajós, em entrevista à Revista *Filme Cultura*, da Embrafilme, 1986).

O exercício da autonomia no ABC implica no reconhecimento do direito à representação dos trabalhadores pelos seus outros, o estado e os patrões. A institucionalização das organizações de trabalhadores, sua oficialização, sua atuação por dentro da estrutura sindical, são caminhos trilhados pelos movimentos do ABC.

Em *Nada será como antes. Nada?*¹⁶, filmado em 1982, o cineasta registra a ascensão dos movimentos sociais. O projeto do filme era discutir participação popular e democracia, a narração lembra o sonho das “Diretas, já!”, em 1985. “Fazer um filme sobre um sentimento, era a intenção” de Renato Tapajós, como diz a narração do filme. Reflexivo, o autor apresenta projetos e sonhos, esperanças e temores. Registra a ascensão do movimento e o temor de que tudo se tornasse projeto de partido, razão de Estado. Apresentando ao

¹⁵ *Os trabalhadores e as novas tecnologias*. 1989, Beta. TVT.

¹⁶ *Nada será como antes. Nada?* 1984, 45', 16mm. Renato Tapajós.

espectador as possibilidades visualizadas no momento da transição chamada de democrática. “Em 68, um sonho foi adormecido, em 78 esse sonho reamanhece”, diz.

A narração feita pelo próprio Renato, testemunhando os acontecimentos, diz: “Nesse contexto, os gestos criam um sentido apenas por terem sido feitos, perdem a conotação de discurso político e são capazes de criar uma dimensão profética”. E fala do perigo de amordaçar o sonho com a razão de classe, de partido, de Estado, burocratizando o ideal maior da felicidade. A disputa no Congresso Nacional de Associações de Moradores – CONAM encerra o filme apontando um cenário confuso em que todos se perdem na disputa por poder. Tapajós prevê tendências, questiona, identifica-se. O tema do filme é o sentimento vigente no instante de criação das instituições de representação da classe trabalhadora, o que se constituiu como Partido dos Trabalhadores.

Diferente dessa abordagem que se identifica com um ponto de vista, dentre os diversos que se apresentam na realidade, é a pretensão de Lauro Escorel, Adrian Cooper, Carlos Augusto Calil de reportar os fatos, deixando de lado um posicionamento, buscando uma certa imparcialidade. Reproduzir as múltiplas perspectivas, as várias vozes. Atuando na equipe de realizadores de diversos filmes que tratam da temática do trabalho na indústria, *Libertários*, *Chapeleiros*, *Beijo 2347/72*, *ABC da greve*, Cooper nos informa sobre o trabalho de buscar compreender os acontecimentos no ABC.

*ABC da greve*¹⁷, dirigido por Leon Hirszman, também foi gravado nos anos 78, 79, 80. O objetivo era retratar os movimentos dos trabalhadores, as primeiras greves. Fazer um laboratório de filmagens para entender a visão de mundo dos trabalhadores em mobilização, que subsidiaria na pesquisa para a realização de *Eles não usam black tie*, uma adaptação da peça teatral de Gianfrancesco Guarnieri para o cinema.

¹⁷ *ABC da greve*. 1989, 84', 35mm. Leon Hirszman.

“Leon estava iniciando a concepção do roteiro. O texto é uma proposta anterior, a peça é dos anos 60. Acompanhar os acontecimentos no ABC trouxe contribuições: a maneira de encarar o fura greve, entender como é a greve, a fidelidade com o Sindicato, a família. Leon acrescentou profundidade e compreensão ao roteiro do filme. (...) Ele dizia: ‘Está estourando em nossas mãos a gente tem que estar lá’.”
(Adrian Cooper, em São Paulo, em 1997).

Segundo os realizadores, há uma tentativa de deixar os fatos falarem por si sós. É assim que testemunhamos Lula falando aos trabalhadores em greve, a repressão policial, depois da greve ser julgada ilegal e uma senhora se posiciona: “Greve é de trabalhador e de dono de firma, não é de polícia nenhuma, não”, numa clara denúncia do autoritarismo estatal.

Neste filme, várias vozes estão presentes: o desempregado, o migrante que aprende o trabalho na fábrica e parece ter o destino de trabalhar. São múltiplas as perspectivas reportadas: o padre, o gerente, o proprietário, o delegado regional do trabalho, a favelada. As missas e passeatas, comícios e shows, negociações e trabalho... Sobrevôos.

A narração de Ferreira Gullar apresenta a liderança da greve: Lula, trabalhador nordestino, que trabalha na indústria metalúrgica e integra a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, assumindo, em 1975, a sua presidência. Sob a intervenção militar, os sindicalistas negociam com os representantes do patronato. O acordo firmado com a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores não contempla as reivindicações econômicas dos trabalhadores, mas garante a volta do Sindicato. A locução diz: “O empresário risca a metralhadora que desenhara, o resultado da reunião tornava desnecessário o uso das armas”, os cineastas ironizam os métodos da ditadura militar decadente.

Adrian Cooper, que fez a fotografia no filme, diz:

“O acaso era tudo o que tínhamos para filmar. Queríamos fazer um meta-cinema que mostrava a maneira como as coisas estavam sendo contadas, queríamos abrir o jogo, mostrar que a realidade nunca é uma coisa só, ela é composta de pessoas que contam a história. Esse filme tem vários momentos em que você conta a história através de várias fontes. E todos são um pouco contraditórios, são visões diferentes, as histórias do padre e do empresário mostrando seu bairro é a mesma coisa. Um é o avesso do outro. Eu acho bonito”.

(Adrian Cooper, em São Paulo, em 1997).

Na sequência seguinte, Lula fala em assembléia, de volta ao estádio de Vila Euclides: “Nós queremos negociar, a greve segunda feira não é importante. Peço um voto de confiança de vocês, para termos nosso sindicato de volta. Vamos voltar a trabalhar, e eu assumo um compromisso, eu mesmo decreto a greve outra vez”. E os trabalhadores votam aprovando a proposta do fim da greve. Há que se compreender o sentido da importância da retomada do sindicato, a despeito do fim da greve sem ter alcançado as conquistas econômicas, a importância política de ter o reconhecimento do direito à organização, a legitimação da representação dos trabalhadores frente ao patronato, reconhecida pelo Estado, que revoga a intervenção sob o regime da ditadura militar.

A autonomia para os movimentos grevistas se cristaliza no reconhecimento da legitimidade da representação da classe trabalhadora que se identifica enquanto sujeito político. Neste momento, o Sindicato como órgão de representação dos trabalhadores em movimento logra dar conta de duas questões: a luta dos trabalhadores contra o autoritarismo dentro dos locais de trabalho e, fora das fábricas, se contrapondo a um Estado autoritário. A busca por autonomia dos trabalhadores se expressa em ambos os espaços.

Segue Adrian Cooper comentando o trabalho do cineasta que busca compreender os sujeitos que filma:

“Uma das imagens que me tocam muito é a volta do Sindicato, quando Lula e a diretoria voltam e reassumem. É uma coisa que vai além da greve em si, é uma coisa que tem muito a ver com o prazer de sua identidade. É complicado, a gente de classe média vê aquilo com certo desprezo, a gente está do outro lado do muro, do vidro. É muito difícil compreender o que é uma coisa cultural, tem a ver com perspectivas, suas esperanças, ..., com estética, tem a ver com gosto, com psicologia, tudo... De repente, a gente se surpreende quando um operário fala com emoção sobre as coisas que o sensibilizam, que mobilizam ele, como se fosse uma revelação, de sentimento... O que surpreende muito também é o grau de emotividade. O orgulho das pessoas, o prazer que eles tinham. Era uma vitória dentro de uma derrota fantástica. Era uma vitória muito pequena aparentemente e a derrota era muito grande: os operários voltaram a trabalhar de cabeça baixa. Mas ganharam uma coisa que, na época, acho que nunca o governo e os empresários perceberam o quanto era importante aquela decisão do Lula de brigar pela volta do Sindicato, abrir mão do piso salarial e voltar para o Sindicato. Um monte de gente, um terço daquelas 80 mil pessoas, naquelas assembléias, não queria mesmo (o fim da greve) e o Lula virou a mesa, ele conseguiu fazer com que todo mundo topasse”.

(Adrian Cooper, em São Paulo, em 1997).

O *ABC da greve* só pôde ser montado em 1990. Em 1987, Leon Hirszman falece. Em 88, Adrian Cooper com Carlos Augusto Calil, na Embrafilme, finalizam a montagem. Em *Eles não usam black tie*¹⁸, um jovem casal de trabalhadores vive o contexto dos movimentos grevistas de 80. Divergências de posição em relação à greve implicam na divisão da família. A participação na greve é apresentada como fato que delineia o perfil do

¹⁸ *Eles não usam black tie*. 1981, 115', 35mm. Leon Hirszman.

trabalhador moralmente correto e o fura-greve é banido do núcleo familiar. A perspectiva do jovem que vai trabalhar durante a greve, preocupado com o futuro filho, manter o emprego, a do desonesto que quer ser promovido e entrega os organizadores da greve, o senhor operário organizador da greve, a mãe brava em casa, revelam uma multiplicidade de posições. O filme procura reconstruir o cotidiano de famílias operárias trazendo a público as suas questões: o alcoolismo, a violência policial, a cooptação, o amor da mulher, Fernanda Montenegro, no escolher o feijão... O drama da vida em sua inteireza. A morte de Bráulio, trabalhador assassinado, revela a preocupação de Guarnieri: “um dia o teu filho vai estudar o Bráulio na história do Brasil”. O lugar dos trabalhadores como sujeitos construtores da história é representado de modo denso nessa ficção.

João Batista de Andrade expõe os acontecimentos de modo sintético e claro. Em *Greve!*¹⁹, temos a perspectiva dos trabalhadores grevistas e a contraposição da voz do governo, a polícia na rua e a intervenção militar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em 1979. O estádio de Vila Euclides é fechado pela polícia e as manifestações se espalham pelas ruas. A presença das multinacionais, as favelas e o arrocho salarial. Com Lula preso, a greve continua!

Falam o interventor no Sindicato, a mulher de um trabalhador, Lula no rádio, trabalhadores mobilizados. Com a persistência das greves, o governo é obrigado a ceder e negociar, reconhecendo a legitimidade dos líderes cassados. E Lula propõe a suspensão da greve pela volta do Sindicato, proposta que é acatada pelos trabalhadores. O sentido do reconhecimento pelo Estado do direito dos trabalhadores à livre organização é o que nos importa compreender nesse episódio.

¹⁹ *Greve!* 1979, 38', 35mm. João Batista de Andrade.

Em *O homem que virou suco*²⁰, Deraldo, trabalhador migrado do Nordeste, poeta e desempregado, enfrenta a vida em São Paulo. Confundido com um trabalhador-padrão que mata o patrão, foge para não ser preso. Vai trabalhar na construção civil, no serviço doméstico, busca emprego nas obras do metrô e encontra uma cidade desumana e trágica. Decide investigar o paradeiro de seu sócia com quem é confundido. *O homem que virou suco* é a história desse homem que depois de ser homenageado é demitido e enlouquece. O filme denuncia o choque do migrante nordestino que chega a São Paulo e procurando se integrar à cidade como trabalhador, encontra o conflito, buscando possibilidades de sobrevivência, constitui sua identidade de poeta que olha a história de seus iguais e cria suas possibilidades de contá-la. O filme termina com uma seqüência de assembléia na Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, referência ao movimento operário que aparecia à cena pública colocando à sociedade brasileira: há de haver reconhecimento ao lugar do trabalhador.

Segundo as narrativas fílmicas, a busca por autonomia, traço central no surgimento de uma classe trabalhadora como sujeito político em nosso contexto, passa centralmente pela constituição de uma identidade de classe. “O prazer de sua identidade”, de que nos fala Adrian Cooper, é o elemento fundamental da compreensão do *ser trabalhador* que concebe suas regras, valores, normas, na construção do projeto de autonomia. Ser sujeito de direitos reconhecidos por seus outros, poder fazer greve, liberdade de reunião, de associação e reconhecimento da representação, ser sujeito político construtor de uma ordem democrática foram elementos importantes revelados pelo cinema documentário para compor o sentido dos movimentos grevistas do fim da década de 70 e início de 80 do ABC paulista.

²⁰ *O homem que virou suco*. 1980, 90', 35mm. João Batista de Andrade.

Ambas as narrativas, com suas formas próprias, as ciências humanas e o cinema, tecem representações dos fenômenos sociais significativos para a vida em sociedade, em determinado momento. A questão da autonomia aparece tratada por ambos os campos de produção de conhecimento, no contexto dos anos 70, momento em que a questão da norma, do *nomos*, estava por ser respondida. Frente à ditadura militar, os trabalhadores apareciam reivindicando democracia. O sentido dos movimentos grevistas não é meramente econômico, mas tem um forte significado político.

Na busca pela compreensão do sentido de autonomia a partir da análise dos textos acadêmicos ou cinematográficos, encontramos diferentes relações dos produtores de representações com seus sujeitos-objetos, importa notar que todas elas contribuem para a nossa percepção da dimensão na noção de autonomia. A noção, nesse contexto, aparece como categoria nativa e se refere à autonomia dos sindicatos em relação ao Estado.

Importante perceber que tanto dentro dos locais de trabalho quanto fora deles há um movimento de organização dos trabalhadores que coloca suas demandas publicamente. A criação de instituições em ambos os espaços – Comissões de Fábrica, Central Sindical e Partido – foi a forma encontrada para concretizar o pleito ao reconhecimento da classe como sujeito político. Nesse momento autonomia se expressa pela possibilidade dos movimentos de trabalhadores nas ruas chegarem a constituir uma nova ordem, social e fabril.

Capítulo 3 – A construção do objeto – Intérpretes e instituições

Este estudo se atém sobre instantes de transição das formas sociais, em que a noção de autonomia, mais que idéia e coisa, é algo que se constitui como um projeto que se configura, que possibilita o diálogo com o outro. Algo que é da ordem do impermanente. Ao longo do capítulo anterior, acompanhei, para nos permitir o adequado estranhamento do presente, algumas importantes significações que a noção de *autonomia* recebeu ao longo da história da formação da classe trabalhadora, buscando permanências, sentidos possíveis para as experiências recentes dos trabalhadores. Num primeiro olhar sobre a formação de uma classe trabalhadora urbana e aos poucos industrial, busquei destacar a existência de diferentes sentidos para seus projetos de autonomia. Experiências que deixaram marcas.

Olhando para a configuração histórica que se deu no início do século XX, vimos os movimentos por redução da jornada de trabalho, por liberdade de organização e associação, o reconhecimento dos sindicatos, por melhoria nas condições de trabalho, greves. A conquista de leis sobre estabilidade no emprego, direitos trabalhistas, heranças. A organização de sindicatos que eram também oficinas, escolas, centros de produção cultural, formas distantes no tempo e tão presentes – e tecer o texto é já um exercício de memória – são retomadas no contemporâneo.

Se buscarmos hoje uma definição de autonomia, encontraremos uma afirmação por contraste em relação à referência ao trabalho assalariado; ela aparece enquanto projeto, desejo, possibilidade. A noção de autonomia dá origem, ontem como hoje, a um senso identitário. Mas um quadro complexo de definições dos sentidos de autonomia caracteriza o tema como um campo de disputa. O termo *autonomia* encontra, veremos, apropriações diversas – do fenômeno da autogestão, colocando o problema do controle dos trabalhadores

sobre a gestão de seu trabalho, ao trabalhador “autônomo”, forma hodierna de se referir ao trabalhador sem vínculo empregatício, e a forma legal cooperativa que tanto ampara as experiências dos trabalhadores, quanto é utilizada para precarizar o trabalho.

Ao mesmo tempo, referências a experiências internacionais do movimento operário exercem influência sobre os intelectuais orgânicos a um movimento autonomista e suas instituições. A organização de um movimento libertário, a experiência dos conselhos na revolução soviética, a experiência italiana das comissões de empresas em greve. O problema do poder que é político, econômico e diz respeito às relações sociais. A democratização do poder – a possibilidade de participação na administração da vida coletiva. Estas questões foram tematizadas internacionalmente e inspiram um movimento autonomista, exercendo influência nos discursos dos intelectuais ligados aos movimentos organizados, instituídos na nossa experiência particular.

Hoje, frente ao quadro de desemprego crescente, estrutural, de longa duração, grupos de trabalhadores reúnem-se e formulam projetos de constituição de coletivos produtivos para dar conta do problema da subsistência. Nesse estudo, pretendo organizar a diversidade e a complexidade do mundo concreto, para fins de produzir reflexões sobre casos um pouco distintos. A forma “cooperativa” emerge, como um outro constructo institucional, já muito distinto, no seu sentido atual daquele ao qual me referi antes. A categoria “autogestão” com frequência aparece, no discurso nativo (dos sujeitos dos processos, dos seus intelectuais orgânicos, da mídia) como uma noção reveladora do sentido dessas novas experiências.

Ora, nessas condições, como definir categorias, critérios, para a análise dos casos que diferem tanto da experiência passada, como também entre si? E divergem segundo sua trajetória, sua relação com órgãos de mediação e representação, e suas possibilidades de

institucionalização. Vislumbramos, então, novos fragmentos de histórias do movimento operário em suas formas atuais, possibilidades e inconclusão.

Diversos estudos apontam a centralidade de alguns temas na interpretação dessa realidade particular, a saber: as relações de trabalho na produção, hierarquia e poder, a formação como socialização constante de conhecimentos advindos da prática do trabalho (Tiriba, 2001, Holzmann, 1987, Parra, 2002, Oda, 2001). As experiências atuais de autogestão revelam memórias de uma sociabilidade específica. A diversidade dos casos, experiências de transição das formas sociais, de reorganização do trabalho e das relações entre os trabalhadores, permite algumas generalizações. O objeto estudado caracteriza-se por implicar em iniciativas de trabalhadores sob o risco do desemprego calcadas no esforço da subsistência com a criação de formas novas de sociabilidade na gestão da produção; são, portanto, experiências de auto-organização de grupos locais, que se constituem como movimentos sociais avançando na elaboração de formas de democracia direta na gestão da vida comunitária.

A autogestão propriamente dita, experiências que partem de uma retomada dos meios de produção apropriados por coletivos de trabalhadores, em seus diferentes momentos, ou estágios de instituição, têm todas estas características. Trata-se de uma tensão que vai configurando uma maior elaboração de formas novas de sociabilidade na reorganização da divisão do trabalho e na gestão da vida coletiva ou de uma maior adaptação às formas tradicionais de inserção no mercado, visando à reprodução econômica.

As diversas experiências caracterizam uma crescente organização dos grupos na elaboração de formas de auto-normatização que se instituem, inclusive na relação com a alteridade, face ao Estado, por exemplo. A questão da reprodução do grupo está colocada para todos os coletivos, mesmo os mais organizados. A partir do campo empírico desta

pesquisa, encontramos a trajetória dos grupos de trabalhadores envolvidos no processo de constituição de cooperativas de produção. Temos, nelas, a referência ao trabalho para outrem, o patrão, que é o que distingue a experiência pela negação; o trabalho coletivo, cooperativo, no qual o grupo se apropria de seus resultados, se afirma apontando a importância de fazer parte de um grupo. A primeira elaboração desse tipo de experiência é a constituição de uma identidade coletiva que é assumida pelos indivíduos.

Temos tal elaboração, a de uma identidade de classe e a sua constituição como coletivo de trabalho, que assume variadas formas: associações, cooperativas, movimentos, mais ou menos oficializados. Em todos os casos, as experiências se dão no contexto de um processo de desvalorização do trabalho, que marca as experiências. Precarização das relações de trabalho, terceirização e crescimento das taxas de desemprego, fazem frente ao crescimento do número de cooperativas. O trabalho segue sendo socialmente necessário e assume novas formas, havendo casos, inclusive, de cooperativas de trabalhadores que atuam como “fornecedoras” de grandes empresas “enxutas”, assumindo parte do processo produtivo agora terceirizado. Uma ideologia do desemprego insinua a desvalorização do homem trabalhador.

Como é que as ciências sociais têm mais recentemente tratado tais experiências de trabalho cooperativo? Encontramos diversas formas de nomeá-las, na literatura sobre as “organizações econômicas populares” (Razeto, 1990, Coraggio, 2000, Tiriba, 2001), tais experiências constituem-se para solucionar o problema da subsistência de grupos de trabalhadores desempregados.

Tomemos a concepção de Coraggio (1989:64) de economia popular: “conjunto de recursos, práticas e relações econômicas próprias dos agentes econômicos populares de uma sociedade”. Ou a de Quijano, “Unidades elementares de produção, reprodução

(família, cooperativas, comunidades) que dependem fundamentalmente do exercício continuado da capacidade de trabalho de seus membros para resolver as condições materiais de sua reprodução” (1998:132). Tais definições, quase tautológicas, (as organizações econômicas populares o são por serem populares), frisam o foco da análise sobre a esfera econômica.

No contexto dos debates em torno de migração, urbanização, mudança social e dependência a partir da reflexão sobre a América Latina, no fim dos anos 60, entre os intelectuais que atuaram na CEPAL, trata-se da problemática da marginalização e da pobreza, passando pela questão da informalidade, na reflexão acerca do mercado de trabalho; chegando à fórmula “estratégias de sobrevivência” das classes populares. A questão da marginalização das classes trabalhadoras foi colocada do fim dos anos 60 e início dos anos 70, a partir dos debates em torno da impossibilidade do capitalismo monopolista incorporar o conjunto da classe trabalhadora como assalariados. A oposição tradicional/moderno, fruto de uma visão de mudança social como modernização, marcou o pensamento de então. Nessa concepção dualista, marginalização opõe-se a integração. A questão colocada é a do lugar do emprego, do trabalho assalariado frente ao capital, ou da impossibilidade do capitalismo incluir o conjunto dos trabalhadores.

Segundo Quijano (1998), no início dos 70, aparece nesse campo a noção de “estratégias de sobrevivência das classes populares”. Nessa teoria, a noção de pobreza aparece como conceito. Tomando o problema da noção de *informalidade*, categorizar uma forma de trabalho ou um setor da economia como informais pressupõe considerar o corpo de relações sociais dos trabalhadores reguladas pela lei e pelo Estado com o capital. O PREALC - Proyecto sobre el Empleo en America Latina y Caribe e a sede da OIT em Genebra conceberam a noção de *informalidade* em um Informe da OIT publicado em 1972.

Tal noção nos remete ao conflito de determinadas atividades com as normas estabelecidas pelo Estado – nesse sentido temos tanto atividades exercidas por trabalhadores, tanto quanto por empresários buscando minorar seus custos produtivos. Sob essa última forma temos um processo de informalização das relações de trabalho, coordenado pelo capital. Frente ao problema, Quijano reedita sua noção de “pólo marginal” da economia, referindo-se a um “conjunto de ocupações ou atividades estabelecidas em torno de recursos residuais de produção, que se estruturam como relações sociais e modo precário e instável; que geram ganhos reduzidos, instáveis e de incompleta configuração acerca de salário; que produzem bens e/ou serviços para um mercado constituído pela própria população de trabalhadores ‘marginalizados’” (1998:70).

A categoria “‘pólo marginal’, assinala explicitamente um conjunto de atividades econômicas, uma rede de papéis e de relações sociais, um nível de recursos e de produtividade, uma relação e um lugar dentro do poder capitalista, não um mundo a parte dele, nem um setor frente a outro” (Quijano, 1998:72). Nesta posição temos a compreensão das elaborações da chamada “economia popular” como sendo incorporada pela lógica do capital; nesta perspectiva só é possível ver a ação dos trabalhadores como busca de subsistência.

Diferente dessa perspectiva é a posição de Paul Singer, que trata do fenômeno em questão – as organizações de trabalhadores que se constituem em coletivos de produção auto-normatizados para dar conta de problemas comuns – como o surgimento do embrião de um novo modo de produção. Outros termos com os quais os grupos e seus comentadores referem-se ao fenômeno estudado são “cooperativismo” ou, de modo mais geral “economia solidária” (Singer, 2000). Tais formas de nomear o fenômeno são campos de disputas de distintas concepções sobre os modos de organização do trabalho e da produção, que

norteiam a atuação destes intelectuais, eles mesmos sujeitos propagadores, incentivadores, das experiências. Devemos nos posicionar nesse intervalo entre o simbólico e o concreto, em que se tecem as relações sociais para compreender o que se passa.

Inspirando-se nas experiências de Rochdale e de Mondragón, Paul Singer conceptualiza uma “economia solidária”. “Segundo ele, é possível partir de um novo setor econômico, organizado em geral, com base em pequenas unidades de produção, cujo mercado é formado pelos próprios trabalhadores, protegidos, inicialmente, da competição externa. Com uma moeda própria, diferente da oficial do país, que só circulará internamente, mediada por um banco do povo, este setor não deve adotar a lógica capitalista das grandes empresas em sua relação com as menores, para não delimitar o crescimento das últimas” (Culti, 1999: 18).

Desse modo, está posta a questão da esfera da circulação das mercadorias. “A proposta é que o conjunto dos produtores autônomos possa se organizar ‘para trocar seus produtos entre si, dando a todos, e a cada um, maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos’”. Seguindo a experiência dos LETS (*Local Employment and Trading System*), criados nos anos 80 no Canadá, ou dos clubes de trocas latino-americanos, Singer exemplifica sua proposta. Para o autor é preciso dar conta não apenas da esfera da produção de mercadorias, mas também da esfera de sua circulação.

A “economia solidária” de Singer é definida como “um modo de produção distinto que reúne trabalhadores associados, que possuem em comum o capital que utilizam em cooperativas que deveriam ser autogestionárias” (Singer, 2003b). O autor defende que “a autogestão pode ser entendida como o caminho possível rumo a uma democracia econômica” (1988). Propagandeando seu sistema, o autor atua prescrevendo critérios do

que seja ou não uma cooperativa autogestionária. Partindo do modelo abstrato, julga a realidade. Otimista, Singer afirma:

“A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, ... são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias.” (...)

“Se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar. Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista”(1998:181-2).

Singer vê nas experiências autogestionárias a prefiguração de uma transformação social, uma possibilidade. Para tanto, o autor interage com os atores que vivem o processo no mundo social real. Relacionando-se com uma parcela do sindicalismo brasileiro ligado à CUT, Singer aconselha:

“É necessário que os sindicatos acolham em seus quadros cooperadores da mesma forma que trabalhadores assalariados. O trabalho assalariado formal está diminuindo rapidamente no Brasil, o que debilita a representatividade dos sindicatos e os enfraquece. Interessa a todos os trabalhadores o aumento do emprego assalariado e do auto-emprego coletivo, para que mais e mais pessoas saiam do exército de desempregados e se restabeleça algum equilíbrio entre oferta e procura no mercado de trabalho. Unidos, empregados e auto-empregados têm interesse em que melhore a remuneração dos trabalhadores assalariados porque isso permite que os auto-empregados coletivos também cobrem mais pelos seus produtos e serviços.

Sindicatos e cooperativas surgiram das mesmas lutas. Os sindicatos têm uma importante contribuição já que é uma realidade para a difusão do novo

cooperativismo. Ampliar esta contribuição é urgente para reforçar o combate comum ao neo-liberalismo, à perda do emprego formal e dos direitos conquistados.”(Singer, 2000).

Para conter o desemprego, propõe a formação de “cooperativas de produção formadas através da reabilitação de empresas em crise ou falidas por parte de seus ex-empregados **tornados cooperadores**” (Singer, 2003b) (grifos nossos). Cabe interpretar o termo novo proposto pelo autor. “Cooperadores” seriam os trabalhadores cooperados, parte desse movimento. A nova terminologia vem para reforçar o sentido do chamado “cooperativismo autêntico”, pautado nos ideais democráticos. As instituições de representação das experiências estudadas e seus intelectuais definem suas próprias formas de se referirem ao fenômeno.

Ora, no contexto da precarização das relações de trabalho, há uma perda do lugar do trabalho assalariado, com os direitos que lhe são devidos. A forma Cooperativa é muitas vezes utilizada nesse processo, como aponta a literatura (Lima, 2002). Da perspectiva institucional, advogados e sindicalistas assumem posições cuidadosas ao vislumbrar o fenômeno das soluções populares de resposta à crise econômica. As recentes cooperativas têm trazido, então, inquietações políticas que chegam até à bem estabelecida perspectiva do campo do Direito, onde o problema é colocado da seguinte forma:

“Temos as cooperativas de trabalho ou produção, cujo objetivo é eliminar a figura do empregador, tornando os cooperativados donos dos meios de produção. É este tipo de cooperativa que nos interessa mais de perto, porque aí podemos ter um tipo de trabalho que venha a configurar contrato de trabalho, ainda que originariamente se objetivasse trabalho cooperativo. É preciso, portanto, caracterizar claramente o que seja o trabalho através de cooperativa e quais os limites a que se sujeita esse tipo de prestação, para podermos distinguir, devidamente, do trabalho prestado pelo empregado.

Não existe entre a cooperativa e seus associados, vínculo de subordinação, nem caracterização de contrato de trabalho. De igual modo, se a cooperativa admite empregados, a estes é forçoso reconhecer os direitos e obrigações decorrentes da relação de emprego. Não obstante, pode haver situação em que se venha a discutir se determinada pessoa é associado ou empregado da sociedade cooperativa. Em tal hipótese, como é óbvio, caberá à Justiça do Trabalho examinar a situação de fato e decidir se houve relação de trabalho e, portanto, contrato de trabalho, ou não.” ...

“Se ajustado o trabalho entre a empresa tomadora de serviços e a cooperativa, mas no desenvolvimento destes caracterizarem-se as condições que se configuram o contrato de trabalho reconhecido será o contrato de trabalho, pois a realidade suplanta a forma. E não pense que neste caso de reconhecimento de vínculo de emprego, ainda que formalizado o trabalho cooperativado, estar-se-ia deixando de aplicar a lei, ou imputando a regra legal de fraudulenta. Isso porque nesta hipótese constatar-se-á o desvirtuamento da vontade legal, ou a má aplicação da lei a uma situação que envolve empregado e empregador. Quer isto significar que a prestação de serviços da sociedade cooperativa descaracteriza o contrato de trabalho, do mesmo modo que a prestação de trabalho de forma autônoma, ou a prestação de trabalho temporário. Mas, desaparecendo a autonomia e passando o trabalho a ser subordinado, reconhece-se o contrato de trabalho, a despeito da forma ajustada ser de trabalho autônomo.” (Manus, 2000).

Se observarmos não do ponto de vista acadêmico ou jurídico, veremos que desde a segunda metade da década de 90, o tema vem se colocando com mais força também para as instituições de representação dos trabalhadores. As matrizes discursivas que se apropriam e disputam o termo “autogestão” são as direções sindicais afins com a concepção do grupo que se reúne em torno do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por um lado, e, por outro, aqueles afins com o grupo oriundo da experiência das Oposições Sindicais.

Essas duas matrizes, que compuseram o “novo sindicalismo”, fundaram, em meados dos anos 90, instituições de representação de experiências autogestionárias: a UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo e a ANTEAG –

Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária, respectivamente. O ideário da autonomia que se fez presente na experiência do novo sindicalismo foi-se institucionalizando, assim, nas organizações que são oriundas dessa história. São criações que também se originam de tal experiência.

Mas, ter o próprio negócio, emancipação econômica, independer de patrão são valores que animam as perspectivas desses trabalhadores? Será que são esses os referenciais simbólicos dos envolvidos nas experiências? Ou, uma maior participação, a construção de espaços democráticos de gestão e apropriação de saberes e técnicas são ideais que chegam a se realizar nas experiências representadas por ambas as instituições?

Creio ser necessário recompor as perspectivas de ambos os grupos a partir de suas próprias vozes. Tomemos a perspectiva do sindicalismo cutista, na sua história com o tema. A Central Única dos Trabalhadores, em documento de 1996²¹, toma a questão do ponto de vista jurídico, apontando a necessidade da atenção com o risco da fraude ao conceito legal de contrato de trabalho. Neste caso, a CUT recomenda a abertura de processos judiciais, anulando e condenando os contratos de prestação de serviços das falsas cooperativas e o conseqüente reconhecimento do vínculo de emprego dos “cooperados” com o tomador de mão de obra.

“Do ponto de vista legal, os trabalhadores cooperados não podem ser sócios dos Sindicatos(...). Seria necessário repensar-se até mesmo o projeto de mudança da estrutura sindical, para que se possa dar conta do fenômeno”. Do ponto de vista da contratação coletiva, as cooperativas “representam aos trabalhadores perda de direitos pela criação de postos de trabalho precarizados e limitação das possibilidades de criação coletiva de

²¹ *A formação e os desafios da CUT 4. Autogestão e cooperativismo*. Relatório do Seminário Nacional “Empresas autogestionárias e cooperativas: alternativas ao desemprego?” São Paulo, 18 a 20 de outubro de 1996. CUT nacional. Secretaria Nacional de Formação/Secretaria de Políticas Sindicais.

direitos”²². Neste momento, o discurso da Central é ainda receoso; a questão do direito é a preocupação central para o sindicalismo cutista.

Da perspectiva da CUT, um documento de caráter formativo e de divulgação, publicado em 1999, expõe:

“As mudanças no mercado de trabalho colocaram para o movimento sindical uma série de novos desafios. As práticas tradicionais do sindicalismo nos anos 80, a mobilização em torno das datas-base, dos reajustes salariais e das greves massivas por categoria, foram sendo complementadas, muitas vezes substituídas por novos desafios, como o desemprego, a participação nos lucros, flexibilidade das normas reguladoras das relações capital e trabalho, reestruturação das empresas e dos setores, reforma do Estado, privatização, redução e flexibilidade da jornada de trabalho, abertura da economia, integração regional, questões de gênero, trabalho infantil, entre outras.

Mas outro aspecto vem se somar na conformação de uma crise sindical. A grande solidez do sindicalismo corporativo e getulista, que apesar de fortemente criticado ao longo de sua história, manteve hegemonia, com seus princípios básicos, sua estrutura e sua prática pouco modificadas durante cerca de cinquenta anos, da década de 30 à década de 80, e ainda pouco alterado até os dias de hoje. Somente a partir dos anos 80, uma parcela do movimento sindical se propõe a transformar esta realidade. As lutas de massa em defesa dos direitos econômicos básicos foram articuladas a uma forte crítica ao sindicalismo pelego, burocratizado e legalista. Essa nova concepção sindical foi fundamental na luta pela democratização do País e pelos direitos sociais e trabalhistas, porém, além de ter sido um processo que não se generalizou – uma grande parcela do sindicalismo ou mantém-se atrelada às velhas concepções ou se modernizou por uma via conservadora - as oposições sindicais vencedoras das disputas pelas estruturas sindicais oficiais não conseguiram transformar de fato a prática sindical, sobretudo no nível dos locais de trabalho. Além disso, a grande pulverização da organização sindical, juntamente com a ofensiva patronal, dificultou a implementação de fortes organizações nos locais de trabalho.

Este conjunto de fatores contribuiu para que o movimento sindical não estabelecesse um diálogo imediato com as transformações na organização do trabalho e da produção e buscasse uma mudança mais rápida da sua ação”.

(Todeschini e Magalhães, 1999).

²² “Cooperativas: um roteiro para discussão da questão jurídica”. Ericson Crivelli, consultor jurídico da CUT. São Paulo, março de 1996.

Criticando a estrutura sindical oficial, a CUT reconhece as dificuldades para a organização autônoma dos trabalhadores. Aponta a tentativa de superar o quadro existente como insatisfatório, **fixando no nível dos locais de trabalho a busca por autonomia**.

“O papel do sindicalismo na construção da economia solidária abre um campo de questões. O sindicato deve representar os trabalhadores autônomos e cooperados? Que políticas o sindicato deveria executar na economia solidária? Qual deve ser a relação entre sindicatos e cooperativas? Como iniciar políticas alternativas de geração de trabalho se não há um processo prévio de organização dos desempregados?

Além destes questionamentos que tratam do papel estratégico da economia solidária, há ainda algumas limitações concretas que precisam ser atacadas para se promover um processo de expansão da economia solidária. São limitações subjetivas que estão relacionadas à experiência cultural dos trabalhadores e questões relacionadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários. Muitos empreendimentos se formam por motivações imediatistas, de curto prazo, como possibilidade de trabalho, acesso a crédito, a políticas públicas, etc. Sem uma dimensão estratégica e processos formativos, muitos grupos não mantêm um projeto coletivo e solidário de longo prazo. Além disso, a maioria dos trabalhadores ainda está presa ideologicamente à subordinação e possuem precários conhecimentos de gestão e baixíssimo espírito empreendedor. O sucesso dos empreendimentos solidários depende de um processo lento de mudança cultural, de comportamentos, combinado com a capacitação técnica.

Os elevados níveis de competitividade exigem, além da adequação das organizações, um conjunto de políticas que garantam condições mínimas de acesso aos mercados. As barreiras tecnológicas, legais, tributárias, comerciais e de escala devem ser superadas tanto por políticas públicas quanto por organizações e por redes de apoio e assessoria”.

(Todeschini e Magalhães, 1999).

Colocando, para os sindicatos, o problema do desemprego, a Central ultrapassa os limites da estrutura oficial. Representação, mercado, tecnologia, competitividade, são fatores considerados pela CUT na sua perspectiva sobre as experiências autogestionárias. Os problemas para a constituição de tais experiências são de ordem estrutural, mas também se concentram sobre o indivíduo trabalhador, sendo “limitações subjetivas”.

“As várias questões elencadas anteriormente estão longe de serem respondidas. O debate e a formação constante serão fundamentais para a resolução destes questionamentos, mas sobretudo o enfrentamento concreto destas questões é que levará o movimento sindical à uma visão mais clara sobre a existência ou não de um papel estratégico da economia solidária ou se esta não passa de uma política que vai garantir condições imediatas de sobrevivência dos trabalhadores”.

(Todeschini e Magalhães, 1999).

As motivações relativas à esfera da necessidade, que animam os trabalhadores, são vistos pelo sindicalismo como um problema. O documento publicado pela Central aponta a importância de organizar “suas bases” pelas reivindicações de crédito e acesso a financiamento público, para investimentos em tecnologia, formação...

“A expansão da economia solidária depende então de políticas que visem o apoio direto, via formação, crédito, assessoria, etc, com políticas que visem a superações de condicionantes econômicos, como as políticas macroeconômicas, os condicionantes legais e as políticas públicas. Além disso, é fundamental a reorganização da agenda sindical para que os sindicatos estejam politicamente aptos a representar e organizar os trabalhadores desempregados e cooperados”. (Todeschini e Magalhães, 1999).

Em 1999, a CUT desenvolve com maior fôlego um investimento institucional na formação de cooperativas. Isso se dá no contexto em que o governo Fernando Henrique Cardoso aprofunda o financiamento destinado ao seu Plano Nacional de Formação Profissional - o PLANFOR, ligado ao Ministério do Trabalho. Nesse mesmo momento formam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’s e a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, a UniTrabalho, que alia pesquisadores de 78 Universidades brasileiras que se dedicam ao tema recebendo financiamento para investigações de interesse do movimento sindical.

Também nesse ano, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, a CNM/CUT funda o Programa Integrar, visando à certificação de “trabalhadores empregados ou em vias de

desocupação para a requalificação para o trabalho”, e, logo depois, um programa de criação de cooperativas populares cujo público-alvo eram os trabalhadores egressos do Programa Integrar, inicialmente no estado de São Paulo e em parceria com as ITCP’s da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal de São Carlos e da Fundação Santo André. Ao definir o público de seus cursos, a Central, mimetiza o discurso governamental que individualiza no “trabalhador desqualificado” o problema do desemprego.

A Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS nasce nesse mesmo contexto, como órgão responsável por acompanhar e assessorar os empreendimentos cooperativos, tecendo pesquisas sobre cadeias produtivas, crédito e formação. Em abril de 2000, no ABC, é fundada a Unisol para reunir e representar as cooperativas de trabalhadores no estado de São Paulo.

Incorporando rapidamente o tema da autogestão, a Central traz para si o paradoxo de contrapor-se à estrutura sindical, passando a representar trabalhadores cooperados, que, portanto não possuem vínculo empregatício, ao mesmo tempo em que passa a atrelar-se cada vez mais ao Estado através do financiamento público. Isso se dá no contexto de crescente desemprego e queda nas taxas de sindicalização, concomitante às políticas tripartites de co-gestão dos fundos públicos.

De um outro ponto de vista institucional, temos a posição da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. Dessa perspectiva , temos o seguinte relato:

“A partir do final dos anos 60, nas décadas de 70 e 80, num período marcado pelo que se convencionou chamar sindicalismo pelego, o principal papel das lideranças era o de construir uma alternativa na área sindical. Surgem as primeiras vitórias das oposições. Nasceu o novo sindicalismo. Parte da atual direção da ANTEAG se encontrou no Sindicato dos Químicos de São Paulo, o primeiro grande sindicato operário em que a oposição ganha, transformando-se em referência para as oposições sindicais no Brasil afora. Foi um processo

interessante que envolvia no seu bojo, a proposta de mudar a legislação sindical”.
(ANTEAG, 2000 :14).

No final de 91, foi desmontada a secretaria de formação do sindicato e o grupo de assessores, a partir do contato com o número crescente de casos de indústrias sendo desativadas pelo patronato, funda a ANTEAG. Em 1992 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, reunindo trabalhadores de seis empresas.

Em diversas experiências associadas à ANTEAG, as transferências das fábricas para os trabalhadores são negociadas com o patronato. A partir da experiência da Makerly, em Franca, acompanhada pelo Sindicato dos Sapateiros, produziu-se um balanço. A ANTEAG aponta o problema da manutenção das diferenças ou da presença dos administradores da antiga gestão na cooperativa, mantendo a centralização da gestão como um erro a partir do qual a instituição aprendeu.

“Todos vêm de uma realidade empresarial anterior e herdamos, subjetiva e objetivamente, o aspecto ideológico, o comportamento anterior de submissão, de ordem. De hierarquia, de mando. Muitas vezes herdamos a arquitetura interna da fábrica. A arquitetura está o tempo todo indicando o lugar de quem manda e de quem obedece. O layout da fábrica é uma forma de dominação e de submissão dos trabalhadores”(ANTEAG, 2000: 27).

Apontando as dificuldades a que os coletivos autogestionários estão sujeitos, a ANTEAG, que está marcada pela tentativa de deixar de ser um grupo de técnicos, assessores, intelectuais em apoio às experiências e passar a ser apropriada pelos próprios trabalhadores como sua Associação, procura ser a representante das experiências.

“Os grandes parceiros nessa caminhada são os trabalhadores das empresas de autogestão. O maior parceiro é o Sindicato. Todos têm consciência disso. Algumas empresas não têm nada a ver com o sindicato, em outras, o sindicato foi contra desde o início. Mas numa empresa autogestionária, os trabalhadores devem ser sócios do sindicato. Isso, do ponto de vista legal, fere a legislação, porque um trabalhador cooperativado é

autônomo. Se é autônomo não pode ser diretor de um sindicato. E se, de repente, numa empresa autogestionária o presidente do sindicato trabalha na empresa, que se transforma numa cooperativa e o presidente do sindicato é presidente da cooperativa. Todos os trabalhadores são sócios do sindicato” (ANTEAG, 2000 :29).

O trecho reproduzido acima revela um momento de transição, há uma transfiguração repentina evidenciada no relato (“e se, de repente...”) que aponta os problemas da legislação vigente, que já não contempla as formas sociais dinâmicas.

Outra experiência seminal para a ANTEAG foi a dos trabalhadores mineiros de Criciúma - SC, antigos empregados da Cia. Brasileira Carbonífera de Araranguá – CBCA, atual CooperMinas. O debate em torno da estatização se fez presente e frustrado frente à indiferença do Estado para o problema do emprego, a solução encontrada foi a forma legal cooperativa. Havendo conflitos com a polícia e com a Justiça que entendeu que “a cooperativa não manteria os empregos, alegando que todos passariam a ser trabalhadores autônomos”(ANTEAG, 2000:36), depois de negociar com os patrões, conseguem comprar as ações da empresa, assinando um contrato fixando em dez anos o tempo para saldar a dívida.

Refletindo sobre as dificuldades encontradas em sua trajetória, Valério Luiz Preis, presidente da Cooperminas e, a partir do penúltimo Encontro da ANTEAG, coordenador da entidade, comenta, “um grave problema é que os trabalhadores ainda hoje têm dificuldades de se libertar da CLT” (ANTEAG, 2000:37). Refletindo sobre os desafios das experiências, localiza as contradições enfrentadas no cotidiano do trabalho referentes a como os sujeitos trabalhadores vivenciam a autogestão de modo a assumirem direitos e deveres, “ônus e bônus” (Preis), do trabalho cotidiano de superar a heteronomia.

A Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogeridas e de participação acionária – ANTEAG agrupa grande parte desses casos de empresas pequenas, médias e grandes, a maioria industriais, mas também agrícolas e de mineração, que foram reabilitadas e estão funcionando de forma autogerida, como cooperativas ou associações. “52 delas com 15 mil pessoas ocupadas estão representadas pela ANTEAG” (Singer, 2000).

Aparecido de Faria, fundador da ANTEAG, conta sua trajetória, que precisamos conhecer para compreender a história da própria Associação. Depois de passar pela Igreja, numa militância clandestina nas fábricas do ABC, vai para o exílio no Chile, em 1968. Parte para a Suécia, vivendo a experiência de ser trabalhador fabril, onde estuda economia e administração de empresas, embebendo-se da experiência dos fundos acionários sindicais suecos; mais tarde, toma contato com documentos dos ESOP's norte americanos. Trazendo para o Brasil a proposta, passa a atuar como técnico do DIEESE, fundando em 1994, a ANTEAG. Dez anos depois, realiza seu primeiro Congresso em que discute a questão da representação dos trabalhadores cooperativados, numa tentativa de legitimar-se frente ao Estado como a associação dos trabalhadores autogeridos; vale lembrar que esse era o contexto da criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária do governo federal.

Entretanto, segundo Oda (2001), os ESOPs norte americanos não podem ser entendidos como experiências autogestionárias por não implicarem num maior poder de decisão nas mãos dos trabalhadores. Há, nesses casos, uma camada gestora que centraliza a decisão sobre a norma, essa crítica também aparece em Faria (1997).

A partir de estudos de caso, temos o surgimento de temas que nos parecem importantes na reflexão sobre a reprodução das diferenças no interior dos grupos, em seu cotidiano. A referência ao trabalho heterônomo se faz presente, na reprodução de

hierarquias de prestígio, mando e poder, mesmo nas experiências em que os trabalhadores se assenhoram dos meios de produção.

Holzmann (1990), estudando uma metalúrgica no RS, analisa o problema da reposição das desigualdades entre os que fazem e os que pensam, ou, da manutenção de relações de dominação/subordinação. “Somente alguns associados eram considerados habilitados para ocupar cargos diretivos, **pelo reconhecimento de que só eles possuíam as qualidades indispensáveis para levar a bom termo os negócios das cooperativas.** Assim, os associados da produção delegaram aos associados do setor administrativo, que tinham maior escolaridade, e a quem atribuíam maior desembaraço para transitar nos círculos externos às cooperativas (políticos, gerentes de bancos), a responsabilidade de dirigi-los” (1990:54) (grifos nossos). Assim, a presença dos associados da produção tem apenas um caráter de legitimação da cooperativa.

Em ambos os casos, temos elementos que, **segundo a lógica dos próprios sujeitos trabalhadores**, justificam a reposição das diferenças no interior do coletivo. Pensando do ponto de vista do problema da identidade dos indivíduos no grupo, tais elementos podem ser entendidos como “sinais diacríticos”, mobilizados na interação cotidiana pelos próprios sujeitos, e essenciais ao analista, no seu exercício de bem compreender o processo de reprodução das distinções. Nos casos reportados vemos como “habilidade de lidar com fornecedores e clientes” e “escolaridade” operam como sinais marcadores de diferença. Há, por isso mesmo, que investigar quais são os processos por meio dos quais essas distinções se repõem e como elas se atualizam no cotidiano das relações sociais no interior de cada grupo em particular.

Para não correremos o risco de naturalizar escolaridade e outras habilidades, como o desembaraço ou a fluência de discurso, fazendo delas requisitos necessários ao exercício

das funções de gestão nas empresas auto-gestionárias, tomaremos essa questão como um problema a ser melhor compreendido em nosso próprio trabalho de campo. Posto que, como coloca Rancière, “todo poder se resume em poder auto-afirmado da diferença entre superiores e inferiores. O fundamento de todo poder social é a afirmação da incapacidade recebida e interiorizada pela inteligência ‘inferior’. A emancipação é, fundamentalmente, emancipação intelectual, tomada de consciência da igualdade de natureza das inteligências. E essa igualdade não é uma verdade demonstrada, mas uma opinião a verificar incessantemente por cada sujeito. A igualdade é um poder que se afirma na busca de sua própria verificação”(1985). Cabe à pesquisa investigar, no cotidiano das relações, quais são os elementos que repõem a diferença no interior do grupo, quais são as diversas posições dos sujeitos, qual é a lógica que rege as relações que permanecem. E, como aponta Rancière, “compreender que todo ato de arte humano é um ato de fala e que em todo ato de fala, é a mesma inteligência que se exerce, que pode tomar consciência dela mesma, tomar consciência de sua igualdade de natureza com toda outra” (1985). É na esfera da linguagem, do simbólico, que se dá a reprodução das formas sociais, é sobre este campo que a pesquisa deve se aprofundar na compreensão das múltiplas identidades dos sujeitos envolvidos.

Parte II

Dramaturgias da autonomia

Parte II – Dramaturgias da autonomia

Introdução: Estudos de caso de grupos de trabalhadores

A partir de quatro estudos de caso recorto tempo e espaço da vida de grupos de trabalhadores. Acompanho o processo de formação de sujeitos (Thompson, 1987) que vivem experiências que nos são contemporâneas. Apresento quatro histórias de grupos particulares que deixam pistas para a compreensão dos múltiplos sentidos de autonomia. Analiso os movimentos da memória dos trabalhadores que evocam um passado para explicitar a complexidade do presente. Os casos foram selecionados por representarem situações-tipo nos percursos dos dramas vividos pelos trabalhadores na construção de sua autonomia.

A escrita dramática caracteriza-se por apresentar as ações de nossos protagonistas, localizando o seu conflito (Abreu, 2004a). O problema que resulta numa situação de mudança é experiência vivida pelos sujeitos. Com o desenvolvimento do conflito, constitui-se uma nova ordem que parece ser sempre transitória.

Estudo instantes em que trabalhadores na montadora de automóveis do ABC paulista vislumbram a possibilidade de disputar a norma que dita o ritmo do trabalho. Ou, no caso de uma indústria plástica da região oeste de São Paulo, quando num vazio deixado pelo patronato, abre-se a possibilidade de gerir a produção. Quando, num momento de transição para a forma cooperativa, trabalhadores de uma metalúrgica na zona leste de São Paulo elaboram atividades que incluem novos sujeitos na vida da fábrica. Ou ainda, quando um grupo que se reivindica movimento social organiza suas atividades cotidianas na disputa com os poderes do Estado.

Dos grupos que acompanhei, selecionei esses quatro para contrastar, em suas histórias, experiências que informam a atribuição de significados, seus desenvolvimentos, os tipos de organização que os grupos lograram construir e as categorias por eles utilizadas nas explicações através das quais se referem às suas experiências. Apresentando quatro casos com origens diversas e cursos igualmente múltiplos, pretendo discuti-los constituindo um quadro polifônico de experiências coletivas. Tal intento deve iluminar a reflexão acerca da pluralidade de sentidos em que é possível flagrar o exercício da autonomia. Trato de projetos que se conformam a cada passo percorrido, nas configurações que pude visualizar; observo a classe trabalhadora brasileira em alguns dos movimentos atuais de sua constituição enquanto sujeito.

A imagem do caleidoscópio auxilia a compor o quadro das múltiplas experiências estudadas, quando olhamos para os diversos grupos de trabalhadores e os pensamos um em relação aos outros. Por isso falo dos sentidos de autonomia, no plural, conformados por sujeitos vários, todos eles trabalhadores que se identificam enquanto tal.

Acompanhei, ao longo dessa trajetória de dez anos de pesquisa em fábricas, um processo crescente de instabilização das condições de trabalho e fragmentação da composição da classe, como os casos expostos devem elucidar. Em meados da década de 90, iniciei uma pesquisa entre metalúrgicos do ABC paulista que deixa pistas para a compreensão da questão que coloco aqui. Naquele momento focava a relação entre os trabalhadores e seus representantes sindicais a partir do contexto das transformações ocorridas nos locais de trabalho. Mais tarde, tematizando a questão da autonomia, retomo os dados da primeira pesquisa e vislumbro uma nova forma de relatar essa história, que nos faz refletir. A breve experiência de disputa de controle da produção por parte dos trabalhadores, a constituição de organizações nos locais de trabalho, a disputa pelo ritmo

em que trabalha o corpo individual e o coletivo, e o contexto seguinte de diminuição do número de postos de trabalho e de comprometimento dos trabalhadores com a produção, abrigam uma contradição a ser bem compreendida. Tomar o estudo de um caso de trabalho assalariado, num ambiente heterônomo de trabalho, para pensar as formas em que o coletivo de trabalhadores compreende autonomia como uma luta, revela a complexidade do problema a ser analisado. Incluir o estudo de tal caso elucida dimensões da memória das experiências na constituição de um projeto de autonomia.

Anos depois, frente ao contexto de desemprego, precarização de direitos trabalhistas e abandono de parques produtivos por parte do capital, passo a acompanhar experiências de grupos de trabalhadores que tecem sua permanência enquanto tal a partir da constituição de projetos de gestão da produção por si próprios. Acompanho então a história de coletivos de trabalhadores, sobretudo oriundos de indústrias metalúrgicas e plásticas, que ao se defrontarem com a iminência da falência das empresas, constroem projetos de produção cooperativa. Assumindo tarefas como a negociação com credores, fornecedores de matéria prima, órgãos públicos, bancos, e clientes, assumem a produção reorganizando-a e tendo que incorporar novas perspectivas. Da história recente de tais experiências permanece, em alguns casos, a consolidação da cooperativa; em outros, o abandono do projeto coletivo. Em todos eles, os indivíduos narram seus trajetos.

Outro tipo de grupo, que dá origem a um estudo de caso em contraste com os demais, é formado por trabalhadores desempregados, oriundos e constituídos enquanto grupo por uma história comum de pertencimento a um movimento por moradia que se desdobrou numa cooperativa de trabalho. Este caso, que parte não de uma experiência de subordinação fabril anterior, mas de uma identidade politicamente reivindicada de movimento social, tece um sentido próprio para a noção que persigo em minha pesquisa.

Dada a diversidade dos casos e das situações em relação aos projetos de autonomia dos grupos, elaborei diferentes formas de abordagem do tema - todas recorrendo à memória dos indivíduos e seus grupos. Assim, nos casos que passo a relatar, os trabalhadores criam suas narrativas orais ou escritas e performances para a câmera de vídeo; em todas essas formas, representam suas histórias. As situações de coleta dos dados são sempre, elas próprias, significativas. A partir da relação entre diferentes sujeitos, as situações iluminam-se.

As experiências anteriores ao projeto de “autogestão”, do trabalho assalariado e do desemprego, informam os seus valores. Ao discutir uma experiência coletiva através do diálogo com os indivíduos membros do grupo, parto do pressuposto de que a memória coletiva, em sua pluralidade de perspectivas, se realiza nas memórias individuais (Bosi, 1987). A polissemia a que chegaremos nos oferece um quadro complexo de fios, todos relacionados.

A pesquisa de campo entre diferentes grupos de trabalhadores permitiu compartilhar os sentidos possíveis de suas experiências na elaboração de projetos de autonomia. Autonomia tomada aqui não como ponto de chegada, mas como ponto de partida para o diálogo; uma busca, quase uma utopia. Olhando para os casos nos defrontamos com a tarefa de interpretar as categorias com as quais falam os sujeitos estudados, bem como as instituições que criam para realizarem seus projetos. Autonomia é uma idéia a ser compartilhada entre pesquisadora e pesquisados. Nunca uma essência, sempre relação. Só é possível falar em autonomia em relação ao seu outro - o trabalho heterônomo. Ela não será nunca uma cristalização, posto que é dinâmica, assumirá diversos sentidos, no movimento permanente da constituição dos sujeitos.

O método etnográfico será apresentado no texto a partir da narrativa da relação da pesquisadora com os grupos, da história do contato. O processo de construção de conhecimento parte do acesso à visão de mundo do outro, isso implica numa interpretação que evidencia o processo da pesquisa. A produção e circulação de representações produzidas pelo grupo, ou acerca dele, foram partes importantes da prática deste trabalho em campo. Ela nos revelou bastante acerca dos meandros da memória e da produção da identidade do grupo, momento em que o sujeito coletivo se afirma enquanto tal e passa a dar realidade a seu projeto. A produção de imagens em vídeo e fotografia e a sua recepção foram cristalizando uma metodologia de trabalho sem a qual não teríamos chegado a reflexões importantes na compreensão dos múltiplos sentidos que pode assumir a noção de autonomia como projeto dos grupos de trabalhadores. Busco construir momentos de valorização das experiências vividas ao propor o relato, a rememoração. Assim como em Jean Rouch (1960), “o filme é experiência de troca, de compartilhar a produção de representações do mundo”. O momento em que as imagens circulam, no instante da pesquisa etnográfica, é o palco da produção de representações individuais e coletivas, tempo em que se reflete sobre a história vivida e a avalia, tempo de formação de uma consciência, produzida como fala para o outro (a pesquisadora), em que a memória adquire força ao se atualizar.

Os casos serão apresentados a partir de um relato da aproximação entre a pesquisadora e o grupo, seguido de uma reconstrução das histórias que dão sentido aos quatro casos, tomando sempre como fonte as perspectivas dos trabalhadores, reconstruídas a partir do diálogo etnográfico. Para a compreensão das situações estudadas procederei a análises que consideram o contexto de emissão das falas, uma compreensão das categorias com que falam os trabalhadores e da observação das formas de suas narrativas - a ordem, o

tempo, a voz de seus discursos - buscando reconstruir sua lógica, observando as relações sociais. Finalmente, procuro mapear temas e questões que cada um dos casos aprofunda e coloca a seu modo próprio. Estudo aqui a construção dos sentidos tomados no instante e no processo, observando uma dinâmica de transformações. Um produto dessa abordagem, que olha para as histórias dos quatro grupos de trabalhadores, umas em relação às outras, contrastivamente, será uma reflexão em torno das possibilidades de formação de uma identidade de classe trabalhadora.

A opção pela metodologia da revisita (Burawoy, 2003) foi a solução elaborada para dar conta do problema de reconstituir os processos de transformação por que passaram os grupos. Para tanto, em alguns casos voltei a procurar os indivíduos membros dos coletivos, reconstituindo suas trajetórias para, através delas, chegar aos percursos institucionais, sua consolidação ou desestruturação. Em todos os casos testemunhei metamorfoses. Editando materiais em vídeo, produzidos na primeira fase das pesquisas de campo, reencontrava os sujeitos estudados e propunha uma reflexão acerca da experiência vivida e de suas trajetórias. Esses encontros permitiam-nos compartilhar as representações acerca das histórias vividas pelos grupos. Busco reconstruir no texto um recorte que revela as formas das situações vividas pelos grupos - em alguns casos, acompanhadas por mim, em outros, reconstruídas pelas narrativas dos trabalhadores - e a sua transformação no tempo.

Os casos escolhidos tipificam situações que implicam elas mesmas em aprendizados. Um primeiro caso em que podemos visualizar o movimento operário, tal como classicamente estudado e referido, apresenta-nos uma história de criação e organização de instituições próprias, com o fim de intervir sobre a norma do trabalho, que passa por um processo de mudança, no contexto atual em que o desemprego exerce impacto sobre as relações de trabalho. Num segundo caso, os trabalhadores constituem também uma

organização no local de trabalho que encarna o projeto autogestionário; uma vez derrotado o projeto dos representantes dos trabalhadores, tipifica-se a cooperativa que atua na precarização do trabalho, uma “cooperгато”, como são nomeadas nos meios que atuam neste campo. Neste caso permanece uma divisão de trabalho fortemente hierárquica em que um conselho centraliza as informações necessárias ao exercício do poder decisório. Um terceiro caso, de constituição de uma Cooperativa que obteve sucesso na apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores, elabora novas formas que não chegam a sobreviver quando a produção mercantil passa a funcionar. E ainda, um quarto caso de um grupo que se auto-intitula “movimento social”, que se organiza por moradia, composto de trabalhadores desempregados e majoritariamente migrantes, com uma coordenação política centralizada, elabora a cooperativa como meio de engajar seus membros pelo trabalho, mais que economicamente.

Passo, então, aos casos, apresentando-os em seguida, de modo detido, com vistas a retomar o debate em torno da questão da autonomia e de sua construção.

Capítulo 4.

**Trabalhar na Ford de São Bernardo do Campo – Da consciência de classe à
“parceria”**

Capítulo 4. Trabalhar na Ford de São Bernardo do Campo – Da consciência de classe à “parceria”.

Buscar um sentido possível para a questão da autonomia a partir do estudo de caso de uma indústria multinacional montadora de automóveis não pareceria uma contradição em termos? Em um ambiente heterônomo de trabalho, onde supostamente prima a lógica da extração de mais valia, qual o sentido e as possibilidades de um projeto de autonomia? A constituição de organizações de trabalhadores evidenciaria algo mais que uma forma de resistência?

Arriscaria propor que, num ambiente heterônomo de trabalho, a reivindicação por autonomia dos trabalhadores passa pela disputa sobre o uso do trabalho e, para tanto, em sua história, desenvolveram instituições com o fim de atuar nesse campo, formando uma organização própria nos locais de trabalho. No caso brasileiro, tal movimento, ancorado na ação dessas novas instituições e, sobretudo nas chamadas “Comissões de Fábrica”, aparece para fora dos locais de trabalho e se institucionaliza como um “novo sindicalismo”, graças, inclusive, à colaboração de seus intérpretes sociólogos e economistas do trabalho. As chamadas Comissões de Fábrica foram aqui esses instrumentos de resistência às formas e à intensidade do uso do trabalho pela indústria.

Nesse contexto, e buscando compreender as formas elaboradas pelos trabalhadores que simultaneamente constituem sua organização autônoma e disputam as condições em que vendem sua força de trabalho, procurarei reconstruir a história de uma dessas formas elaboradas para o exercício da autonomia dentro das limitadas formas de liberdade num ambiente heterônomo como é o cotidiano fabril de uma grande multinacional. Espero poder mostrar ao leitor como, na experiência dos trabalhadores, transparece a consciência da luta

cotidiana no espaço da produção, da barganha pela regulação das condições de trabalho que faz do campo da **norma** uma arena por excelência na disputa por autonomia no local de trabalho. Nesse aspecto, a autonomia dos trabalhadores deve ser entendida como a busca por atuar sobre a regulação da **ordem** da produção. É este um primeiro dentre os sentidos em que é possível flagrar a noção de autonomia na experiência recente da classe trabalhadora brasileira.

Acompanharemos o percurso dos trabalhadores na fábrica de automóveis da Ford, localizada em São Bernardo do Campo, observando o período compreendido entre a década de 70 e os anos 2000. Destacarei momentos-chave desta experiência de exercício da autonomia, acompanhando o processo de auge e crise da capacidade dos trabalhadores intervirem sobre a norma que rege as relações de trabalho no “chão de fábrica”. Esse processo atinge seu clímax num contexto de redução dos postos de trabalho que impacta a organização dos trabalhadores. A ação coletiva destes no espaço da fábrica, atua sobre a regulação do uso do trabalho, criando suas próprias instituições.

Busco compreender uma história de disputa de poder na indústria multinacional montadora de automóveis, em três movimentos. O primeiro é o movimento da memória em uma narrativa tecida de muitas vozes de trabalhadores, eles focalizam a história da criação das instituições através das quais logram atuar na regulação das relações de trabalho. Num segundo momento, acompanho a crise dessa capacidade, que ganha um sentido dramático no contexto atual de retração do emprego. O terceiro tempo é o da instalação da indústria moderna e uma readequação do escopo da atuação dos trabalhadores no cotidiano para os que permaneceram na fábrica.

A história da formação da Comissão de Fábrica e a disputa pela norma: apresentação do conflito.

Procurarei tecer, nesta história, diferentes relatos de trabalhadores, visando compreender um primeiro sentido para autonomia: o da sua afirmação num ambiente heterônomo. Autonomia buscada, assim, no cotidiano de trabalho e na ação coletiva em que se disputa a ordem da produção na indústria.

A história da organização dos trabalhadores na fábrica analisada produziu relatos datados dos anos da ditadura. Luciano Galache, trabalhador na empresa desde a Willys, tendo sido também dirigente sindical, narra as estratégias dos trabalhadores no período. Na greve geral de 1968, houve paralisação de toda a fábrica por um dia e, parcial de três dias, e, em 1970, uma “greve dor de barriga” é a responsável por formar enormes filas na enfermaria da empresa. Este relato, além de apontar as estratégias de ação coletiva dos trabalhadores, nos permite vislumbrar ainda uma relação ambígua de aproximação e afastamento dos grupos de fábrica com o Sindicato, passando por prisões, constituição de oposições e adesão à diretoria, seguida de desencanto e denúncia de negociações contrárias aos interesses dos trabalhadores (Brito, 1983:10). Tais grupos de fábrica, embriões das Comissões de Fábrica, mantinham um trabalho subterrâneo de organização dos trabalhadores do chão de fábrica.

Um estudo produzido no campo da historiografia comenta a greve de 1968, evidenciando a capacidade dos trabalhadores contraporem-se à norma da fábrica:

“Ford se via diante de uma greve de três dias úteis em São Bernardo, provavelmente a primeira capaz de paralisar totalmente a produção da sua menina dos olhos no Brasil. O turbulento maio de 1968 estava no seu fim quando a fábrica

parou, demonstrando os trabalhadores possuírem consistente capacidade de mobilização e pressão. Cruzando os braços, operaram uma notável inflexão no processo de organização sindical fabril dos metalúrgicos do ABC.

A greve da Ford Willis em 1968 trazia já em pauta a questão da organização dos trabalhadores no local de trabalho, nesse momento, em clandestinidade. A organização dos trabalhadores aparecia “pois no mapa da paralisação, onde ela aconteceria com maior força, traduziria em medida precisa, suas áreas de inserção. O segredo, como fruto da necessidade do momento, permitia que o movimento amadurecesse no tempo que fosse preciso e mantinha a fábrica ‘calma’ aos olhos do comando empresarial. A clandestinidade, no entanto, não podia ser eterna porque um trabalho sindical não pode ser mantido por muito tempo na penumbra em uma fábrica como a Willys São Bernardo e numa conjuntura como aquela, de arrocho salarial e de liberdade total para a supervisão. A seu favor, o grupo de fábrica tinha o elemento surpresa. Uma vez revelado, entretanto, entrava em jogo sua capacidade de manter-se na ofensiva e de assegurar a sua própria continuidade” (Negro, 1995:172).

Esta interpretação aponta o objetivo da organização dos trabalhadores de contrapor-se ao autoritarismo da supervisão da empresa.²³ A organização dos trabalhadores na Ford de São Bernardo do Campo teve momentos de presença subterrânea, os momentos de gestação, de constituição. No fim da década de 70 ela reaparece.

Para compreendermos o sentido da autonomia dos trabalhadores neste momento específico, é preciso reconstruir a lógica dos sujeitos que viveram a história da formação da Comissão de Fábrica. Para tanto parto da narrativa de um trabalhador.

²³ A esse respeito ver também Humphrey, 1982 e Silva, 1991.

Durante a pesquisa de campo²⁴, fui construindo com os trabalhadores e seus representantes na fábrica, uma relação de confiança. Dois anos depois de ter iniciado a pesquisa no chão de fábrica consigo entrevistar Betão, fundador da Comissão de Fábrica e ex-dirigente sindical. Ele rememora os acontecimentos vividos no fim da década de 70; narra a história de um período e da constituição da representação operária identificada com o “novo sindicalismo”. Betão fez parte da primeira geração de trabalhadores fabris que assume postos de direção no Sindicato, funda partido e central sindical. A entrevista foi me concedida em março de 1999, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Deve ser tomada em consideração a situação de enunciação do discurso, quem fala e de que posição. A entrevista com Betão realizou-se depois de uma reunião da Comissão de Fábrica para a escolha dos nomes que comporiam a primeira gestão do novo Comitê Sindical de Empresa – CSE, organismo de representação que compõe a diretoria do Sindicato. Do rememorar desse trabalhador-sindicalista, que nos conta a experiência vivida com a constituição das organizações de representação dos trabalhadores, podemos reconstruir a história do período. Sua narrativa revela os diferentes momentos da história de institucionalização da organização dos trabalhadores e da construção de sua autonomia.

Perguntado pela história da Comissão de Fábrica, Betão inicia sua narrativa situando o contexto vivido sob a ditadura militar. As intervenções militares no Sindicato, a

²⁴ O estudo do caso da Ford – SBC teve início em 1995. Observando os espaços de formação do então Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema para seus militantes fabris, entro em contato com a Comissão de Fábrica da empresa que vai, aos poucos, aceitando a presença da pesquisa na fábrica.

prisão dos líderes dos trabalhadores, a repressão às greves, o que não contém o ascenso do movimento. É a relação dos trabalhadores com o Estado que ele está tematizando para situar o contexto em que nasce a organização no local de trabalho.

(...) “O sindicato estava sob intervenção militar e destacamos alguns companheiros para entregar a Tribuna. A gente tinha que entregar a Tribuna escondido, deixava nos banheiros; isso foi em abril. Quando foi em outubro, o governo devolveu o Sindicato para a diretoria do Lula. Nesse período, o Lula trabalhou, viajou para a Alemanha, para vários países. Todo mundo continuou com aquela garra, ia brigar pelo aumento, era greve. Chegou em 80, a diretoria do Sindicato tomou posse, greve. Chegou no dia 12 de março de 1980, o dia em que o Figueiredo tomou posse, paramos São Bernardo. Greve por 41 dias, greve nacional. Solidariedade. Vinha caminhões e mais caminhões de alimentos. Lá na Igreja matriz, aquela quadra era nossa. Vinha alimento de todo lado, dos bairros de São Paulo, São Mateus, Zona Leste, Sapopemba, ...

O Lula batia... Foi preso. Foi presa a diretoria, foi presa muita gente, né. E a greve acabou, depois de 41 dias, lá na Vila Euclides, com 15 mil pessoas. Ia preso um, surgia outro. (...)

Intervenção no Sindicato, aí foi intervenção mesmo. Em 80, acabou a greve, voltamos para a fábrica de cabeça erguida. E o Lula, com a intervenção, fala em fundar o PT. A fundação do partido. ‘Pô, metia o pau nos políticos, na Vila Euclides, agora vem fundar partido!’. Aí o Lula chamou um grupo de companheiros para explicar porque que ia fundar um partido. Eu mesmo questionava: ‘Pô, metia o pau nos políticos...’ Mas o Lula tinha voltado da Alemanha, disse: ‘Eu viajei muito aí para fora, Sindicato não muda a sociedade, o que muda é o partido político. **A gente tem que fazer política e o sindicato não faz política grande (grifos meus).** Sindicato luta por salário, você não muda a sociedade, o que muda a sociedade é o partido político’. Aí na fábrica nós levávamos essa discussão: ‘Quem decide para nós lá no Congresso são os deputados que estão lá há vinte anos, cinquenta anos, e nós não temos ninguém lá’.” (Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

O sentido dessa Política deve ser bem compreendido: trata-se da relação dos trabalhadores com o Estado e suas instituições. Além dessa política partidária para fora dos muros da fábrica há a micropolítica do chão de fábrica, elas estão inter-relacionadas. Neste espaço, os trabalhadores constroem a Comissão de Fábrica, no contexto de demissões massivas de trabalhadores.

Em 81 teve nova eleição para o Sindicato. Da Ford era eu, o Bagaço, o Janjão e o Meneguelli, que encabeçou a chapa naquela época. Para a executiva, o Janjão veio, o Jair também veio. No processo de eleição dessa chapa, acho que foi em junho, a Ford demitiu 450

pessoas no processo eleitoral, e nós paramos a fábrica. A gente não tinha saída. Foi onde a Ford veio com a proposta de oferecer um pacote, para esses 450 peão, 4 salários, a gente sabia que não voltava, ninguém voltava. Nós discutimos, propomos tirar uma Comissão de Fábrica na Ford. 'Vamos tirar uma Comissão de Fábrica?' Aí eu discuti com o Venâncio. Dois representantes por área. Aí nós fomos para a fábrica no outro dia. Fomos para a ferramentaria, discutimos com o Mineirinho e o Rondinha, eles toparam, da ferramentaria. (...)

Passeata na fábrica. Sobe o P.A. até em frente o RH. Briga e tal, a fábrica não queria receber a comissão, não recebe. Tinha um tambor de lixo lá em baixo, com um carrinho, aquele que roda, aí o peão meteu fogo no lixo. Desci correndo, tinha um tambor de lixo, subi no tambor: 'A fábrica aceitou receber uma comissão. Quem quer participar dessa Comissão?' (...)

Pela primeira vez, a fábrica sentou, ela e os trabalhadores. Aí discutimos na fábrica e tal. Tiramos uma Comissão de Fábrica provisória. Teve a eleição, ganhamos a eleição, fomos discutir estatuto".

(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

O reconhecimento da organização dos trabalhadores pela empresa se dá frente a grandes mobilizações dentro da fábrica, fruto de sua organização constituída sob o silenciamento da conjuntura da ditadura militar. No mesmo momento, em outras fábricas vão se constituindo Comissões de Fábrica, um processo de reorganização da sociedade vai configurando novas instituições. As pautas da Política com P maiúsculo, como diz Betão, aparecem dentro da fábrica e mobilizam os trabalhadores.

"O Lula ia ser julgado numa terça feira às 14 horas. Às 14 horas nós paramos a fábrica. Em novembro ele ia ser julgado de novo, processado. Paramos a fábrica na hora do julgamento. Decidimos parar a fábrica e: Vamos parar. O Januário pára o P.A. e sobe com o P.A. Paramos, subimos, aí tinha o Zé Carlos Brito, era membro da Comissão de Fábrica nossa na Tratores, onde é o 102 hoje era a Tratores, naquele prédio. Era ali, e o motor aqui em cima, onde é o prédio 6. E nós éramos em 11, éramos 11 na Comissão provisória. E, quando a gente parou a fábrica, em novembro, a fábrica mandou o Zé Carlos Brito embora, mandou uns 12 ou 13 companheiros embora. No dia seguinte paramos a fábrica. Estávamos discutindo, debatendo e tal, volta ou não volta. O pessoal parado ia embora pra casa. Vamos tomar os portões da fábrica. Aí, tomamos a fábrica. O Guiba estava nesse momento. Ninguém sai da fábrica. Foi a primeira vez que tomamos a fábrica. Quando foi mais ou menos lá pela meia-noite, o Tuma ou o Fleury, não sei, naquela época, chamou o Meneguelli para conversar: 'Se vocês não saírem vai correr sangue'. O Jair reuniu todos nós e falou da conversa com o Fleury ou o Tuma, acho que era o Romeu Tuma mesmo. Aí decidimos terminar com o movimento, a fábrica ia reintegrar todo mundo, menos o Zé Carlos. Reintegrava todo mundo, menos o Zé Carlos. O pessoal estava nos portões, e o Meneguelli lá em cima. Enquanto a gente voltou, ele nem sabia... A gente estava no portão, e o

Jair lá em cima terminando com a greve, era duas horas da manhã. O pessoal que estava no portão, já estava indo embora. Recuo. Tinha um tal de Gomes que ficou louco, queria bater no Jair. Nós decidimos acabar com a greve. O Jair quase apanhou, o Guiba ficou doido. Duas horas, o pessoal saindo, a peãozada não sabia que tinha terminado com a greve. Gente nos portões. Voltamos a trabalhar no outro dia e o Zé Carlos não estava. E o Jair não tinha colocado que o Zé Carlos não voltava nessa votação. Uma semana depois, o pessoal fez uma reunião com a diretoria, estava eu, o Bagaço... Aí veio 150 peão. Chegou aqui, nós tava aí. Os caras começaram a questionar, aí foi um pau, colocaram a questão do Zé Carlos: “Ó se você tivesse falado que o Zé Carlos não voltava, ninguém tinha voltado a trabalhar”. Aí chamaram: 'Betão e Bagaço lá na frente, vocês são diretores'. Aí apareceu Feijão, apareceu Januário, apareceu Paulo Futema, aí surgiu um monte de gente. 150, 200 peões bateram mesmo, a gente ficou lá em baixo.

Aí, tudo bem, voltamos para a fábrica. Todo mundo baixo, mas discutimos o estatuto. O Dr. Maurício era o advogado do Sindicato, o Bargas era o secretário geral, discutimos estatuto. Discutimos por área, tinha o efetivo e o suplente. O coordenador da Comissão de Fábrica tinha que ser diretor do Sindicato. Eu era o diretor do Sindicato de dia e o Bagaço da noite, o Guiba era o secretário. Então tiramos (...) quatorze companheiros. Tomou posse em 82. Então ficamos dois anos, teve vários movimentos. Em 83, criamos a CUT.

(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

Betão fala de uma posição específica. Há uma tensão na identidade pessoal do trabalhador, que está expressa em sua fala: “Decidimos terminar o movimento”, e depois: “O pessoal tava nos portões”, e logo em seguida: “A gente tava no portão”. A identidade de Betão oscila entre fazer parte “do pessoal” que estava fechando os portões da empresa, tomando a fábrica e, do “nós”, em “O Jair (Meneguelli) reuniu todos nós” ou em “Nós decidimos acabar com a greve”. Trabalhador e dirigente sindical, sua história é marcada por esta oposição. Sendo próximo de Lula e da direção sindical e, ao mesmo tempo, trabalhando na fábrica, defende em sua trajetória que o representante dos trabalhadores deve estar no local de trabalho. Tal oscilação deve-se a que a política grande institucional, frente ao Estado, e a micropolítica da disputa pela norma na produção caminham, nesse contexto, lado a lado, havendo momentos em que a primeira coloniza a segunda. Isto é, a política é espaço para a Política. Como um jogo em que se disputa essa trajetória é cheia de idas e vindas, nela as instituições vão sendo construídas.

“Fomos caçados quando teve uma greve nacional. Onde caçou os petroleiros, caçou bancários, e caçou São Bernardo. Nós tivemos dois anos de mandato, de 81 a 83. Em 81 teve intervenção aqui no Sindicato. Mas, em agosto de 83, a gente cria a CUT nacional, foi fundada aqui no Vera Cruz, em São Bernardo. O Meneguelli foi o presidente da CUT, mas estava afastado daqui. O nosso Sindicato passou a ser esse prédio aí de frente, essa esquina aí. Em baixo a gente alugou, e aí era o Sindicato. Já tinha o Fundo de Greve mais forte...

Quando foi em 84, nova eleição do Sindicato. Nós discutimos o seguinte: a fábrica não queria sentar comigo e com o Bagaço porque nós éramos diretores. A Comissão bancou: ‘Não, eles são coordenadores da Comissão de Fábrica’. Então muitos companheiros nossos perderam o emprego. Eu mais o Bagaço não perdemos, bancados pela peãozada; eu era coordenador da Comissão. A fábrica quis vetar, mas a peãozada peitou. Eu, o Bagaço continuou na coordenação da Comissão. Em 84 teve eleição do Sindicato e nós discutimos o seguinte: ‘Quem vai entrar da diretoria cassada?’ Aí decidimos: ‘O Lula, o Jair Meneguelli, o Vicentinho, o Cândido da Brastemp’, tínhamos quatro da diretoria caçada na nova diretoria que tomou posse em 84”.

(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

O sonho da construção de um órgão autônomo que atuasse na disputa com a empresa vai-se realizando, ao mesmo tempo em que se tornando um canal de institucionalização dos conflitos, de regulação das relações de trabalho. A política da produção consolida uma forma própria na barganha pela determinação da norma que rege o trabalho na empresa. Mobilizações contra demissões, por aumento salarial, por redução de jornada, condições de trabalho, insalubridade.

“Em 84 fizemos várias greves, em 85 foram greves por aumento, por protesto. Em 84 fizemos uma greve em que também tomamos a fábrica. A fábrica demitiu eu, o Laércio e o Januário. Terminamos a greve à meia noite, lutávamos pelo abono de emergência em dezembro, era a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) hoje. Pegar uma coisinha a mais. Fiquei um mês fora, voltei depois e continuamos com o nosso trabalho.

Em 85 foi a greve Vaca Brava, greve por 40 horas semanais. Foi uma das primeiras greves nossas que não foi por aumento, foi por redução da jornada. Greve política pela redução de jornada. E aquilo pegou. Mas aí, estamos em greve, morre Tancredo Neves, decidimos suspender o movimento, idéia do Frei Beto. Quando a gente volta (ao trabalho), a Volks demite uma porrada de companheiros. Teve divergência, acho que não devia parar a fábrica porque a Ford trabalha 45 horas semanais, não devia parar, mas o Bargas bateu, tinha que parar a fábrica, tinha que parar. Aí o Geovaldo falou: ‘Acho que você não devia parar a Ford, porque a Ford trabalha 45 horas. Nós estamos nos ferrando lá na Volks, vocês vão se ferrar também na Ford’.

Decidimos parar a fábrica. Paramos a fábrica. A Ford demitiu todo o pessoal de linha de frente nossa, do P.A, P.T.O, da estampa, ... Foi muita gente embora que participava com a gente, moleque bom, moleque novo, bom. Até acamparam, mas não teve jeito, vários dias ficaram acampados com barraquinha, mas não teve jeito. A fábrica demitiu mesmo, demitiu inclusive companheiros com doença profissional. Tem até uma Tribuna com a mão do companheiro que perdeu os quatro dedos. [Mostra com a sua mão]. Foi a primeira derrota, o pessoal sentiu. Na Ford, a primeira derrota foi aí. **Desde 82, a gente vinha numa boa, aí em 86 foi porrada.** Todo mundo caiu. Tinha cara que não saía da sala, não tinha coragem de ir pra área de jeito nenhum. O pessoal caiu e não tinha jeito. Demorou uns seis meses para levantar.

Nesse período, no Sindicato, em 82, a gente discutia sobre a CIPA. Tinha que entrar nesse espaço. A Ford foi a primeira fábrica a disputar uma CIPA, nas montadoras. Elegemos o Laércio, quando veio para o sindicato ele não era da Comissão, era cipeiro. Antigamente na CIPA quem concorria era o encarregado. Aí não, quando teve esse processo eles começaram a ficar preocupados. Aí não tinha ninguém que concorria, era só nós. Em 83, reelegemos de novo. Não tinha tempo livre, o pessoal conquistava. Foi o primeiro processo coletivo por insalubridade.

Em 82, o Lula foi candidato ao governo do estado. Um milhão e meio de votos. Elegemos aqui, Djalma Bom deputado federal, Expedito deputado estadual, o Gushiken deputado federal lá em São Paulo, o Paim... Elegemos aqui vereadores, elegemos várias pessoas do movimento sindical que foram para o Congresso. Foi só crescendo...

Em 86, a gente tinha nova eleição da Comissão de Fábrica. A fábrica chamou para hora extra. E nós fomos fazer piquete, porque tiraram que nós íamos fazer piquete na porta da Ford e a gente decidiu que ninguém ia entrar. Um companheiro se exaltou, empurrou o cara e a empresa demitiu esse Luizão. A fábrica demitiu esse companheiro que tinha trinta dias de mandato. Parou. Mas, dentro da comissão teve divergências, por exemplo: eu, Bagaço, Paulo Futema, achávamos que não devia parar a fábrica, a gente sabia que a peãozada não queria parar. Parou. A maioria passou que ia parar a fábrica. Não estava legal, o peão sentiu que o movimento não era dele. Era mais da direção. A comissão aumentou de 14 para 26, você tinha treze suplentes e treze efetivos, foi aumentando de mandato para mandato. E a gente parou a fábrica e ficou parado. Greve, greve. O Jair me chamou aqui no Sindicato: 'Betão dá para você vir aqui para o sindicato?'. O pessoal achou que não deveria vir, mas viemos, eu e mais seis ou sete da Comissão. (Jair:) 'O Tuma ligou dizendo que vai ter problema na Ford, tem que produzir'. Chegou na fábrica, não entramos mais, estava cheio de polícia cercando a fábrica. Aí os companheiros questionaram: 'Porque saíram da fábrica? Não era para ter saído'. Saímos, não entramos mais. A gente ficou de fora. Companheiros questionaram...

A fábrica fez triagem. Aí, a fábrica foi esvaziando o movimento. Achamos que devia terminar o movimento. Vinte e seis companheiros da Comissão de Fábrica demitidos. Me lembro que até fui eu que falei na assembléia: 'A gente plantou uma árvore. Essa árvore vai continuar viva, porque tem os galhos, a Ford não matou a raiz. A raiz está aí dentro'. Entrou todo mundo chorando para trabalhar. Todo mundo chorando. Chegamos aqui no sindicato, fomos para uma sala lá em cima, choramos, choramos, mas choramos, menina... Choramos todo mundo!

Naquela época já tinha briga na Comissão por poder. Tinha muita gente boa e tinha divergência. Todo mundo queria ser melhor que o outro. Assembléia, trouxemos 32 ônibus

lotados da Ford para assembléia do Sindicato. Vinha 300 carros, 17 ônibus, era uma disputa para trazer gente para o Sindicato. A Ford dominava as assembléias no Sindicato. A gente fazia assembléia fora, não tinha como fazer aqui dentro. Vinha da Ford mais de mil peão, numa assembléia. **Desde 82, só conquista, aí, chegou 86, demitiu e não tinha mais jeito.** Aí a fábrica começou a adotar uma nova política, uma política diferente.

Antes de 87, teve a Greve Cambalacho em 86, assembléia Cambalacho. Aí, deu o que falar a Greve Cambalacho. Nós fomos processados, eu, o Jair, o Bagaço, Feijóo, Januário, Cabeção e acho que o Bola, sete para a polícia federal. Fomos depor lá na Rua Piauí, o processo terminou agora em 94. Em 95 arquivaram o processo, mas a Greve Cambalacho deu muito o que falar. Fizemos greves na Ford muito diferentes. Fizemos aqui a Greve Tartaruga, era de toda a categoria; mas, o pessoal fazia desenho de tartaruga, muito bonito, cada um queria fazer um desenho diferente, a tartaruga marcando o cartão... Teve na Ford uma greve chamada Greve Pipoca, a gente parava uma área das sete às nove, parava outra área, outra, ... **Teve um momento em que a Ford tirou toda a gerência da área. Aí nós fomos para as áreas, ligamos as máquinas... Tirou a gerência, nós paramos a pintura. Voltou todo mundo de novo. Esses movimentos vão politizando demais o pessoal."**

(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

A primeira metade da década de 1980 foi o momento da aprendizagem da possibilidade de autonomia, vislumbrada claramente nos momentos das greves, das ocupações de fábrica, dos movimentos. Em paralelo a esse aprendizado, foram-se institucionalizando os organismos criados para atuar na interlocução com a alteridade.

Uma série de interpretações coloca a Comissão de Fábrica como um canal de institucionalização de conflitos no local da produção. Se por um lado tal organização é forma autônoma para a disputa da norma, por outro lado, é "na sua forma recente, a expressão da necessidade de um instrumento que seja canal permanente e institucionalizado dos conflitos que permeiam o dia-a-dia na fábrica. Se para os trabalhadores ela representa a forma institucionalizada de fazer expressar suas reivindicações e significa uma real diminuição do poder gerencial, aumentando o poder de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, para os empregadores, no entanto, as comissões de fábrica significam, principalmente, a tentativa de antecipação e controle dos conflitos no cotidiano da produção". (Rodrigues, 1990:42).

Entretanto os conflitos insistem em permear o cotidiano das relações de trabalho. Um dos espaços em que se evidencia algo do conhecimento dos trabalhadores é a esfera do saber coletivo, o *saber fazer* a fábrica produzir. Isto é valorizado, no momento em que se formam as instituições de representação dos trabalhadores. Neste momento, a socialização na fábrica se faz no posto de trabalho e fica a cargo dos mais velhos. O saber fazer é valorizado e ensinado. A qualificação era conferida pela experiência profissional.

A questão do poder no chão de fábrica transparece com clareza quando olhamos as formas assumidas pelos movimentos grevistas. Na “Greve Tartaruga”, em 1983, os trabalhadores disputavam o ritmo em que trabalhavam seus corpos, foi possível ao coletivo de operários determinar a velocidade da produção dos carros. Nela, os trabalhadores batiam seus cartões, assumiam seus postos e “Pinta um e pula dois”, combinaram como estratégia. A “Greve Pipoca”, em que o conhecimento coletivo sobre o conjunto da produção garantiu a possibilidade de parar a linha em pontos específicos e de por a fábrica para funcionar novamente, mesmo quando gerentes e encarregados já haviam se ausentado. Estes instantes são aqueles em que o tema da autodeterminação é tratado na relação coletiva dos trabalhadores com a empresa.

Numa onda de crescente mobilização na sociedade, o sindicalismo também assumia um ar mais plural, havendo liberdade de pensamento e possibilidade de se colocar publicamente, espaço para as divergências.

Mas, em 86, tinha gente que achava que a gente ia mudar o país pela Ford. Tudo saía da Ford, tudo saía da Ford. E o pessoal era assim, tinha disputa. Disputa para trazer mais gente no Sindicato, disputa na assembléia para ver quem falava mais, entendeu? Então da Ford falava eu, o Guiba, falava Feijóo, falava Januário, falava Zé Maria, era uma disputa saudável para ver quem era o melhor, e com isso quem ganhava era a categoria e o Sindicato, era interessante, muito interessante. Entendeu? [E levanta para fechar a porta].

Era gostoso, tinha também a disputa na fábrica, o Januário, Betão, Feijóo. O Guiba tinha vindo para a diretoria do Sindicato, em 84. O próprio Laércio que era diretor do sindicato... Como eu fui o primeiro coordenador da Comissão de Fábrica e também fui diretor do Sindicato, foi difícil trabalhar entre a gente. Não tinha como... O Laércio era o diretor do Sindicato, mas eu... É que nem hoje, o Bagaço é diretor do Sindicato, mas o Rafael é o cara que aparece mais hoje. Então era assim.

Aí, em 87, o pessoal fez várias greves por áreas, por setores, o pessoal fez greves. No período que nós estávamos afastados da fábrica, em um ano, o pessoal fez 14 greves em locais diferentes... Aí a Ford pega e termina um turno, um turno, termina um turno..."
(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

Bachelard (1991), em seu texto *Dialética da duração*, propõe uma análise dos ritmos em que o tempo é conhecido, isto é, percebido como fenômeno, rememorado. Não pude deixar de observar os movimentos da fala do trabalhador-sindicalista que nos concede o depoimento. Em sua periodização da história, 1986 é um marco decisivo, "Na Ford, a primeira derrota foi aí", diz. Sua narrativa começa antes de 1980 e segue, descrevendo o trabalho de organização dentro e fora da fábrica, até 1985. Nesse primeiro momento, há a luta pelo reconhecimento da organização dos trabalhadores, a Comissão de Fábrica. Referindo-se aos movimentos por aumento salarial, aponta a greve como forma privilegiada de ação dos trabalhadores, ao que a empresa responde com demissão. A constituição da Comissão dos trabalhadores aparece ligada à reivindicação por estabilidade no emprego e os movimentos grevistas também, em muitos casos, eram resposta dos trabalhadores a demissões políticas. A tomada da fábrica, em novembro de 1981, seis meses depois da posse da primeira Comissão de Fábrica, é uma reação dos trabalhadores a uma dessas demissões. Frente às ameaças de intervenção policial na fábrica, a diretoria do Sindicato negocia a demissão do membro da CF.

O relato de nosso informante transcorre quase linearmente até 1985, quando a categoria faz uma greve política pela redução da jornada de trabalho, quando morre

Tancredo Neves. “Mas, em 86, tinha gente achava que a gente ia mudar o país pela Ford”. Quando chegamos em 1986, o relato volta para o seu início. O trauma sofrido impede a linearidade da cronologia. O tempo pára, volta e se repete. Em 1986, a empresa demite toda a Comissão de Fábrica e os seus militantes. O Sindicato convoca os membros da Comissão para informá-los de que a força pública ameaçava intervir. Quando voltam à fábrica, tarde demais, a polícia interveio na fábrica parada. Desde então, Betão não pode mais voltar a atuar no chão de fábrica, permanecendo fora até 1993.

Chama a minha atenção o silêncio, a elipse do tempo vivido fora da fábrica. Esse dirigente sindical passou pela experiência do exílio, tendo tido o seu direito ao trabalho de organização dos trabalhadores na fábrica cassado. No terceiro movimento de seu relato afirma ter sido processado em 1986, ele e seus companheiros, processo que só foi arquivado em 1995. É no momento em que se fala de “transição democrática” que nosso informante passa pela experiência do exílio. Esta experiência ensina a dúvida quanto à experiência democrática. Durante a década de 80, as mobilizações operárias foram constituindo uma forma particular de relação dos trabalhadores com a empresa e com o Estado.

Em 1986, a empresa demite toda a Comissão de Fábrica. “Quando afastou a Comissão de Fábrica virou o maior chicote lá dentro”, nos diz Meggie, jovem trabalhador da manutenção, narrando a história do período, em sua casa em junho de 1999. Seu discurso ajuda a elucidar a experiência. Pela expressão *chicote*, o trabalhador refere-se ao autoritarismo na relação com as chefias que passam a impor a realização de horas extras, dobrar o turno, trabalhar aos fins de semana. E, sem Comissão de Fábrica, os trabalhadores não tinham a quem recorrer na resistência à truculência da chefia na indústria multinacional. *Chicote*

remete a uma herança, uma permanência da violência das relações da escravidão. *Feitor* é outro termo que também manifesta esta remissão.

Em 87, *facção*, a Ford Tratores é fechada, havendo um corte de trabalhadores da linha de produção: “A demissão foi em massa, acabou com um turno, porque havia uma queda muito grande no mercado, principalmente para a Ford. Foi quase umas duas mil e quinhentas demissões, acabou com um turno”. (Pintor, suplente de cipeiro, em 1997).

Em 1988, começam as mobilizações pela volta da Comissão de Fábrica. Segundo a impressão de Betão, este já era um momento de descenso do movimento que teve seu ápice numa luta peculiar por democracia.

“Foi reconquistada a Comissão de Fábrica. A Ford já estava com **outra política diferente**. Em 88, eu volto para a fábrica: **o juiz deu!** Eu voltei para a fábrica, foi numa segunda ou numa sexta feira? Eu voltei para a fábrica numa sexta feira às 14 horas, a fábrica não queria deixar entrar. O Isawa foi me receber, o advogado, **o juiz me levou onde eu trabalhava. Aí o Isawa me deu uma camisa, eu vesti essa camisa, o Januário tirou foto... Na quinta feira, a fábrica entra com mandato de segurança, eu já sabia, ia ter que deixar a companhia. Ai, eu saí, mas o Bagaço entra, na sexta feira. O Lindo que falou: ‘Você quer que pare a fábrica? Vamos parar’. Falei: ‘Não, pára não, não vai parar a fábrica não. Vamos deixar eu sair’. Aí eu saí, e o Bagaço entra. Aí tinha a questão do Carnaval. Discutimos com o Vanderlei para fazer um abaixo-assinado o mais rápido possível, ele fez um abaixo-assinado com vários nomes, entregamos no TRT, aí não teve como caçar o Bagaço.**

Quando foi em 89, eu ganhei o processo de novo. Mas a fábrica estava com **uma política diferente com o Sindicato** e tal. Eu estava em Diadema, eu fui para a campanha do Lula, aí, da campanha do Lula, em 90, eu fui para São Paulo, para a CUT. E aqui teve eleição, nós pusemos o Bagaço na diretoria de novo.”

(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

Em diversos momentos, o projeto de alcançar o poder de Estado, se consolida como projeto coletivo. O Sindicato reclama o reconhecimento da condição de interlocutor do governo. Em 1989, depois de uma década de mobilizações, uma candidatura operária se coloca como alternativa de poder de Estado. Em 2004, Lula é eleito presidente da

república. Sujeitos do processo de democratização, os trabalhadores colocam questões que ainda estão para serem compreendidas, trata-se de um sentido peculiar da noção de *democracia*.

Betão narra, em seu depoimento, que questiona a posição de Lula, mas rapidamente a aceita quase como um fato natural. Na sua fala o “fazer política” marca o discurso desses trabalhadores-representantes, situando o *locus* da política fora do local de trabalho e do cotidiano. Essa tensão marca a história de Betão, entre uma trajetória de organização dos trabalhadores em disputa pela norma no local de trabalho e a “política grande” cujos sujeitos são “os políticos”.

Ao não enxergar nos trabalhadores sujeitos da política grande, essa direção constituída nos movimentos de oposição à ditadura vai deixando de atuar na construção de uma ordem normatizada pelos trabalhadores e passa a constituir suas organizações, voltada para a política institucional, cujas normas estão determinadas pelos seus outros sociais. A busca da autonomia acabaria por ceder à direção. A institucionalização numa política partidária esvazia a micropolítica da produção.

O debate em torno da noção de autonomia operária, classicamente constituído pelo Marx de (1882), ou no Lênin de *O que fazer?*, parte da distinção entre “classe em si” e “classe para si”, tendo na construção do partido a culminância da realização da consciência da classe que constrói sua emancipação. Segundo essa versão, o partido é a expressão da consciência autônoma da classe organizada para a ação na luta contra a exploração do trabalho. Esta concepção revela uma distinção entre a “direção” dos movimentos organizados da classe e a sua “base”.

Quando se funda o partido, com o fim da atuação nas instituições políticas, o foco da atuação desloca-se da disputa das condições em que trabalha o corpo do trabalhador e

volta-se para um calendário eleitoral. A relação com o Estado, na concepção desse sindicalismo, abriga uma ambigüidade. A necessidade do outro para haver a disputa marca uma concepção de luta de classes na qual a oposição trabalhadores/patrões não pode ser superada, e o Estado e suas instituições aparecem como árbitros, destituídos de conteúdo, lugares a ocupar.

Tematizando a política do espaço da produção, Betão tece críticas ao presente e rememora momentos delicados da institucionalização da organização dos trabalhadores. Lembra dos nomes de cada um de seus companheiros que exerceram cargos de direção; o representante operário é aquele que se destaca do coletivo de trabalhadores como seu dirigente. Diz: “Naquele tempo tinha divergência e isso era positivo”, “era uma disputa saudável”, numa crítica quase velada às formas da política sindical atual que cria organismos com o fim do controle sobre os trabalhadores. Elogiando o passado, afasta-se do presente. Levantando para fechar a porta, Betão evidencia ser este um assunto delicado, suas críticas não deviam ser ouvidas pela diretoria do Sindicato, ali onde estávamos. Depois da reunião que discutiu a primeira chapa da Ford para o Comitê Sindical de Empresa, estava criada uma duplicidade de representação dos trabalhadores no local de trabalho. O CSE, poder paralelo à Comissão de Fábrica, ao mesmo tempo em que coopta seus membros, concorre com ela no que diz respeito à representatividade dos trabalhadores, reforçando a tendência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de controlar e unificar o discurso de seus militantes, ceifando qualquer posição divergente. Um primeiro limite colocado à experiência de autonomia são as formas institucionais que se fixam e passam a existir de maneira cristalizada, abandonando os temas do cotidiano, a ação. Aí, a disputa se torna encenação.

Greves por aumento de salário, greves por redução de jornada de trabalho, paralizações contra demissões ocorrem como estratégias defensivas dos trabalhadores, em conjuntura de aguda crise e ajustes na regulação do tamanho dos efetivos, elas são possíveis num contexto em que a política de estabilidade no emprego, de antes de 1967, quando passa a vigorar a Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ainda era uma experiência presente na memória dos trabalhadores. A greve contra a demissão, medida coletiva de defesa, acontece quando a memória da estabilidade no emprego se fazia presente, desafiando a ordem interna e externa aos muros da fábrica.

A experiência da recusa ao trabalho era paralela a outras estratégias que colocavam a questão do controle da produção pelos próprios trabalhadores. Localizei uma segunda entrevista com Betão e seu companheiro de Comissão de Fábrica, Bagaço, realizada por Helena Hirata, em que eles comentam a disputa pelo controle dos ritmos do trabalho e apresentam a esfera de um *saber fazer coletivo* como elemento fundamental na disputa de poder entre trabalhadores e empresa:

“Uma série de reivindicações nossas acabavam dando no processo produtivo. (...) Queríamos saber também da produção das máquinas, que fosse todo dia colocado isso para nós, para a peãozada aprender a sentir a própria produtividade crescendo cada vez mais, para usar nas negociações – isso demorou um pouco, mas conseguimos. Antes era tudo escondido, não se sabia programação e produção de peças, **e precisávamos, para poder conscientizar, controlar ritmos, hora-extra, questionar os pedidos da empresa.** Levantamos também a questão do sistema de transporte entre as linhas de produção.

A uma certa altura do campeonato, a gente tinha o controle da produção. Medíamos o tempo da linha junto com o cronometrista, não devia passar de um certo número de carros por hora. A fábrica foi acatando. Quando aumentava a velocidade da linha, os companheiros vinham falar conosco, a gente ia lá, eles diminuía. Teve feitor que levou advertência da empresa por aumentar a velocidade da linha, pela pressão dos trabalhadores. Em 1984, foi o contrário, com a operação tartaruga a gente determinava quanto fazia, a fábrica tirou a chefia fora, um dia nem ligaram as máquinas. **Ligamos nós; os trabalhadores produziram o que era para ser feito, na Volks caminhão, o pessoal chegou ao requinte de tirar um caminhão a mais que o programa!”**.

(Entrevista de Betão e Bagaço, concedida a Helena Hirata, em 1989) ²⁵.

Na fala do representante dos trabalhadores, a disputa com a fábrica se dá sobre a produtividade e visa a negociação, o controle do ritmo da linha se dá no controle da relação carros/hora. A esfera do saber é algo que confere poder aos trabalhadores. Os trabalhadores precisavam então saber programar a máquina, o que dita o ritmo da linha de montagem. Esta é uma qualificação que confere poder. Nesse sentido, a disputa pela norma privilegia um outro momento na vida fabril: o do controle sobre o processo produtivo, disputando um saber, pela autonomia no comando do uso do próprio saber acumulado na experiência do trabalho.

A política da produção só pode ser compreendida se escutarmos o silêncio, os olhares, o ritmo, as piadas, a sociabilidade, as categorias que denunciam a opressão da organização capitalista da produção como no termo “chicote”, para designar a aceleração do ritmo de trabalho. Os trabalhadores tecem uma crítica à imagem de si mesmos enquanto força de trabalho a ser extraída. É sobre o ritmo em que trabalha o corpo do homem que se dá a disputa do ritmo da produção. Trata-se de uma política que se inscreve nos corpos.

A empresa, o outro pólo nessa disputa quanto à ordem da produção, quanto a sua norma, atua frente aos trabalhadores de modo a envolvê-los, criando espaços de apresentação de demandas sobre o trabalho. Neste aspecto tivemos políticas da empresa de envolvimento e participação dos trabalhadores na gestão da produção. Em 1985, após o desmonte da Comissão de Fábrica, a empresa começa a implantar o sistema de “Trabalho Participativo”, buscando envolver os trabalhadores com suas metas de produtividade. Para

²⁵ Publicada na *Revista Latinoamericana Estudios del Trabajo*, nº 10, 1999 :161-83. Seção Documentos. “Dez anos de luta: a Comissão de Fábrica da Ford – São Bernardo do Campo, Brasil (1981-1990). Alberto Eulálio e João Ferreira Passos entrevistados por Helena Hirata.

tanto, abre espaços de discussão e elaboração de soluções para o aperfeiçoamento das condições de trabalho, segurança, qualidade e produtividade, ao mesmo tempo em que implanta o Controle Estatístico de Processos – CEP (Silva, 1991:342).

O saber dos trabalhadores, construído no cotidiano do trabalho na fábrica e mobilizado quando o movimento por construção de autonomia se acelerara, passava também a ser um espaço de disputa. O Controle Estatístico de Processos procura prescrever a atividade. Mas os trabalhadores seguem fazendo seus trabalhos. O enxugamento dos quadros de chefia traz novas responsabilidades, novas tarefas, como o controle de qualidade, e com ele novos discursos e práticas a serem incorporados pelos trabalhadores. Outra função a ser incorporada é a manutenção no posto de trabalho, executada pelos operadores, o FTPM - *Ford Total Productive Maintenance*. Uma nova disposição para o trabalho, que elabora, sugere, cuida, não erra, tudo sob controle individual.

Como resposta à política da empresa, os trabalhadores da manutenção vão se organizando. Os “Golas Vermelhas” eram assim chamados pelo detalhe de seus uniformes que os distinguia do conjunto dos operários da produção que vestem seus macacões azuis. Trabalhavam na manutenção, consertando máquinas e resolvendo problemas nas várias áreas produtivas da fábrica; eram mecânicos, eletricitas... Em 1990, fazem uma greve por aumento de salário que dura 45 dias. Considerada por eles uma greve estratégica, enquanto estavam parados, tiveram seus salários bancados pelo conjunto dos trabalhadores da produção, que continuavam trabalhando normalmente. Foi uma greve grande, longa e cheia de incidentes. A empresa, com o intuito de dividir os trabalhadores, atrasou o pagamento do pessoal da produção; revoltados, estes puseram fogo em um carro. Simbolicamente, queimar um carro é um ato de extrema violência, é destruir o produto do trabalho apropriado pela empresa.

Os “Golas Vermelhas” tinham disposição de continuar seu movimento; entretanto, a direção sindical, depois desse incidente na fábrica, avaliou ser melhor encerrá-lo. Os índices de aumento salarial foram considerados vitoriosos pelo Sindicato, embora os grevistas reivindicassem mais. Como antes, a direção sindical faz o acordo com a empresa e acaba cedendo na negociação. A pauta dos que desafiavam a norma no local de trabalho de novo se sujeita às deliberações do Sindicato, sendo esta tensão um dos dilemas do exercício da autonomia num espaço heterônomo de trabalho. Heteronomia impõe fricção permanente na disputa pelo controle da norma. Entretanto, e isto é o que quero salientar aqui, tal fricção se dá do mesmo modo com a empresa e com o Sindicato. E fica transparente no discurso dos que propugnavam pelo sonho da autonomia, mesmo sob relações tão assimétricas de poder, assimetria frente ao poder gerencial, mas também assimetria frente ao poder do estado, dada a peculiaridade da estrutura sindical brasileira.

Foi durante essa greve que surgiram as lideranças mais jovens do movimento operário na Ford, que hoje representam os trabalhadores na Comissão de Fábrica ou no Comitê Sindical de Empresa. É através da experiência compartilhada por toda a militância que se aprende a ser um coletivo em ações políticas que rompem com o cotidiano do trabalho fabril. A respeito dessa greve eles falam da experiência vivida:

“Eu tinha dois anos de fábrica, três, eu fiz um ano de estágio. Eu acho que a greve dos golas vermelhas foi legal. Primeiro começou com o buchicho da gente bolar uma greve estratégica. Naquela época eu não era muito militante, a gente ouvia o comentário do pessoal da área que era mais militante, da gente fazer uma greve assim, estratégica. Porque disso?

Se você pegar o nosso salário na época, estava igual ao salário do pessoal de terceira, contratado, estava igual ao salário do pessoal que faz a faxina na fábrica, gira em torno de um terço do que eles ganham hoje. O nosso salário de especializado era mais ou menos o dobro do que o pessoal da produção ganhava, equivalente. Então realmente o nosso salário estava muito defasado.

Como tinha uma MP, decreto-lei, não sei como é que se chamava na época, que proibia indexação do salário, o nosso movimento durou bastante. Está certo, não teve um aumento assim,

(se você colocar em termos de porcentagem), muito grande; mas foi a partir dele que houve toda uma briga por indexação do salário à inflação. Que estava tendo a inflação e o governo não permitia você aumentar o salário. A nossa briga foi exatamente para isso, para melhorar o salário.

Ela não pagou e o pau comeu. E é claro que a imprensa bateu na gente de cabo a rabo, não os jornalistas, os donos dos jornais distorciam todos os fatos. O fato que a gente tem bem marcante é o seguinte, no dia em que houve o quebra-quebra na fábrica, os grevistas estávamos no Sindicato, fazendo uma plenária. Como a Ford deixou de pagar o pessoal, porque no pagamento anterior fizemos lista e o pessoal bancou todo mundo; mas a imprensa noticiou como sempre, que foi ao contrário. Falou que ia pagar a noite e não pagou, aí no dia seguinte, não pagou. Os não grevistas que não receberam quebraram. Foram mais de 50 dias parado, queria mais, mas teve um ponto de rompimento. Foi o quebra-quebra, a polícia de choque lá dentro. A gente não ia conseguir manter a greve por muito mais tempo. Então decidimos encerrar, com um pequeno avanço. 15% hoje é..., mas na época era muito pouco. Então foi isso, mas na época foi uma grande vitória”.

(João Cayres, cipeiro da manutenção. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1999).

Na segunda metade da década de 90, durante a pesquisa de campo entre os trabalhadores da fábrica, acompanho a forma como eles se adaptam às permanentes transformações no trabalho na indústria, a chegada do modelo novo, o fechamento de unidades produtivas, mudanças, realocações. Ao final da década a empresa elabora um Projeto Ford 2000 cuja implantação se daria até 1999.

A presença dos temas do cotidiano do trabalho, as relações com a chefia, a produtividade, as políticas da empresa de envolvimento do trabalhador, as novas técnicas que pretendem prescrever o trabalho, são todos discutidos no chão de fábrica, em canais mais ou menos institucionalizados. É nesse debate que se dá a construção da norma.

Outro canal institucional importante para a disputa da norma no chão de fábrica, ocupado pelos trabalhadores é a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, que disputa as condições de trabalho com a empresa, observando a esfera da saúde do trabalhador.

O saber fazer na relação com a empresa e estudos sobre soluções técnicas para gargalos na produção ou o transporte de carrocerias para a fábrica nova de montagem e pintura contam com a elaboração dos trabalhadores. A representação dos trabalhadores negocia até quais serão os homens encarregados da produção, havendo casos em que o encarregado da sessão é parente do representante sindical.

Mas, há limites para o exercício da autonomia num ambiente heterônimo de trabalho. Em 1995, logo depois da dissolução do acordo feito com a Volkswagen que encerra a Autolatina²⁶, ouvi trabalhadores e seus representantes membros da Comissão de Fábrica. Acompanhei mudanças no trabalho, num contexto em que a multinacional acena com a possibilidade do encerramento das suas atividades no Brasil. Perguntando pelo sentido atribuído pelos trabalhadores ao seu trabalho, ouvi sobre a importância do seu cotidiano compartilhado na fábrica. Transcrevo a fala de Meggie, sobre o sentido do trabalho para a constituição do *ethos* do trabalhador e da presença do desemprego no local de trabalho.

“Sou um dos filhos que cresceu nessa história de desemprego e de luta, mas aprendi mais quando comecei a trabalhar aqui dentro da Ford. Eu não vim trabalhar aqui por livre e espontânea vontade, mas por extrema necessidade. Quando meu pai viu que eu queria trabalhar, ele disse que ia me dar um curso do SENAI, para entrar na Ford. Eu disse: ‘Mas, pai, numa automobilística a gente nunca sabe quando está empregado. Eu vou passar por isso também? A gente já vive tão sofrido. Você acha mesmo que eu devo seguir o seu caminho?’ Por mais que o meu pai visse as dificuldades, ele sabe o que a gente aprende aqui dentro, em termos de comunidade, de fraternidade, de companheirismo, ele queria passar isso para mim na prática. Foi por isso que eu aceitei a proposta do meu pai. Fui para o SENAI e acabei vindo.

A gente já se deparava com uma Comissão de Fábrica combativa. Em 86 perdi quase todos os meus companheiros de seção. Foi aí que eu comecei a me deparar com a realidade do desemprego. Porque desde 84 até 86 eu não tinha me deparado com isso; vim trabalhar sozinho

²⁶ A Autolatina foi uma *joint venture* entre Ford e Volkswagen que vigorou entre 1987 e 1994. Neste acordo a Ford fornecia os motores CHT 1.6 e 1.0 para a Volkswagen produzir seus modelos populares da Linha Gol AE: Gol, Voyage, Parati, Saveiro. A VW cedia seus motores linha AP 600, 800 e 2000 para os modelos Escort, Pampa e Del Rey, da Ford. Que adaptou também os modelos Versailles, Versailles Royale e Verona, a partir dos modelos VW Santana, Santana Quantum e Apollo.

na seção. Me deparei com o fechamento do PTO. Iniciando primeiramente com o fechamento da fábrica de Eixos, a FET. Passei a trabalhar na fábrica de motores. Até 96 eu participei de todas as brigas que teve dentro da seção, a greve dos golos vermelhas... A gente sempre foi uma família dentro da seção. Tudo o que eu aprendi foi no convívio com os companheiros de seção. Todo mundo junto”.

(Meggie, na sala da Comissão de Fábrica, em janeiro de 1999).

Passados quase vinte anos na disputa pela norma, vemos que uma sociabilidade própria marca a identidade desses trabalhadores. Nela há o orgulho profissional, a interdependência no desempenho das funções, o controle do ritmo do trabalho disputado com a hierarquia fabril. Mais que isso, toda uma moral, um *ethos* do ser trabalhador, o *homo faber* que se realiza através da atividade, o pai provedor, que disputa suas condições de vida na barganha do trabalho assalariado. Há uma contraditória transmissão intergeracional dessa representação acerca da liberdade vigente no chão de fábrica.

A representação sindical na fábrica, sintonizada com esse espírito, coloca-se como negociadora dos destinos da produção em São Bernardo. Frente às mudanças que desfiguram o local de trabalho, a Comissão de Fábrica avalia as propostas da empresa: incentivos aos trabalhadores mais velhos para que se afastem da fábrica, transferência dos trabalhadores de sessão, cursos, espaços de discussão e abertura para participação dos trabalhadores em soluções técnicas. Com o fim da Autolatina, em 1994, uma fábrica nova foi construída para a montagem dos novos modelos Fiesta e Ka. Graças à perspectiva de continuidade da produção, numa conjuntura de retomada do crescimento pós-Real, e devido à organização dos trabalhadores no local de trabalho, não houve demissões. E, com o fechamento da fábrica de motores em São Bernardo do Campo, foram negociadas transferências de postos de trabalho.

O processo vivido pelos trabalhadores passa, então, pelas seguintes fases: um enxugamento de chefias responsabilizadas pelo controle da qualidade do trabalho, responsabilização individual e coletiva dos trabalhadores com a produção, envolvimento dos trabalhadores com as metas de produtividade da empresa e adoção de incentivos financeiros como o PLR – Participação nos Lucros e Resultados da empresa, negociados com a representação sindical. Nessa conjuntura, se transfigura o sentido conferido à autonomia, às lutas e conquistas dos trabalhadores, que construíra a marca de uma sociabilidade própria, de classe, em confronto com a norma da Ford.

Caracterizei um primeiro momento em que os movimentos de trabalhadores, na disputa sobre as condições do uso do trabalho com a empresa se institucionaliza constituindo a Comissão de Fábrica, que encarna o sentido de um projeto por autonomia concebido a partir do local de trabalho, no embate cotidiano com o autoritarismo dos estratos gerenciais da empresa. Frente ao Sindicato a Comissão de Fábrica mantinha sua independência, levando demandas, participando das disputas sindicais, mas mantendo um funcionamento próprio.

Dilemas dessa experiência aparecem, então, sob diversas formas, quando restrições ao escopo da disputa dos trabalhadores são colocadas nos dois espaços de referência: no local de trabalho e fora dele. Volto aos termos de Betão, aparecem na “política com p minúsculo”, frente aos gerentes – quando eles passam a ver na arena do *saber fazer* um espaço para o envolvimento dos trabalhadores; mas também frente ao Sindicato, quando a intervenção da sua direção se exerce a despeito das decisões dos trabalhadores. Aparecem ainda, na “Política com P maiúsculo”, em que as disputas sobre a norma se dão no terreno extra-fábril, quando os partidos políticos e os mecanismos institucionais do Estado

determinam o sentido e o desfecho das disputas, com suas leis; onde, finalmente, os sujeitos são “os políticos”.

Um evento dramático

É nesse contexto que inicio a pesquisa no chão de fábrica. Gravo depoimentos de trabalhadores que me contam suas trajetórias, me falam da importância do trabalho em suas vidas e das mudanças na indústria. Em 1997, introduzo o vídeo na pesquisa de campo, propondo aos trabalhadores que atuassem para a câmera. Neste mesmo ano, com o assentimento de alguns membros da CIPA e da Comissão de Fábrica, entro na fábrica com a câmera, podendo gravar momentos do cotidiano de trabalho na empresa.

Nesse contexto, a usinagem de motores, chamada por eles PTO, estava em vias de fechamento. Foi ali que pude gravar, acompanhada de um membro da Comissão de Fábrica, o dia de trabalho. Na situação de quase fechamento, na ausência do outro, é que a autonomia se faz. Os trabalhadores sabiam que a fábrica de motores deixaria de existir, havia ali um relaxamento do controle das chefias e um desejo de fixar a história por parte dos trabalhadores. A possibilidade de presença do vídeo, dentro da fábrica, já era uma marca da história de autonomia desses trabalhadores. Logo, essa presença foi polêmica e impedida.

Em meados de 1997, a fábrica de usinagem de motores de São Bernardo do Campo é desativada²⁷. Em 1998, a produção é paralisada algumas vezes; a empresa alega retração no mercado e propõe flexibilização da jornada. Em setembro, a fábrica afasta 700 trabalhadores que recebem licença remunerada e os demais trabalham em sistema de rodízio, em equipes que se substituíam semanalmente. Em dezembro de 1998, de uma só vez, a empresa demite 2800 funcionários, 41% dos trabalhadores da planta, enviando

²⁷ Tendo sido transferida a produção de motores para a Argentina, e seus produtos no Brasil foram substituídos pelos motores Zetec e Endurance.

correspondências às casas dos trabalhadores que estavam em férias coletivas, às vésperas do Natal.

Este fato é o ponto de virada que evidencia os limites do sonho da autonomia no ambiente heterônomo de trabalho. Denso de significados, este evento marca a passagem para um novo momento na relação com a empresa. Dirigindo-me a São Bernardo, acompanho, com o vídeo, o cotidiano do movimento dos trabalhadores em resistência às demissões. Durante a pesquisa realizei um vídeo²⁸ que reconstrói a trajetória deste movimento em sua primeira etapa, os seis primeiros meses. Uma perplexidade toma conta de trabalhadores e sindicalistas. Betão expressa esse sentimento à luz da experiência de quem viveu a construção do projeto de autonomia dos trabalhadores.

“Eu fiquei fora da fábrica sete, oito anos e, quando eu volto, totalmente diferente. Foi difícil até mesmo a adaptação com esse pessoal mais novo na Comissão de Fábrica. E eu sempre questionei isso, essa política que eles faziam de final de ano jantar com a fábrica. Essa relação eu nunca fui muito... Eu sempre questionei essa relação de parceria. Esse negócio de parceria eu não via com bons olhos, eu tinha divergências com a Comissão de Fábrica. (...)”

E agora foi o prato final, a fábrica fazer o que ela fez demitindo 2800 pais de família, numa véspera de Natal. Eu acho que além de tudo agora vai ter que discutir como é que fica a relação do Sindicato? Que a Ford fez uma coisa que... Como é que pode? Com um Sindicato que conversa, que discute, como é que pode ela fazer isso? Onde é que está a parceria, a boa relação?”
(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999).

Geraldo, trabalhador da linha de montagem, em depoimento colhido em sua casa em março de 1999, estando, então, afastado do trabalho, afirma:

“Em 93, quando entrei na Ford, era Autolatina e depois, passei diretamente para a Ford. Então, metalúrgico, passei a me conscientizar politicamente, saber o que é

²⁸ *Feliz ano novo, véio! O facão de 1999 na indústria automobilística do ABC*. Laboratório de Imagem e Som em Antropologia – FFLCH/USP, 1999.

um sindicato, uma comissão de fábrica, porque até então eu não sabia o que era um sindicato. O mais importante que eu tenho hoje é a consciência política”.

Sobre a experiência vivida pelos trabalhadores, Geraldo caracteriza um processo de redução do contingente de trabalhadores e conseqüente grande intensificação do trabalho:

“Todo dia naquela fábrica vai gente embora. Vão saindo funcionários e ... não coloca ninguém, falta alguém. Falta alguém você tem que trabalhar por aquela pessoa que está faltando. Você trabalha demais, trabalha tenso. Sem contar o número de pessoas doentes naquela fábrica. Estão faltando as pessoas que não repõem, é pacote voluntário, que vão se aposentando e etc. Eram dez mil e hoje se você for ver bem é em torno de quatro mil e alguma coisa”.

Do contexto em que fala Geraldo, a redução de postos de trabalho assume uma dimensão dramática. Em 4 de janeiro de 1999, os trabalhadores reúnem-se em frente à fábrica. A Ford, tentando barrar a constituição de um movimento dos demitidos, adia o retorno ao trabalho dos não demitidos para o dia seguinte. O portão que dá acesso ao pátio onde os ônibus deixam os trabalhadores que iniciam sua jornada de trabalho e onde o Sindicato tradicionalmente faz as assembléias, estava trancado. A Comissão de Fábrica, em concordância com o Sindicato, quebra o cadeado que fechava o portão e realiza a assembléia no pátio da empresa. Este foi um gesto que atualizou a memória da tomada da fábrica, da disputa de poder pela determinação da norma, significativo para o decorrer dos acontecimentos. A assembléia foi marcada por falas indignadas com a atitude da empresa:

“Nós não esperávamos que a empresa, em véspera de Natal, desse um presente desses para a companheirada. Não importa o argumento que ela está usando, de que fez o possível para segurar o emprego dos trabalhadores, e que não tinha outro recurso a não ser demitir a companheirada. A Ford está descontando na peãozada uma coisa que é muito mais culpa da sua direção, de seu marketing, e do governo federal. A peãozada

aqui não tem culpa de nada, faz um carro de qualidade, tem compromisso com a empresa e recebeu esse presente. Para nós não tem demissão aqui na Ford. E isso tem que estar na cabeça de todo mundo aqui”.

(Rafael Marques, Coordenador da Comissão de Fábrica da Ford, na porta da fábrica).

Os trabalhadores então rumam para o Sindicato, para dar continuidade à sua assembléia. Nela toma a palavra Luiz Marinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:

“A disposição do Sindicato é de discutir com a Ford e construir alternativas para que não haja as 2800 demissões. Estas nós não aceitamos. Esse não é um movimento da Ford, é um movimento dos metalúrgicos do ABC. É assim que nós queremos tratar. O essencial é que todo mundo que esteja aqui assuma para si o compromisso dessa luta, ajude a conversar com os outros colegas que não estão aqui para, a partir de amanhã, seguir a risca todas as orientações. Nós vamos amanhã entrar para produzir. Não é greve, nós não vamos fazer greve, nós vamos trabalhar. Pode ser assim companheirada? Então amanhã todo mundo lá, se o portão estiver aberto a gente entra, se estiver fechado a gente pula. Tá bom? Se aprovarmos que devemos entrar todos, e eu tenho certeza que será aprovado, não é para cometer nenhum deslize lá dentro. É efetivamente entrarmos para trabalhar.”

Nos momentos limítrofes de tensão, a Comissão de Fábrica e o Sindicato se fizeram presentes para permanecer coordenando as ações coletivas. O trabalho, experiência que confere sentido à identidade individual e coletiva de classe, não pode ser negado. Os representantes dos trabalhadores compreendem o *ethos* do trabalhador e assim continuam a representá-los.

No dia cinco de janeiro de 1999, os trabalhadores reúnem-se novamente em frente à fábrica. Depois das falas no alto do caminhão de som, eles se aglomeram em frente ao portão da empresa; portando suas carteiras funcionais, todos vão entrando sem se diferenciar entre demitidos ou não. Dentro da fábrica, os carros prontos haviam sido

retirados – dada a experiência do início da década de 90, na greve dos “golas vermelhas”, em que carros foram incendiados. A linha de montagem havia sido soldada e a matéria prima recolhida.

Os trabalhadores, depois de vestirem seus macacões azuis iam se dirigindo aos seus locais de trabalho e agrupando-se em rodas, conversando, jogando, exercendo sua sociabilidade própria. Na estamparia, que tem um funcionamento independente da linha, os trabalhadores chegaram a acionar as máquinas.

“Eu não sou empilhador, sou preparador de máquina, mas naquela hora, peguei a empilhadeira, levei as chapas, o material, acionamos as máquinas e começamos a trabalhar. Foi a única linha que conseguimos tocar, a linha 14 do prédio 4. Isso durou uma hora e tanto, quase duas”.

Paraíba, em depoimento cedido na sala da Comissão de Fábrica, nos indica um dos pontos em que a autonomia dos trabalhadores se exerce no cotidiano. O *saber fazer* garante ao trabalhador a possibilidade de pôr a fábrica em funcionamento. A reivindicação da autonomia para fazê-la operar independentemente de gerentes ou supervisores. Nesse ínterim, a supervisão passou retirando o pessoal que não havia sido demitido. A Comissão de Fábrica também avaliou que estava na hora de parar e enviou a militância à linha para encerrar a atividade, temendo perder o controle do movimento dos trabalhadores. Estava claro que, num ambiente de relações assimétricas de poder e heterônomo, a reivindicação de autonomia e o seu exercício não poderiam ser mais que transitórios, numa forma de ritual cuja eficácia simbólica radica na sua virtualidade de atualizar ou incutir nos sujeitos a capacidade latente, potencial de ditar a norma.

O sentido desta greve invertida, uma ocupação da fábrica, deve ser compreendido. A história de organização dos trabalhadores nesta fábrica desde o fim da década de 70 com

a formação da Comissão de Fábrica e em movimentos episódicos como a Greve dos Golas Vermelhas, aponta a busca por autonomia dos trabalhadores que constituem sua organização com o fim da “luta”, da disputa com a empresa na instauração da norma. Uma busca por uma nova ordem no local de trabalho.

A apropriação pelos trabalhadores do local da produção é, nesse contexto, uma demonstração do poder conferido pelo *saber fazer a fábrica funcionar*. Quando o coordenador da Comissão de Fábrica diz “ninguém foi demitido aqui”; ou quando o presidente do Sindicato diz “se o portão estiver aberto a gente entra, senão a gente pula”, demonstram a independência desses trabalhadores em busca de uma ordem mais democrática.

O não reconhecimento das demissões pelos trabalhadores, pela Comissão de Fábrica e pelo Sindicato, denota o limite da comunidade. As decisões tomadas pela empresa e não negociadas com o Sindicato e com a Comissão de Fábrica não são consideradas válidas. Tendo uma história de ações pelo reconhecimento de sua identidade como sujeitos políticos, os trabalhadores do ABC mobilizam-se pela interlocução. A negociação passa a ser reivindicada. Os sindicalistas manifestam o apego ao seu lugar historicamente construído, pleiteiam os procedimentos da concertação social. As decisões devem ser dialogadas, empresa e trabalhadores devem ser interlocutores no processo de tomada de decisões.

No contexto vivido pelo movimento dos trabalhadores, a negociação assume um papel importante, decisivo, frente às mudanças. Geraldo fala da presença e da ausência da Comissão de Fábrica:

“Todos sabiam quais eram os planos da empresa. Ela já havia anunciado: enxugamento dos postos de trabalho, com terceirização, desativação da fábrica de

motores... Só foram negociar quando demitiram. A melhor forma era negociar. As áreas de terceirização eram para ser discutidas. Hoje, quando você vê está terceirizado”.

“Até determinado momento a Ford foi uma mãe. Mas o que causou isso foi a ausência da Comissão de Fábrica. Essas definições já estão feitas há muito tempo. Mas ficaram em discussões, disputa por cargos... Acabou acontecendo”.
(Geraldo, em sua casa, em março de 1999).

Na fala de Geraldo há uma expectativa em relação à negociação como forma de resolver os conflitos, de elaborar, em conjunto com a empresa, soluções para manter o trabalho. A ausência da representação ocorre quando ela não ocupa este papel.

Mas, o limite da experiência - que pode ser lida como precursora simbólica das experiências autogestionárias – rapidamente se recoloca, senão pelos gerentes, pelos próprios representantes sindicais, que retiram da seção os trabalhadores que encenavam sua autonomia fazendo funcionar a estampanaria.

Graças à intensa mobilização envolvendo as famílias dos trabalhadores, políticos, Igreja, imprensa, operários de outras montadoras, a opinião pública, os trabalhadores conseguem, depois de um longo percurso, que a Ford aceite voltar a negociar. Os trabalhadores cedem à fábrica o controle da produção e a soberania na imposição da norma do trabalho.

A empresa procurou afastar os trabalhadores não demitidos da fábrica, concedendo licença remunerada entre 18 e 30 de janeiro. As primeiras propostas da empresa são de aumentar o valor da indenização pela demissão, pegando um Pacote de Demissão Voluntária – PDV. Até o início de fevereiro, em um mês, apenas 300 dos 2800 trabalhadores aceitaram a rescisão do contrato de trabalho.

Em fevereiro de 99, a Ford revoga as demissões, nos seguintes termos: suspende-as mas deixa os demitidos em licença remunerada. O salário de janeiro seria pago em duas parcelas, garantia-se o direito dos licenciados à manutenção de convênios médicos até 30 de abril ou abono; paralelamente, abria-se um PDV até o dia 12 do mês, pelo qual se oferecia 41,5% do salário para cada ano trabalhado. A empresa se dispunha a realizar um balanço da adesão ao PDV no dia 18, com retomada de negociações no dia 22 do mesmo mês.

Essa decisão foi comemorada pelos trabalhadores com fogos e festa. Tendo conquistado visibilidade na imprensa, e embora temerosos com o futuro, tinham um prazer no exercício de sua identidade. Com a caracterização da suspensão das demissões, eles sabiam que essa era uma “vitória parcial”, como disse Rafael Marques em entrevista a mim concedida no decorrer do movimento.

Do ponto de vista de seus componentes substantivos, como estratégia discursiva e ação coletiva, tal “vitória parcial” só pode ser compreendida quando uma outra lógica se coloca. Conseguir reverter a decisão arbitrária da Ford, reabrir as negociações, se por um lado implica no reconhecimento da representação dos trabalhadores como interlocutora legítima da empresa, por outro lado já nos faz vislumbrar que a esfera da disputa política passa por outros terrenos que não o local de trabalho; passa pela negociação com governo, pela intermediação do Estado, pela visibilidade pública de uma disputa encenada.

Da perspectiva da “base” da fábrica, a experiência desses momentos extraordinários, da longa mobilização compartilhada pelo coletivo dos trabalhadores ensina uma ética. “A hora da luta”, como dizem, “é quando o homem se revela”. Nesse momento, há um exercício de afirmação de identidade.

Ao término do prazo de adesão ao PDV, no fim de fevereiro, 1200 trabalhadores aceitam a rescisão inicialmente proposta, permanecendo então 1600 demitidos. Na nova rodada de negociação, a Ford anuncia sua proposta de *lay off* para os trabalhadores que ainda permaneciam sob licença remunerada: eles teriam seus contratos suspensos²⁹. Por cinco meses esses trabalhadores frequentariam cursos de requalificação profissional no SENAI recebendo salário líquido integral, sendo uma parte (R\$ 243,00) fornecida pelos cofres públicos do Seguro Desemprego e o restante pago pela empresa; aqueles incluídos na proposta deixariam de contar com o desconto previdenciário, com o depósito do FGTS e com as parcelas proporcionais de férias e décimo terceiro salário. A empresa se comprometera ainda a reintegrar os cerca de 300 demitidos portadores de doenças profissionais. Tendo constatado um “excedente de mão de obra”, a representação dos trabalhadores em negociação com a empresa, acata à proposta de *lay off*.

A empresa propõe-se ainda, a discutir com a representação dos trabalhadores o futuro da fábrica em São Bernardo e a possível vinda de um novo produto. Entretanto, em assembléia na porta da fábrica, Rafael diz:

“A Ford não está garantindo que vem um carro. O que a Ford diz para gente é o seguinte: um carro médio, para São Bernardo, nas condições de hoje, não vem. Nas condições de produtividade, de competitividade, com o atual sistema de produção, desse jeito o carro não vêm. É isso que eles estão dizendo. E dizem o seguinte: para a gente conseguir na matriz, nos Estados Unidos, esse carro para São Bernardo, tem que haver mudanças na fábrica. Para vocês terem uma idéia, as demissões que eles fizeram são parte dessas mudanças”.

(Rafael Marques, em assembléia na Ford, em março de 1999).

²⁹ O *lay off* é a proposta de suspensão temporária dos contratos de trabalho que segue os termos de uma Medida Provisória do Governo Federal Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual as empresas poderiam suspender os contratos, desde que pagassem em torno de 80% dos salários de cada trabalhador suspenso, sem os direitos trabalhistas (Medida Provisória 1.726/98, que regulamentou a suspensão temporária dos contratos de trabalho).

Um ano e meio foi o tempo que durou a resistência dos trabalhadores às demissões. O limite da resistência dos trabalhadores foi determinado pelo limite das negociações. Afastados do trabalho, eles se encontravam no Sindicato a cada seis meses em plenárias e assembleias. O acordo foi renegociado três vezes, entretanto, sem o auxílio do governo os salários foram baixando. Em julho de 2000, os trabalhadores afastados, que ainda eram cerca de 700, em plenária no Sindicato rejeitaram a proposta da Ford de reincorporar 100 deles à produção deixando para os outros 600, apenas a rescisão, com o recebimento de 60% do salário por ano trabalhado e assistência médica por um ano. Depois dessa recusa, o Sindicato realizou nova assembleia na porta da empresa e os trabalhadores em atividade da fábrica decidem entrar em estado de alerta em solidariedade aos trabalhadores afastados. Uma semana depois o Sindicato põe fim ao movimento, assinando este mesmo acordo com a empresa.

Ao longo desse tempo, a Comissão de Fábrica foi adequando sua prática aos encontros de negociação com a empresa. Quando recebe a notícia das demissões, a representação sindical critica a administração da fábrica. Rafael, em assembleia, ataca: “O que aconteceu é muito mais culpa da direção da empresa, do seu marketing e do governo federal”, delimitando quem são os seus *outros*. A relação de oposição concebida pela Comissão de Fábrica está configurada da seguinte forma: os trabalhadores e seus representantes sindicais X a direção da empresa e o governo federal. No primeiro momento, a relação é representada como uma “luta”, uma disputa.

“A luta faz, até um governante mais reticente com nossas propostas, ter que nos ouvir, ter que abrir mão de seu projeto pra incluir, e fazer com que a gente seja um protagonista da história. Eu acho que a luta proporciona isso. Nesse aspecto, foi um movimento que valeu muito”.

(Rafael, na sala da Comissão de Fábrica, em 2001).

Na revisita de 2001, na fala de Rafael temos a disputa como meio para o reconhecimento dessa direção sindical como protagonista da história, sujeitos da “Política com P maiúsculo”, a que se referia Betão.

Com o desenrolar desse processo em que o desemprego em massa afeta o interior do local de trabalho e, com a antiga Comissão de Fábrica sob a chantagem do fechamento da planta, os trabalhadores enfrentam um momento delicado. A organização construída pelos trabalhadores vai sendo restringida, em nome da permanência dos postos de trabalho, cada vez mais exíguos. A disputa pelo poder no chão de fábrica, o combate pela norma, vai sendo restringido. A autonomia está limitada desde dentro, pela enorme assimetria de poder entre os atores, mas também desde fora, onde o desemprego atualiza, radicalizando, tal assimetria.

É também neste momento que um órgão de representação da diretoria sindical nos locais de trabalho, os Comitês Sindicais de Empresa – CSE’s, passa a existir. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em seu esforço por controlar a militância fabril incorpora num Sistema Único de Representação a Comissão de Fábrica. A partir desse momento, os CSE’s encampam toda a direção da Comissão à direção do Sindicato, num ataque sério à autonomia da organização no local de trabalho. A disputa pela norma desloca-se do terreno do chão de fábrica, e as negociações são determinadas por questões exteriores à produção: o mercado, a concorrência, o desemprego...

Depois de meses de mobilização com o objetivo de dialogar acerca das decisões a serem tomadas sobre a ordem na fábrica e logrando este espaço de negociação, a representação sindical põe fim à mobilização dos trabalhadores e acata a deliberação da empresa, mesmo contrariando as decisões tomadas em assembléia.

O coordenador da Comissão de Fábrica, que surge como liderança na greve dos Golas Vermelhas, incorporando a lógica do discurso da empresa, constata o crescimento na produtividade da empresa, mas admite a existência de um excedente de trabalhadores:

“A Ford deu um salto em dois anos de uma fábrica que produzia 14 carros/homem/ano para hoje 38 carros/homem por ano. (...)

O que ela está fazendo é uma chantagem do capital que, para manter a fábrica em São Bernardo, quer entrar numa reestruturação para aumentar a produtividade para 70 carros/homem/ano. É esse número de produtividade que eles conseguem vender para a matriz para trazer um novo produto para cá. (...)

A empresa tem um excedente hoje por conta da produção que eles querem fazer de 500 carros/dia. Conseguem fazer com 3 mil horistas, na nossa avaliação. Na avaliação da empresa, pelo tamanho das demissões, estão dizendo que com 2200 fazem essa produção de 500 carros dia. Não fazem. Mas, inevitavelmente, há um excedente”.
(Rafael, em São Paulo, em abril de 1999).

Incorporando a lógica da constatação do “excedente de mão de obra” e cedendo à chantagem do fechamento da planta em São Bernardo, a Comissão de Fábrica, que a esta altura já coexistia com um Comitê Sindical de Empresa, não reconhece a decisão dos trabalhadores da fábrica que recusava o acordo proposto pela empresa.

O desenrolar desse acontecimento repõe com toda a sua força a situação de heteronomia: ela é experimentada no cotidiano de trabalho na indústria e também face ao mercado de trabalho. A natureza do regime fabril em formação parte desse duplo quadro.

A nova ordem: “parceria”

O prédio do antigo PTO - o mesmo que dá acesso à sala da Comissão de Fábrica dos Trabalhadores da Ford - permaneceu vazio por quatro anos. Um signo de instabilidade, que ameaça a permanência do cotidiano do trabalho, inscrito no espaço. Depois desse período em que a empresa aplicou seu Projeto 2000, com a ameaça do fechamento da planta, a fábrica de caminhões é transferida do Ipiranga, zona sul de São Paulo, onde a Ford encerra suas atividades, para o Taboão, em São Bernardo. A construção da planta de Camaçari na Bahia é outro fator que ameaça a existência da fábrica em SBC. Naquele espaço hoje está sediada a ultra-moderna seção de montagem dos caminhões. Nela, trabalham mulheres lado a lado com robôs. Sinal dos novos tempos...

As mudanças ocorridas no chão de fábrica incidem prioritariamente sobre o terreno da disputa sobre a norma que rege o cotidiano. Num primeiro momento esse espaço de disputa era ocupado coletivamente pelos trabalhadores em suas greves, ocupações, estratégias de luta, depois do segundo momento ficam evidenciados limites a esta construção.

Em revisita à planta da fábrica, três anos depois, reencontro trabalhadores que voltaram ao trabalho. O discurso do jovem Bola, em seus dois diferentes modos de tratar, é eloqüente sobre o conteúdo das mudanças: “Eu sempre fui sindicalizado, mas não era assim. Hoje, depois do que aconteceu, eu tenho consciência de que eu tenho que lutar para conquistar. Hoje eu me considero um militante”. (Bola, em fevereiro de 1999, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC). E, em meados de 2001, quando revisito a fábrica: “Hoje, o que acontece aqui dentro é uma parceria. O Sindicato e a fábrica têm os mesmos interesses”. (Bola, na Ford SBC, em 2001). Neste momento, alcançar a produtividade, participar dos lucros, engaja os homens na produção. A empresa

logra impor o discurso da parceria. E o representante sindical passa distribuindo as carteirinhas do Sindicato na moderna montagem de caminhões.

A esfera da participação dos trabalhadores na gestão da produção de automóveis passa a ser o campo em que a disputa pela norma tem se dado, numa intensificação da política da empresa para envolver os trabalhadores.

Isso é bastante diferente do primeiro sentido em que a disputa pela norma estava pautada na gestão do tempo e do uso dos corpos. Hoje, depois de um estrondoso processo de intensificação do trabalho, de envolvimento dos trabalhadores com metas de produtividade, é a gestão da produção de mercadorias que mobiliza as consciências individuais, num processo de internalização de controle.

O ponto em questão – as possibilidades de construção de autonomia num ambiente de heteronomia – agora consolida as formas que foram se gestando ao longo do tempo. A política de participação da empresa atinge seu fim quando engaja as consciências. As formas de envolvimento e participação dos trabalhadores na gestão da produção constituem-se na criação de espaços de discussão acerca do cotidiano de trabalho. São reuniões que ocorrem entre os trabalhadores, durante a jornada de trabalho, coordenadas e acompanhadas por chefes da empresa. Um estudo de caso, sobre o processo de envolvimento dos trabalhadores na petroquímica gaúcha, acompanhara situação semelhante: “Promover a participação do trabalhador no processo produtivo visa a implicá-lo no processo, a integrar sua contribuição pessoal ao trabalho prescrito de maneira transparente. Participar significa contribuir de maneira aberta e explícita, integrando o informal à regra desde que signifique o aperfeiçoamento desta. Ora, a autonomia outorgada aos trabalhadores visa reduzir a margem de criação e de improvisação para dar lugar a um sistema de gestão normativo, em que a autonomia real deva integrar-se ‘a

institucionalização da autonomia. (...) A autonomia real torna-se heteronomia, pois ela se torna uma regra a seguir.”(Rosenfeld, 2004 :205).

Uma autonomia outorgada é uma contradição em seus termos. A empresa espera a participação do trabalhador, incentiva, ela é praticamente compulsória. Uma *participação assujeitada* é o que impõe a nova ordem na produção.

Do ponto de vista dos representantes sindicais temos também uma mudança de perspectiva. Discutindo acerca dos modos de organização da produção, da gestão do trabalho e dos espaços criados pela empresa para o envolvimento dos trabalhadores, os membros da Comissão de Fábrica, em 1998, diziam:

“Nós não participamos das reuniões ‘deles’, eles querem ganhar o peão. O nosso espaço são os Diálogos de Segurança, que são reuniões que fazemos com os trabalhadores por setores para discutir as questões do dia-a-dia. Aí levantamos os problemas e vamos ver como encaminhar”.

(Paulão, na fábrica, em 1998).

Na revisita em 2001, conversamos sobre a implantação do projeto da empresa de manutenção produtiva – o FTPM, que implica na incorporação das funções de manutenção pelos operadores. Rafael, então coordenador da Comissão de Fábrica, diz:

“O FTPM a fábrica implanta. Implanta e o Sindicato tem dado suporte, porque são questões que a gente não pode... nós fizemos uma avaliação e achamos que não dá pra gente também inviabilizar tudo que eles nos apresentam.

Ana: Mas isso não reduz os postos da manutenção?

Rafael: Reduz, reduz. Mas nós fizemos uma avaliação que também não dava pra gente inviabilizar tudo que eles nos apresentam. Essa questão é uma questão importante, mexe com um projeto que eles têm de qualidade, de um novo sistema de condução... então, há resistência da parte dos empregados(...)

Nós temos uma manutenção ainda grande na fábrica e que está sob controle. Mas achamos que não tem como a gente inviabilizar essa parte do projeto da fábrica. Que não vai reduzir de imediato postos de trabalho. Não é aí a área de conflito, não é essa. A área de conflito na FTPM está muito mais no grupo de trabalho, que se

chamam de work-groups. Nesses, sim, há reclamações da militância muito fortes. Nós temos que intervir mais forte, porque há uma lavagem cerebral, nesses processos. Mesmo assim, não se configura, porque na hora de fazer uma briga o pessoal está indo, entendeu?”.

Na fala do representante sindical, vemos que o foco de sua atuação na disputa com os estratos gerenciais são agora os espaços de envolvimento dos trabalhadores com os objetivos de produção da empresa, mais que a defesa do emprego. Sobre a nova forma de envolvimento dos trabalhadores adotada pela empresa, os chamados *work groups*, Paraíba, em 2001, diz:

“Antes você tinha a chefia mais direto ligada à produção, talvez até cobrando, se o cara era daqueles que pegava a produção hora a hora. Agora hoje tem um sistema de produção Ford que eles implementaram, que foi basicamente de 98 para cá, que eles conseguiram colocar mais em prática. Os trabalhadores, você pode ir em qualquer linha que você vê, tem cinco trabalhadores de uma linha, uma linha tem 30 pessoas, que cada um tem uma tarefa, eles chamam de líder de grupo; nas quartas feiras tem umas reuniões de *work groups*, dos caras fazendo sugestões, discutem o que faltou, então a gente bate muito em cima disso aí. Cobra para os companheiros não fazerem dessa forma. Porque por exemplo, você trabalha numa linha de produção, então quando você falta, na quarta feira quando tem a reunião, os caras vão comentar aquela tua falta, o absenteísmo. Então a gente coloca, olha vocês podem até comentar o absenteísmo, mas não colocar o nome daquela pessoa na linha. Na linha tem 30 pessoas, são divididos em média, três ou quatro grupos. Então cada grupo discute aquele incidente. Isso, na nossa avaliação, pressiona muito mais que os encarregados; os encarregados tinham medo da representação chegar lá e chamar a atenção deles, né? Hoje não, hoje são os próprios companheiros que estão fazendo isso. Na minha avaliação, para quem está produzindo, a pressão é maior do que naquele período. Mas, não por causa da chefia, por causa do sistema que foi adotado aqui”.

O trabalhador comenta o êxito da política empresarial de envolvimento dos trabalhadores na gestão da produção, que data de 1998, fato que não apenas implica outra relação dos trabalhadores com a representação sindical, como também condiciona uma

nova forma de delimitação do “nós”, de compreensão do coletivo, de identidade. A fábrica determina o idioma, o modo de se referir ao momento de discutir o processo de produção, agora é ela que dita a norma.

No contexto atual, desde a resolução da história das 2800 demissões, uma nova ordem parece se estabelecer na fábrica. Numa ordem heterônoma, a disputa pela capacidade de intervir na norma continua em pauta, no entanto, a criação pela empresa de canais de manifestação dos trabalhadores sobre o cotidiano da produção parece estar sendo vitoriosa.

Na Ford, a autonomia dos trabalhadores é uma forma de disputa sobre a ordem fabril, uma forma de resistência que se constitui a partir do saber dos trabalhadores, saber fazer a fábrica funcionar ou, poder trabalhar. Este poder os trabalhadores exercem nos momentos de tomada da fábrica. O trabalho é a experiência que funda o coletivo. A identidade de trabalhador que se constitui na experiência do trabalho na montadora de automóveis, aquela a que se referia Meggie, quando narra o desejo de seu pai - trabalhador de uma outra geração, que só na fábrica ele pode aprender, “ele sabe o que a gente aprende aqui dentro, em termos de comunidade, de fraternidade, de companheirismo, ele queria passar isso para mim na prática”.

No contexto em que o desemprego - de fora dos muros da fábrica – ameaça, há uma concreta restrição ao exercício da capacidade coletiva dos trabalhadores disputarem a ordem da produção com os desígnios da empresa. Não se trata de um puro despotismo de mercado, mas de um processo em que há uma mobilização subjetiva pela garantia da ordem da produção, um novo produtivismo.

A empresa valoriza o saber dos trabalhadores, investe na política de sugestões, estimula a participação dos trabalhadores, as contribuições redesenhando o processo produtivo. Os trabalhadores recebem incentivos em dinheiro. Na representação feita pelos

sindicalistas, este produtivismo também se faz presente. Uma política sindical que marcou o fim da década de 90 é a Participação nos Lucros e Resultados.

Ao priorizar a atuação política extra fábrica os sindicalistas deixam nas mãos da empresa toda a possibilidade de envolvimento dos trabalhadores, através do reconhecimento de seu saber, de sua habilidade técnica, de sua inventividade.

A concepção do político como algo distante do cotidiano, numa concepção de representação política que cinde os trabalhadores entre direção e base, explica o abandono dos temas próximos ao trabalho. O fato é que, frente ao atual quadro, o Sindicato perde sua base.

Olhando uma duração mais longa temos o tema do emprego assumindo várias formas com conteúdos bastante semelhantes. Nos anos 70 a questão da estabilidade no emprego, recém perdida como direito, deixava suas marcas nas diversas greves contra demissões. Frente ao quadro do final dos anos 90, a questão do des-emprego toma outra dimensão afetando mesmo a ordem no interior do espaço de produção. Vimos como a representação dos trabalhadores, chantageada pela ameaça do fechamento da fábrica, cede nas negociações sobre demissões de trabalhadores. No quadro atual, o trabalho, experiência fundante da sociabilidade e da identidade dos trabalhadores, sob sua forma assalariada, decresce deixando implicações para o conjunto da classe trabalhadora.

Com a institucionalização pela empresa de espaços de manifestação envolvimento e participação dos trabalhadores, que competem com as instituições sindicais pela representação de interesses, normatizar a produção consolidou-se como campo de iniciativa da empresa que a discute com os trabalhadores, que a acatam. “Parceria” é o termo que designa a nova relação.

Já no depoimento de Betão, que se refere a esse novo momento, em que a empresa põe em cheque a ordem da autonomia dos trabalhadores, com as 2800 demissões, temos:

“esse pessoal mais novo na Comissão de Fábrica. E eu sempre questionei isso, essa política que eles faziam de final de ano jantar com a fábrica. Essa relação eu nunca fui muito... Eu sempre questionei essa relação de parceria. Esse negócio de parceria eu não via com bons olhos, eu tinha divergências com a Comissão de Fábrica”.

(Betão. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, março de 1999)

Betão e a sua geração já não estão na fábrica, ele se refere a essa geração como “a molecada do SENAI”. Hoje, os trabalhadores são os que não viveram a experiência do início da década de 80 na fábrica. Vêm de outras formas de socialização, dos cursos técnicos do SENAI, mais que do treinamento no posto de trabalho, orientados pelos trabalhadores mais velhos de casa. E, com a ameaça do desemprego, estes senhores trabalhadores foram pressionados pelo conjunto dos trabalhadores a deixar a fábrica, aceitando os incentivos da empresa para se aposentarem, deixando o lugar para os mais jovens.

Quando o projeto coletivo de controle fabril vem abaixo, os destinos individuais são duramente golpeados, dentro e fora da fábrica. A experiência dos trabalhadores que conheci na Ford e que viveram lá nos anos 80 e 90, hoje se atualiza de diferentes formas. Buscando reconstituir algumas trajetórias e compreender os sentidos que eles lêem na experiência, revisei trabalhadores que não retornaram ao trabalho. Zé Carlos (outrora chamado por seus colegas de trabalho de Meggie), em 2001, em sua casa, dirige um grupo de teatro na Comunidade Nossa Senhora de Aparecida, da Igreja Católica, no bairro do Taboão em SBC. O grupo monta uma peça que trata do problema do desemprego. A peça conta a história de jovens frente à degradação social, no contato com drogas e violência. A dramaturgia é de autoria de José Carlos que trata de temas duros com humor. Esta peça foi

apresentada no Festival Diocesano de Teatro, em São Bernardo do Campo, em 2001. O trabalhador dedica-se a estas atividades com empenho, freqüenta cursos de dramaturgia, seminários no Teatro de Arena. Faz curso de fotografia, aproxima-se mais da área de formação de sua esposa que fez publicidade.

A avaliação que ele faz de sua experiência é dura. Questiona o desenrolar dos acontecimentos. Ele permaneceu até o final do acordo, votou contra a proposta da fábrica, esperava ser reincorporado à produção. Sente-se traído por seus antigos companheiros de trabalho, hoje dirigentes sindicais. Sua fala abriga uma mágoa. José Carlos mora em um apartamento de onde se vê todo o terreno da fábrica. O fato de estar fora, agora, é compreendido como uma injustiça.

Outro trabalhador, Puca, tecnólogo formado, operário de manutenção em mecatrônica, outrora fazia a programação dos robots da montagem dos automóveis. Sobre as expectativas e a experiência com o trabalho na indústria multinacional, fala:

“Desde molequinho o meu grande sonho era ser corredor de Fórmula 1. Mas é impossível para uma criança assim, pobre, conseguir isso. Então de alguma forma eu queria fazer parte da área automobilística. Comprei o sonho de Henry Ford. Eu achava lindas as histórias de Ford: o que seria de sua empresa se o seu funcionário não pudesse ter um carro? Então comecei a produzir carros, e carros populares, para todo mundo. Porque até então o meu pai não tinha carro”.

As expectativas da “criança pobre”, na história de vida do trabalhador, vão se adequando através da sua inserção no emprego, buscando realização através do trabalho assalariado. Mas a realização se dá pelo prazer da exteriorização do trabalho no produto carro.

“Eu entrei na Ford para trabalhar na usinagem de motores, como eletricista. E sempre fui me aperfeiçoando. Depois virei mecânico de manutenção, trabalhei uns quatorze anos lá. Eu aprendi tudo lá, desde como usinar peças do motor, até montar um motor interinho e o funcionamento dele completo. Eu fui fazer mecatrônica. Hoje faço

a manutenção dos robots. Tudo que eu estudava, estudava visando a Ford. Queria produzir carro e carros cada vez melhores.

E agora? A Ford me mandou uma carta (de demissão) lá em casa. Eu me assustei, não sei o que fazer. Estou há 17 anos na empresa aprendendo a montar carro; isso é tudo o que eu sei fazer. Ainda se tivesse outras metalúrgicas abrindo vagas, eu toparia até com um salário menor, estaria ótimo, porque meu negócio é carro. Isso é o que eu gosto de fazer. Mas como não tem nada no mercado eu até me sujeito a trabalhar na Ford até pela metade do preço”.

(Puca, na sala da Comissão de Fábrica, em 5/1/1999).

Puca fala de sua trajetória profissional como uma aprendizagem, ele é um técnico especializado bastante qualificado, mas frente aos acontecimentos, o que está em questão é o valor de seu trabalho, que se realiza através do seu reconhecimento. Ele fala sobre a sujeição do trabalhador. A consciência de sua condição em contexto em que o trabalho perdeu importância passa pela experiência de ser, ele próprio, uma mercadoria.

Este trabalhador, depois de afastado pelo *lay off*, voltou à fábrica. Foi reincorporado ao efetivo de funcionários da Ford como segurança patrimonial. Permanecendo sob a Medida Provisória até o final do acordo, retorna ao trabalho com o acordo de desterceirização da guarda. Tendo sua formação profissional desqualificada na prática, está impossibilitado de exercê-la no cotidiano de seu trabalho na Ford.

Guitarrinha, ex-operário da linha de montagem, está desempregado. Depois da crise em seu casamento, passou a beber; separou-se de Elisa, passou a ver Wilker, seu filho, muito esporadicamente. Voltou a morar na casa de seu pai, na Vila S. José e depois de quase um ano, conseguiu um lugar por tempo determinado nas Frentes de Trabalho do Governo Estadual.

No momento da demissão, em dezembro de 1998, Guitarrinha diz:

“Num país que diz ser democrático, diz existir democracia... E até então eu não vejo, eu desconheço. Talvez eu seja até tapado na questão democracia, mas o que a

gente sofre para conseguir algo, o que a gente batalha, batalha bastante, faz parte da democracia que, segundo falam que existe, e que, na minha opinião, está mal dividida. Está 4% na mão de uns e sobra só miséria na mão dos outros”.

(Guitarrinha, em sua casa, no Natal de 1998).

A compreensão dessa experiência mostra como o sentido de autonomia nasce da disputa contra o seu contrário, o trabalho heterônomo, e põe em questão a lógica do trabalho assalariado, semeando o projeto da experiência de autogestão no trabalho. Este elo não está na teoria e sim na história, na experiência vivida pelos trabalhadores brasileiros.

Os dilemas da experiência acima descrita vão evidenciar uma disputa sobre a consciência dos trabalhadores, na busca por adesão ao projeto sindical ou ao projeto da empresa, o que fica destituído de sentido já que ambos, empresa e sindicato, no atual contexto são parceiros. Tais dilemas apontam, com isso, para as esferas da economia pensada num nível mais macro e a da política igualmente concebida, como espaço da resolução dos conflitos e da constituição de sujeitos políticos. Ou, quando não apontam, evidenciam as disputas que se travam em espaços heterônomos típicos como o da Ford aqui descrito.

A experiência de disputa por autonomia no local de trabalho foi vivida pela geração que participou das ocupações de fábrica, esta é a mesma geração que concebe os projetos de auto-gestão em nossos próximos casos. Há ainda outras formas de contato entre essas experiências no que diz respeito aos aspectos institucionais: o sindicato, a central sindical, o partido, que mantêm e atualizam o projeto de disputa de poder pelos trabalhadores. A conjuntura de enxugamento do trabalho na indústria, simultâneo a um processo de participação compulsória, expulsa muitos trabalhadores do vínculo formal de emprego, ao mesmo tempo em que incide sobre os elos de solidariedade intra-classe.

Capítulo 5.

A expropriação do sentido de cooperativa: da Autogestão à Cooperगतo

Capítulo 5. A expropriação do sentido de cooperativa: da Autogestão à Cooperगतo

A luta dos trabalhadores pela determinação da norma no trabalho ganha outros sentidos, quando enfocamos este segundo caso, o dos trabalhadores de uma fábrica de tampas plásticas, a Perticamps, inicialmente situada na Barra Funda, município de São Paulo.

Através deste caso podemos observar deslocamentos no sentido de autonomia. De uma primeira experiência de Comissão de Fábrica que se forma a partir de um projeto de autogestão da produção pelos trabalhadores à responsabilização prática de um corpo gestor do trabalho composto dirigentes sindicais, temos a derrota de um projeto que se exerceu em nome dos trabalhadores e a reprodução de relações de subordinação.

Ao longo de um processo de mais de uma década, a Comissão de Fábrica passa a gerir a produção em conjunto com o antigo corpo gerencial da empresa, responsabilizando-se ela própria, pela gestão e exploração do trabalho. Numa trajetória de precarização das relações de emprego e depreciação do patrimônio da fábrica, constitui-se uma cooperativa, como forma de fazer frente à situação falimentar da empresa. Ao longo dessa trajetória, o sentido do projeto autogestionário vai sendo apropriado pelos antigos diretores da empresa sob a ordem heterônoma e transformado em seu conteúdo, com a anuência e decisiva participação dos que pretendiam confrontar a velha ordem.

Parte-se de um pleito claro e inicial sobre a constituição da norma pelos representantes dos trabalhadores, inclusive com a eliminação do outro da relação trabalhista - o patrão - e este elemento diferencia o presente caso do anterior. Chega-se, todavia, à reprodução da assimetria. Para melhor seguir esse percurso complexo, caminharemos

colados à descrição dos fatos, buscando refletir sobre a constituição dos sujeitos trabalhadores no cotidiano do trabalho. As transformações de sentido – da autogestão, à co-gestão e à cooperativa - implicam em redefinição de lugares dos sujeitos do processo.

Antes de passar à descrição dessa trajetória, creio ser importante evidenciar em que ponto da história tive contato com o grupo. A pesquisa de campo que desenvolvi junto aos trabalhadores que compunham a extinta Perticamps teve características peculiares. Tive acesso à empresa em março de 2001, quando então a mesma se chamava Heleny. Pude, então, realizar encontros com os trabalhadores em que se constituíram espaços de reflexão e debate acerca da situação do grupo. A duplicidade do nome Heleny/Perticamps já caracteriza a situação pela qual o grupo de trabalhadores passava no momento da pesquisa. Ela aconteceu numa fase de transição em que uma cooperativa ainda não havia se efetivado juridicamente, mas, em que na prática, havia um afastamento do proprietário da empresa e a gestão era feita pelo Conselho Administrativo da quase-cooperativa.

Meu acesso ao grupo foi construído a partir do contato com trabalhadores da empresa e com um diretor do Sindicato, liberado do trabalho. Minha inserção profissional, neste momento, como coordenadora pedagógica de um curso de escolarização de trabalhadores sediado no Sindicato dos Químicos e Plásticos de Osasco e região, facilitou minha entrada na fábrica. A partir de diálogos anteriores com esses trabalhadores, elaborei a proposta de encontros voltados a mapear a situação da fábrica (do ponto de vista da organização do trabalho e da produção, da situação econômica e jurídica) e compreender o discurso de uma quase cooperativa. Tal mapeamento, coletivamente elaborado e exposto, era uma forma de socializar informações que não circulavam no cotidiano da empresa.

Reuníamos-nos no espaço do refeitório da fábrica, duas ou três vezes por semana, do início de março a meados de julho. Os presentes nessas atividades oscilavam entre vinte e trinta trabalhadores. Procurei propor dinâmicas coletivas: reuniões de pequenos grupos que discutiam os temas propostos, seguidas de relatos ao grupo maior ou exposições individuais descrevendo o seu trabalho. Houve ainda momentos de assistir a vídeos e discuti-los, leituras de textos, produção de discursos para a câmera, e até mesmo uma assembléia foi realizada, a partir da iniciativa dos gestores da fábrica. Sempre seguimos o objetivo de construir um “mapa” da vida na fábrica. Tais encontros visavam criar um espaço de circulação do conhecimento local. Este recurso revelou-se um meio bastante importante para a pesquisa.

O “curso”, como era chamado nosso momento de encontro, era um espaço freqüentado pelas trabalhadoras da produção, que se revezavam na linha de montagem para poderem estar presentes. A fábrica reunia grande parte dos trabalhadores nas seções de injeção e extrusão plástica e montagem manual das peças, sendo esta última quase que totalmente composta por mulheres. Busquei compreender as perspectivas dos trabalhadores, como eles se relacionavam com o afastamento do patrão, que possibilidades eram vislumbradas pelo grupo e porque. O número de trabalhadores na fábrica, segundo o cadastro da empresa, em 2001, era de 130 funcionários; no entanto, em atividade permaneciam pouco mais de 60 pessoas. A maior parte das pessoas, cerca de 40 trabalhadores, identificava-se como trabalhadores com registro em carteira de trabalho, uma pequena parte deles aposentados. Uma minoria assídua tinha questões quanto à sua identidade: “empregados sem carteira assinada”, “desempregados”, “microempresários”, “cooperados”. Havia uma confusão na identidade dos trabalhadores (entre cooperados e trabalhadores informais) fruto da situação em que permaneciam, trabalhando sem vínculos

empregatícios, devido às precárias formas de contratação vigentes na empresa naquele momento, e havendo ainda uma divisão no que toca à estabilidade de sua posição/permanência no interior do grupo. Essa multiplicidade de formas de ver-se diferenciava os trabalhadores. Isso tem implicações para a sua relação com o projeto de gestão da produção pelos trabalhadores. Conhecer a sua história foi um dado revelador para compreender as posições no interior do grupo.

A empresa falimentar, a Comissão de Fábrica e os trabalhadores

A história do **projeto de autogestão** nessa empresa durou mais de uma década. A Comissão de Fábrica se constitui com o objetivo de assumir a gestão da empresa que passava por dificuldades administrativas. Falência, processos judiciais individuais e coletivos, ameaças, roubo de máquinas por gerentes, foram figuras que evidenciaram a tentativa de construção do projeto de continuidade da produção sem a presença do patrão na Peticamps.

Segundo depoimentos colhidos entre os trabalhadores, até 1987, a empresa empregava cerca de 1800 pessoas e tinha uma situação econômica estável, pagando-os em dia. A empresa tinha cerca de 85% do mercado de tampas. A fábrica funcionava na Lapa, em dois turnos, e os trabalhadores tinham uma jornada de 12 horas, de 2ª a 5ª, mais horas extra. Em 1988, “o fundador da empresa, Jean Camps, vende a empresa para Nevoeiro, o atual proprietário, e vai receber nos EUA, onde é preso pelo FBI”, como diz Rosalvo, ex-trabalhador do setor de injeção. A imagem que os trabalhadores fazem do novo patrão é a de um bandido.

A fábrica realizava a produção de tampas conta-gotas plásticas para garrafas de bebidas destiladas. Uma ferramentaria produzia os moldes para as injetoras de plástico; um colorista preparava a matéria prima; na sessão de injeção, produziam as partes do conta-gotas que ganhava forma numa linha de montagem manual; uma serigrafia estampava os nomes dos produtos nas peças acabadas. Seus fornecedores eram os distribuidores de plástico de alta densidade oriundo dos pólos petroquímicos; seus clientes, grandes fábricas de bebidas como Domecq, Smirnoff, entre outros.

Em 1990, a fábrica fica parada por 14 dias por falta de pagamento dos salários, bem como do transporte. Em 1991, constitui-se a Comissão de Fábrica com estabilidade, estatuto e amparo legal; a empresa a reconhece. Nesse momento essa era a única organização no local de trabalho na base do (então) Sindicato dos Plásticos de São Paulo. Quando já não há mais pagamento do INSS e demais encargos trabalhistas por parte da empresa, e os estoques de matéria prima estão vazios, os trabalhadores fazem uma greve com a ocupação da fábrica.

Nos anos 1989 e 1990, abre-se um debate no interior do movimento sindical sobre uma alternativa de poder na sociedade. Para muitos, uma alternativa ao capitalismo nasceria de um processo de organização dos trabalhadores, que se refletiria em suas instituições, sindicato e partido.

Desse modo, na década de 80, o tema das organizações no local de trabalho passa a ser representado diferentemente por duas concepções presentes no interior do movimento sindical. Uma mais ligada às direções sindicais, como a de São Bernardo, que pensa a Comissão de Fábrica como extensão das direções sindicais, esta é a concepção que nutre o sentido do exercício de autonomia expresso no primeiro caso aqui tratado. Outra, que defende a independência das organizações fabris em relação ao sindicato, é uma posição

mais próxima do grupo que se forma em torno da Oposição Metalúrgica de São Paulo; a Comissão de Fábrica da Perticamps afiliava-se a essa última posição. O projeto de autogestão tinha o sentido de uma experiência em que a direção da Comissão deveria representar a vanguarda a dirigir os trabalhadores. Seu ponto de legitimação se acreditava, assim, interno ao grupo. Seu alvo: a autogestão, a completa autonomia no gerenciamento da firma, num modelo de soma zero que não deixava lugar à presença do antagonista.

A Comissão de Fábrica mantinha relações com a Escola Nova Piratininga, do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP e participava da formação do coletivo *Reconstrução de lutas operárias – educação, assessoria e pesquisa*, responsável pela publicação de cadernos sobre história das lutas operárias, dirigidos à formação de trabalhadores. A crença em si mesma enquanto vanguarda dos trabalhadores, portadora da possibilidade de resolução do conflito entre capital e trabalho, implicaria na diferenciação da Comissão de Fábrica em relação aos trabalhadores.

Para dar consequência a suas idéias a Comissão de Fábrica convida a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG para realizar um estudo de viabilidade econômica para a empresa; os dirigentes da Comissão solicitam aos técnicos dessa associação a elaboração de um projeto de apropriação da fábrica. O contato com a experiência organizada pelo Sindicato dos Sapateiros de Franca, na empresa Sândalo que passou a se chamar Makerly Calçados, inspirou a Comissão de Fábrica da Perticamps, que passa a visualizar a possibilidade da gestão autônoma da fábrica.

Em 1992, ela inicia, na prática, a sua história de gestão da empresa. Recebendo a visita de Aparecido de Faria, técnico e fundador da ANTEAG, os membros da Comissão vão assimilando as tarefas de se familiarizarem com os dados de mercado: fornecedores,

clientes, balancetes e demais expedientes administrativos. Um estudo do caso afirma: “Diante da degradação econômico-financeira da Peticamps a partir de 1988 e em concordata preventiva decretada em 1989, os trabalhadores formam uma comissão de fábrica com o projeto de gerir a empresa, passando a controlar determinadas funções da fábrica como a compra de matérias primas, pagamento das dívidas atrasadas com fornecedores e os salários dos trabalhadores” (Faria, 1997).

Frente à falência da Peticamps, em 1993, o proprietário reaparece e desencadeia outras situações. Decide mudar de endereço e de razão social, deslocando a produção para Barueri. A empresa passa a se chamar então Heleny S.A. Indústria e Comércio. Mas adota também uma outra razão social - Tocantins - para essa mesma empresa endividada. Seu proprietário, “político e empresário utiliza-se de recursos como, trocar o presidente da fábrica, injetando em conjunto com esta mesma pessoa recursos com a venda de alguns ativos de uma terceira empresa de propriedade dos dois”³⁰. Ou ainda, arrenda as instalações da fábrica para outra empresa de sua propriedade³¹. O síndico da massa falida, pelas informações colhidas entre os trabalhadores, chegou a retirar maquinário da fábrica, sendo aliado do proprietário. O advogado dos trabalhadores pede, então, a falência do grupo, Peticamps/Heleny/Tocantins, na Justiça, ao mesmo tempo em que move processos trabalhistas.

O depoimento de Maria, exemplifica a perspectiva dos trabalhadores, nesse processo:

“Trabalhei dez anos nesta firma. Quando eu entrei todo mundo achou bom; era uma firma grande, ia pagar em dia, tudo certinho. Lá, era na Água Branca, sempre ia o pessoal do Sindicato: o Arsênio, o Pezão, o Piauí. Depois, fomos para Alphaville,

³⁰ Dossiê Peticamps da ANTEAG. Barueri, 8 de julho de 1998. Anexo 1.

³¹ Ata da reunião extraordinária do dia 30 de novembro de 1998. Conselho de Administração Peticamps Embalagens S.A.

mudaram o nome para Heleny. Diziam que ia trabalhar todos juntos, quem estava trabalhando na Perticamps ia ser registrado pela Heleny.

Passado um tempo, e sempre com atraso de pagamento, não pagando férias, sempre chamando a gente para fazer hora extra para ajudar a firma, fui poucas vezes, não para receber, mas sim para ajudar a firma.”

(Maria, em São Paulo, em fevereiro de 2005).

Frente à crise econômica e ao vazio de direção na empresa, a Comissão de Fábrica busca aprovar, entre os trabalhadores, o projeto formulado por Aparecido de Farias, da ANTEAG. Em 1995, a Comissão de Fábrica procura transformar “os débitos trabalhistas de 420 trabalhadores em ações da empresa” (Faria, 1997), formulando a proposta de participação acionária, proposta essa que vai a voto em assembléia.

A proposta da ANTEAG parte do modelo dos *Employee Stock Ownership Plan*, ou ESOP's, datado da década de 50, a partir de experiências européias e norte-americanas. Este modelo propõe o controle acionário da empresa por parte dos trabalhadores. São formas de gestão do trabalho que incorporam a representação sindical na participação na administração da empresa (Faria,1997:19). Trata-se, portanto, da transferência da propriedade da empresa, através da aquisição de suas ações pelos trabalhadores. A relação dos ESOP's com os Sindicatos foi estudada a partir da experiência norte americana por McHugh, Cutcher-Gershenfeld e Polzin (1999) ali evidenciaram-se algumas dificuldades. A principal delas diz respeito à presença de interesses distintos em relações marcadas pela complexidade de papéis. Os trabalhadores, eles próprios acionistas da empresa, têm, portanto, interesse em manter suas condições de trabalho, mas eles também se beneficiam com os ganhos de produtividade. A própria estrutura do ESOP é um objeto de negociação entre empresa e sindicato. Mas, num caso complexo em que há uma flagrante mistura de papéis, sendo o trabalhador proprietário dos meios de produção, qual seria a função de uma

representação sindical? Esta é a pergunta de McHugh *et al.* Gerir em nome dos trabalhadores, sua resposta.

Segundo Oda (2001), os ESOP's norte americanos não podem ser entendidos como experiências autogestionárias. Trata-se de um caso em que os trabalhadores detêm a propriedade da empresa, mas não o seu controle. “No espectro das definições sobre autogestão, os pontos de maior convergência dizem respeito à participação exclusiva dos trabalhadores nas decisões e nos resultados alcançados pela empresa, que pode ou não ser de sua propriedade” (2001:50).

O caso da fábrica de sapatos, Makerly, em Franca, inspirou-se no modelo dos ESOPs: “Apresentando vantagens decorrentes de incentivos fiscais e juros subsidiados por lei, o ESOP relaciona-se diretamente com a administração da empresa que terá suas ações adquiridas total ou parcialmente pelos trabalhadores. O ESOP contrai um empréstimo bancário no valor do montante das ações adquiridas da empresa, retendo-as em forma de *trustee* dos trabalhadores. A empresa, então, deduz dos salários uma percentagem que será destinada ao ESOP, que quita o empréstimo e reparte as ações entre os trabalhadores” (Faria, 1997:14).

Mas, na Perticamps, não se configurou o esperado pelos sindicalistas em respeito à conduta dos trabalhadores. Frente à difícil experiência da gestão da firma com escassos recursos, e dadas as dificuldades de ter de abrir mão de seus salários em dia para garantir insumos, logística, etc. e visualizando a possibilidade do retorno do patrão e de seus salários, trabalhadores votam em assembléia contra a proposta da ANTEAG, que lhes foi apresentada pela Comissão de Fábrica, em 1995.

Como compreender a derrota do projeto de autogestão? Com sua concepção de luta política em que uma vanguarda, portadora da consciência correta, dirige os trabalhadores,

sujeitos da luta revolucionária, a Comissão de Fábrica constituiu o projeto de autonomia de gerir a produção **em nome dos trabalhadores**, como seu representante, substituindo-os. Carente de ser concebida a partir de um diálogo, a proposta foi recusada pelos trabalhadores.

Um documento da ANTEAG³², de 1998, faz um retrato da situação que se segue na fábrica. Refere um provável empréstimo que faria parte de um “plano de salvação da empresa que **o proprietário** somente estará disposto a implementar desde que tenha a certeza absoluta do retorno e das reais possibilidades do negócio **com a plena colaboração dos trabalhadores**”. E, os trabalhadores aceitam.

Num quadro de situação falimentar em que a maior parte da dívida da empresa é trabalhista, os trabalhadores são o primeiro credor da empresa; o segundo credor é o Estado e o terceiro, os bancos, por desconto de duplicatas frias. Mesmo sendo os principais credores de Nevoeiro, eles optam pelo discurso do patrão, que garantia investimentos em troca de adesão ao projeto de continuidade do vínculo empregatício.

Ainda em 1998, a ANTEAG reavalia a situação dos funcionários, que então se encontram com o “FGTS atrasado, desde 91, salários atrasados, desde fevereiro de 1998, o 13º salário não pago, desde 1997. Estão recebendo um rateio, um terço do faturamento líquido, dividido igualmente entre todos. O Vale Transporte tem sido comprado todos os dias, pois não há recursos para uma compra normal”.

Administrando a produção em conjunto com os estratos gerenciais da empresa, a Comissão de Fábrica, passa a realizar, de fato, a **co-gestão** da empresa, assumindo diretamente as funções de controle do ritmo da produção. A representação dos

³² Relação dos dados apontados até esta data referente a Perticamps e Heleny. ANTEAG, Barueri, 8 de julho de 1998.

trabalhadores, controlando a produção, em conjunto com a hierarquia gerencial, afasta a possível participação direta dos trabalhadores na gestão da fábrica.

A Comissão de Fábrica teve um importante papel nesse momento, na visão de Maria:

“Nós que trabalhávamos lá dentro, colocávamos muita fé na Comissão de Fábrica. Eles vinham e falavam: ‘Olha pessoal, o salário vai ser dividido. Vamos receber de três vezes, de quatro vezes... Hoje vamos receber cinquenta’.

- ‘E quando vamos receber o resto, moço?’

- ‘A gente não sabe. Vai ser conforme a produção’.

As dúvidas que a gente tinha eles esclareciam mais ou menos, assim do jeito que eles entendiam. Tanto que hoje estamos todos na mesma situação. [ri].

Quando a firma chegou quase no fim do poço, aí foi que eles, para não deixar fechar, tomaram essa decisão. Lá, cobravam muito a produção. ‘Tem que dar a produção, tem que dar a produção’, e sempre aumentavam a velocidade da máquina”.

(Maria, em São Paulo, em 14/2/05).

O papel da Comissão de Fábrica, nesse processo, foi o de experimentar a gestão da fábrica em situação falimentar, história que foi mudando de face ao longo do tempo. Seu lugar, o de direcionar o conflito na manutenção do trabalho, possibilitou a permanência da ordem na extração da mais valia.

É a referência à experiência do trabalho heterônomo que mais uma vez, marca as possibilidades dos sujeitos se apropriarem de seu cotidiano. Diferenças de hierarquia, prestígio e poder se repõem no cotidiano das relações no espaço da produção, formam o imaginário dos indivíduos e suas formas de (auto-, hetero-)classificação.

Faria (1997) que estudou a experiência da Makerly fala da “contribuição das estruturas sindicais na perpetuação do capitalismo, na medida em que “mantém a luta dentro dos limites do negociável”, servindo como “gestores do mercado de trabalho e integrando-se, organizam o processo de exploração, garantindo o seu funcionamento”.

Um processo de intensificação e precarização do trabalho marcam o surgimento da dor entre as trabalhadoras da montagem. E sobre a intensidade do trabalho, Maria comenta:

“Olhando parece que as máquinas não correm, mas elas voam. É assim: primeiro é colocada a bolinha, na base de plástico... Se você não está acostumada fica tonta. Eu ficava tontinha. Comecei a sentir dor no braço. Mas achava que era só descansar que ia ficar melhor. Depois começou a chegar um tempo em que eu não agüentava mais segurar as tampas, elas caíam no chão”.

(Maria, em São Paulo, em 2005).

Ao lado da linha de montagem manual dos conta-gotas, há uma máquina automática parada com a mesma função. Segundo a ANTEAG, “Existe uma máquina para a montagem automática de conta-gotas – robô – que está parada por falta de recursos para seu término e posta em marcha” (ANTEAG, 1998). Segundo os trabalhadores, o robô chegou a funcionar, mas rapidamente caiu em desuso. Muito oneroso, o custo da energia elétrica acabou impedindo o seu funcionamento e o trabalho manual feminino sem vínculo empregatício foi a forma encontrada para intensificar o trabalho e ampliar a extração de mais valia. A velocidade da linha depende das encomendas de produtos. Quando o ritmo é acelerado, surge a dor.

Nesse ponto reside uma contradição: no tênue limite entre o controle da produção e o controle sobre os trabalhadores. Ao assumirem as funções de gestão da produção, os membros da Comissão de Fábrica trazem para si a responsabilidade de responder pela ausência do patrão, que não pagava os salários, os fornecedores, os impostos, o transporte... Mantendo a fábrica funcionando, os trabalhadores, a Comissão de Fábrica e a hierarquia gerencial da empresa reproduziam-se enquanto tal. O patrão, sendo legalmente o proprietário dos meios de produção, mantém aberta a possibilidade de retomar a fábrica. Controlando a produção, a Comissão de Fábrica determina o ritmo de trabalho e mantém a

ordem na fábrica – cada qual em seu lugar – as meninas na linha de montagem, os homens na fábrica, os chefes nos escritórios. Os trabalhadores – reproduzem seu lugar social construído no posto de trabalho – ocupavam seu espaço sem se afastar de sua posição nas relações já estabelecidas. A velha norma estava paradoxalmente assegurada.

A produção da dor era fruto do processo de produção. O relato do trabalho aparece mesclado com o relato do surgimento da dor. Dejours, em *A banalização do mal*, discute esse contexto em que, dada a redução dos quadros de funcionários, as empresas intensificam o trabalho até à produção da dor. Nesse caso, a intensificação do trabalho, gerido pelos próprios trabalhadores, obedecia às demandas de produção do mercado e à necessidade de ter de administrar as dívidas deixadas pelo patrão falido.

Da co-gestão à quase-cooperativa

A empresa – com dívidas, processos, dependência de agiotas para os gastos ordinários, matéria prima comprada por seus clientes, sobrevive numa lógica de curto prazo, a cada pedido, organizando o trabalho conforme a demanda do mercado. Em 2001, quando inicio a pesquisa de campo, a firma encontra-se em situação precária e, quando peço que os trabalhadores refiram-se às suas condições de trabalho atuais, todos denunciam uma situação de abandono.

O jovem trabalhador, Edvaldo, responsável pelo planejamento e controle da produção, aponta como dificuldade para o desempenho de seu trabalho, “a falta da parte de informática, de formulários, de nylon, matéria prima, embalagem...”. Neste setor trabalham dois funcionários.

Outro trabalhador expõe a situação do trabalho no seu setor:

“No setor almoxarifado, a Heleny deixa a desejar em todos os aspectos imagináveis. Hoje nada funciona com normalidade, seja em qualquer operação efetuada. Este fato se dá pelo descontrole proposital pela direção da empresa”. (Pedrão, no refeitório da fábrica, em 2001).

No setor de preparação de plástico:

“Eu acho que falta melhorar um pouco porque às vezes para preparar um material falta melhorar uma coisa que é a matéria prima. Às vezes vem um tipo de matéria muito ruim então se torna muito difícil preparar o material. Falta também comprar cadernos para copiar fórmulas, por que na seção não tem nenhum e está precisando urgente”. (Nilson, preparador de material, no refeitório da fábrica, em 2001).

“Temos dificuldade quando chove, molha todo o material, temos problemas com iluminação também, com matéria prima geral, master, pigmento, peças para máquina extrusora, moinhos com lâminas danificadas, mas com todos estes problemas

existe muita vontade de trabalhar”. (Pipoca, preparador de material, no refeitório da fábrica, em 2001).

No setor de injeção e extrusão de plástico:

“máquina sem condição de trabalhar. Problema de energia, molhação da seção, sem manutenção geral, sem higiene e falta de iluminação. Problema em tubulação. Sem refrigeração tudo em geral”.

No setor da manutenção:

“Precisamos reformar as máquinas, comprar ferramentas, melhorar os componentes, comprar peças das máquinas, investir no maquinário”. (Rei, no refeitório da fábrica, em 2001).

No setor de embalagem:

“No momento encontro dificuldade em ter material para exercer o trabalho e dar qualidade para um desempenho melhor. Está faltando organização nesta área, claro que depende muito de todo o conjunto da produção. E do andamento da empresa. Mas acho eu que se pudermos manter o básico, que podemos trabalhar nisso. E a qualidade da embalagem ou no setor é um fator importante também para o cliente que compra o nosso produto. ‘Higiene’ também para garantirmos confiança e termos certeza que estamos entregando produtos de boa qualidade para o cliente. Nesta área da embalagem é necessário que não falem as ferramentas de trabalho que dá origem à boa qualidade e garantia para nosso cliente. E que futuramente não existam devoluções e reclamações que trazem prejuízos para a empresa e para os trabalhadores”. (Elvis, no refeitório da fábrica, em 2001).

Na área de expedição,

“falta de organização de materiais, por que geralmente há muitas sobras de produtos e também a falta de produtos no momento de fazer a entrega do material. Sem contar, com a falta de tecnologia, um sistema de computação que seria necessário para a fábrica em geral”. (Lau, no refeitório da fábrica, em 2001).

Nos setores de produção, temos falas que apontam as dificuldades e a precária situação da fábrica. Mas os trabalhadores mostram-se dispostos a permanecer trabalhando,

incorporam um discurso sobre os clientes da empresa e sobre a necessidade da boa qualidade da produção. Há a consciência do abandono por parte da direção da empresa.

Segue a trabalhadora do setor de Contabilidade:

“O Setor contábil na empresa não é um setor organizado. Não temos como fazer os livros de entrada e nem os livros de saída. As planilhas são feitas à mão, o faturamento planilhado e não é uma coisa fácil, pois se tivéssemos um computador para poder armazenar os dados necessários para quando fosse saber o quanto temos de lucro no caixa, ou quanto temos em débito. Não temos uma contabilidade, não temos um setor fiscal, que é o setor onde se faria as declarações de ICMS da empresa”. (Maria, no refeitório da fábrica, em 2001).

Nas falas dos estratos que ocupam uma posição mais alta na hierarquia fabril aparecem as diferenças. No controle de qualidade, a encarregada escreve:

“Tenho quatro funcionários que fazem a inspeção dos produtos injetados e montados e somos responsáveis pela qualidade dos conta-gotas dos nossos clientes. Às vezes se torna difícil para nós, pois contamos com a colaboração dos operadores, encarregados de outros setores para garantir a qualidade dos produtos. Geralmente costumo trabalhar, procurando conscientizar as pessoas sobre os defeitos e problemas encontrados em todos os setores e pedindo para nos ajudar para evitar problemas futuros nos clientes e até devolução de mercadoria.

Conto muito com a ajuda do setor de ferramentaria para correção de moldes, para não haver problema com a qualidade dos produtos e também o gerente de vendas, que está sempre em contato com os nossos clientes” (Margarida, no refeitório da fábrica, em 2001).

Do setor de ferramentaria, Cassola, antigo ferramenteiro escreve:

“Temos atualmente na ferramentaria oito funcionários. As dificuldades são um desinteresse geral das pessoas, falta de equipamentos e ferramentas de trabalho. A manutenção de moldes para a produção fica sem condições por falta de matéria primas. Há um desinteresse da direção em relação à mão de obra ‘especializada’. Ferramentas

estão em precárias condições. Devido às condições atuais muitos funcionários deixaram a empresa, sendo que essas pessoas são especializadas em suas funções, “ferramenteiros e torneiros ferramenteiros”.

“A função da ferramentaria é fazer e consertar moldes. A nossa ferramentaria ao longo dos anos não teve investimentos para que se tornasse moderna, por isso implica um pouco na construção dos moldes pois ela é uma ferramentaria artesanal, que funciona mais pela força dos trabalhadores. Diante de tantas dificuldades ela própria constrói suas peças, além de peças para outros setores. Para dar continuidade ao funcionamento da empresa precisamos desse setor sempre funcionando. Hoje contamos muito com a força de vontade dos trabalhadores, pois antigamente nesse setor tínhamos 90 funcionários, hoje devido aos problemas que a empresa vem enfrentando temos apenas 7 para acomodar todo o setor”.

Do setor manutenção:

“No momento é o setor mais precário da empresa em termos de manutenção das máquinas em geral. Desde segunda feira está havendo paralização à noite porque nós não temos nenhum mecânico para ficar olhando os compressores, ou seja, a fábrica em geral. Também está faltando peças para as máquinas funcionarem normalmente, essas peças são resistências, parafusos, moldes em manutenção e assim por diante”.

Todos os trabalhadores apontam a precariedade das condições de trabalho. Reunidos em grupos por seção, os trabalhadores discutiam o que fazer, mapeando a divisão do trabalho e localizando os problemas. Um grupo de dez trabalhadoras da produção e um apontador, escrevem:

“Para se ter uma boa produção é necessário que haja companheirismo, qualidade e investir em busca de matéria prima com preços mais em conta. Uma produção adequada consiste em: oferecer local adequado, segurança e condições de trabalho para seus funcionários. Evitar falhas tais como: falta do material na hora de montar, materiais com defeito constante, máquinas com péssimas condições de trabalho, liquidações sabendo distribuir as tarefas corretamente, ter funcionários em número suficiente para se ter uma boa produção e evitar que aconteça desperdício de material desde seu processo de preparação até o processo terminado. Em resumo, com

uma boa administração e funcionários selecionados, se tem um bom funcionamento para se ter ótimas condições de trabalho com produção com qualidade”.

Na perspectiva desse grupo, do qual fazia parte um membro da antiga Comissão de Fábrica, as condições subjetivas, as relações de trabalho, apareciam em primeiro lugar; depois, as condições de trabalho. Um envolvimento de cada trabalhador era requerido, evitando desperdícios, zelando pela qualidade do produto. Uma visão de conjunto da produção, garantindo matéria prima e trabalho em número suficiente, era requerida do corpo gestor da possível cooperativa. O discurso sobre a cooperativa vinha dar uma nova face ao trabalho. A instabilidade financeira da firma trazia para a produção um senso de sobrevivência. “Hoje estamos aqui, amanhã...”.

A questão do conhecimento, nesse caso, atua de modo a diferenciar os trabalhadores hierarquicamente. A produção de tampas envolvia um saber fazer coletivo que se manteve durante todo esse processo. Nos dizeres da ANTEAG, “a empresa tem um bom conceito no mercado na questão técnica, pois conta com funcionários competentes e conhecedores do produto e seu processo produtivo. Porém tais conhecimentos são totalmente pessoais...” (ANTEAG, 1998). Alguns trabalhos eram reconhecidamente mais valorizados que outros. O ferramenteiro que esculpia os moldes para a injeção plástica era um desses. A manutenção era considerada mais importante que a linha de montagem manual operada pelas “meninas”.

Essas são estratégias “complexas, competitivas e multidirecionadas. Trata-se de estratégias coletivas, conquanto não necessariamente classistas que sustentam identidades fundadas na defesa de campos de interesse profissional, voltadas para a produção e reprodução das barreiras de acesso a mundos cujas definições são social e culturalmente construídas, mas politicamente praticadas” (Castro, 1993 :218).

Eram freqüentes os comentários à estratégia de diferenciação dos trabalhadores adotada pelos administradores, no tocante à remuneração. No momento de esvaziamento do controle, a consciência que se manifesta é clara.

“Você tem, na mesma função, duas pessoas com salários diferentes. Para diferenciar os trabalhadores, foram dando aumento para um e não para o outro...”.
(Edvaldo, na fábrica em 2001).

O controle se exercia sobre o coletivo de trabalhadores também a partir de outras esferas. Havia uma dependência das informações centralizadas pelo gerente de vendas que acertava com os clientes a compra de matéria prima, o prazo, o preço e ficava com o maior salário. Esse achado não é novidade, em alguns outros estudos de caso, encontramos um tratamento desse problema. Pedrini (2001) naturaliza a diferença atribuída aos postos de trabalho relacionados à administração e às vendas, frente aos postos de trabalho do chão de fábrica. Neste caso, tais diferenças acabam por justificar uma hierarquia nas remunerações.

“Desde o seu início a Bruscor estabeleceu rodízio de funções, com vários objetivos: maior aprendizado para todos os membros, quebra de rotina, conhecimento de todo o processo da empresa, realização e ou necessidades pessoais, prevenção de problemas de saúde, melhoria e autonomia da empresa, para os períodos de férias, licenças ou desistências. Assim, a cada ano, os cargos ficam à disposição, podendo ser trocados, quase sempre seguindo o critério de tempo em que a pessoa está naquele setor, suas habilidades e capacitação. A exceção a este sistema rotativo é a administração, que necessita de maiores cuidados, pois se relaciona diretamente com os compradores (clientes) e, com estes, é necessário manter uma estabilidade de contatos, o que oferece uma maior segurança a eles e à empresa” (Pedrini, 2001:34).

Na Heleny, a perspectiva da constituição da cooperativa aprofundou as características predatórias do trabalho na empresa. Tal processo implicou a deterioração dos meios e condições de trabalho e a precarização dos contratos de trabalho. O trabalho das

“meninas” na linha de montagem, com suas características de trabalho manual, minucioso, repetitivo, delicado e em alta velocidade, era intensamente utilizado na montagem das tampas conta-gotas produzidas pela empresa falimentar. Também aqui, o grupo se subdivide sob o critério de gênero. As mulheres ocupam as funções mais intensas em trabalho; e mesmo dispondo-se do maquinário que substitui as funções manuais na montagem, opta-se por continuar utilizando o trabalho manual das “meninas”. Já as seções de ferramentaria e preparação de material são eminentemente masculinas, tanto quanto o setor de injeção. Nesse último, embora majoritariamente masculino, empregam-se também mulheres, mas com maior “tempo de casa”; estas entendem a mudança para tal setor como uma promoção, embora estejam sujeitas à possibilidade do retorno à montagem caso haja maior demanda de produção. A montagem é o setor menos remunerado e o mais desqualificado, inclusive em termos de seu reconhecimento no interior do grupo, é também o que mais emprega trabalho precário, sem vínculo empregatício. Temos, assim, um coletivo cindido por suas concretas relações com o trabalho e com a sua forma de contratação; tais diferenças reforçam hierarquias.

Tomando a hipótese de Castro (1993:220) de que a qualificação seria um elemento fundamental na definição do reconhecimento de sujeitos, por isso demarcador de identidades (pessoais e grupais), vemos, nesse caso, a desqualificação do trabalho feminino considerado inferior por demandar qualidades adquiridas na esfera do trabalho reprodutivo: delicadeza, minúcia, velocidade.

A maior parte dos trabalhadores em atividade na empresa fazia parte do setor de montagem. Entretanto, entre os que tinham vínculo e “tempo de casa”, que teriam algo a receber em débitos trabalhistas, a maioria estava dispersa pelos outros setores, incluindo a administração. Esse era, então, um elemento diferenciador interno ao grupo. A contratação

de trabalhadores sem vínculo empregatício tem implicações sobre a identidade do coletivo, diferenciando-os. Nos períodos de alta demanda de produção a contratação de trabalhadoras passava por uma adesão à futura cooperativa. As trabalhadoras assinavam contrato concordando em receber conforme a produção, sem receber quaisquer direitos trabalhistas e pagando uma cota-parte de adesão ao grupo.

Com a possibilidade da cooperativa, as mulheres oscilam entre reivindicar os seus direitos trabalhistas atrasados e não pagos, demandar informações sobre receitas e despesas da “cooperativa” e lamentar a ausência de um patrão que cumprisse devidamente o seu papel.

Parece haver uma relação entre reconhecimento e autonomia, quando o grupo carece de unidade e busca na fala do outro os traços que configuram a sua existência como um coletivo. A relação com o outro parece ser fundamental para a afirmação de um nós, o grupo se realiza na medida em que todos os seus membros têm um mesmo outro que os contrata.

Funcionando de modo irregular, a empresa carecia regularizar-se do ponto de vista legal. Começa aí a breve história da Coopertampas, dirigida por um corpo de antigos gerentes, encarregados e técnicos que encabeçam o Conselho Gestor da Cooperativa que não tem alvará de funcionamento, uma vez que funciona no mesmo endereço da outra razão social, a falida Heleny.

O jovem Edvaldo, da seção de Planejamento e Controle da Produção – PCP, que tem uma visão do conjunto da fábrica, é filho de trabalhadores aposentados pela Perticamps e assumiu funções no Conselho Fiscal da pretensa Cooperativa transitava bem entre os trabalhadores da produção e os da administração, contabilidade e departamento pessoal. Representando o grupo da Administração, no refeitório da fábrica, escreve:

“A administração com Conselho Fiscal toma as decisões em equipe para um bom desenvolvimento da cooperativa.

Desenvolvimento dos setores:

Vendas: Ver junto aos clientes – podemos produzir dentro da capacidade da cooperativa.

Compras: Pesquisar melhores produtos com preços mais acessíveis

Contabilidade: Ter controle do número de todos os setores da cooperativa. Ter um controle das contas a receber e contas a pagar.

Cobrança: Acionar os clientes inadimplentes

Almoxarifado: Receber os produtos de acordo com os pedidos, fazer o controle de estoque.

Expedição: Controle de material produzido e saída de material.

Depto. Pessoal: Decidir em assembléia a necessidade de admissão de algum cooperado e encaminhar à seleção para aprovação. Compete também a este setor a emissão de toda folha de pagamento e recolhimentos fiscais.

Compete passar em uma assembléia ordinária todas as decisões tomadas na Cooperativa”.

Edvaldo (Texto escrito na fábrica em 2001).

Sua observação revela o funcionamento da Coopertampas, em que as decisões são tomadas **antes** da assembléia, cabendo a ela ser apenas um canal de informação.

Segundo o estatuto da Cooperativa, em seu artigo 38:

“Ao Presidente compete, entre outras, as seguintes atribuições;

I – deliberar sobre admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados;

II – convocar assembléia geral, quando for o caso; (...)

Art. 40 – Ao Diretor Superintendente compete, entre outras, as seguintes atribuições:

II – estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, no mínimo, o estado econômico financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;”

Quando não há verdadeira possibilidade de escolha, não há democracia. Os espaços de tomada de decisão não estão acessíveis. A possibilidade do coletivo elaborar as próprias regras, está dificultada. O projeto de autonomia encontra-se, assim, a uma distância abissal de seu intento autogestionário de partida. Distante dessa realidade está o ideal de cooperativa:

“Para que funcione uma cooperativa, é preciso existir democracia e cooperativismo entre os participantes, além de tudo o conhecimento na área”.

(Elvis. Texto escrito na fábrica, em 2001).

Um grupo de oito trabalhadores escreve acerca do faturamento:

“**Socializar as informações** de todo o faturamento da empresa ou cooperativa para o acompanhamento de todos os funcionários ou cooperados, para que o faturamento seja destinado e contabilizados os gastos. Acompanhamento dos próprios funcionários da produção final e outras pessoas do conjunto dos trabalhadores. Tem que haver a transparência, para que não haja desconfiança por parte dos funcionários ou cooperados. Despertar o interesse para destinar os gastos financeiros”.

É sob o aspecto econômico que as transformações na gestão da empresa são demandadas. Transparência, informação, democracia, e a socialização das receitas da firma, são as reivindicações dos trabalhadores. Sem o acesso ao controle sobre os frutos do trabalho não há autogestão.

Já o gerente de produção, Eronildes, escreve:

“Agenciamento de mão de obra, não!

Capital de giro: zero!

Matéria prima para transformação: no fim

Mão de obra desmotivada

Clientes preocupados

Fornecedores com os pés no chão

Instalações precárias

Manutenção intensa

Transporte de funcionários oneroso

Melhorar a eficiência da mão de obra

Fazer manutenção preventiva”.

Sob sua lógica, dada a situação de crise, a intensificação do trabalho era a possibilidade da empresa seguir funcionando. Quando o gerente diz “Melhorar a eficiência da mão de obra” indica a lógica da gestão da empresa: é sobre a intensificação do trabalho e sobre a desregulamentação do contrato que a fábrica se mantém funcionando.

Ao longo do tempo os membros da Comissão de Fábrica vão se afastando da empresa; os que eram liberados do trabalho por exercerem função de representação sindical há muito já não viviam o cotidiano da empresa. Com a ida da empresa para Barueri, os trabalhadores passam a ser representados pelo Sindicato dos Químicos de Osasco. Os membros da Comissão de Fábrica, ao longo da década de 90, se integraram à direção dessa entidade.

O sonho da autonomia X cooperato: dispersão

Em maio de 2001, o grupo vivia, assim, os desdobramentos da situação deflagrada de transição entre o trabalho assalariado e a forma cooperativa de produção. Os trabalhadores estavam há três meses sem receber salário, mas um terço deles seguia produzindo. Tendo iniciado o processo de legalização de uma cooperativa, buscavam formas de obter as condições para continuar produzindo e, assim, subsistir.

O patrimônio da empresa estava legalmente dividido entre o síndico da massa falida e o dono da empresa. Mas teria havido um sumiço de máquinas, organizado pelo antigo gerente que abriu uma concorrente nas imediações. Naquele momento, em 2001, esperava-se a falência do grupo como um todo, diante do que os procedimentos seriam lacrar a empresa para reabri-la na sequência. A cooperativa estava em seu processo de registro, faltando ainda a regularização de CGC, o que não se conseguiria já que nesse endereço há outras firmas registradas.

De fato, a idéia da cooperativa era discutida há algum tempo, tendo tido diferentes proponentes. Primeiro, a Comissão de Fábrica, em 1988, antes da primeira falência. Depois, o próprio patrão aventara essa possibilidade; alguns apontavam que o proprietário da firma incentivava a formação de uma cooperativa de serviços para buscar oficializar as precárias condições em que a fábrica vinha trabalhando.

Havia dificuldades para garantir o vale transporte do terço dos trabalhadores que permanecia fazendo a fábrica funcionar. A maioria deles tinha mais de quinze anos na empresa e já havia passado pela experiência da falência da Perticamps, tendo acompanhado a primeira mudança, da Lapa para Barueri. Muitos dos mais antigos mantinham-se trabalhando, pois temiam não receber seus direitos trabalhistas se saíssem da firma. Outros

trabalhadores afirmavam que para que uma cooperativa funcionasse ali havia que tirar uns três ou quatro que impediam o acesso do coletivo à participação, centralizando informações e controlando as receitas obtidas com a venda das tampas produzidas.

Heranças da co-gestão que permanecem são as informações acerca das dificuldades financeiras para manter o transporte ou pagar fornecedores circulando pela produção. Tais informações chegam concomitantemente com o aviso de que não haverá pagamento para “as meninas da produção”. A dependência de agiotas para pagar fornecedores ou saldar notas promissórias é outra prática freqüente. A crise financeira da empresa é utilizada politicamente para repor as diferenças no cotidiano da “cooperativa”.

Os trabalhadores viam no espaço criado pela pesquisa a possibilidade de constituírem seu(s) projeto(s) de cooperativa. Durante a pesquisa de campo, eles escreveram relatos e avaliações da situação, expressando suas expectativas e perspectivas em relação. A possibilidade de apropriação do poder de tecer a norma acontece nos instantes de relaxamento do controle. O momento em que eles escrevem suas histórias, refletem sobre seu cotidiano e sobre suas relações e elaboram formas de intervenção concreta na vida da fábrica é um momento de afirmação de sua existência enquanto sujeitos autônomos, que têm consciência de si e que a elaboram no momento mesmo de falar sobre ela.

Para consolidar a cooperativa, vislumbram os trabalhadores...

“O que falta para a Heleny tornar-se uma cooperativa:

1º precisamos que o dono da empresa assine e passe o prédio para os funcionários darem origem à cooperativa.

2º precisamos também da Inscrição estadual, CETESB, CNPJ, autorização da receita federal para Notas Fiscais, ata de eleição, estatuto, cliente e capital inicial.

3º. Precisamos também de maior participação dos funcionários

4º Uma maior divulgação das informações administrativas

5º Que os funcionários façam jus ao termo *cooperativa* (com maior união dos funcionários).

6º Que as pessoas tenham um pouco de consciência, pois a gente da montagem somos exploradas, somos quem mais trabalhamos e quem menos recebemos”.

Edvaldo, Janaína, Minervina, Marcela, Creuza. (Texto escrito na fábrica em 2001).

Com muita clareza de sua situação, Marcela, trabalhadora da montagem, dissocia, em seu texto, a falência da empresa de uma possível cooperativa:

“Nós trabalhadores gostaríamos que trocasse a diretoria da empresa. Pedir a falência da Heleny e abrir a Cooperativa. Primeiramente união, não ter muitas diferenças entre os funcionários. Os trabalhadores que ganham menos estão sendo menos beneficiados na parte de pagamentos. A partir do momento que fechar a empresa Heleny, nós recebemos nosso fundo de garantia e seguro desemprego, para depois começar a cooperativa. As pessoas que trabalham na parte de atendimento de funcionários não estão tendo educação com os trabalhadores. Tem pessoas da empresa que não são trabalhadores que nem nós, tem envolvimento com o pessoal da diretoria e estão compartilhando tudo com a empresa e sabem de tudo o que acontece e não passa para os trabalhadores e quando vamos saber já aconteceu. E no nosso ponto de vista isso teria que acabar para começarmos a cooperativa”.

Marcela. (Texto escrito na fábrica, em junho de 2001).

Mudar as relações de trabalho na fábrica, equalizando a remuneração dos trabalhadores e garantindo acesso às decisões administrativas, era a perspectiva vista pelas trabalhadoras de continuidade da existência do grupo. O conflito da situação entre manter a situação precária e fechar a fábrica, parando a produção era presente.

Sob a ordem da cooperativa, os trabalhadores chegaram a receber por alguns meses.

Experimentando um início de controle sobre os resultados do trabalho, comentam:

“Agora que está normalizado o vale e o pagamento, o tempo de produção caiu e a gente consegue receber em dia”. (Elvis, no refeitório da fábrica, em 2001).

“Quando está tudo parado ele não vem. É só começar a funcionar que o patrão vem aí, com síndico, com advogado, aí ele vem. [E olha rápido para a porta, para ver se foi ouvida por alguém indevidamente]”. (Minervina, no refeitório da fábrica, em junho de 2001).

Os termos com que os trabalhadores se referem à possibilidade de permanecer na fábrica construindo sua autonomia enquanto trabalhadores eram: “união”, “participação”, “democracia”, para tanto seria fundamental o acesso às “informações sobre faturamento”, socialização de “conhecimento” e, “trocar a diretoria”, “fechar para receber os direitos”.

Na sua fala, uma cisão entre o espaço de tomada de decisões e a assembléia marca a forma que caracteriza esse caso. Esvaziando de poder o espaço coletivo da assembléia, ele perde sentido. Trazendo decisões já tomadas meramente para informar, a direção da cooperativa mantém a velha ordem. Os termos com os quais falam os trabalhadores revelam sua forma de ver a situação: Havendo cooperação entre eles seria possível a cooperativa, desde que os gestores se afastassem e, a fábrica encerrasse suas atividades para pudessem receber os direitos trabalhistas e a cooperativa reiniciaria a produção sem os gestores atuais.

“O salário baixo tem que aumentar, e os maiores têm que diminuir. Que não aumente, mas que fique na firma... Por isso que é difícil virar uma cooperativa aqui: quem ganha muito não quer ganhar pouco”. (Irmã, no refeitório da fábrica em 2001).

“O salário não foi mexido e a produção não está 100%. Vamos nivelar o salário de acordo com a produção”. (Elvis, no refeitório da fábrica em 2001).

Noé, membro da antiga Comissão de Fábrica que trabalhava como apontador-cronometrista, fala num tom paternal. Corrige o erro das “meninas”, ensina o correto.

“Olha gente, quando chegar a uma cooperativa, o pessoal fala: ‘Ah, não, o meu salário não vai diminuir’. A Cooperativa que vai dizer quanto você vai ganhar, não você que vai chegar e dizer eu quero ganhar tanto. O presidente vai chegar e vai dizer, tivemos um caixa de tanto. A diferença qual é? É no final do ano, se temos um caixa, no final do ano, vai dividir cem mil reais entre todos. Vai dar mil reais para cada um. Com vínculo empregatício, um ia receber quatrocentos reais e outro oitocentos reais” (Noé, no refeitório da fábrica, em 2001).

Em outubro de 2001, o proprietário, Nevoeiro, volta a financiar a compra de matéria prima e tenta reabrir a empresa com outro nome, numa saída lateral com outro endereço. Frente a essa situação, o Sindicato pede a intervenção do Ministério Público. O advogado, Luizinho, ex-trabalhador da Perticamps e antigo advogado do Sindicato, atua no sentido de buscar a rescisão dos contratos com o síndico da massa falida; desse modo os trabalhadores mais antigos que tivessem Fundo de Garantia depositado e INSS poderiam receber seus direitos trabalhistas.

As duas entidades procuradas para prestar assessoria nessa situação, a ANTEAG e a UNISOL, não priorizam uma atuação mais incisiva. Baixo valor do maquinário, baixa produtividade, caso complicado juridicamente, explicam as razões institucionais. A UNISOL presta assistência jurídica, reunindo-se algumas vezes com alguns trabalhadores.

Retirados da produção, os trabalhadores ficam se revezando numa vigília na porta da fábrica. A polícia mantém o prédio sob vigilância. O Sindicato, na primeira semana,

mantém uma ajuda para o transporte dos trabalhadores. Depois disso, todos vão para suas casas.

A perspectiva de autogestão mantém a fábrica funcionando por algum tempo. Ela era entendida pelos trabalhadores como um processo dinâmico de controle sobre o destino das receitas arrecadadas com a venda da produção, associada à possibilidade de formas mais democráticas de tomada de decisão e à garantia da subsistência a partir do trabalho coletivizado. Tempo este em que já não havia nenhum pagamento de direitos trabalhistas (INSS, FGTS), muito embora fossem descontados da folha de pagamento emitida mensalmente pelos administradores que conceberam formalmente a “Coopertampas”. Os trabalhadores, nessa situação, reivindicam o reconhecimento de seus direitos como assalariados. O reconhecimento do estatuto de sujeito de direitos (Telles, 1992) assume um caráter político. Direitos que têm sido negados. Tratamos de um sujeito coletivo invisibilizado em sua história de mais de quinze anos de trabalho não reconhecido. Dada a falência da empresa, o Sindicato não homologa as rescisões de contrato, o síndico da massa falida não recebe os trabalhadores, o advogado não informa os trabalhadores do andamento do processo e o juiz solicita que os trabalhadores aguardem. Tal dificuldade de serem tratados como sujeitos de direitos inviabiliza a permanência do grupo.

O desejo de receber os direitos trabalhistas (Fundo de Garantia e Seguro Desemprego) era o projeto de todos os indivíduos. A necessidade de rescindir o contrato para recebê-los, apontava a perspectiva do fim do vínculo com a empresa. Primeiro, receber os direitos, e só depois discutir a cooperativa, diziam as trabalhadoras da montagem. A Coopertampas não era vista pelos mesmos como uma possibilidade de autonomia. A noção de “trabalhador assalariado” é a referência presente.

Neste caso temos a marca da experiência do trabalho assalariado e a de sua destituição. É ele a referência e dele deriva o marco legal que deveria organizar o trabalho na fábrica, mesmo quando já não há a presença do patrão, mesmo quando a justiça não responde quanto aos direitos trabalhistas, mesmo depois que a fábrica abre falência e os trabalhadores deixam a produção. A referência que se manifesta, mesmo como desejo, é a do emprego.

As dificuldades para o acesso e a participação dos trabalhadores no controle sobre a gestão dão a marca registrada a esse segundo caso. Primeiro com a experiência de co-gestão da Comissão de Fábrica, que assume para si o controle da produção e mantém em ordem a extração de mais valia. Num segundo momento, a centralização do controle sobre a gestão da produção e da circulação afasta as possibilidades de democracia. A importância de visualizar o todo da produção e da circulação dos produtos do trabalho, a socialização de saberes no interior do grupo, uma aprendizagem da cooperação foram possibilidades que não se realizaram. As diferenças de gênero e de capital social e cultural mantiveram-se como marcadores das distinções no interior do grupo.

Praticando a metodologia da revisita e buscando retomar contato com os membros do grupo cerca de três anos depois, em 2004, edito um vídeo³³ com as imagens gravadas no interior da fábrica e durante nossas reuniões. Procurando os trabalhadores que acompanhei no primeiro momento da pesquisa, encontro dificuldades. Grande parte deles havia mudado de endereço e telefone, sobretudo os que residiam em casas alugadas. A partir de alguns contatos – um cadastro dos trabalhadores que foram informantes da primeira parte da pesquisa, freqüentando nossas reuniões na fábrica - busco reestabelecer uma rede.

³³ O vídeo é parte integrante do documentário *Dramaturgias da autonomia*, que acompanha esta Tese.

Em conversa telefônica com Ednéia, antiga trabalhadora da fábrica e ex-aluna do curso do Sindicato, ela narra sua trajetória. Depois do fechamento da empresa em Barueri, procurou trabalho na área, conseguindo uma vaga numa outra “cooperativa”. Trabalhara igualmente em máquinas injetoras, numa fábrica de brinquedos. Mas, nesse tipo de vínculo,

“demitem quando querem. Me mandaram embora. **Em Cooperativa eu não quero mais não. Você não tem nenhum direito, você não é nada.** Ainda sou cooperada, mas não quero.

Depois disso, trabalhei em casa de família. **Queria trabalhar registrada.** Trabalho como diarista. Um conhecido ficou de enviar meu currículo para algumas firmas, mas até agora nada.

Minha mãe faleceu, minha sobrinha se casou, fiquei sozinha. Passei por um momento muito difícil, tive depressão. Quero voltar a estudar, mas trabalhando não dava, por causa do horário”. (Ednéia, em contato telefônico, em fevereiro de 2005).

Marcamos um encontro, em que eu exibiria o vídeo editado com as imagens da linha de montagem e das discussões sobre a (im)possibilidade da constituição da Cooperativa, Ednéia me telefona desmarcando o encontro, ela não quer falar, diz:

“Ana, não leva a mal, **mas eu não gostaria de recordar esse passado não. Não foi uma história boa.** Estive mal, passei um período difícil, fiquei deprimida, e eu não gostaria de lembrar aquele momento. Não quero falar sobre a Perticamps, não foi uma experiência boa”.

O silenciamento da experiência, o desejo de amnésia, acalmariam a consciência do trabalhador que se sente injustiçado? Ricoeur (2000) discute o esquecimento e toma a memória que tem seus traços apagados do ponto de vista do perdão. Trata-se da anistia, neste caso, ao patrão devedor, que permanece sem pagar seus débitos. Uma anistia de fato, mas não de direito.

Contatando outras trabalhadoras, tenho diferentes respostas. Com a jovem Janaína, filha de uma trabalhadora que quase se aposentara na linha de montagem da

Perticamps/Heleny, a resposta foi a mesma. “Não quero falar não”. Cíntia, igualmente jovem responde: “Estou trabalhando agora. Foi difícil, mas passou”.

Minervina, uma senhora que trabalhava há quinze anos na montagem, residente em Carapicuíba, diz:

“Pois é, **não recebemos nada**, não temos nenhuma notícia do processo. Terminou tudo. **Foi uma experiência que deixou saudades. Olha, eu voltaria a viver tudo novamente...** Será que você não sabe notícia do processo?”

Marcamos um encontro em sua cidade, com mais duas antigas colegas com quem ela mantém contato, para vermos o vídeo. Apesar das saudades declaradas, depois de diversos telefonemas, confirmadas as presenças, o local e horário do encontro, as trabalhadoras não comparecem.

Este silenciamento da experiência vivida precisa ser compreendido. Como se a ausência de resolução do processo trabalhista significasse o não reconhecimento pelo Estado de seus direitos e isso implicasse num desmonte de suas identidades como trabalhadoras, na invalidação da experiência que, mesmo sendo saudosa, cabia ser esquecida. Estamos aqui no limite do sentido.

Apenas uma senhora, Maria, antiga trabalhadora da Heleny, propõe-se a falar para a câmera, rememorando a experiência vivida na fábrica. Ela parece estar bem, expressiva, efusiva em seu discurso sobre seu presente. No momento do fechamento da fábrica, ela estava afastada, por motivo de doença profissional. Recebe hoje, da Previdência Social, a metade do salário que recebia na empresa. Esse parece ser um diferencial importante entre ela e suas ex-colegas de trabalho: receber algo pelo tempo trabalhado na fábrica, neste caso uma indenização.

Maria informa que depois da falência da fábrica e de seu fechamento, o advogado dos trabalhadores entra com um processo coletivo na Justiça pelo recebimento dos direitos não pagos e nunca depositados pelo patrão, processo do qual houve uma audiência em que os trabalhadores foram instruídos a esperar. Depois disso, nada.

Maria fala sobre suas perspectivas:

“Eu creio que um dia eu vou ter um emprego do jeito que eu mereço e que eu preciso também. Eu não consegui outro emprego, tenho três carimbos do INSS na minha carteira. Eu posso trabalhar, mas no meu ritmo, não no ritmo de uma empresa. Fisicamente eu não consigo isso mais. Para mim ter um trabalho teria que ser um trabalho em que eu mesma, poderosa eu, tenho que determinar o que vou fazer”.
(Maria, em São Paulo, em 14/2/05).

O projeto de autonomia, pensado a partir da experiência destes trabalhadores, tem dimensões múltiplas que tocam a possibilidade de autodeterminação, de equalização das condições de apropriação dos produtos do trabalho, mas, sobretudo, depende do reconhecimento do valor de suas trajetórias de trabalho.

Capítulo 6.

As faces da autogestão: da luta pelo maquinário à Cooperativa Algemetal

Capítulo 6. As faces da autogestão: da luta pelo maquinário à Cooperativa Algemetal

A história dos trabalhadores da Cooperativa Algemetal, tal como narrada pelos trabalhadores, está marcada pela luta pelo reconhecimento de seu direito ao trabalho. História das possibilidades de apropriação dos meios de produção e de gestão autônoma desse coletivo, gerido por si próprios.

Como nos casos anteriores, esta terceira experiência parte de uma relação de emprego na indústria; é a partir dela que o grupo se compõe. Autonomia, como conceito analítico por mim empregado, aparece flagrado, no espaço da construção da possibilidade dos trabalhadores reinventarem seu cotidiano a partir da experiência no trabalho, em diferentes momentos. No repertório nativo, entretanto, outra será a categoria pela qual a noção de autonomia vai se materializar, a categoria “Cooperativa”.

Em campo, procurei reconstruir a história do grupo. Para tanto, e do mesmo modo que no caso anterior, propus atividades coletivas em que os trabalhadores escreviam relatos; neste caso os relatos referiam-se a momentos importantes de sua história comum. Eles eram lidos, depois, para o grupo. Antes de passar aos relatos sobre a experiência recente, vou retomar a história da empresa para compreendermos a narrativa desses trabalhadores.

A empresa metalúrgica Gazarra é fundada em 1976, na Estrada do Jacu-Pêssego, na região de Itaquera, zona leste de São Paulo. Produz, com suas grandes prensas, peças em metal como churrasqueiras, carrinhos de mão, escadas. Na história da empresa, tal como lembrada pelos trabalhadores, a mobilização pela Cooperativa origina-se na reação aos desvios dos antigos proprietários. Segundo as falas dos trabalhadores, já em 1986, os

patrões “começam a desviar capital da fábrica para empreendimentos imobiliários em Ilhabela”. Assim como no caso anterior, a representação do patrão é a de um sujeito de má conduta, reprovável, desonesto.

Na passagem para a década de 90, começa a crise financeira da empresa. Em 1989, com alta produção, “foi o último grande ano. No fim do ano fizeram um churrasco de comemoração”, lembra Domingos, o atual presidente da cooperativa. No início de 1992, um corte de pessoal implica em demissões na produção, há um enxugamento da hierarquia fabril: encarregados, supervisores, apontadores são demitidos. Alípio, que foi um dos promovidos, lembra: “Os líderes sobem para encarregados. Era preciso fazer um bom serviço”. Com a produção em decréscimo, em março, foi feita a redução da jornada de trabalho para três dias por semana. Com o Plano Collor, a recessão explicava a crise na fábrica.

Em 1993, a Gazarra vai deixando de depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e não repassa o INSS descontado do salário dos trabalhadores, muito embora tenha havido a construção de um galpão com financiamento do BNDES. Na memória dos trabalhadores, contradições como esta - a apropriação de verbas públicas sem o devido reconhecimento dos encargos sociais - são bastante presentes.

Seu Pedro, trabalhador que se identifica com a Central Única dos Trabalhadores - CUT, afirma que, neste momento, somente a atuação na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA é uma alternativa politicamente segura. Inexistindo outra organização reconhecida no local de trabalho, só assim era possível se afastar do posto de trabalho, com a proteção da estabilidade conferida pela função de representação, algo imprescindível para o militante.

A relação entre os trabalhadores identificados com o Partido dos Trabalhadores – PT, e o Sindicato, ligado à Força Sindical, era de desconfiança. Seu Pedro diz: “Não podíamos falar mal do Sindicato”. A experiência do grupo com o Sindicato é negativa, eles afirmam a existência de relações entre a instituição e o patrão. Segundo os trabalhadores, num momento de crise na relação entre os Gazarra e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando “a empresa já não investia nos candidatos do Sindicato”, há um piquete na fábrica demandando a regularização do pagamento de salários e direitos.

Em 1994, foi o corte da cesta básica, dos ônibus... Em 95, a empresa pede concordata. Os cinco gerentes administrativos passam a diretores; depois, pedem demissão. A administração passa para as mãos de um gerente profissional. Neste momento, os Gazarra contratam uma outra empresa para dar prosseguimento às atividades produtivas, a Notável/SPL. Em setembro a fábrica fica fechada por 40 dias.

Em outubro de 1995, os patrões realizam um golpe, a emissão de duplicatas frias junto ao Banco do Brasil. A denúncia foi feita pelo gerente da Agência do Banco do Brasil na Vila Carrão; segundo ele, Gazarra utilizou-se da linha de crédito para desconto de duplicatas (no caso 158 duplicatas falsas), contra diversas empresas como Supermercados Carrefour, Eldorado e Pão de Açúcar.³⁴

“A preocupação dos Gazarra era ganhar, e não manter a empresa”, concluem os trabalhadores. Dias depois da emissão dessas duplicatas, a empresa pede concordata. Há, então, a transferência de 250 máquinas para SPL/Notável em Tatuí e Cotia. Outras seguem para S. Miguel, onde a SPL abrirá um galpão para dar continuidade à produção.

³⁴ Ver Documento 4 do Dossiê O caso Gazarra, em anexo ao Processo movido pelos trabalhadores.

“A Gazarra, em 24/11/97, fecha o acordo de parceria com o Grupo Notável, SPL e Misuralar, com distribuição de cestas básicas para os funcionários presentes em troca de produtos que estavam no estoque.

No mesmo mês, Angela Ferrarezi e Julio Ferrarezi reuniram todos os trabalhadores com a proposta de que, ao começarem a produzir, no prazo de um ano acertariam todas as rescisões trabalhistas em relação a Gazarra. Para ser possível, tinha que levar os maquinários para outro galpão, porque a Gazarra poderia ser lacrada novamente a qualquer momento. Assim os trabalhadores, sem muito entender e com o apoio do Sindicato de São Paulo, resolveram ir para outro local, através do próprio Diretor Teco. E assim se deram os golpes dos patrões e sindicato contra os trabalhadores”.

Milton. (Texto escrito na fábrica, em 16 de novembro de 2001).

Para ele os trabalhadores aceitam a transferência de local na perspectiva de continuarem com a produção. A partir do acordo com os proprietários da empresa SPL/Notável, foi feita a transferência do maquinário restante da Gazarra para a Terceira Divisão, em S. Mateus. A produção continua. Esse foi o momento da primeira falência, fraudulenta e do lacramento da empresa na Estrada do Jacu-Pêssego. O último salário pago aos trabalhadores foi em junho de 1997. Depois disso, houve greves.

Em julho de 1998, num dia do jogo do Brasil, a empresa libera os trabalhadores mais cedo e leva o ferramental para Cotia. De manhã, os trabalhadores chegam à empresa e não há máquinas. O ferramental sumiu! O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo conduz os trabalhadores até Cotia e negocia com os novos patrões a continuidade da produção com a aceitação dos trabalhadores de Itaquera. A empresa propõe um Programa de Demissão Voluntária. “Devíamos fazer o acordo ou ir todo dia para Cotia”. Ali, “os trabalhadores

ocuparam a empresa. Mandaram embora os chefes, só aceitamos o Alípio”, que passa a ser gerente de produção.

“Em julho de 1998, data em que jogava Brasil e Holanda, mandaram os trabalhadores para casa para assistir o jogo. Nessa noite prenderam os guardas; levaram toda a produção acabada, as ferramentas, churrasqueiras, tábuas. No dia seguinte, pela manhã, nada mais havia no local. Foi comunicado ao síndico sobre a situação.

Fomos para Cotia, chegando lá, convocou-se uma assembléia. Eu fui o convidado a ser o responsável por tudo que estava acontecendo em Cotia (tipo gerente). Na Terceira Divisão, tudo o que haviam prometido: salários em dia, demissão voluntária, não cumpriram.

Os trabalhadores, insatisfeitos, voltaram ao seu único recurso, a greve. O seu Heleno (diretor sindical) propôs em assembléia que os trabalhadores fossem para Cotia, que haveria trabalho, salário, ônibus, etc. e que essa proposta era pegar ou largar. Só que tudo que havia sido prometido, não foi cumprido, novamente recorremos às greves para forçar alguma resposta. Depois de muita enrolação e sem pagar nada aos trabalhadores, os donos da Gazarra/SPL (Julio e Ângela) propuseram demissão forçada dizendo que pagavam, em 10 ou 15 parcelas, os direitos. Mas nada disso acontecia, pois mesmo que recebessem algum cheque, esse não tinha fundo.

Todo esse vai e vem do pessoal, tinha como objetivo principal, tirar as máquinas para outros locais. Quando se percebia que iam tirar alguma máquina, os trabalhadores reagiam; quando não, os mesmos eram desviados para esses locais. Essa parte da história se deu em julho de 98 a março de 2000”.

Alípio (Texto escrito na fábrica, em novembro de 2001)

Depois da SPL ter rompido o acordo com os trabalhadores e levado as máquinas para sua unidade em Cotia, os trabalhadores passam a buscar local para produzir. O projeto

de uma cooperativa data deste momento, da necessidade de reaver os meios de produção que tinham sido levados de Itaquera.

“Enquanto os trabalhadores ficaram procurando galpão em dezembro de 1999, janeiro e fevereiro de 2000, uma parte da comissão, cuidava dos documentos para poder registrar a cooperativa. Para escolher o nome eu consultei Sr. Pedro, Belo, Marcelo Vicente, Heraldo Zacarioto, Mirandinha e Domingão. Fizemos uma lista de nomes no final eu indiquei o nome Algemetal. Quando nós estávamos procurando galpão para alugar nós sabíamos que na hora de assinar o contrato de aluguel o Julio da SPL não assinaria. Mas, como a documentação da Cooperativa não estava pronta, nós ficamos procurando outros galpões mais ou menos uns três meses sem recurso pegando dinheiro emprestado”.

Zé PT. (Texto escrito na fábrica, em novembro de 2001).

Em Cotia, os trabalhadores de Itaquera, buscando reaver seus instrumentos de trabalho, primeiro trabalham na metalúrgica; depois, são afastados pela empresa. Resistindo, acampam em frente à fábrica ao mesmo tempo em que movem ação na Justiça. “Passamos então a nos reunir com o advogado Dr. Tomás na Igreja S. Pedro: foi então que abrimos processos para que os trabalhadores recebessem as verbas rescisórias. Fizemos o levantamento das máquinas”.

Em 1998, ocorrem mais 80 demissões. Só “quando os trabalhadores não acreditam mais na empresa, nem no Sindicato, é que há espaço para a comissão de fábrica”. “Foi quando começaram a roubar as máquinas e ferramentas que eu entrei na comissão”, diz Domingos, atual presidente da Cooperativa Algemetal. Foi aí, quando os meios de produção estavam desaparecendo que se deu o início da organização dos trabalhadores. Foi este o momento de formação de uma Comissão de Fábrica que nasce com este intuito,

localizar as máquinas, recuperá-las. Nessa época realiza-se o acampamento em frente à empresa: “Precisávamos resgatar o ferramental em Cotia”.

Trabalhando na metalúrgica em Cotia, há uma redução de salários de 30%. Tubarão diz: “Teve guerra, os trabalhadores não receberam, seqüestraram o RH. Todos podiam roubar máquinas, menos o trabalhador!”. Em 99, alta produção em Cotia. Os trabalhadores aprovam a sua filiação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, deixando de ser da base do Sindicato do Vestuário, o primeiro ramo de atividades da empresa SPL.

O Sr. Pedro de França escreve sobre a situação vivida em Cotia.

“Momentos fortes de nossa história em Cotia:

1º. A convivência com os trabalhadores da SPL era muito difícil, o nível de consciência era diferente.

2º. Faixa de salário inferior. A SPL era do setor de vestuário e não metalúrgico. Na primeira briga, nós apoiamos o sindicato. Pela transferência da SPL de vestuário para metalúrgica, e o pior: a SPL como vestuário pertencia à CUT. Mas o salário era inferior.

3º. Em uma grande assembléia, o Sindicato de Osasco tentava convencer os trabalhadores a voltarem para São Paulo. Deixarmos tudo para trás. Já estava quase tudo decidido, eu pedi a palavra e disse aos companheiros que estavam nos enrolando e nós só iríamos dali com duas condições: 1º se pagassem nossos direitos e, 2º com os maquinários e ferramental.

4º Depois de convencidos que a Força Sindical estava por trás de tudo junto com as empresas, convocamos uma assembléia com 95 trabalhadores na Câmara Municipal, onde aprovamos a saída da Força para a CUT. Neste mesmo dia começou a retirada das máquinas em Cotia, vendida pelos dois diretores dos dois sindicatos Teco e Jordánias, daí o acampamento até agora na remoção.”

Pedro. (Texto escrito na fábrica, em 2001).

Em novembro de 1999, a empresa fecha em Cotia, havendo quinhentas e cinquenta demissões da Notável/SPL e a transferência de máquinas para a Misuralar, em Tatuí. Em agosto de 2000, foi a falência da SPL. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco defende que as máquinas restantes fiquem com os trabalhadores da SPL de Cotia. Para tentar uma solução para a situação, propõe uma divisão do patrimônio: um terço das máquinas passariam para os trabalhadores, outro terço ficaria com o Sindicato e o outro terço com a SPL. Gazarra vai à fábrica, há um conflito na assembléia. A relação de desconfiança com os Sindicatos se aprofunda. Neste momento deu-se a formação da Cooperativa Algemetal.

Os trabalhadores de Itaquera, uma vez em Cotia, asseguravam-se do paradeiro das máquinas. A SPL, com a posse das máquinas, com seus 400 trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, propõe a divisão dos bens.

“O Tomás advogado já estava com mais ou menos 80 ações abertas na Justiça quando nós resolvemos acampar em Cotia. A Dra. Iara junto com o Jordaniás falaram numa reunião no Sindicato de Osasco. Depois que nós em dezembro fizemos um ato em frente do TRT o excelentíssimo juiz Floriano Vaz nos recebeu junto com o Deputado Paulo Teixeira depois ele arrumou duas peruas para nos levar até Osasco. Na reunião nós falamos que as ações estavam abertas porque o Sindicato achava que nós teríamos perdido o direito”.

Zé PT (Texto escrito na fábrica, em 2001)

A experiência dos trabalhadores com o Sindicato é sempre difícil. “As ações estavam abertas porque o Sindicato achava que nós tínhamos perdido o direito”, diz o trabalhador. O conflito com os patrões e a desconfiança do Sindicato, levou a organização dos trabalhadores a se transformar de Comissão de Fábrica em Cooperativa, apropriando esta forma para manter a perspectiva da retomada da produção e do retorno a Itaquera.

Sr. Pedro refaz a cronologia, rememorando o tom das disputas, das relações com patrões, sindicato, síndico da massa falida e a duração da luta para reaver as máquinas:

“1º de novembro de 99, a empresa SPL em primeiro lugar nos deixa na mão, pois tirou os ônibus. Depois veio a nos demitir por completo. Daí para frente só foi a negociação dos trabalhadores da ex-Gazarra e a empresa SPL, para uma suposta cooperativa, em procura de galpão até fevereiro de 2001. Conscientes de que tudo era uma farsa do Sindicato, nós resolvemos ir para a SPL e lá acampar dentro da fábrica. Enquanto isso, outros aqui procuravam entrar na justiça para pedir a remoção das máquinas para São Paulo.

Em agosto de 2000 a SPL também veio a falir. Aí os trabalhadores da Gazarra são jogados para fora e acampam na portaria por 45 dias. O Sindicato de Osasco entrou com liminar e vieram retomar a produção. Mais ou menos em dezembro, o próprio Sindicato entra no Fórum de Cotia para nos tirar de dentro da fábrica. Tomás e 90 trabalhadores foram para essa audiência, esteve também presente o parlamentar Paulo Teixeira, na época, deputado estadual. A doutora Lúcia indeferiu a liminar e nós continuamos dentro da fábrica.

Em abril de 2001, o síndico chegou com 12 viaturas sem ordem da Justiça. Nos colocou para fora à força e colocaram policiais na portaria para não nos deixar entrar. Ao mesmo tempo nós estávamos do lado de fora sem poder nem tomar água, pois a ordem era para não dar nem água.

O Domingão foi no camburão do sargento Wagner e registra um B.O contra essa atitude do síndico. Por fim, o Tomás entra com uma liminar e os trabalhadores pressionam a Justiça de Cotia e a mesma veio, pela segunda vez, a falir a SPL. Os trabalhadores continuam ali, dormindo no chão. Depois, alugamos um quarto provisoriamente, pois não havia lugar para cozinha. Por fim entregamos o quarto e ficamos cozinhando no espaço do relógio da Sabesp. Até chegar a ordem de remoção, em 18 de julho de 2001. Finalmente, chega a ordem e nós começamos a transferir as máquinas para São Paulo”.

Pedro (Texto escrito na fábrica, em novembro de 2001).

Paralelamente às ações em Cotia, em Itaquera, os trabalhadores permaneciam organizados.

“Enquanto os colegas estavam lutando para recuperar os maquinários e ferramentais, que estavam sendo extraviados para vários locais, eu fui convidado por eles, porque já estavam visando formar um trabalho em coletivo (cooperativismo). Ficamos em grupo de quatro pessoas trabalhando separado deste grupo, para que pudéssemos formar um projeto de produção e custos para esta.

Em julho de 2001 ganharam causa no Judiciário para que pudesse transportar os maquinários e ferramentais para o local onde estamos localizados hoje, por isso estamos todos trabalhando em conjunto”.

Inivaldo (Texto escrito na fábrica, em novembro de 2001).

“Passamos a nos reunir com Valdir³⁵, que era, então, assessor da ANTEAG, no PT de Itaquera. Surge a outra perspectiva, além de abrir processo para receber, a da

³⁵ Valdir passa por experiência próxima. Frente ao abandono dos proprietários, a Cooperativa presidida por ele herda todas as dívidas da Sakai, fábrica de móveis, situada em Ferraz de Vasconcelos. Funcionando por

Cooperativa. Fazíamos assembléias aos sábados, precisávamos identificar inimigos e aliados. Em 2000, montamos um escritório na CNM/CUT, com Carlucio”, da antiga oposição metalúrgica de São Paulo. Enfim, em 2001, os trabalhadores são nomeados fiéis depositários do maquinário. Em maio, conseguem, na Justiça, o transporte do ferramental de Cotia para a Gleba do Pêssego.

quase dois anos, a cooperativa que coexistia com a razão social da empresa, enfrentou conflitos com fornecedores, trabalhadores e demais credores, tendo sua falência decretada em 1999.

Os “fiéis depositários da massa falida” ocupam a fábrica

Quando chegamos a um momento de transição, em que as formas antes estabelecidas se afrouxam e transformam, as possibilidades se abrem. A pesquisa de campo na Gazarra iniciou-se justamente no momento de transição, quando os trabalhadores haviam conseguido na Justiça o retorno do maquinário para Itaquera. Alguns meses depois de trazido de volta o maquinário para Itaquera, eles viam amplas perspectivas e discutiam como continuar seu trabalho agora sem patrões. Desde nossos primeiros encontros propus, ao grupo de trabalhadores e seus familiares que ocupavam as instalações da empresa, que refletissem sobre o sentido de sua experiência ao me explicarem como foi que a história havia chegado até aquele ponto. Convidada para participar de suas reuniões de Conselho, e ouvindo as diversas perspectivas colocadas - o aluguel dos galpões, a organização das atividades diárias..., pergunto ao grupo: “O que é que vocês querem fazer?”. Compartilho com o grupo esse instante de concepção; é neste momento que o grupo passa a me receber com mais frequência.

Em 16 de novembro de 2001, diversos trabalhadores reúnem-se comigo no espaço do refeitório. Dispostos a participar da pesquisa, os presentes escrevem suas memórias. Depois de escreverem, cada um vai ao centro do círculo formado e lê o que escreveu para o grupo maior:

<p>“Eu comecei a acompanhar em 82, quando conheci o José Anacleto do Nascimento. Tudo era maravilhoso. Tinha cesta básica, ônibus, tinha tudo que poderia ter numa firma grande. Infelizmente em 98 começou a fraude dos Gazarra. A luta foi muito grande. Eles saíram da Gazarra e foram para o galpão da Terceira Divisão, Notável. Ficaram um ano e sete meses na Notável. Começou o sofrimento, trabalhavam</p>

três dias na semana. O salário passou a atrasar. A Notável saiu da Terceira Divisão e foi para Cotia. Passaram cinco meses trabalhando, depois começou o sofrimento. Meu marido ficava acampado quatro dias da semana, às vezes chegava e tinha que voltar. Eu ficava lutando com as filhas e casa sem dinheiro para manter a família. Mas eu acreditava que essa luta que até hoje então vai ter fim, vai ter a recompensa para eles e para nós. Nós mulheres sofremos juntas; muitas não entenderam, outras estão na luta até hoje junto com eles aqui na Algemetal. Eu comecei a conhecer as companheiras dos comperados quando os maquinários vieram para a Gazarra. Estou lutando junto com eles para o que der e vier”.

Maria do Socorro Uldon. Esposa de José Anacleto do Nascimento. (Texto escrito na fábrica, em 2001).

Segundo essa representação, enquanto o patrão cumpria o seu papel, “tudo era maravilhoso”, o vínculo de emprego de seu marido correspondia às suas expectativas de trabalhadora. Foi com a ausência dos Gazarra que “começou o sofrimento”. Agora, com a cooperativa, é tempo de “recompensa”.

Quando da minha estadia com o grupo, a fábrica da Estrada do Jacu-Pêssego estava ocupada pelos trabalhadores e por seus familiares. E iniciava uma série de atividades novas. É nesse momento, de transição, que o grupo vai definir o seu projeto. Os homens iniciam a recuperar as instalações da empresa. As mulheres passam a desenvolver uma série de atividades produtivas. Diferente dos outros casos, a participação dos familiares aqui, traz à tona um sentido forte de solidariedade de grupo.

“Eu comecei a ver a luta dos trabalhadores com oito anos de idade, foi muito sofrimento.

Quando o meu pai foi para Cotia eu chorei, fiquei doente porque ele ficou 10 dias em Cotia e eu fiquei com saudades e preocupada. Eu queria ir lá, mas não podia.

Quando meu pai voltava eu ficava muito alegre porque eu ficava 10 dias sem vê-lo. Ele ia e voltava.

Até que um dia eles vieram para a Gazarra com as máquinas. Até hoje eles estão felizes e montaram a Cooperativa Algemetal e também a Cooperativa LanArt”.

Tatiane Cláudia da Silva (12 anos, filha do José Alfredo da Silva). (Texto escrito na fábrica, em novembro de 2001)

No momento da leitura desse testemunho, o grupo, que contava com cerca de quinze pessoas, vem abaixo, como se todos lembrassem da experiência de sofrimento em Cotia. A emoção da memória trazida, com tanta honestidade pela menina, faz a platéia chorar.

“Eu comecei a acompanhar desde 87, com o meu esposo José Alfredo logo quando ele entrou na Gazarra, na estrada do Pêssego. Estava bem porque os funcionários tinham premiação de um passeio para o sítio do sindicato e tinha convênio médico e farmácia, fornecia remédio para pagar nos próximos meses. E sempre era muito bom, tinha cesta básica e supermercado, SESI para os trabalhadores e tinha o ônibus para pegar e trazer. Quando começou a piorar foi quando os operários eles diminuíram os dias de trabalho na semana e depois teve uma greve e eles se revoltaram com os donos da Gazarra e fizeram um manifesto, que teve até televisão e reportagem sobre os funcionários; eles se manifestavam contra os donos. E, chateados, foi aí que os donos resolveram mudar para um galpão lá na Terceira Divisão e ficou com outro nome, ‘Notável’. Aí passaram um ano sete meses e foi para a cidade de Cotia e foi a Notável e a SPL, com os produtos, e trabalharam 4 meses lá em Cotia. Eles passaram necessidades e acamparam no portão da SPL; ficaram um ano e oito meses. Voltaram para a Gazarra e as máquinas vieram também e foi uma das grandes vitórias deles; e eles voltaram cada

um para sua casa. Começaram a trabalhar, arrumando as máquinas e fazendo a limpeza e ainda lutando para surgir a Cooperativa Algemetal”.

Selma e Kátia Aparecida da Silva. (Esposa e filha de José Alfredo da Silva).

(Texto escrito na fábrica, em novembro de 2001).

O texto de D. Selma avalia que a situação dos trabalhadores piora quando começa a faltar trabalho, quando os trabalhadores se manifestam. Essa narrativa reitera o texto anterior de D. Maria do Socorro. A crise desestabiliza uma situação antes tida como positiva, quando havia salário, cesta básica, atendimento de saúde... O trabalho assalariado é a referência para as esposas dos trabalhadores e seus familiares.

A partir das múltiplas vozes, vislumbramos a história do grupo. As perspectivas expostas nos auxiliam a compreender a situação. Paulo Freire (1983), em seu texto *Educação como prática da liberdade*, reflete sobre esta situação histórica de abertura de um novo tempo sobre o velho mundo estabelecido. “Nutrindo-se de mudanças, o tempo de trânsito é mais do que simples mudança. Ele implica realmente nesta marcha acelerada que faz a sociedade à procura de novos temas e de novas tarefas. (...) Quando estes temas iniciam o seu esvaziamento e começam a perder significação e novos temas emergem, é sinal de que a sociedade começa a passagem para outra época.”

Com a retomada das instalações da fábrica e das máquinas, as primeiras atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, antes de terem a aprovação da Justiça para voltar à produção metalúrgica, foram retomar o funcionamento da cozinha, plantar uma horta, uma cooperativa de artesanato pelas mulheres, montar uma escola, reformar as instalações elétricas, organizar um mutirão da segurança e de cuidados com a manutenção das instalações da empresa. Os longos processos de transição de massas falidas para

cooperativas foram vividos como processos de produção de trabalho pelos próprios trabalhadores.

A caminhada pelo interior da fábrica revela seus espaços vazios e escuros, as grandes prensas de metal paradas há tempos, os moldes guardados pelos trabalhadores a sete chaves, a possibilidade de voltar a produzir utilidades domésticas, os escritórios e arquivos de documentos. Saindo do prédio, nos fundos do terreno, somos surpreendidos por galpões cheios de gente. As famílias dos trabalhadores organizaram uma cooperativa de artesanato, a partir de garrafas PET, jornais e pacotes de polietileno. As mulheres produzem brinquedos, enfeites que são vendidos em feiras e outros eventos. Atrás desses galpões, uma grande horta mobiliza o trabalho de alguns homens que plantam.

O refeitório é outro espaço que mobiliza trabalho. Um grupo de trabalhadores faz a cozinha funcionar, enchendo o espaço de vida e aromas. Ao lado desse espaço, os trabalhadores organizaram salas de aula. Com a participação de pessoas do bairro, “professoras da comunidade”, como dizem eles, e o auxílio do Movimento de Alfabetização - MOVA, da Prefeitura de São Paulo, fundaram uma escola.

As atividades de subsistência, para garantir a reprodução do grupo, foram as primeiras espontaneamente organizadas e com sucesso. O grupo se ampliou incorporando os familiares dos trabalhadores e passou a se relacionar mais ativa e economicamente com o bairro a partir da circulação de seus produtos – os alimentos, o artesanato. Os vínculos com a comunidade do Pêssego se reforçaram. Há autonomia nessa forma de subsistência, que cria laços entre iguais.

Nesse contexto, revemos vídeos³⁶ que retomam momentos de sua história. Um registro produzido por eles próprios do estado em que encontraram as instalações abandonadas e dilapidadas; uma reportagem produzida pelo “Jornal Regional”, da Rede Globo, registrando o momento em que os trabalhadores se dão conta de que os patrões retiraram o maquinário das instalações da empresa, quando os trabalhadores em assembléia decidem ir à sua busca. Momentos catárticos de rememoração em que o sentido do viver em grupo se realiza. Reconstruímos a muitas mãos uma linha do tempo com a trajetória do coletivo.

Em outubro, a Cooperativa de Artesanato Lanart, em que trabalhavam algumas das mulheres esposas dos trabalhadores, passa a funcionar. Prosseguem o curso de alfabetização, a horta onde alguns homens trabalham na terra, a cozinha, que envolve o cozinheiro-soldador e alguns ajudantes. Outros homens trabalham na recuperação das instalações elétricas.

O grupo cede espaço para a ANTEAG fazer um curso para desempregados da região, financiado pela Prefeitura de São Paulo. Fundos públicos dos programas “Oportunidade Solidária” e “Bolsa Trabalho”, da administração petista, para trabalhadores carentes que se reuniam para elaborar projeto de produção comum. Os grupos de desempregados de bairros vizinhos passavam um período na fábrica, conheciam a situação e se reuniam discutindo suas próprias possibilidades de subsistência: artesanato, reciclagem, marcenaria, pedreiros, cozinheiras, costureiras... Para os trabalhadores da Algemetal, a ANTEAG realizava um curso de “formação em autogestão”, aos sábados, num trabalho de acompanhamento.

³⁶ Os vídeos que assistimos juntos, para refletir sobre a história do grupo, foram registros (de assembléias, do estado da fábrica, de atos) produzidos pelo próprio grupo ou pela televisão.

A relação com o bairro era concreta, para além da participação das famílias, através da venda de produtos da horta. A Cooperativa de artesanato expunha seus produtos e havia sempre gente visitando a empresa. A abertura de salas de aula, com professoras da região, também colaborou nessa aproximação.

O grande espaço da fábrica permite a realização da escola, cozinha, refeitório, salão... separados do galpão da produção de carrinhos de mão e churrasqueiras e escritórios que guardam documentos, e também separados da cooperativa de artesanato, horta, criação de animais. Todos co-existent. O tempo em que se espera o retorno da produção metalúrgica é ativo, criativo.

Em 2002, a Justiça embarga todas as atividades realizadas no interior das instalações da fábrica. Os trabalhadores permanecem somente em suas funções de guardiões das máquinas paradas. Em relação a essa decisão da Justiça, Sr. Pedro, então presidente da cooperativa, diz, no Ato Ecumênico que realiza em dezembro de 2001.

“Eu não consigo tirar da memória o primeiro dia que os trabalhadores começaram a se organizar. Nos reunimos do lado de fora dos portões. E dentro tinha bois, cavalos, galinhas... Fora o trabalhador que passava fome, querendo trabalhar. Os animais tinham mais poder que os homens. Os trabalhadores fora reivindicando trabalho. Os animais não entendiam. A justiça também não”.

“Já percebemos que no aspecto jurídico não está muito fácil. No processo o promotor diz que não aceita a cooperativa funcionar por que abre precedente para enriquecimento ilícito. Eu fico preocupado com a justiça. Esquece que os Gazarra saíram daqui roubando, enriqueceram roubando o trabalhador. A massa falida contratou um senhor que roubou as máquinas, foi quem ajudou a dilapidar o patrimônio. Isso não é ilícito. Os trabalhadores morrendo de fome, diz que vai enriquecer ilicitamente. Eu não consigo entender”.

“O trabalhador da Algemetal vai para a cadeia porque vai trabalhar. É melhor ir preso querendo trabalhar do que viver roubando. É isso que me dá entusiasmo, sabe porque? Por que os trabalhadores preferem pedir esmola nas instituições, nos parlamentares do que roubar. Isso é um privilégio”.

(Sr. Pedro de França, no Ato Ecumênico na fábrica, em dezembro de 2001).

Tendo clareza de seu projeto, Sr. Pedro defende um Projeto Cooperar, que abre a fábrica para a “comunidade”.

“Entender que os trabalhadores da Algemetal visam um processo maior, um projeto maior. Visa não só os trabalhadores da Algemetal, mas os trabalhadores da periferia. Podemos sair amanhã ou depois, podemos produzir para sobreviver, para exercer aqui nosso direito à cidadania. Vamos lutar por isso. E a culpa não é nossa. A culpa é da justiça. O direito do pobre qual é? Nós vamos buscar. Com sacrifício, o povo vence. Vamos vencer.”

(Sr. Pedro de França no Ato Ecumênico na fábrica, em dezembro de 2001).

O grupo resolve encerrar as atividades das mulheres, acatando a determinação da Justiça. Uma experiência paradoxal, mas que deixa entrever, na atuação legal, uma representação de Justiça que, ao tempo em que concede a posse das máquinas, proíbe a presença do bairro nas instalações da empresa. A autonomia vislumbrada no exercício criativo do grupo possibilitou um processo de aprendizagem para todos os sujeitos envolvidos; aprender a inventar soluções, novos temas, velhos problemas.

Da ocupação à produção metalúrgica

Em fevereiro de 2004, retorno à Cooperativa Algemetal que estava funcionando com vinte e três trabalhadores, produzindo as peças em metal. A revisita ao grupo revela que as atividades que envolviam os familiares dos trabalhadores deixaram de ser definitivamente realizadas na fábrica. Além disso, uma cisão afasta do grupo o antigo coordenador da Cooperativa, Sr. Pedro de França.

No início de março de 2005, procuro novamente Domingos, o atual coordenador da Cooperativa para agendar uma revisita ao grupo. Ele me responde:

“Filmagens e entrevistas não vão nos interessar não. É complicado. Antes não estava funcionando. Agora a fábrica está produzindo, tem coisas que não pode mostrar. Não pode mais fazer filmagens lá dentro. Eu tenho negado inclusive para ONGs que tem parceria comigo. Tenho que adotar o mesmo critério. Em todo caso eu vou ver aí. Agora não posso conversar, estou em reunião”.

(Domingos, em contato telefônico, em março de 2005).

Em abril, ligo na fábrica. Inivaldo, que fica nos escritórios, atende. Pergunto por trabalhadores que conheci no momento da primeira fase da pesquisa. Valfrido que organiza os trabalhos na horta está na portaria, a horta está parada. Ademir, que fazia as refeições para todos, já não está na cozinha, porque é soldador. No dia seguinte cedo, Domingos telefona:

“Olha, desde quando você se afastou, tivemos conflitos internos, o Tomás saiu, Seu Pedro, o Zé PT. Estamos em negociações com algumas firmas aí...”

(Domingos, em contato telefônico, em São Paulo, abril de 2005).

A intensificação do trabalho em momentos esporádicos, quando se põe as máquinas a funcionar, deve ser notada. O grupo retoma a produção da mesma maneira que aprendeu

com o passado, e a metalúrgica volta a funcionar sob o comando dos trabalhadores. A motivação é produzir para reproduzir-se.

A cisão no interior do grupo deveu-se a divergências na relação da Cooperativa com os de fora. Traço que era central no momento anterior, da fábrica ocupada inclusive pelos familiares, tal exercício radical de autonomia de base parecia durar muito pouco tempo.

Um grupo, mais próximo do PT, se afasta levando consigo os programas sociais, a idéia de comunidade. A fábrica segue produzindo.

“A idéia do Seu Pedro era levar programas sociais para ocuparem o espaço da fábrica. Uma parte dos trabalhadores era contra. Temia perder o controle sobre os destinos do espaço. A idéia nossa era fazer um programa maior. Sr. Pedro tinha uma idéia de “comunidade”, envolver as mulheres, as crianças, ...”.

(Zé PT, em contato telefônico, São Paulo, agosto de 2005).

Quando a Justiça decide proibir todas as atividades que estavam se realizando no interior da fábrica, há um afastamento de todos os outros que desenvolviam atividades lá dentro. Não apenas as esposas dos trabalhadores e as professoras do bairro, mas também a ANTEAG deixa de realizar o curso de formação em autogestão, e os trabalhadores seguem apenas na vigilância das instalações.

A manutenção das máquinas e sua organização para a retomada do funcionamento, a negociação com a Eletropaulo, eram as atividades que ocupavam os trabalhadores nesse momento. Como produzir churrasqueiras é algo que se faz em lotes, a produção ocupa o grupo apenas sazonalmente.

Buscando apoio e crédito, os trabalhadores contataram a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – UNISOL. A UNISOL possibilitou um empréstimo para uma reorganização do processo de trabalho, para uma ampliação da produção. O ex-trabalhador critica:

“Parece uma empresa privada. Permaneceram no grupo cerca de 35 trabalhadores e estão produzindo só a churrasqueira. Passam por dificuldades financeiras. Nós buscaríamos negociar com o Ministério do Trabalho, fariamos parcerias com Universidades... Ali, o prédio está à venda, e o processo da massa falida está chegando ao fim. A Cooperativa Algemetal vai ter que sair de lá”.

“Temos 150 processos com o advogado, 140 já foram julgados. Tem os outros credores, entre eles o Banco do Brasil. A estadia da Cooperativa ali não vai adiante. O Domingos sabe que não vai ficar. Foi ele que negociou a taxa de luz com a Eletropaulo; está muito caro por a fábrica para funcionar.

O processo da massa falida está em liquidação. E vai a leilão. Foi uma concordata de dois anos, o depósito foi feito em juízo. Com o processo da falência depositaram também. O transporte do maquinário foi feito com o dinheiro da massa falida.

Agora o pessoal está tentando recuperar a estufa de pintura para fazer as escadas e a tábua de passar, outros produtos. O que valeu foi isso, os trabalhadores recuperarem a estrutura da massa falida, o prédio... Porque o que acontece é que o síndico colocou um vigia que depredava o patrimônio. A massa falida está recuperada, é um ganho, há valor agregado ao patrimônio”.

(Zé PT, em contato telefônico, em agosto de 2005).

Contatando um outro trabalhador que está trabalhando na produção, ele comenta:

“Vamos tocando lá. Não tá muita produção, não. Vamos trabalhando na medida do possível. As prensas estão funcionando, algumas estão paradas. Somos trinta e cinco, todos trabalhando na firma. Temos uns clientinhos aí, uns poucos, vamos tocando, está começando.

O artesanato que fazíamos em vidro parou. Naquela época não tínhamos outra coisa para fazer... Fomos largando aos poucos. Lá dentro é o Domingos que decide, ele é o presidente”.

(Ademir, em contato telefônico em agosto de 2005).

Os trabalhadores mantêm a fábrica ocupada, revezando-se na guarda dos prédios. A produção está sendo feita em pequena escala, já que é bastante onerosa. As relações construídas inicialmente, que envolviam o bairro e as famílias no trabalho realizado ali, deixaram de existir. O aprendizado de autonomia ampliou-se no primeiro momento. Agora,

a conservação da massa falida e a produção que depende da demanda, por enquanto, mantêm os trabalhadores ali.

Capítulo 7.

Do movimento por moradia à cooperativa de trabalho

Capítulo 7. Do movimento por moradia à cooperativa de trabalho

Buscando compreender as formas da autonomia entre grupos de trabalhadores, dediquei-me a acompanhar a trajetória de um movimento por moradia em Osasco, São Paulo. Encontrei um novo aspecto evidenciado claramente quando enfocamos essa história, a autonomia que assume um sentido próprio enfocando a relação entre indivíduo e grupo. Nesse caso, um grupo que se apresenta como “movimento social” e cria modos coletivos de organizar trabalho, chegando a constituir uma cooperativa. À diferença dos casos anteriores, aqui, a iniciativa de gestão do trabalho parece, à primeira vista, carecer de um outro face ao qual reivindique sua possibilidade de determinar a norma, como nos casos anteriores, e por se erigir ao arrembo de uma identidade antes fundada a partir do trabalho. No entanto, olhando-os mais de perto, compreendemos que as trajetórias comuns a esse coletivo são capazes de nutrir um senso identitário, que se institucionaliza como “movimento social” e se afirma frente a um outro, o Estado.

Diferentemente dos casos anteriores, os membros do grupo são majoritariamente desempregados e têm em comum uma trajetória de migração recente. Essa origem partilhada, muito diversa da do vínculo salarial com um patrão como nos outros grupos estudados, constrói uma identificação entre conterrâneos, vizinhos, aparentados, sempre tendo como referência a comunidade de origem, o local onde se reside no presente ou no passado. Capitaneando essa identificação, o movimento por moradia vai procurar se constituir no substrato a partir do qual poderia vir a emergir uma identidade política.

Segundo achados de pesquisas anteriores entre migrantes rurais (Durham, 1978), ao chegarem em São Paulo tais trabalhadores residem como agregados nas casas de parentes e conquistam aos poucos seu lugar na cidade, através da experiência mediada pelo trabalho.

A versão da história narrada pelos trabalhadores que informam essa pesquisa coloca novas questões para esta caracterização. Transcrevo abaixo trechos de falas de membros do grupo que compõem o movimento por moradia. Nelas, a relação com a metrópole de São Paulo é distante. A cidade é desconhecida: “nem imagino mais onde são esses lugares, não sei nem se eles existem”. A entrevistada a seguir expressa um sentimento de fragilidade, a cidade que ela conhece é uma cidade precária. Ela idealiza o tempo da infância, quando tudo era bom. Conceição vendia doces no trem. Seu trabalho é precário e instável. Quando soube da ocupação de prédios nas imediações da estação de Osasco, decide juntar-se ao movimento.

“Nasci na Bahia, minha infância foi muito maravilhosa. Minha vida passada foi muito boa. Fico até com vergonha de colocar questões mais íntimas, tive quatro maridos... Vim com 21 anos, sozinha, com a cara e a coragem, cheguei aqui não tinha nem onde dormir. A primeira vinda aqui em São Paulo foi sem destino. Cheguei na rodoviária do Tietê, perguntei aos guardas de lá, me indicaram uma agência de emprego. Aí eu fui até lá.

Morei em Itaquera, no Morumbi, em Guaianazes, no Brás, em Osasco, com uma prima minha, morei em tantos lugares que eu nem imagino mais onde são esses lugares, não sei nem se eles existem”.

(Conceição, na Secretaria de Habitação de Osasco, em meados de 2000).

Outro depoimento em que este aspecto também se revela é o de Cida:

“Nasci em Alagoas, me criei lá. Meu pai era fazendeiro, tinha os bens materiais. Tive uma criação muito ampla; podia brincar à vontade, podia passear à vontade, também não existia a violência que existe hoje.

Chegou o tempo em que cada um tem que procurar qual é o seu rumo, chegou a minha vez. Casei, não deu certo, tive três filhos, me separei, tive problemas financeiros, não financeiros... Dificuldade muito grande na cidade de Maceió. Então eu tive que tomar uma decisão, além de eu estar com problemas de saúde, que eu não podia permanecer lá. Fiquei sem emprego, não tinha como pagar o aluguel. Estava com três meses que o aluguel estava vencido, estava para ser despejada, cheguei para a minha família e falei: ‘Estou indo embora’. Ninguém acreditava...”.

(Cida, na Secretaria de Habitação de Osasco, em 2000).

Chegando em São Paulo, em 1998, Cida foi trabalhar nas oficinas de costura do Bom Retiro, onde enfrentava longas jornadas de trabalho, residindo no mesmo lugar onde trabalhava como costureira. Passa a morar com seus patrões por um período, casa-se com um boliviano e vem residir em Osasco onde trava contato com o movimento por moradia.

Nesta outra fala temos também uma busca de inserção na cidade mediada pelo trabalho. Busca que não chega a se realizar de modo estável. Seu Zé residia como agregado na Vila São Remo e vem com sua esposa para a ocupação:

“Cheguei em São Paulo em 91. O primeiro serviço foi a Enterpa, encarei durante três meses. Depois trabalhei quatro anos e sete meses. Em 96 me mandaram embora. **Nunca mais eu tive emprego.** Então me deparei com o Movimento dos Sem Terra. Participei de vários atos, fiquei um ano e quatro meses. Depois me vi adoentado, vim cuidar de um novo tratamento; foi quando soube desse movimento”.

(Seu Zé, na Secretaria de Habitação de Osasco, em meados de 2000).

Na fala desse trabalhador, ser sem emprego é o fato que explica a aproximação do Movimento dos Sem Terra. É isso o que faz do movimento um conduto. Em todas as trajetórias temos uma busca por emprego duradouro que não chega a se realizar; embora encontrem trabalho. O desemprego é o motivo pelo qual eles aderem ao movimento.

O fato que os reúne e os constitui como grupo é a adesão ao movimento por moradia, que faz de todos eles “Sem Teto”. Depois de um contato inicial com a coordenação do movimento por moradia, passam a integrá-lo, incorporando o projeto de ocupar os prédios abandonados no centro de Osasco. Compartilhando o desejo de realizar o sonho de ter sua casa própria, pretendem conquistar seus apartamentos na luta. Uma motivação individual e privada, ter um lugar para morar na cidade com a sua família, é compartilhada por todo o coletivo. O movimento assim constituído enfrenta a tarefa de

conceber práticas coletivas, que mobilizem o conjunto dos seus membros em discussões e ações práticas.

O Movimento de Luta Popular – MLP, em sua composição é uma organização local que se forma a partir de militantes de diversas trajetórias³⁷, oriundos do sindicalismo e do trotskismo, que reuniam em torno de si trabalhadores sem teto. Em sua prática, esse coletivo buscava reunir grupos de moradores de favelas da região metropolitana oeste de São Paulo, organizando ações diretas de ocupação de prédios e terrenos abandonados em Osasco e região. Organizado de forma centralizada, este núcleo dirigente elaborava e decidia propostas para os trabalhadores “sem teto”.

A estratégia de organização e constituição do grupo é antecedida por um trabalho de mobilização, que passa pela realização de um cadastro dos agregados nas favelas, um “trabalho de base”:

“Chamamos ‘trabalho de base’. Nossa base, na tabela social, são os miseráveis, sem lugar para morar, sem ter como sobreviver, que não tem uma proposta de movimento. Isso só acontece porque o trabalho não está dando para conquistar a sua moradia. Então entramos num consenso com essas famílias. ‘Vai ter conflito’, falamos. Falamos o que acontece no acampamento, discutimos como é o movimento, o que é a ação direta, cadastramos elas e vamos para a ocupação”.

(Japonês, em Osasco, em 2005).

Realizada a ocupação, depois do momento inicial de chegar ao espaço, demarcar os lugares individuais, o grupo vai crescendo com um grande afluxo de novas famílias que se aproximam da ocupação depois que ela parece se estabilizar, sem haver conflitos com a polícia. A coordenação do movimento limita-se a planejar os momentos comuns e a buscar

³⁷ Os grupos de origem dos militantes que coordenaram o MLP eram correntes oriundas de cisões de agrupamentos trotskistas de orientação morenista – Grupo de Estudos Novo Marxismo Revolucionário, Socialismo Libertário, Movimento de Luta Socialista e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. E, dirigentes sindicais próximos ao Movimento dos Sem Terra. Todas elas organizações que se concebem como alternativas de direção ao movimento dos trabalhadores.

manter a ordem. Criando normas de funcionamento e regras de conduta, a direção de tais movimentos sociais baseia-se num ideal coletivista que encontra dificuldades para se realizar.

A pesquisa de campo com esse grupo foi realizada a partir de julho de 2000, quando desenvolvia atividades profissionais coordenando um curso de educação de trabalhadores adultos no Sindicato dos Químicos de Osasco/CUT. Nessa ocasião, entro em contato com membros do movimento, alunos do curso e dirigentes sindicais, que me expõem a situação de uma ocupação em prédios abandonados do centro da cidade de Osasco, SP.

Durante a pesquisa acompanhei o desenrolar do movimento por moradia até a constituição da Cooperativa Chico Mendes³⁸ em seus dois núcleos - Osasco e Jandira. Depois disso, em 2001, afasto-me para dar à luz a meu filho, mantendo contato com alguns indivíduos membros do grupo. Mais tarde, o grupo se desfaz e continuo a pesquisa com as pessoas que expõem suas trajetórias e avaliam sua participação no movimento.

A primeira atividade realizada junto ao grupo foi uma Oficina com o fim da apropriação do espaço pelos trabalhadores ocupantes do Conjunto Nova Grécia, localizado no centro do município de Osasco. O grupo participou das atividades propostas, a saber, a representação do espaço de moradia através de desenho, caminhada com o fim do reconhecimento do espaço ocupado, levantamento de expectativas e planejamento de atividades para a organização dos espaços comum. Neste momento pude perceber o caráter heterogêneo e aberto da composição do grupo que se reivindicava “movimento”.

³⁸ O vídeo *Foi através da necessidade. História de um movimento por moradia de Osasco, SP.* foi realizado durante o percurso dos trabalhadores entre julho de 2000 e dezembro de 2001, acompanhando a trajetória do movimento por moradia que constitui formas de trabalho organizadas coletivamente. Nele, compartilho a produção de imagens e sons com os trabalhadores membros do grupo. A edição segue uma narrativa cronológica que retoma o processo de ocupação dos terrenos, até à constituição da cooperativa.

A primeira ocupação, do Conjunto Nova Grécia, dura pouco mais de um mês e sofre intervenção policial com reintegração de posse concedida pelo judiciário. Os proprietários do imóvel estavam em litígio com a Prefeitura por inadimplência desde 1976. Retirados, os trabalhadores ocupam um Albergue do Serviço Social da Prefeitura do Município de Osasco, de onde são violentamente expulsos, depois de semanas, com a prisão de onze de seus membros homens. Em seguida, as famílias acampam em frente à Prefeitura e invadem as instalações de um Centro Cultural abandonado nas imediações, conseguindo, só então, a abertura de negociações com a Secretaria de Habitação do município, onde são recebidos e permanecem acampados por meses.

Findas as negociações, que contaram também com a intermediação da Igreja católica, as autoridades municipais comprometem-se a demarcar uma área para assentar as famílias desabrigadas.

Com as famílias membros do movimento alojadas nas dependências da Secretaria de Habitação, a coordenação do movimento negocia com o Secretário da Habitação, que aponta terrenos a serem ocupados. Quando os trabalhadores começam a trabalhar a área indicada, localizada no Jardim Padroeira 2, o proprietário do terreno aparece, acompanhado de força policial. Tratava-se de terra particular sob litígio com a Prefeitura. A segunda área indicada pelas autoridades municipais era reivindicada pelo IBAMA como região de manancial, sendo área de proteção ambiental. Depois de meses, o grupo define por si mesmo o local e ocupa um antigo campo de futebol na periferia da cidade. O movimento por moradia inicia então a construção de suas casas no Jardim Dávila, região norte de Osasco.

A partir daí começa o trabalho para a construção da moradia: reunir material, delimitar os lotes individuais, a conceber o projeto para os espaços comuns. O início da construção reunia diferentes famílias no regime de prestação e contra-prestação de trabalho.

As estratégias para a aquisição de material mobilizaram grande parte dos membros do grupo – catar material pelas ruas com seus carrinhos, coletar doações de entidades religiosas e assistenciais, transportá-los. Os espaços coletivos concebidos pelo grupo eram uma creche e um barracão para um espaço de formação que acaba sendo utilizado pela cooperativa de reciclagem.

As relações do grupo com o Estado pautam-se por atos capazes de visibilidade pública, aparecendo na grande imprensa, mobilizando instituições de representação de trabalhadores, exercendo pressão pelo atendimento de suas reivindicações. Ocupação de terras, paralização de grandes vias de acesso e transporte, atos públicos... são as formas de que se vale o movimento na busca de reconhecimento de suas demandas pelo Estado. As respostas deste oscilam entre a violência policial e a concessão paternalista de lotes de terra em litígio.

Configura-se, assim, um processo de interação entre sujeitos sociais envolvendo, por um lado, trabalhadores que procuram se constituir como coletivos, e para tal buscam ser reconhecidos; por outro lado, o Estado que institucionaliza os movimentos ao incorporar suas demandas como parte de uma agenda de políticas públicas. Através do cadastramento dos membros dos movimentos, o Estado toma para si o papel de avaliar, reconhecer, quais dentre eles serão beneficiados pela posse da terra. Emprego ou renda são importantes, caso o destino do grupo sejam as habitações populares financiadas pelo Estado (COHAB, Cingapura, e outros). A abertura de negociações é tomada pelo movimento como uma

vitória, quando o grupo (ou a sua direção) tem reconhecido o seu caráter de interlocutor legítimo.

A ação direta é simultaneamente forma de reunião e organização num “movimento”, de um coletivo antes disperso e individualizado. Fazendo parte de um grupo, orientado por um fim, reunido por uma necessidade comum. Trazendo suas experiências anteriores, da vida no interior, da trajetória de migração, da moradia na favela, como agregados em casas de parentes ou amigos, estes trabalhadores portam valores, uma ética, a lei do silêncio, e o reconhecimento das autoridades locais anteriores ao Estado: o tráfico, o padre, o coordenador.

A centralização das esferas de tomada de decisões pela direção do movimento acaba por afastar o coletivo dos seus membros dos espaços de elaboração. O que implica numa distante identificação com as ações para além do interesse concreto de “ter uma casa”. Pensar a prática de tais sujeitos, na realização de seu discurso pela ação direta implica em olhar para os espaços de envolvimento dos membros do grupo. No caso do movimento de moradia em Osasco, já desde a fase da construção das casas surge a necessidade de encontrar formas de subsistência e trabalho. É interessante notar que, para além do caráter econômico, tal necessidade de criação de uma atividade envolve os membros do grupo numa práxis comum, um sentido quase terapêutico, de garantir a saúde moral do assentamento. Segundo tal concepção, o homem tem valor quando trabalha, o oposto a isso é o alcoolismo, as diversas formas de drogadição, o jogo, a violência...

O grupo elabora o projeto da Cooperativa Chico Mendes depois de pesquisar diversas possibilidades de atividades produtivas e resolve constituí-la a partir da que seus membros já realizavam de forma individual, a reciclagem de materiais. Cida que já trabalhava com reciclagem de materiais, diz:

“Depois da ocupação vimos que havia a necessidade de criar uma forma de criar emprego. Estudamos vários projetos (pedraria, panificação, como pedreiro...), procurando uma alternativa de sobrevivência. Optamos por uma atividade que eles já sabiam fazer, que era a reciclagem. Chamamos o pessoal e falamos: ‘Se nos unirmos vamos conseguir melhorias no trabalho’. Eles puxavam carrinho, a gente chamou e falou que ia ver se conseguia tirar dos carrinhos. Ver se conseguia criar um benefício para aquele povo. Corremos atrás da papelada, de cursos de cooperativismo. Assim foi que a gente conseguiu implantar esse projeto no Dávila”.

(Cida, em Guarulhos, em 2002).

Sua fala se identifica com o lugar dos que elaboraram o projeto; sua identidade se apresenta múltipla e contraditória – o eles, “o pessoal”, os que “já realizavam a atividade”, é exterior a ela. No entanto, ela foi uma das pessoas que trabalhara desde o início como catadora. O nós – o coletivo do movimento que “estudamos os projetos” - logra representar seus membros quando incorpora e institucionaliza as práticas individuais. Cida segue explicando. Ela ressalta o lugar da necessidade:

“Esse projeto foi implantado através de uma necessidade. Não existia alternativa de emprego. Uns é por causa da idade, ou é porque é novo demais ou é velho demais. O pessoal fica sem alternativa e vai para a reciclagem, reciclar catando material”.

(Cida, em Guarulhos, em 2002).

Entretanto, com os barracos já construídos no Jardim Dávila, e o dia a dia de trabalho pelas ruas e na Cooperativa, começam a surgir conflitos entre os assentados. Depois do trabalho de canalização de água e esgoto e da construção dos barracões comuns, coletivamente organizados, no dia a dia da subsistência, há os que se integram ao projeto coletivo e os que preferem seguir trabalhando individualmente, mas que, nem por isso, representam obstáculo à organização. Depois de uma briga entre os membros do movimento de moradia, com insultos e agressões, o que não era pouco freqüente, ocorre a

morte de um dos moradores que também realizava a atividade de catador, mas que não se integrara à Cooperativa.

A tensão entre aderir à política deliberada pela coordenação do movimento, em suas plenárias e reuniões, fazer parte dos homens e mulheres “de confiança”, “companheiros de luta”, “membros do movimento”, e a opção de seguir residindo na terra conquistada, na casa que se construiu para morar e seguir o trabalho solitariamente, independentemente, caminhando pelas ruas, coletando sua subsistência, à revelia de qualquer deliberação da coordenação, colocava alguns homens sob desconfiança. O silenciamento frente à morte revela a manutenção da velha ordem. A oposição entre o indivíduo e o grupo assume a forma de tragédia.

Essa morte deflagra a volta à ordem heterônoma. Onde a vida não tem valor não há projeto de autonomia, os espaços comuns vão se esvaziando. Os membros da coordenação se afastam, alguns membros do grupo se mudam, outros se voltam para seus problemas individuais.

Nesse sentido, o estudo desse caso evidencia os limites do acesso à participação dos indivíduos no grupo e à produção de um discurso próprio, à representação de si mesmos como sujeitos de desejos, de histórias particulares que se tornam coletivas posto que são comuns a muitos trabalhadores. Tematizando a relação indivíduo/grupo, posto ser esta a relação que elucidaria o processo de constituição de um sujeito coletivo e autônomo, procuro compreender o desenrolar dessa história.

Indivíduos e grupos - do trabalho na cooperativa à segunda ocupação

O trabalho na Cooperativa Chico Mendes de reciclagem de materiais era organizado a partir de reuniões semanais com um membro da coordenação do movimento. O trabalho envolvia: a produção dos carrinhos, a caminhada pela metrópole em busca de materiais vendáveis (grandes quantidades de papel, alumínio, outros metais, garrafas plásticas que, por serem leves, facilitavam o transporte nos carrinhos puxados por homens e mulheres), seu armazenamento e a sua venda. As reuniões tratavam, sobretudo, da adesão de novos cooperados e da partilha dos recursos obtidos, do planejamento da relação com outros grupos. O planejamento do trabalho envolvia uma crescente relação dos assentados-cooperados com o bairro.

Alguns materiais eram vendidos em ferros velhos da região, pelos indivíduos; outros, como a PET e o vidro, eram armazenados coletivamente no barracão construído pelo grupo. O trabalho de limpeza e separação dos materiais era realizado, sobretudo, pelas mulheres. Trabalho manual, fino e perigoso. Com suas crianças, elas se dedicavam à tarefa de separar rótulos, tampas, restos, outros tipo de plástico das garrafas de PET que seriam vendidas. Buscando apoio de outras cooperativas da região e em contato com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/USP, o grupo consegue os grandes sacos para viabilizar o transporte das grandes quantidades de PET armazenadas para a venda.

Uma rede de cooperativas populares facilita o acesso a informações fundamentais para a melhor realização do trabalho, o acesso a preço, informações sobre o processamento de PET... Fazem parte dessa rede outras cooperativas que recebem apoio da Igreja Católica, dos fundos públicos, da ITCP, entre outros.

A participação dos trabalhadores em espaços de visibilidade pública, como o Encontro Nacional de Catadores, em Brasília e o Fórum Recicla São Paulo, parece ser experiência importante, valorizada pelo grupo como tal. Nestes momentos, tendo acesso a situações e espaços de debate e livre troca de experiências entre iguais, forma-se uma consciência oriunda da prática de ser parte de um “movimento social”.

Cida, Carlos e Morena, assentados no Jardim Dávila, foram para o Encontro em Brasília, portando a câmera de vídeo. As imagens que gravaram foram os momentos de representação teatral da situação dos catadores, o momento da alimentação, os alojamentos, as apresentações musicais. Momentos a serem fixados na memória, instantes a serem revistos e exibidos para outros. A valorização da representação teatral, por eles, mais que a presença de discursos no material gravado, indica a importância dos temas do cotidiano, o espaço onde se dá a ação. A representação do privado – os momentos de comer, dormir, arrumar-se, revela a importância do lugar do indivíduo para eles.

No acesso à palavra e na possibilidade de produção de um discurso, de reflexão sobre suas histórias e da identificação com seus companheiros que têm trajetórias semelhantes vai se formando um sujeito político autônomo. Poder falar e ser ouvido, a abertura à possibilidade do diálogo, fazia de alguns momentos instantes importantes na identificação do indivíduo com o grupo. Assimilar a aprendizagem do discurso público e tornar esse discurso mais próximo dos modos de falar e dos conteúdos importantes para os indivíduos era um processo ainda incipiente.

O trabalho, penoso, pesado e perigoso, vai sendo abandonado pelos indivíduos, por suas características. Devido a diversos conflitos e às dificuldades econômicas, na disputa de interesses por recursos muito escassos a Cooperativa foi se inviabilizando.

A Cooperativa Chico Mendes, em Osasco, se desfez devido às cisões entre seus membros, à disputa pelos recursos financeiros. A venda de garrafas PET a atravessadores de matéria prima reciclada para a indústria do plástico não era suficiente para o sustento de tantas famílias.

Depois do conflito que resulta na morte de um morador do assentamento no Jd. Dávila, alguns trabalhadores se retiram do assentamento. Entre eles, Cida, que passa a residir perto de um dos membros da Coordenação do MLP em Jandira.

Quase um ano depois, funda um segundo núcleo da Cooperativa Chico Mendes, neste município, com apoio da Prefeitura, na gestão do Partido dos Trabalhadores, iniciando um trabalho entre os catadores da cidade. Consegue a utilização de um galpão para armazenagem dos materiais, transporte, gasolina e uniformes. Depois de formar um grupo de cooperados e desenvolver um trabalho junto à população dos bairros próximos para a separação do material, ela volta a ter dificuldades com a moradia.

“O dinheiro que a gente ganhava lá dava para sobreviver, mas para pagar aluguel não dá. Fui obrigada a sair por causa de uma necessidade”.
(Cida, em Guarulhos, em 2002).

Em sua narrativa, Cida explica o início e o fim de sua participação pela pressão da necessidade. O projeto de Cooperativa é formulado pela necessidade, e este é também o motivo pelo qual ela se retira da atividade. Em Jandira, o segundo núcleo da Cooperativa que se desenvolveu com o apoio da Prefeitura, com o passar do tempo e devido ao afastamento dos trabalhadores que tinham participado do trabalho de organização dos catadores, continua funcionando, agora sob o controle da Igreja Católica.

Quase um ano depois, sem ter conseguido lugar para se fixar em Jandira e com seus filhos recém chegados da Paraíba, ela volta a participar de uma nova ocupação, retornando

ao movimento por moradia. Cida reencontra antigos companheiros no Jardim Adalgisa, na divisa entre Osasco e São Paulo, numa ação que reuniu o Movimento de Luta Popular - MLP e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, braço urbano do MST.

O terreno, ocupado por uma população de cinco mil famílias, é de propriedade da família Matarazzo, sendo uma extensão do seu campo de golfe, lugar de intensa e crescente especulação imobiliária. Grande em extensão, o terreno é localizado ao lado do Parque dos Príncipes, bairro em que vêm sendo construídas casas de alto padrão, na Zona Oeste da região metropolitana de São Paulo.

Os trabalhadores delimitam seus terrenos individuais, mobilizando-se para arranjar material de construção, inicialmente a lona preta e os madeirites para as paredes dos barracos; estes só recebem outros materiais quando a terra já não tem risco de desocupação. Ocupar o terreno, para muitas dessas famílias, é uma estratégia de capitalização que obedece ao ciclo ocupar, construir o barraco e vendê-lo seguindo para outra área.

No primeiro mês chega a polícia de choque para a desocupação. Mas esta não tem sucesso, pois o movimento, conseguindo apoio de parlamentares, entra na justiça invalidando a reintegração de posse. Depois desse episódio, o acampamento é chamado de Carlos Lamarca. O cotidiano do acampamento é cheio de incidentes. Permanecer na terra ocupada é, a cada dia, uma vitória. Ir e vir em busca de subsistência, cozinhar, conviver e partilhar com os vizinhos toma grande parte do tempo. Há conflitos permanentemente. Grandes assembléias informam as cinco mil famílias das ações e negociações. Os membros da coordenação dos movimentos ocupavam-se de manter um “cadastro” das famílias presentes sempre atualizado.

A ocupação chega a durar pouco mais de quatro meses, tendo realizado diversos atos com repercussão na grande imprensa, inclusive com um acampamento de três dias no

Palácio do Governo, quando o movimento logra ser recebido pelo governador do Estado e negocia uma transferência para Guarulhos. Lá, o MTST já coordenava um outro assentamento, o Anita Garibaldi, onde estava tendo problemas com o tráfico de drogas. Depois de removidos, os trabalhadores não podem permanecer na terra indicada pelo governo, imprópria para moradia, por ser um lugar contaminado por lixo tóxico. A direção do movimento propõe que os ocupantes permaneçam no assentamento.

“Na ocupação do Parque dos Príncipes, nós ficamos acampados por três dias no Palácio do Governo. Resolvemos aceitar a negociação com o governo do estado e ir para Guarulhos. A chance de ficar ali no Acampamento Carlos Lamarca foi cada vez mais difícil; recebíamos ameaças, era um bairro burguês.

O terreno em Guarulhos era uma área com produtos químicos, que não tinha como morar. Várias firmas da região jogavam produtos químicos. Deu coceira no povo. O CDHU veio fazer cadastro; das três mil famílias que vieram para Guarulhos, a proposta era fazer cadastro para quatrocentas. Não aceitamos essa negociação no momento. Tivemos que recuar para o assentamento que nós temos em Guarulhos, ficamos na área social dele, o Anita Garibaldi, no Bairro Bom Sucesso/Ponte Alta”.
(Japonês, em Osasco, em 23/4/05).

Grande parte das famílias retorna para Osasco. Cida permanece em Guarulhos, sendo recebida por seus “irmãos” da Igreja Evangélica, que lhe cedem um terreno com um barraco, onde ela reside até hoje com seus filhos.

Sem encontrar meios de permanecer em Guarulhos, o MTST decide retornar para a região de Osasco. O jovem Japonês narra a sua longa caminhada em busca de moradia e de luta:

“De lá viemos para cá. Fizemos ocupação nos prédios do Sergio Naya que estavam embargados. Tinha uma grande área em volta. Ficamos lá cerca de nove meses, perto da Raposo. Fomos despejados. Depois recebemos abrigo na Igreja. Agora, estamos aqui no Jardim Novo Osasco, somos 130 famílias cadastradas. Temos visão de conquista, mas não é certo ainda. Estamos na área de um antigo orfanato, há um ano e quatro meses.

Esse acampamento começou com cinco mil famílias, hoje somos cento e quarenta famílias, num processo de três anos de luta com quatro despejos violentos em que foram mandadas pessoas para o hospital com bombas, prisão, processos, nove prisões só de uma vez...”

(Japonês, em Osasco, em abril de 2005).

Perguntado pelos espaços de participação dos membros do movimento, o jovem esclarece:

“O processo de organização de uma ocupação de terra se dá a partir do momento da chegada na área. Reunimos cada 30 famílias. Tem a assembléia geral, as decisões são tomadas em assembléia. São reuniões de grupos e assembléia. A maioria decide. Temos organização de grupo, núcleos e a assembléia, responsáveis de grupo, reunião de coordenadores. Qualquer coisa que se refere à ocupação, eles devem levar para os acampados”.

(Japonês, em Osasco, em abril de 2005).

Referindo-se aos espaços de deliberação e tomada de decisões, o jovem argumenta defendendo que “o movimento” é democrático, isto é existem espaços que prevêm a participação das posições de cada membro do grupo. Há uma falta de prática do exercício da argumentação e do livre debate de idéias na criação de propostas comuns, o que resulta num afastamento do conjunto dos ocupantes dos espaços de tomada de decisão.

O lugar da relação com a política, nas representações dos membros da coordenação do movimento, deve ser observado:

“O objetivo do movimento social não é fazer a revolução através da luta pela terra, mas dizer para a sociedade, que há algo, ao longo das décadas para frente, a consolidar. O movimento abre espaço para se expressar, para os políticos se explicarem, se expressarem, justificarem a sua postura política. O movimento incomoda os dois lados, a sociedade oprimida e os opressores”.

(...) “O objetivo do movimento está claro. A necessidade de estar com o movimento na rua, é você expor todos os problemas para a sociedade, fazer a sociedade pensar”.

(Piauí, em Osasco, em abril de 2005).

Nesta fala, de um dirigente do movimento, aparece como objetivo desmascarar a política institucionalizada. A fala: “O movimento abre espaço para os políticos se expressarem”, aponta a sua concepção, revela quais são os sujeitos a serem considerados. As ações do movimento, mais que se pautarem numa intervenção voltada para os trabalhadores sem teto, orienta-se por constituir ações que se contraponham aos “políticos” e suas políticas. Desmascará-los passa a ser o norte de toda ação. Por outro lado, parece haver a crença numa consciência pública que é oriunda do movimento.

“A gente consegue atingir o objetivo de mostrar para a sociedade que o Brasil tem uma contradição, que é um país miserável. A avaliação que eu tenho é que a sociedade acompanha o processo, os vizinhos, parentes fazem abaixo-assinados, assistência, alimentação, roupa, cobertor, colchão, para tirar do relento... Como também esses companheiros que ingressam jamais vão ser trabalhadores comuns que acham que as coisas são assim e vão ter que ser assim. Os companheiros que passam por esse processo têm ousadia. Abre um debate na sociedade, dá uma crise na sociedade, inclusive na base da Igreja Católica, quando a gente vai dar uma palestra... E com toda a repressão, o movimento só não pára porque as famílias não têm alternativa”.

(Piauí, em Osasco, em 23/4/05).

“Mostrar para a sociedade” é o que visa a “ação direta” levada a cabo pelo “movimento”. Trata-se de uma ação formadora de consciência, segundo a concepção desse dirigente. Em sua representação, “o movimento” é algo inevitável, que só acontece “porque as famílias não têm alternativa”. Instrumentalizando a necessidade das famílias de trabalhadores, tais direções pretendem disputar “a sociedade”.

A oposição autonomia X heteronomia, neste caso, se desenvolve na tensão entre dois tipos de projetos. Os projetos de subsistência dos trabalhadores que ao se constituírem como movimento, se descobrem enquanto sujeitos políticos; e os projetos das direções que se apropriam da ação coletiva na sua disputa pelo poder de Estado.

Os sentidos da experiência

Em março de 2004, em revisita, Cida assiste ao vídeo *“Foi através da necessidade”*. História de um movimento por moradia de Osasco, SP., que editei a partir das imagens captadas durante o transcorrer do movimento. Ela avalia e rememora:

“Na época, a gente era tudo inexperiente. Era a minha primeira vez, no meu caso. Revendo a história, o triste é que não deu fruto, tudo acabou. No Dávila era para ter urbanizado, feito as casas de tijolo, uma moradia melhor. **Porque nós lutamos foi para isso: ter uma sobrevivência melhor**, criar seus filhos num ambiente mais saudável. Hoje vemos que não aconteceu, não teve desenvolvimento, era para ter desenvolvido. **Agora, para mim, eu ganhei uma experiência muito valiosa**; porque, lá onde eu moro hoje, através das minhas experiências anteriores pude tirar frutos. Começando tudo de novo, conquistando novas pessoas, novas amizades, conheci novos movimentos. Poder ajudar. Poder dar a sua opinião, porque já passou por uma experiência.

O triste é olhar a história, ver tudo o que você já sofreu, porque a Cooperativa não deu fruto. O movimento não desenvolveu as casas. Onde está a escola? Cadê os eventos para as crianças que ia ter? Cadê o ambiente de melhoria para criar seus filhos? Como a gente sofreu, lutamos para conquistar tudo isso, não devia ter estacionado, mas crescer. As pessoas que estão lá deveriam estar ajudando, ‘como fazer alguma coisa para melhorar?’

Outra coisa é que **a gente aprende uma lição de vida de tudo isso**. Tem pessoas que têm o espírito de continuar, sempre se destacando, se desenvolvendo em algumas coisas. E tem outras pessoas que conquistou, estacionaram. Eles não procuraram desenvolver as experiências que aprenderam. Não é todo mundo que tem aquele espírito de dizer: ‘eu vou a luta, vou querer melhorar minha vida’. Quando tem aquele assistencialismo, o povo está gostando; e quando é para ele crescer, se desenvolver, fluir sozinho, não, pára. Para mim foi muito gratificante”. (Grifos meus).

Cida destaca o caráter de aprendizado da experiência. Uma experiência individual do movimento coletivo, que ela carrega consigo. Ter vivido essa história, parece tê-la valorizado, habilitado para participar de outras organizações.

Cida avalia sua trajetória como um processo de aquisição de saberes. “Poder dar a sua opinião”, é importante para ela. Sua experiência a ensinou a superar as disputas por poder no interior dos movimentos e persistir no trabalho de organização, mesmo que motivada pela busca da subsistência.

“Lá, na cidade onde estou, não tem emprego. É um lugar muito pequeno, mas eu tirei tanto para me ajudar, como para ajudar outras pessoas. Comecei a catar reciclagem para sustentar os meus filhos... Comecei a levantar pessoas que se destacaram e depois puxaram o tapete, caiu, criou trauma. A Raquel, quando eu comecei o trabalho na Associação, por causa de disputa de poder, puxaram o tapete dela. Era para ela ter se destacado em Itaquaquecetuba. Ela criou uma tristeza dentro dela, ela queria se isolar. Como eu já tinha vivido isso, **por causa de disputa de poder quiseram me atropelar**. Eu aprendi muito com aquilo. Não. Você tem que continuar. Eu ajudo, vamos porta a porta, vamos bater, vamos ver o que está acontecendo. Hoje ela montou outra associação; tem esse trabalho lá, tem tudo isso. **Tudo é rico, gratificante para a gente aprender**”. (Grifos meus).

Sua narrativa sobre o movimento popular é marcada por uma crítica às disputas por poder no interior dos grupos de que fez parte. Mesmo assim, a experiência oferece um poder positivado, “poder se destacar”, individual e coletivamente. Essa possibilidade está relacionada a tomar a experiência como um aprendizado. Mas, é individualmente que tais avaliações são feitas. Na falta do espaço coletivo, a reflexão sobre a experiência vivida é tecida solitariamente. A família é o único grupo que permanece.

Atuando junto à associação de moradores em Guarulhos, onde reside agora, Cida segue sua ação. Sua busca pela subsistência funda uma ação que é política:

“A gente vê que lá a população é muito carente. Como a gente formou essa associação para estar ajudando o pessoal, levei para o restante do coletivo. Era uma boa idéia [formar a associação para a distribuição de alimentos]. Eu já conhecia o desperdício do CEASA, e dava para a gente estar ajudando o pessoal. Tinha que ver o que precisa fazer; era preciso conhecer o local. A gente veio com outra associação de Guarulhos também. Fomos lá, vimos o trabalho deles. Conversando box por box com

as pessoas, que somos uma associação, se teriam alguma coisa para estar doando. E as pessoas colaboram bastante, principalmente com batata, legumes, abóbora, verduras. A Glória trabalha desse jeito. Ela faz associados, ele paga dois reais por mês, é cadastrado direitinho; vem as verduras, ele recebe as cestas direitinho. A gente faz trezentos associados, a gente conseguiu seiscentos reais. A gente pagava o caminhão, dava quatrocentos. Os outros duzentos gastamos com documentos, cadastrando no CEAGESP.

Tinha o projeto de fazer as camisetas... Como o povo é muito carente, não tinha condição de pagar os dois reais. A gente deu um tempo, ver se vai conseguir um caminhão pela Prefeitura; nós vamos dar as cestas de verdura sem cobrar nada. Tem que formar as equipes e tem que ser pessoas que saibam conversar, tem que ser uns voluntários que gostem de trabalhar no pesado”.

Cida narra a sua trajetória como uma série de atividades, tentativas que ensinam. Em 2005, Cida volta ao seu ponto de partida: o trabalho em uma oficina de costura no Bom Retiro, o mesmo local onde encontrou seu primeiro trabalho em São Paulo. Lá, permanece durante a semana. Seus filhos moram em sua casa em Guarulhos, estudam e trabalham com reciclagem. Na consciência da trabalhadora: “você não pára” porque vai se descobrindo enquanto sujeito.

“Quando começamos o Movimento de Luta Popular, a gente lutou pela moradia; mas, com o processo, você vai descobrindo que dá para fazer coisas muito além do que só aquilo com que você começou. Dá para fazer muita coisa, uma porque tem muito espaço e outra porque **é no decorrer da luta que você vai se descobrindo**”.

O sentido de “luta” para Cida pode ser bem compreendido quando retomamos a sua trajetória: a ocupação, o assentamento no Jd. Dávila, a ida para Jandira, a segunda ocupação no Parque dos Príncipes, Guarulhos e o Bom Retiro. “Luta” é o que se faz para sobreviver.

Busquei recontatar outros trabalhadores que participaram das ocupações com o Movimento de Luta Popular - MLP. Morena, em 2001 era mãe de dois meninos, hoje tem um terceiro. Foi fundadora da Cooperativa em Osasco, participou do Encontro de Catadores

em Brasília e acompanhou os Encontros do Fórum Recicla São Paulo, adquirindo uma desenvoltura para transitar nos meios em que é preciso um idioma da militância popular. Hoje, trabalha sazonalmente na Cooperativa de Reciclagem da Vila Leopoldina, onde a prefeitura petista de São Paulo implantou uma central de reciclagem. Depois de mudar diversas vezes de residência, hoje mora no Morumbi.

Entre os trabalhadores que participaram do movimento por moradia desde o primeiro momento e permaneceram no Jardim Dávila, todos desenvolveram atividades econômicas ligadas ao seu local de residência. Glória, paraibana, mãe de três filhos, montou com o seu marido uma borracharia nos fundos de sua casa. Uricuri, pai de cinco filhas, montou um bar num dos cômodos de seu barraco, onde trabalha com sua família, comercializando alimentos e bebida. Ambos permaneceram na terra que conquistaram, sendo dos moradores mais antigos daquela ocupação. A maior parte de seus companheiros “de movimento” vende seus barracos, seguindo para outros lugares; não se fixou em Osasco.

O fato de terem desenvolvido atividades econômicas, organizando o trabalho da família em torno de seus pequenos estabelecimentos, deve ser bem compreendido. Esses trabalhadores buscam se fixar na metrópole a partir de sua luta e o trabalho é a condição para esta permanência. As soluções que encontraram envolviam apenas o trabalho do núcleo familiar, unidade básica de subsistência.

A fragilidade da experiência de constituição do grupo como sujeito político deve-se à inexistência de espaços comuns de produção de avaliações, discursos, representações. Somente o sujeito – individual e coletivo - que age orientado por si mesmo e se identifica como tal é capaz de um projeto autônomo. A trajetória da trabalhadora evidencia esse fato

como potencialidade que se configura em instantes, em sua consciência. A consciência é um fazer-se. Ou: “É no decorrer da luta que você vai se descobrindo”, diz ela.

A instrumentalização das necessidades dos trabalhadores pelas direções dos movimentos, que buscam o reconhecimento de seu poder pelo Estado configura um projeto de tutela de trabalhadores submetidos a esta ou aquela direção. A reposição da heteronomia está dada, resta a dispersão do grupo e a persistência dos indivíduos.

O aspecto da transitoriedade cria uma subjetividade particular. O sujeito que não se fixa, que permanece migrando, tem na luta a sua alternativa. O trabalho tem um lugar fundamental na construção desses projetos de autonomia. Esse fato habita as consciências dos trabalhadores. Compreendê-lo implica ainda em reposicionar a compreensão da autonomia, buscando no indivíduo, em sua trajetória e na relação com os seus iguais, as representações criadas para se explicitarem a si mesmos.

Se tal lugar transparece sempre, de modo recorrente, a indicar a sua importância, por variadas as formas sob as quais se manifeste, é porque o “movimento” tem na experiência do trabalho um dos elementos fundantes da solidariedade grupal. Assim, embora premidos a organizar-se pela moradia porque “sem trabalho”, ou porque desprovidos de trabalho regular, é a condição de “sem teto” que se faz portadora da identidade com a qual se farão presentes na relação de alteridade com o Estado. Entretanto, tão logo ocupam, ou são assentados, surge a organização de um coletivo de trabalho que proveja os meios para a ação grupal, coletando, “catando” e reunindo os materiais.

Uma vez estabelecidos, o trabalho volta a emergir, e agora como duplo sentido: moral e econômico. Desvela-se a construção identitária do grupo através do trabalho – como recicladores – tanto quanto a construção institucional que daí emerge – uma cooperativa de reciclagem. Essa construção será a segunda forma pela qual o grupo se

apresentará face aos seus outros significativos, já agora não apenas o Estado, mas a chamada esfera da “economia solidária”. Entretanto, essa arquitetura é também transitória – como transitórias foram todas as outras formas pelas quais vimos antes que se tentara exercitar algum sentido de autonomia.

A revisita, momento privilegiado para acompanhar os processos de constituição desses sujeitos, os encontra tão segmentados em suas individualidades como os demais. E, neste sentido, a trajetória tomada para organizar a narrativa, a de Cida, é eloqüente: ela voltara ao seu ponto de partida – o trabalho heterônomo e assujeitado nas confecções do Bom Retiro. Como nos demais, a experiência permanece viva conquanto apenas na memória, no discurso crítico sobre as possibilidades contidas no passado densamente vivido.

Parte III

Um caleidoscópio de experiências

Capítulo 8 – Um caleidoscópio de experiências. In-Conclusões.

A noção de autonomia, tal como construída na história da reflexão sobre o mundo do trabalho e entendida aqui como um conceito analítico chave, foi o que nos permitiu refletir sobre experiências tão distintas. Não se trata de uma essência, ou de uma atribuição por parte da analista. Os trabalhadores não se utilizam desse termo em suas narrativas. As categorias nativas através das quais eles se referem a suas experiências vividas são outras: “luta”, “autogestão”, “cooperativa”, “movimento”.

Tais experiências práticas, e suas representações pelos trabalhadores, apontam efeitos instituintes de condutos que possibilitam a ação dos sujeitos em relação com seus outros sociais. Como vimos, no caso da Ford, fruto da luta que forja uma consciência de classe, pelo controle dos trabalhadores sobre o ritmo da produção, temos a institucionalização de uma Comissão de Fábrica que, depois de décadas, cede ao discurso de parceria da empresa enredada nos limites da estrutura sindical. No caso da Heleny, os trabalhadores que concebem um projeto autogestionário fundam uma Comissão de Fábrica com o fim da gestão da sua produção e, no processo de interação com seus outros o projeto de criação de uma cooperativa vai sendo apropriado, resultando numa co-gestão na extração de mais valia sobre o trabalho. No terceiro caso, os trabalhadores que se deparam com o fechamento da empresa e o desaparecimento dos meios de produção, mobilizam-se pela sua recuperação e constituem o projeto de uma Cooperativa que obtém respaldo jurídico para funcionar. No quarto caso, os trabalhadores reunidos como movimento por moradia, instituem-se como movimento social, fundam uma Cooperativa de reciclagem para organizar o seu trabalho no assentamento e organizam ações para se defrontar com Estado.

Agora que já temos a narrativa de cada um dos quatro quadros podemos pensá-los por contraste. Observamos os paradoxos na construção de autonomia pelos trabalhadores num agora que é processo, transição. Quando olhamos para as experiências, o conceito assume diversos sentidos, vai se ressignificando a cada uma delas e no decorrer das mesmas. Estudando processos sociais é preciso partir de conceitos que sejam eles próprios capazes de se deixar iluminar pelos casos; nisto consiste o seu valor heurístico. De todo modo, é a partir da idéia de autonomia que o diálogo etnográfico ocorre.

A sua autonomia é projeto, pensada por eles em relação às experiências de privação do poder de decidir sobre suas vidas de trabalho. Trata-se de um valor. Os valores informam as ações dos sujeitos, esclarecem o processo de construção da norma, explicam a história. Ao estudar as diversas configurações em que podemos tomar a noção de autonomia, acabamos por acompanhar processos de formação de identidades individuais e coletivas que estão implicadas, como não poderia deixar de ser, em relações sociais de alteridade. O reconhecimento pelo Estado, aceitando os trabalhadores como interlocutores legítimos, é uma das conseqüências desse processo de construção de poder sobre a definição da norma. A autonomia, ressignificada pelo processo de organização coletiva, ao longo de décadas, vai se institucionalizando. Autonomia que é silenciada pelas trabalhadoras da indústria. Em seu lugar aparecem outros termos: sobrevivência, trabalho, direitos. Os trabalhadores dizem o que lhes importa.

Processos comuns, que assumem sentidos particulares em cada um dos casos estudados, são a formação de instituições de organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. No primeiro caso, temos a Constituição da Comissão de Fábrica que atua na disputa pela norma do trabalho com a empresa, uma disputa sobre o ritmo em que trabalha

o corpo na venda da força de trabalho, uma noção de luta de classes disseminada no seio da produção, que resulta na consolidação de uma direção sindical que negocia com a empresa.

No caso da indústria plástica, o segundo antes narrado, a formação da instituição de representação dos trabalhadores atua na manutenção da produção, construindo uma co-gestão com a empresa, o que também ocorreu no primeiro caso nos anos 2000. Do mesmo modo, na Ford, a política da “parceria” pode ser pensada nessa mesma chave de interpretação, como forma de manutenção da produção. Na indústria plástica, a divisão do trabalho marcada por uma hierarquia aproximava a Comissão de Fábrica dos estratos administrativos, afastando-os das trabalhadoras da linha de montagem.

Já no caso da Cooperativa Algemetal, a constituição da Comissão de Fábrica deu-se no momento em que a disputa pelos meios de produção estava aberta e declarada. E foi esta organização que deu origem ao que é hoje a Coordenação da Cooperativa, pólo dirigente na produção de mercadorias.

Quanto às formas de organização, no grupo que constituiu a Cooperativa Chico Mendes, composta originariamente de trabalhadores desempregados, uma centralização de sua coordenação nas mãos da direção do movimento por moradia afasta os trabalhadores da elaboração, do poder decisório.

Martins (1990) explora a contradição entre o homem trabalhador ter consciência da sociedade produtora de mercadorias e ser, ele próprio trabalhador, uma mercadoria. Tal contradição ajuda-nos a compreender as situações anteriormente representadas. As heranças do trabalho heterônomo se fazem presentes em todas as situações. O trabalho assalariado é uma presença ausente. No primeiro caso, os trabalhadores e seus representantes esforçam-se por continuar a vender sua força de trabalho. No segundo, o desemprego e o não reconhecimento dos direitos trabalhistas dissolve o grupo. No caso da Cooperativa

Algometal, houve a reprodução de relações assimétricas de poder, mesmo onde já não havia relação patrão/empregado. E, finalmente, mesmo no caso da Cooperativa Chico Mendes, o trabalho assalariado ainda era uma realidade distante.

Os aprendizados que tais experiências proporcionam aos que delas tomam parte são a consciência de um jogo de forças em que se dá a construção das normas que regem o cotidiano das relações no trabalho. Na Ford, os trabalhadores criam um “jogo de corpo” (Guedes, 1997) que atua na disputa do ritmo da produção com a empresa. Na Perticamps, há uma experiência com o patronato que denuncia a ausência deste, “não há patrão que pague nossos direitos”, dizem. Apropriando-se da relação heterônoma de trabalho que deixa de existir, reivindicando os direitos trabalhistas, os trabalhadores têm proposto os débitos patronais como moeda nos leilões de máquinas, como foi o caso da Cooperativa Algometal. Uma aprendizagem que se insere nas trajetórias individuais, uma consciência de que é preciso lutar para conquistar.

Num caleidoscópio de experiências, olhando o outro, seu semelhante, o trabalhador reflete a si mesmo, e o seu discurso flui de modo denso. É na possibilidade de produção de representações de si, do outro e do mundo, que se localiza o território de elaboração de sentido para a autonomia por esses sujeitos, individuais e coletivos. Conhecendo a Cooperativa Algometal em seu momento de transição, Cida, fundadora da Cooperativa Chico Mendes, comenta:

“Aquela fábrica fechou. Eles viviam ali do carrinho de mão, da churrasqueira... Mas, quando tomaram a decisão deles fazerem, qual era o intuito? Eles não queriam perder os anos que eles tinham de firma, se o patrão levasse o maquinário embora, eles iam perder tudo. Quando eles tomaram a punho, ‘nós vamos fazer’, parou os carrinhos e a churrasqueira, mas eles descobriram que podiam fazer muito além do que eles imaginaram. Daí você vai criando a horta, como no caso deles, vai

implantando outras coisas, você já descobre que dá para incluir mais um. Porque é no processo da luta que você vai fazendo e vai se descobrindo”.

(Cida, em São Paulo, em maio de 2004).

Na Cooperativa Algemetal o lugar de produção de representações foi democratizado no momento que chamei de *transição*; logo depois, houve um fechamento dessa possibilidade. Uma vez re-institucionalizada a norma da organização fabril, as relações de chefia e mando são recriadas e reproduzidas.

Por outro lado, vimos também que os processos de transição de massas falidas para cooperativas assumiam a forma de processos de produção de trabalho, agenciados pelos próprios trabalhadores. Trabalho não mais assalariado. Neles, há trabalho mercadoria e trabalho que não é mercadoria; por exemplo, o desempenhado pelas mulheres nas funções de reprodução da vida. Nas experiências de transição, os trabalhadores apropriam-se dessa contradição produzindo novas atividades. Nessa experiência, estudada em seu momento de transição, amplia-se o conceito de trabalho, ao elaborarem-se formas autônomas de organização (a produção agrícola, a cozinha, a escola, o artesanato), constituídos como trabalhos produtores de valor. Valor que também se realiza em termos simbólicos e comunitários nas relações intra-grupo, entre os iguais, e na “comunidade”, como dizem alguns deles.

Ora, recentes debates no campo dos estudos do trabalho apontam uma dificuldade teórica na compreensão do fenômeno do trabalho e do desemprego contemporâneos, evidenciada na produção dos índices estatísticos que mensuram o problema, quando as taxas de desemprego e do não trabalho omitem os números do trabalho em autoconstrução e autoconsumo. Ou, melhor formulado:

“A decisão de incluir essas formas de trabalho como socialmente relevantes rompe com uma tradição metodológica recorrente nos levantamentos sócio-estatísticos de origem domiciliar: a de considerar como trabalho somente aquele com objetivo econômico. A valorização do trabalho voltado para o mercado e intermediado pela troca monetária passa a explicar parcialmente o marco conceitual sobre o que se considera como ocupação. A inclusão das demais formas anteriormente mencionadas amplia o conceito de ocupação, bem como a População Economicamente Ativa. Parte da população inativa ou da população desempregada, considerada pelo critério de contribuição econômica, tornam-se ocupados segundo o novo marco metodológico. Essa nova diretriz tem implicações positivas e negativas para a mensuração da ocupação. (...) Assumir a existência dessas formas de trabalho é fundamental para reconhecer dimensões da reprodução social que não passam pelo assim chamado mercado. Ao fazê-lo, explicita-se uma dimensão não visível do trabalho e da própria contribuição social e econômica dada por uma parcela da população.(...) É patente que, ao considerá-lo em situação de ocupação, o trabalho para autoconsumo tem função econômica, apesar desse seu efeito se estabelecer através dos processos de reprodução social.(...) Assim, pode-se responder a uma questão anteriormente levantada sobre as duas lógicas de tratamento metodológico adotado em relação ao trabalho para autoconsumo. Cabe considerá-lo como ocupação, mas também é preciso reconhecer sua contribuição econômica” (Dedecca et alli, 2004). (Grifo meu).

O autor aponta a dificuldade de pensar a categoria “trabalho” para além da forma mercadoria, inclusive entre os estudiosos que produzem os índices que pretendem representar a situação de trabalho e desemprego em nossa sociedade. Se tais formas não são socialmente reconhecidas como trabalho, e passam a ser, neste momento, incluídas, não

basta, entretanto, afirmar que são ocupação e que têm função econômica. Tais formas, assim como as que encontro em campo nas experiências de transição, são trabalho produtor de valor que se realiza nas relações estabelecidas entre os trabalhadores que constituem suas formas autônomas de subsistência para além da venda de sua força de trabalho. Há que se reconhecer o caráter autônomo – no sentido de produtor de si mesmo, de sua cultura, de sua vida, da norma a seguir - de um sujeito político em sentido largo, em disputa na arena do poder de produzir representações sociais. É também neste aspecto que se revela o valor heurístico do conceito de autonomia, no intento de dar conta de compreender a diversidade das formas sob as quais se organiza a classe trabalhadora hoje.

Considerando que as representações dão forma ao mundo, delimitam o concebido e o inconcebível, e que a memória das experiências vividas informam a sua produção, compreendo porque tanto trabalhadores quanto intelectuais têm dificuldade em conceber o valor do trabalho que não é mercadoria. Há uma “dimensão não visível do trabalho”. Constato uma dificuldade em conceber o trabalho para além da forma mercadoria. Assim, com a retomada da produção na Cooperativa Algometal houve um fechamento do grupo, e o encerramento das atividades que engajavam maiores contingentes de trabalhadores, que incluíam o bairro e as famílias, o motivo: a produção de mercadorias. Trabalhando na produção metalúrgica, os trabalhadores que permaneceram na Cooperativa, sobrevivem com dificuldade.

O estrondoso aumento de produtividade do trabalho sob a forma cooperativa, evidenciado pelos estudos de caso (Faria, 1997, Lins, 2001, Esteves, 2004) nos faz refletir. O estudo de Esteves sobre a metalúrgica do ABC afirma que, com a criação da Cooperativa, aumenta em muito a produtividade da empresa, havendo um crescimento da produção com uma significativa redução do número de trabalhadores, em relação à empresa

com patrão. Se por um lado, há motivações subjetivas que estimulam o trabalhador, por outro há a extensão das jornadas, uma intensificação do trabalho.

Paul Singer(1998), ao teorizar o fenômeno autogestionário elabora a noção de “economia solidária” e sugere que estaríamos esboçando um outro modo de produção. Questiono esta formulação de Singer, posto que é justamente nas outras esferas que não a econômica que se pode flagrar a produção dessas novas relações. Relações que desafiam e põem em cheque a norma heterônoma que se recoloca inclusive em casos de trabalho cooperativo. As experiências dos trabalhadores implicam em desenvolvimentos subjetivos, em uma consciência em formação que se exprime num projeto que se delineia, mais que em condições objetivas de um outro modo de produção.

Se a experiência do desemprego impacta as relações de trabalho até mesmo nas grandes empresas multinacionais, a situação de instabilização dessas relações aparece mesmo ali onde não há patrão. Como vimos no caso da Ford, ela impacta o coletivo dos trabalhadores ao conquistar até mesmo as suas instituições de representação, sob a ameaça do deslocamento de investimentos, pondo em questão a relativa autonomia construída ao longo da história da organização dos trabalhadores.

Nas chamadas “cooperatos”, como foi o caso da indústria Perticamps/Heleny/Coopertampas, temos uma experiência frustrada, na qual o sentido “autogestionário” foi transformado, apropriado pelas camadas gestoras, em nome novamente da continuidade da produção, da real extração de mais valia sobre o trabalho. Num contexto de retração do emprego, as experiências de produção autogestionária ainda são marginais. No setor da produção de plástico, por exemplo, o parque industrial encontra-se sucateado, com baixa produtividade; trata-se de um setor intensivo em trabalho. Nas cooperativas de reciclagem, o trabalho prepara a matéria prima barateada para o capital.

Com o apoio estatal, através de políticas de incentivo à formação de cooperativas de reciclagem de resíduos, diversos programas são lançados. Lima (1997:147) aponta que “uma parceria entre governos federal, estaduais e municipais, órgãos patronais e fábricas tem possibilitado a reprodução de um ‘novo’ arranjo produtivo, que são as cooperativas de trabalhadores”. O autor aponta ainda este fato como uma estratégia para a flexibilização das relações trabalhistas, já que os trabalhadores cooperados “não são regidos pela legislação trabalhista”(1997:147).

Na Cooperativa Chico Mendes, um excessivo controle por parte de uma coordenação política, aliado a uma disputa intra-grupo por recursos escassos, encerrou as atividades comuns. Os limites à participação dos trabalhadores se deram a partir do fechamento de um espaço compartilhado de produção de representações pelos membros do grupo.

Experiências de invenção da norma pelos trabalhadores são as que partem do problema da reprodução de vida, da invenção dos caminhos da subsistência, como se a necessidade indicasse as possibilidades de liberdade, quando esses dois termos não estão mais em oposição. Trabalhadores são não somente os que mantiveram vínculo empregatício, mas as suas famílias, os seus vizinhos do bairro, num halo que se institui também nas suas relações de compadrio e amizade. O poder conviver no grupo mais amplo funda a identidade do sujeito trabalhador. Esta identidade é o verdadeiro alicerce da possibilidade de construção duradoura de sua autonomia; mais que a simples capacidade de substituir aos patrões na gestão dos empreendimentos em que antes vendiam sua força de trabalho.

Uma noção de “comunidade” parece auxiliar essa construção identitária. A aposta na vida para além dos muros da fábrica anima o grupo, sobretudo os sujeitos que se pautam

numa inserção religiosa, seja ela católica ou evangélica. Podemos, por isso mesmo, constatar o sucesso das experiências de cooperativas de produção e trabalho ligadas à Igreja Católica.

No entanto, mesmo os estudos de casos de experiências exitosas, como o de Esteves (2003a), apontam a dificuldade das experiências autogestionárias com o problema da desigualdade. Segundo o seu argumento, “há desigualdades técnicas, econômicas, de acesso e uso da linguagem”(2003a:272) que se fazem presentes no cotidiano das relações. “Longe de serem arenas públicas em que todos emitem opiniões, é freqüente nas cooperativas que à opinião, fala ou certeza de alguns seja atribuída maior legitimidade, capacidade, etc. que às dos demais” (2003a:273).

A importância da fala, já destacada pelo estudo de Holzmann (1992), deve ser bem compreendida. Trata-se da possibilidade de produção do grupo, de seu destino, da realização de suas ações, da produção da norma acordada pelo grupo. Constatando a desigual distribuição dessa possibilidade, Esteves nos faz ver: “Essa desigualdade representa talvez o maior desafio imediato para a igualdade de fato nas cooperativas uma vez que estabelece toda uma cadeia de desigualdades que vai dos espaços físicos desiguais para trabalhos desiguais, passa por uma compreensão de que são trabalhadores desiguais e termina na reafirmação econômica que proporciona retiradas também desiguais” (Esteves, 2003a :278).

Compreender a persistência das formas nos faz concluir pela importância dos espaços de aprendizagem de novas relações, de novas possibilidades de expressão. As heranças do modelo heterônomo de organização do trabalho formam os sujeitos. A reprodução de relações sociais na produção de mercadorias obedece à presença da memória dos aprendizados sob o trabalho assalariado. A busca pelo controle da produção logo se

transforma em controle sobre os trabalhadores. Uma norma própria aos trabalhadores parece derivar-se dos espaços de reprodução, do trabalho feminino. A ordem da reposição das relações de poder se recoloca quando os constrangimentos do mercado se impõem.

É no âmbito da experiência vivida que temos algo mais a observar acerca de nosso tema. Na Cooperativa Chico Mendes, o aprendizado dos indivíduos de constituição de um sujeito coletivo, um “movimento social”, como se auto-intitulavam, significa um passo na construção de sua autonomia. Temos também um processo de individuação importante. O trabalhador que aprende a se colocar em espaços públicos e representar-se a si mesmo, no diálogo com seus iguais.

O sentido da noção de autonomia está próximo do poder existir com seus valores, com os seus, poder ser, criar a norma que se vai seguir. Parece haver um senso de liberdade. A necessidade não é o oposto da liberdade; a liberdade se reinventa, a liberdade de criar soluções a partir da necessidade. A pergunta que se coloca é “Quem sou eu?” ou “Quem é o sujeito que fala de si mesmo?” Uma história que se cria para trás e para frente. A sensação da greve, do movimento, a possibilidade muitas vezes vislumbrada de criar uma nova ordem, em que a liberdade individual não esteja contraposta à social. O que os trabalhadores têm hoje é fruto da liberdade, dos caminhos que tomaram ao longo de suas histórias, dos métodos que usaram.

Diferente disso é a experiência de regressão social que emudece, como no caso da Coopertampas. Ali, sob o discurso do cooperativismo, abrigava-se um processo de precarização do trabalho; processo perverso que envolveu inclusive os representantes dos trabalhadores. No entanto, a experiência com as falsas cooperativas não chega a confundir os trabalhadores, que sabem bem o sentido de serem donos de seu tempo, de seu próprio corpo. O trabalho precário oferece outro tipo de vivência.

Como se os maiores aprendizados, os mais valiosos, se dessem em instantes que se transformam rapidamente, situações que não duram, não se cristalizam, experiências que não chegam a se estruturar e se institucionalizar. Intensas experiências que ensinam, que embasam a construção de um projeto autonomista, uma utopia – que não encontra *topos*, o lugar de se realizar.

Lições tomadas pelos indivíduos nos espaços comuns, do cotidiano, que a pesquisa encontra e pode compartilhar. Neles, tais conclusões são socializadas. Cida continua buscando subsistir, agora com a memória de suas lutas. A esperança é lançada para o futuro, porque é preciso seguir adiante. O presente segue marcado pelas experiências anteriores de heteronomia. No silêncio das consciências individuais permanecem anseios. A fé aparece como apego ao projeto, busca de justiça. A memória – da exploração, do não reconhecimento, da luta – lembra os sujeitos da possibilidade de redenção, como apontava Benjamin (1985) em suas *Teses sobre o conceito de história*.

São valiosas aquelas experiências de socialização nas quais os indivíduos se encontram entre iguais para a troca de experiências e a construção de algo comum. O tempo da transição é o que ensina a nova possibilidade, permite a construção do projeto, abre perspectivas. Gorz (2003) é um dos autores que indica a persistência da noção de trabalho na contemporaneidade. Testemunho a permanência do trabalho como categoria-chave na compreensão das identidades dos sujeitos que atuam na produção de vida. Uma concepção de trabalho *poiesis*, criação, obra dos produtores.

O vídeo etnográfico como meio de produção de conhecimento

O vídeo, na pesquisa, é meio importante para estimular a ocorrência de instantes de produção de representações, protensões e retenções, para o reconhecimento de possibilidades. Utilizo-o de diversas formas. Acompanhando eventos, como nas demissões da Ford, pude compreender o sentido da experiência para os trabalhadores. A ruptura do contrato de trabalho, na assinatura do *lay off* e o papel da representação sindical. Na busca do gesto encontrei a expressão do trabalhador: o que se vê no vídeo é o não acenado com cabeça pelo trabalhador ao assinar o acordo de suspensão de seu contrato.

Adotei também o recurso a passar a câmera para os trabalhadores, registrando o seu olhar, como fizeram também Worth e Adair (1975). A produção do registro em vídeo é instrumento potente para a produção de representações, meio de acesso a seus valores. Quando Cida registra o trabalho na cooperativa, a confecção dos carrinhos, a construção do barraco, o material reciclável separado, nos revela a sua percepção. Quando Carlos grava na película a criança que nasceu no Jd. Dávila, a menina chamada Vitória, a casa construída, a criança na janela, nos revela o seu modo de ver, os seus valores. Morena grava a ocupação, o discurso do líder, a presença da imprensa. No Encontro de Catadores em Brasília, como referi no capítulo sobre o movimento de moradia, Morena grava a vida íntima, Cida, a apresentação das esquetes de teatro dos seus espaços de formação e Carlos registra o show de música. Cada indivíduo é único.

As oficinas que realizei com os trabalhadores foram instantes de lidar com tais protensões e retenções. Rememorando a história, os trabalhadores projetavam o futuro. Na Cooperativa Algemetal, revemos os materiais do grupo: reportagens televisivas, registros de assembléias. O registro é retenção.

O tema da formação é uma permanência, entendido como prática cultural, educativa e social, instituinte. Na experiência do início do século XX, nos espaços concebidos pelo movimento dos trabalhadores e nas nossas contemporâneas, nos espaços de formação criados pelo sindicalismo, continua sendo estimulada a prática da construção coletiva, onde cada um toma consciência de sua possibilidade de determinação, de sua participação na concepção da norma. Nesses espaços o trabalhador se auto-representa em ato, num exercício criativo.

Nas experiências autogestionárias, o cotidiano reproduz a divisão do trabalho. Há possibilidades de experiência democrática? O exercício de uma democracia direta, quando os trabalhadores coletivamente decidem e fazem, parece se contrapor à prática da delegação, quando os representantes dos trabalhadores agem em seu nome.

No caso da Ford, a ação dos trabalhadores frente às demissões leva a direção sindical a “ter que dar uma resposta”, como diz Rafael, coordenador da Comissão de Fábrica, em 1999. A atuação dos trabalhadores produz atos, mobilizações e a renovação por quase dois anos dos acordos de *lay off*. Na seqüência que montei articulando olhares de trabalhadores para a lente, gravada num ato-ceia de Natal na Ford, o pão ganhava dimensões importantes no discurso coletivo orquestrado pelo sindicato.

Se a permanência do passado reproduz relações de dominação/subordinação, também reproduz um *modo de ser operário*. A questão da identidade do trabalhador se coloca no momento em que a sua condição está em risco. A experiência de *deixar de ser* ameaça, mas um modo de ser operário permanece (Rosa, 1994). Durante a pesquisa elaborei como metodologia o recurso à memória. Como para Benjamin (1940) “apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento do perigo”, porque o que se vive não é perdido como experiência significativa na constituição do sujeito.

Todos os passados só existem quando presentificados. Os traços do passado são presentes. E, falando com Merleau-Ponty, qualquer percepção conservada permanece uma percepção, continua a existir, está sempre no presente. Evocar um passado é vivê-lo outra vez. Por isso, toda vez que o reproduzimos efetuamos uma reconhecimento. Passado e futuro brotam quando se lança um olhar em direção a eles, quando não se está no presente. Ser presentemente é ser sempre e para sempre. O presente é o momento em que ser e consciência coincidem (Marcondes Filho, 2005).

São tarefas da sociologia, estudar os fatos; observar as mútuas determinações entre o indivíduo e o coletivo; analisar as determinações sociais sobre o lugar da pessoa; notar a forma como as múltiplas representações constituem o real; compreender as perspectivas postas em relação. Cabe às Ciências Sociais tomar consciência de que dialogar é já transformar. Lançar um olhar sobre o passado é atualizá-lo, construir novas perspectivas. Tecendo representações caracterizamos sujeitos. Importa, quando se coloca a questão da autonomia, a possibilidade de experimentar relações que proporcionem a vivência da autodeterminação. Instantes de criação da norma, entendendo *nomia* como ação.

Quando Maria diz:

“Eu não tenho um emprego. Eu posso trabalhar no meu ritmo, não no de uma empresa, porque lá você está aqui, tem que ir para ali, para ali, para ali. Fisicamente eu não consigo isso mais. Tinha que ser um trabalho em que eu mesma determine: ‘hoje eu faço isso, amanhã aquilo’, fazendo uma determinação por mim mesma de cada serviço. [E ri], Poderosa, eu”. (Maria, em São Paulo, em 2005).

Ao dialogar, imagina seu futuro, esse é o instante da protensão. Na Heleny, a perspectiva da Cooperativa e a sua vivência abriu, mesmo que por apenas alguns meses, a possibilidade de perceber que, mesmo com um faturamento menor, as pessoas recebiam

mais. O aspecto de aprendizado era sublinhado pelos trabalhadores reunidos para refletir. “Que as receitas continuem na empresa”, diziam. As diferenças salariais eram tensionadas. A extração de mais valia estava posta em questão.

Praticando tal metodologia me encontro, num território de fronteiras, entre ciência, política e arte. Compreender os sentidos dos homens e mulheres com os quais me relaciono é o passo primeiro para a ação, a interação. E, a compreensão vai-se ampliando. Ela é também o nosso ponto de chegada.

Bibliografia

Abramo, Laís

O resgate da dignidade (A greve de 1978 em São Bernardo). Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, FFLCH/USP, 1986.

Abreu, Luis Alberto de

“A dramaturgia do teatro narrativo”. Diálogo com Francisco Medeiros e grupo. Patrimônio Histórico de São Paulo, 2004a.

“A restauração da narrativa”. A estrutura dramática e os mitos. São Paulo, 2004b.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de

Estado e classes no Brasil – 1930-45. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1978.

Amaral, Luis

O cooperativismo ao alcance de todos. Porto Alegre, Edição da livraria do Globo, 1935.

Arantes, Paulo E.

Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Cândido e Roberto Schwarz. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

Bachelard, Gaston

Dialética da duração. São Paulo, Ática, 1994.

A água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

Barros, Joana da Silva

Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2004.

Barthes, Roland

O grau zero da escritura. São Paulo, Cultrix, 1971.

A câmara clara. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

Ben-Ari, Eyal

“Posing, posturing and photographic presences: a rite of passage in a japanese commuter village”. *Man* 26. :87-104.

Benjamin, Walter

Obras escolhidas. Vols. 1, 2 e 3. São Paulo, Brasiliense, 1994.

Bergson, Henri

Matière et mémoire. Paris, Librairie Feliz Alcan, 1933.

Bernardet, Jean Claude

Cineastas e imagens do povo. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Bernardo, João

Capital, sindicatos e gestores. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

Beynon, Huw

Trabalhando para Ford. Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

Bosi, Ecléa

Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, Edusp, 1987.

Bourdieu, Pierre

O poder simbólico. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer. São Paulo, Edusp, 1996.

La distinction. Critique social du jugement. Paris, Editions de Minuit, 1979.

A miséria do mundo. Petrópolis, R.J., Vozes, 1997.

Braudel, Fernand

Escritos sobre a história. São Paulo, Perspectiva, 1992.

Brito, José Carlos Aguiar

A tomada da Ford. O nascimento de um sindicato livre. Petrópolis, Vozes, 1983.

Burawoy, Michael

The politics of production. London, New Left Books, 1979.

Manufacturing consent. Changes in the labor process under monopoly capitalism. Chicago, The University of Chicago Press, 1982.

“A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. *RBCS* 13. São Paulo, ANPOCS, 1990 :29-50.

Ethnography unbound. Power and resistance in the modern metropolis. Berkeley, University of California Press, 1991.

Global Ethnography. Forces, connections and imaginations in a postmodern world. Berkeley, University of California Press, 2000.

“Revisits: an outline of a theory of reflexive ethnography”. *American Sociological Review* Vol.68 n.5. 2003 :645-79.

Caldarola, Victor J.

“O processo imagético como pesquisa etnográfica”. *Visual Anthropology*. Vol.1 :433-51. Harwood Academic Publishers GmbH, 1988. Tradução de Nadja Havt.

Carone, Edgar

O pensamento industrial no Brasil.(1880-1945). Rio de Janeiro, Difel, 1979.

Castro, Nadya Araújo

“Qualificação, qualidades e classificações” *Educação e Sociedade* 45. Campinas, 1993 :211-24.

Guimarães, Antônio Sérgio e Agier, Michel

Imagens e identidades do trabalho. São Paulo, Hucitec, 1995.

Chauí, Marilena.

Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1982.

Chesneaux, Jean

Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores. São Paulo, Ática, 1995.

Claro, Mauro

Unilabor: desenho industrial e racionalidade moderna numa comunidade operária em São Paulo. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Universidade de São Paulo, 1998.

Colbari, Antônia

Ética do trabalho- a vida familiar na construção da identidade do trabalho. São Paulo, Letras e Letras, UFES, 1995.

Comolli, Annie.

“A pesquisa fílmica das aprendizagens”. *Do filme etnográfico à antropologia fílmica*. In FRANCE, Claudine (org.). Campinas, EdUnicamp, 2000.

Coraggio, José Luis

Ante a flexibilización laboral: pautas para el desarrollo de una economía del trabajo. Buenos Aires, 2000.

Crapanzano, Vicent

“The post-modern crisis: discourse, parody, memory”. *Re-reading cultural anthropology*. Marcus, G.E. (ed.). Durham and London, Duke University, 1992.

Culti, Maria Nezilda

“Sócios do suor: cooperativas de trabalho”. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.

Cunha, Gabriela Cavalcanti

Economia solidária e políticas públicas : reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da prefeitura municipal de Santo André, SP. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2002.

Dedecca, Cláudio Salvadori

“Tempo, trabalho e Gênero”. *Paper* apresentado em Seminário. Universidade de São Paulo, 2004.

_____ *et alli*

“O Censo Demográfico 2000 e a mensuração das novas formas de trabalho”. Relatório de pesquisa. CESIT, Unicamp, 2003.

Dejours, Christophe

A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

Dumont, Louis

Ensaio sobre o individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

Durham, Eunice Ribeiro

A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Perspectiva, 1978.

A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

Durkheim, Émile

As formas elementares da vida religiosa. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

_____ e Mauss, Marcel

“Algumas formas primitivas de classificação”. In *Emile Durkheim. Sociologia.* Org. José Albertino Rodrigues. São Paulo, Ática, 1978 :183-202.

Eckert, Cornélia e Rocha, Ana Luiza Carvalho da

“A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica” *Iluminuras* nº 13. Banco de Imagens e Efeitos Visuais. PPGAS/UFRGS, 2000.

Esteves, Egeu Gómez

“Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias”. *Uma outra economia é possível. Paul Singer e a economia solidária.* Souza, André Ricardo de, Cunha, Gabriela Cavalcanti e Dakuzaku, Regina Yoneko (orgs.). São Paulo, Contexto, 2003a.

O cotidiano do processo organizativo autogestionário: determinantes e possibilidades. Relatório de qualificação de mestrado em Psicologia Social. IP/USP, 2003b.

Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, IP/USP, 2004.

Faria, Maurício Sarda de

‘... Se a coisa é por aí, que autogestão é essa?’. *Um estudo da experiência ‘autogestionária’ da Makerly Calçados.* Dissertação de mestrado em Administração/UFSC. Florianópolis, 1997.

Fausto, Boris

Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo, Editora Sumaré, FAPESP, 1991.

História do Brasil. São Paulo, Edusp/FDE, 1996.

France, Claudine.

Do filme etnográfico à antropologia fílmica. Campinas, EdUnicamp, 2000.

Franco, Maria Sílvia de Carvalho

Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, EdUnesp, 1997.

Freire, Paulo

Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

French, John D.

O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo, Hucitec, 1995.

Futemma, Olga

“Os trabalhadores e a estrutura sindical. Uma análise de *Braços cruzados, máquinas paradas*”. *Filme Cultura*. 46. Rio de Janeiro, Embrafilme, 1986 :8-17.

Geertz, Clifford

Islam Observed: religious development in Morocco and Indonesia. Chicago, University of Chicago Press, 1971.

Local knowledge: further essays in interpretive anthropology, 1983.

A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

El antropólogo como autor. Barcelona, Paidós, 1989.

Negara. O Estado-Teatro no século XIX. Lisboa, DIFEL, 1991.

Guedes, Simoni Lahud

Jogo de corpo. Niterói, RJ, EdUFF, 1997.

Gomes, Ângela de Castro

A invenção do trabalhismo. São Paulo, Vértice, 1988.

Gorz, André

Metamorfoses do trabalho. Busca do sentido: Crítica da razão econômica. São Paulo, Annablume, 2003.

Guimarães, Antônio Sérgio

“Classes Sociais”. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2. Sergio Miceli (org.). São Paulo, Sumaré, ANPOCS/CAPES, 1999.

Hardman, Francisco Foot

Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____ e Leonardi, Vito

História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). Global, 1982.

Heckert, Sonia Maria Rocha

Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas. Juiz de fora, EdUFJF, 2003.

Holzmann, Lorena

Operários sem patrões. Estudo da gestão das Cooperativas Industriais Wallig. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, 1992.

“Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática”. *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. Singer, P.I. e Souza, André Ricardo de (orgs.). São Paulo, Contexto, 2000.

Humphrey, John

Fazendo o milagre. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1982.

Leite, Marcia de Paula

“Novas tendências no mundo do trabalho e cooperativismo”. México, Programa de Posgrado en Estudios Sociales (Línea en Estudios Laborales)/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2002.

Leite, Miriam Lifchitz Moreira.

Maria Lacerda de Moura - a outra face do feminismo. São Paulo, Tese de doutorado em História Social FFLCH/USP, 1984.

Retratos de família. Leitura da fotografia histórica. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1993.

“Atirei no que vi acertei no que não vi”. São Paulo, NEMGE, 2001.

Lênin, Vladimir Ilich

Que fazer? São Paulo, Hucitec, 1978.

Lima, Jacob Carlos

“Negócios da China: a nova industrialização no nordeste”. *Novos Estudos* nº 49. São Paulo, 1997:141-58.

As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo, Terceira Margem, 2002.

“Os (difíceis) caminhos da produção não capitalista: o trabalho em empresas autogestionárias”. Projeto de pesquisa. Datilo. 2003.

“Trabalho e novas sociabilidades – Introdução”. *Trabalho e novas sociabilidades Dossiê. Caderno CRH.* Vol. 17, n.41. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Recursos Humanos. 2004:167-71.

Linhart, Robert

Greve na fábrica. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

Lins, Hoyêdo Nunes

“Cooperativas de trabalhadores: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho?”. *Nova Economia* vol. 11, nº 1. Belo Horizonte, UFMG/FACE, 2001.

Lopes, Juarez Brandão

Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difel, 1964.

Crise do Brasil arcaico. São Paulo, Difel, 1967.

Luca, Tânia Regina de

O sonho do futuro assegurado (O mutualismo em São Paulo). São Paulo, Contexto, 1990.

Luz Filho, Fabio

Sociedades cooperativas. São Paulo, Unitas, 1930.

Mac Dougall, David

Transcultural cinema. Princeton University Press, 1999.

Magalhães, Reginaldo e Todeschini, Remígio

“Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o propósito da CUT”. A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego. Singer, Paul I. e Souza, André Ricardo de (orgs.). São Paulo, Contexto, 2000.

Manfredi, Sílvia Maria

Formação sindical no Brasil. História de uma prática cultural. São Paulo, Escrituras, 1996.

Manus, Pedro Paulo Teixeira

“Vínculo de emprego e cooperativas de trabalho”. *Presente e futuro das relações de trabalho*. Gorgenor de Souza Franco Filho (coord.). São Paulo, LTr, 2000: 347-54.

Marcondes Filho, Ciro

“Merleau-Ponty: um sentido que está no presente”. *Homenagem a Les temps modernes. 60º année*. Franklin Leopoldo e Silva (org.). São Paulo, Núcleo de Estudos Filosóficos da Comunicação. FiloCom, ECA, USP, 2005.

Marcus, George

“O que vem (logo) depois do ‘pós’: o caso da etnografia”. *Revista de Antropologia* vol. 37. Departamento de Antropologia, FFLCH/USP. São Paulo, 1994 :7-34.

Anthropology as cultural critique: na experimental moment in the human sciences. Chicago, University of Chicago Press, 1986.

Writing culture – the poetics and politics of ethnography. Berkeley, University of California Press, 1986b.

“A Broad(er) side to the Canon: being a particular account of a year of travel among textual communities in the realm of humanities center, and including a colletion of artificial curiosities”. *Re-reading Cultural Anthropology*. George Marcus (ed.) Durham and London, Duke University, 1992.

Maroni, Amnéris Angela

A estratégia da recusa. (Análise das greves de maio/78). Mestrado em História. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1981.

Martins, Heloísa Helena Teixeira de Souza

O sindicato e a burocratização dos conflitos e trabalho no Brasil. Mestrado em Sociologia, São Paulo, 1975.

Terceirização. Diversidade e negociação no mundo do trabalho. Ramalho, José Ricardo (orgs.), São Paulo, Cedi/Hucitec, 1994.

Martins, José de Souza

Imigração italiana: Estudos. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Instituto Superior-Italiano de Estudos e Pesquisas – ISBIEP, 1979.

O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

“Mercado e democracia: a relação perversa”. *Tempo Social* Vol. 2 nº 1. Departamento de Sociologia, FFLCH/USP. São Paulo, 1990:7-22.

Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de S. Caetano do Sul, 1992.

Marx, Karl

O Capital. Livro I. Vols. 1 e 2. São Paulo, Difel, 1985.

O Capital. Livro I Capítulo VI Inédito. México, Siglo Veintiuno Editores, 1983.

Mauss, Marcel

Sociologia e Antropologia. Vols. 1 e 2. São Paulo, Edusp, EPU, 1974.

McHugh, Patrick, Cutcher-Gershenfeld, Joel e Polzin, Michael

“Employee Stock Ownership Plans: Union influence and stakeholder interests”. *Economic and Industrial Democracy*. Vol. 20. London, Thousand Oaks and New Dehli, SAGE, 1999:535-560.

Merleau-Ponty, Maurice

Signos. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

Phenomenologie de la perception. Paris, Gallimard, 1945.

Miller, Peter e Rose, Nikolas

“Production, identity and democracy”. *Theory and Society* 24, 1995: 427-67.

Milkman, Ruth

Farewell to the factory. Autoworkers in the late twentieth century. University of California Press, 1997.

Minh-ha, Trinh

When the moon waxes red. Representation, gender and cultural politics. New York, Routledge, 1995.

Montero, Paula

“Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas”. *Revista de Antropologia* Vol. 34. Departamento de Antropologia, FFLCH/USP. São Paulo, 1991 :103-130.

Nakano, Marilena

“Anteag: autogestão como marca”. In Singer, Paul I. e Souza, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo, Contexto, 2000.

Nascimento, Cláudio

“Autogestão e economia solidária”. *Temporales. Democracia e autogestão.* São Paulo, Depto. de História da FFLCH/USP, Humanitas, 1992.

Oposição sindical no exílio. (Sindicalismo e autonomia). Florianópolis, mimeo, 2001.

Navarro, Zander

“O MST e a canonização da ação coletiva”. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.* Boaventura Souza Santos (org.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

Negro, Antonio Luigi

Ford Willis anos 60. Sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC. Dissertação de mestrado em História. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1995.

Novaes, Sylvia Caiuby

Jogo de espelhos: Imagens da representação de si através dos outros. São Paulo, Edusp, 1993.

“Um casamento no Paquistão: na captura de imagens”. *Cadernos de Antropologia e Imagem.* Ano 2 nº 3. Rio de Janeiro, UERJ/NAI, 1996.

Oda, Nilson Tadashi

“Sindicato e cooperativismo: os Metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas”. *Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego.* Singer, P.I. e Souza, André Ricardo de (orgs.). São Paulo, Contexto, 2000.

Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação. São Paulo, Dissertação de mestrado em Engenharia, Escola Politécnica, USP, 2001.

Parra, Henrique Zoqui Martins.

Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. Dissertação de mestrado em Sociologia USP, 2002.

Pedrini, Dalila Maria

“Bruscor: uma experiência que aponta caminhos”. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo, Contexto, 2000 :31-48.

Peirano, Mariza

A favor da etnografia. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

Peixoto, Clarice

“Do diário de campo à câmera na mão”. *Revista de Antropologia.* V.39 nº 2. São Paulo, USP, 1996 :255-273.

Petrone, Maria Thereza Schorer

O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930). São Paulo, Brasiliense, 1984.

Pinheiro Filho, Fernando Antonio

A mente do todo: o encontro da teoria durkheimiana com a questão do tempo.
Dissertação de mestrado em Sociologia. São Paulo, FFLCH/USP, 1996.

Pinheiro, Paulo Sérgio

Política e trabalho no Brasil, dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____ e Hall, Michael

A classe operária no Brasil: documentos, 1889 a 1930. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1979.

Pontes, Heloisa

“Durkheim: uma análise dos fundamentos simbólicos da vida social e dos fundamentos sociais do simbolismo”. *Cadernos de campo*, n.3. Universidade de São Paulo, 1993 :89-102.

Przeworski, Adam

“O processo de formação das classes”. *Dados*, nº 16. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1977 :3-31.

Quijano, Aníbal

La economía popular y sus caminos en America Latina. Lima, Mosca Azul Editores, 1998.

“Sistemas alternativos de produção?”. In Boaventura Souza Santos (org.) *Produzir para viver – Os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002: 475-512.

Rainho, Luis Flavio

Os peões do Grande ABC. Petrópolis, Vozes, 1980.

Rancière, Jacques

La nuit des proletaires. Archives du rêve ouvrier. Paris, Fayard, 1981.

“L’émancipation et son dilemme”. *Silence – émancipation des femmes entre privé et public.* Université Paris VII, Cahiers de CEDREF, 1985.

Razeto, Luis

Las organizaciones economicas populares (OEP). Santiago, Ed. PET, 1990.

Reis, João José

“Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. Bahia, 1806. In *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil.* São Paulo, Cia. das Letras, 1996 :332-372.

Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

Ricoeur, Paul

O conflito das interpretações. Porto, Rés Ed, 1988.

O si mesmo como um outro. Campinas, Papirus, 1991.

La mémoire, l’histoire, l’oubli. Paris, Éditions du Seuil, 2000.

Rodríguez, César

“A procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia”. In Santos, Boaventura Souza (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não-capitalista.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002: 331-67.

Rodrigues, Iram Jácome

Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria. São Paulo, Cortez, 1990.

Rodrigues, José Albertino

Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968.

Rodrigues, Leôncio Martins

Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel, 1966.

Trabalhadores, sindicatos e industrialização. São Paulo, Editora Brasiliense, 1974.

Rosa, Maria Inês

Trabalho, subjetividade e poder. São Paulo, Edusp, Letras e Letras, 1994.

Rosenfeld, Cinara L.

“A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade”.
Paper apresentado ao Seminário intermediário do G.T. *Sindicato, trabalhadores e a nova questão social* da ANPOCS. São Paulo, 2003.

“Autonomia outorgada e apropriação do trabalho”. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 6 nº 12. 2004 :202-227.

Rouch, Jean

“La Pyramide humaine”. *Cahiers du Cinema* nº112, 1960 :15-27.

“Cine-ethnography”. *Visible evidence* vol.13 (ed. Steven Feld). Mineapolis, University of Minnesota Press, 1973: 29-46.

“On the vicissitudes of the self: the possessed dancer, the magician, the sorcerer, the filmmaker, the ethnographer”. *Studies in the Anthropology of visual Communication* 5 (1). 1978.

“Poesia, dislexia e câmera na mão”. *Cinemas. Revista de cinema e outras questões audiovisuais*. Nº 7. Rio de Janeiro, 1997.

Ruspoli, Mario

“Cinema Direto”. *Cinemas. Revista de cinema e questões audio-visuais*. Nº 7, Rio de Janeiro, 1997 : 35-6.

Sader, Eder

Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____, Paoli, Maria Célia e Telles, Vera da Silva

“Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”.
Revista Brasileira de História. Nº 6. São Paulo, ANPUH, Marco Zero, 1983.

Schutz, A.

Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

Schwarcz, Lilia Katri Moritz

Antropologia e história – debate em região de fronteira. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

Limites e fronteiras entre antropologia e história. Texto apresentado ao Concurso de Professor Titular. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2005.

Schwarz, Roberto

“A viravolta machadiana”. São Paulo, mimeo, 2004.

Silva, Elisabeth Bortolaia

Refazendo a fábrica fordista. Contrastes da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1991.

Silva, Vagner Gonçalves da

O antropólogo e sua magia. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo, Edusp, 2000.

Singer, Paul I.

Uma utopia militante. Repensando o socialismo. Petrópolis, R.J., Vozes, 1998.

“Cooperativismo e sindicatos no Brasil”. In <http://www.cut.org.br>, 2000.

“A crise do trabalho e a reforma de sua legislação”. NESOL - ITCP/USP, 2003.

“As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária”. G.T. Brasileiro de Economia Solidária, MTb, 2003b.

Stam, Robert

O espetáculo interrompido. Literatura e cinema de desmistificação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Taylor, Patricia e Grandjean, Burke e Tos, Niko

“Work satisfaction under Yugoslav self-management: on participation, authority and ownership” *Social forces*, vol. 65 nº 4. The University of North Carolina Press, 1987 :1020-1034.

Telles, Vera da Silva

Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. Tese de doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, 1992.

Terssac, Gilbert de

Autonomie dans le travail. Paris, PUF, 1992.

Thompson, E. P.

A formação da classe trabalhadora inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Tiriba, Lia

Economia popular e cultura do trabalho. Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí, RS, Editora UnIjuí, 2001.

Touraine, Alain

“Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo”. *Sociologie du Travail.* 4/61. Paris, 1961.

Vanoye, Francis e Goliot-Lét, Anne

Ensaio sobre a análise filmica. Campinas, Papirus, 199

Velho, Gilberto e Castro, Eduardo Viveiros de

“O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica”. *Artefato – Jornal de Cultura*. Ano I, nº 1. Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Cultura, 1978.

Worth, Sol e Adair, John

Through Navajo Eyes. An exploration in film communication and anthropology. Indiana University Press, Bloomington, 1972.

Documentos consultados

A voz do trabalhador. Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Coleção fac-similar do jornal da COB – 1908-1915. Imprensa Oficial do Estado, IMESP, Secretaria de Estado da Cultura, 1985.

Filme Cultura. Os operários e a fábrica de Lumière. Nº 46. Rio de Janeiro, Embrafilme, Ministério da Cultura, abril de 1986.

Ata de reunião extraordinária realizada no dia 30 de novembro de 1998, às 9 horas, na sede social da empresa na Rua Nossa Senhora da Lapa, 671 8º andar sala 83 – Lapa – São Paulo. Conselho de Administração da Peticamps S/A. Embalagens. CGCMF nº 61.186.185/0001-65.

Relação dos dados apontados até esta data referente a Peticamps e Heleny. ANTEAG, Barueri, 8 de julho de 1998.

Estatuto Social da Cooperativa de Produção de artefatos plásticos – Coopertampas.

Adesão voluntária à Cooperativa Reunidas. Embu, 14/06/2000.

Informação para a mídia. Fraude falimentar, frustração de tentativa de trabalho cooperativo e morosidade da Justiça. Comissão da Cooperativa Algemetal (ex-trabalhadores da massa falida Gazarra), 05/09/2000.

Cooperativa dos Produtores de Utilidades Domésticas – Algemetal. Dossiê ANTEAG, s/d.

O caso Gazarra. Dossiê anexo ao Processo. Comissão de organização da Algemetal (Cooperativa dos ex-trabalhadores da Gazarra). 05/2001.

Proposta de regimento da Cooperativa Chico Mendes. Osasco, 2001.

Autogestão e cooperativismo. A Formação e os desafios da CUT. 4. CUT Nacional, 1996.

ArtBrasil. Revista semestral da Articulação Sindical. História, concepção e prática sindical. Propostas e objetivos da Articulação: Liberdade e autonomia. São Paulo, abril de 1997.

100 anos de luta operária no Brasil. Reconstrução de lutas operárias. Caderno 9. São Paulo, Reconstrução – Educação, Assessoria, Pesquisa, 1998.

História das lutas dos trabalhadores. Comunicação sindical. Especialização. Vito Gianotti (org.). São Paulo, Núcleo Piratininga de Comunicação, 1998.

Sindicalismo e Cooperativismo. A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. Coppe/UFRJ, Rede ITCP's, Unitrabalho. 1998.

Empresa social e globalização. Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. ANTEAG, São Paulo, 1998.

Tribuna metalúrgica. Nº 888. São Bernardo do Campo, 5 de janeiro de 1999.

Tribuna metalúrgica. São Bernardo do Campo, 3 de março de 1999.

Memória do trabalho. Depoimentos sobre profissões em extinção. São Paulo, CNM, Museu da Pessoa, 1999.

Sindicalismo e economia solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT. CUT Nacional - Grupo de Trabalho Economia Solidária. Dezembro de 1999.

Integrar Cooperativas. UniTrabalho, Programa Integrar. São Paulo, 1999.

Os pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo. Mônica Rique. Programna Integração. Módulo 6 - Gestão e alternativas de trabalho e renda. Secretaria Nacional de Formação, CUT, 2000.

Autogestão. Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. ANTEAG, 2000.

Política Nacional de Formação. História, princípios, concepção e organização nacional. Agosto de 2000.

Relatório de atividades. ADS. CUT Nacional, 2000.

Sindicalismo e economia solidária. Debate internacional. ADS, SNF, CUT. Setembro de 2000.

Cooperativismo de crédito solidário. Constituição e funcionamento. Agência de Desenvolvimento Solidário – CUT. São Paulo, setembro de 2000.

Ação Direta. Boletim informativo do MLP – Movimento de Luta Popular. Osasco, setembro/outubro de 2000.

Ação direta. Boletim informativo do MLP – Movimento de Luta Popular. Osasco, setembro de 2000.

Ação direta. Boletim informativo do MLP – Movimento de Luta Popular. Osasco, novembro de 2000.

Formação e educação profissional. Unitrabalho informa. Ano 3, nº 11. Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, novembro de 2000.

Boletim da Lata. Informativo mensal do Projeto Vira Lata – Ação Social, Cultural e Ambiental. Nº 11. Jardim Boa Vista, São Paulo, novembro de 2000.

Programa Brasileiro de Aproveitamento de Resíduos. Termo de referência. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria do Desenvolvimento da produção. Brasília, dezembro de 2000.

“Metade das cidades de SP ainda usa lixões”. *FSP*, pág. C1. São Paulo, 8 de janeiro de 2001.

Cadeia Produtiva da Indústria de Transformação Plástica. Fórum de Competitividade/GT 8 e 9. 17 de Janeiro de 2001.

Relatório da Reunião do Fórum de Competitividade da Indústria de Plástico. São Paulo, Confederação Nacional dos Químicos, 17/01/2001.

“Trabalho informal diminui poder de sindicatos”. *OESP*, pág. B7. São Paulo, 22 de janeiro de 2001.

Sistema Global de Cultura Intensiva. Projeto: “Coleta seletiva de Materiais Recicláveis”. Prefeitura do Município de Mauá. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Mauá, 2001.

Projeto de Comercialização de material reciclável. Projeto Vira Lata. São Paulo, 2001.

Projeto Usina de Reciclagem – Estudo preliminar. Metalúrgica Ricardo Ltda & Krown Ind. de Máquinas e Equipamentos. São Paulo, 2001.

Projeto de Fomento as Cooperativas de Reciclagem. Confederação Nacional dos Químicos – CNQ/CUT e Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT. São Paulo, 2001.

Tribuna metalúrgica. Nº 1261. 13 de março de 2001.

Exigimos qualificação profissional de qualidade. Resolução do Núcleo Nacional de Gestão da Política Nacional de Formação. Encontro Nacional de Formação da CUT. Cajamar, 17 a 20 de abril de 2001.

Jornal da Unisol Cooperativas – União e solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. Nº 4, abril de 2001.

Política Nacional de Formação da CUT. Diretrizes e estratégias para o período de 2001/2003. Cajamar, SP., 14º ENAFOR, 17 a 20 de abril de 2001.

Desenvolvimento local e economia solidária. Proposta de políticas públicas. ADS, CUT. Setembro de 2001.

Complexos cooperativos. Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT. São Paulo, setembro de 2001.

Projeto de desenvolvimento de complexos cooperativos. Convênio ADS/SEBRAE. São Paulo, janeiro de 2002.

A CUT e a reorganização sindical. Rede Estadual de Formação da CUT. Caderno 3. Escola Sindical São Paulo, março de 2002.

Autogestão. Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. CUT, ADS, 2002.

“CIPLA/Interfibra. Empresas sob o controle dos trabalhadores. Estatização para salvar 1000 empregos”. *A voz do trabalhador*. Ano II, nº 14. Joinville, SC, 17/06/2003.

Documentos de orientação para debates. 10º Encontro e 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão. ANTEAG, maio/junho de 2003.

“Cooperativa para enfrentar novos tempos”. *Revista CUT São Paulo*. Ano 1. nº 1, dezembro de 2003.

Filmografia citada

Documentários brasileiros:

Os Libertários. 1976, 26', 35mm. Lauro Escorel Filho.

Braços cruzados, máquinas paradas. 1979, 78', 16mm. Roberto Gervitz.

A luta do povo. 1980, 30', 16mm. Renato Tapajós

Linha de montagem. 1980, 60', 16mm. Renato Tapajós.

Nada será como antes. Nada? 1984, 45', 16mm. Renato Tapajós.

Os trabalhadores e as novas tecnologias. 1989, Beta. TVT.

Eles não usam black tie. 1981, 115', 35mm. Leon Hirszman.

ABC da greve. 1989, 84', 35mm. Leon Hirszman.

Greve! 1979, 38', 35mm. João Batista de Andrade.

O homem que virou suco. 1980, 90', 35mm. João Batista de Andrade.

Beijo 2347/72. 1997, 120', 35mm. Valter Rogério.

Filmes etnográficos

Moi, um noir. 1958, 70', 16mm. Jean Rouch.

Jaguar. 1967, 110', 16mm. Jean Rouch.

L'homme atlantique. 1981, 45'. Marguerite Duras.

Reassemblage. 1982, 40'. Trinh T. Minh-ha.

Surname Viet Given Name Nam. 1989, 108'. Trinh T. Minh-ha.

The Fourth Dimension. 2001, 87'. Trinh T. Minh-ha.

Vídeos citados

Feliz ano novo, véio! O facão de 1999 na indústria metalúrgica do ABC paulista.

Ana Lúcia Ferraz. São Paulo, Laboratório de Imagem e Som em Antropologia – LISA/FFLCH/USP, 1999. DV. NTSC. 43’.

Sinopse

O vídeo acompanha o cotidiano do movimento dos 2800 trabalhadores demitidos pela Ford de São Bernardo do Campo, em 1999, até a sua resolução.

‘Foi através da necessidade’. História do movimento por moradia de Osasco, S.P.

Ana Lúcia Ferraz. São Paulo, Laboratório de Imagem e Som em Antropologia – LISA/FFLCH/USP, 2003. Hi-8/DV. NTSC. 23’.

Sinopse

O vídeo acompanha a história de um movimento por moradia em Osasco, S.P. Discute a relação do movimento com o Estado e a sua busca por uma atividade produtiva, que se consolida na constituição de uma cooperativa de reciclagem.

Anexo

Vídeo:

Dramaturgias da autonomia

Concepção e realização: Ana Lúcia Ferraz. 48', Hi-8 e DV, NTSC. Laboratório de Imagem e Som em Antropologia – LISA/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, outubro de 2005.

Sinopse

Dramaturgias da autonomia apresenta as trajetórias de quatro grupos de trabalhadores em sua busca de possibilidades de determinação da norma em seu trabalho e em suas vidas. Em seu percurso, vão constituindo formas próprias de organização que se institucionalizam.

contato: analuferraz@hotmail.com